



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRANK ADRIANO OLIVEIRA DE SOUSA**

**OS SENHORES E A HISTÓRIA: RELAÇÕES DE SABER E PODER NA**  
**ELABORAÇÃO DE NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS PARA A PROVÍNCIA**  
**DO CEARÁ (1859-1869)**

**FORTALEZA**

**2024**

FRANK ADRIANO OLIVEIRA DE SOUSA

OS SENHORES E A HISTÓRIA: RELAÇÕES DE SABER E PODER NA ELABORAÇÃO  
DE NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS PARA A PROVÍNCIA DO CEARÁ  
(1859-1869)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S696s      Sousa, Frank Adriano Oliveira de.  
Os senhores e a história : relações de saber e poder na elaboração de narrativas historiográficas para a  
província do Ceará (1859-1869) / Frank Adriano Oliveira de Sousa. – 2024.  
178 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.
1. Estados nacionais. 2. Escrita da história. 3. Província do Ceará. 4. Narrativas historiográficas. 5.  
Passado. I. Título.

CDD 900

---

FRANK ADRIANO OLIVEIRA DE SOUSA

OS SENHORES E A HISTÓRIA: RELAÇÕES DE SABER E PODER NA ELABORAÇÃO  
DE NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS PARA A PROVÍNCIA DO CEARÁ  
(1859-1869)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

Aprovada em: 28/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª. Dra. Cintya Chaves (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Reinaldo Forte Carvalho (Examinador Externo)  
Universidade de Pernambuco (UPE)

*Para Maria Laura, com todo amor que houver nessa vida.*

*Para meu pai, Francisco (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, contei com o apoio, a colaboração e o afeto de muitas pessoas e instituições, sem as quais ele jamais teria sido possível. Exatamente por esse motivo, gostaria de expressar, através destas poucas palavras, a minha mais sincera gratidão!

Ao professor Almir Leal de Oliveira, agradeço, especialmente, por ter me acolhido como orientando; por ter me ajudado com questões metodológicas, como, por exemplo, a delimitar melhor meu objeto de pesquisa; por ter me emprestado livros e, acima de tudo, por ter me dito, quando bateu o desânimo, que essa pesquisa havia me escolhido e que eu conseguiria concluí-la com êxito. Seu incentivo fez toda a diferença.

A todos e todas que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC) pelo empenho na resolução das demandas.

Aos professores e professoras: Frederico de Castro Neves (Fred), Jailson Pereira da Silva, Meize Lucas, Ana Sara Ribeiro, Kênia Sousa Rios, Ana Rita Fonteles, pelas aulas maravilhosas, ao longo das disciplinas cursadas, meu muito obrigado!

Aos colegas de curso: Renan, Salvador, Raiomara (Raio), Lucas Estevão, Ana Suelle, Kecianny (Keci), Robson, Adriano, Maurício, André Totti, Ytalo, Rennê, pela partilha de ideias e de momentos (para além do espaço da sala de aula). Desejo a cada um de vocês todo sucesso do mundo!

Ao Salvador, agradeço ainda pela gentileza em nos levar (Renan e eu, dois rapazes sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindos do interior) para conhecer os bares do Benfica. Ao Renan, pela amizade (forjada em meio aos rigores da estrada). Sua companhia tornou o trajeto menos solitário.

Aos amigos que surgiram ao longo da caminhada, em especial, Pedro Pacheco e Fredson Pedro, pelos encontros e desencontros nos eventos e compromissos acadêmicos. Os dias em São Luís foram verdadeiramente inesquecíveis!

Ao Ruan Carlos e à Francisca Aline, amigos dos tempos de FAFIDAM, porque ficaram felizes com a minha aprovação no mestrado.

À banca de qualificação, na pessoa do professor Reinaldo Forte e da professora Kênia Rios, pela leitura criteriosa e pelas valorosas contribuições.

À professora Cintya Chaves, pelo incentivo, a amizade, pela leitura do projeto, quando ainda era um amontoado de ideias, e por ter aceitado participar, juntamente com o professor Reinaldo, da minha banca de defesa de dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, durante o último ano da pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho.

A meus pais: Francisco e Rosa, e meus irmãos: Johny, Fabiana e Fagner por sempre me apoiarem a seguir estudando. Perder meu pai, repentinamente, a uma semana da defesa desta dissertação foi um duro golpe, mas foi por ele que eu persisti e para ele que eu dedico esta conquista.

À dona Judite por tudo que tem feito por mim todos esses anos.

À Sandra por somar, dividir e multiplicar os sonhos. E acima de tudo por ser “a torre no alto da montanha”.

À Maria Laura porque, dentre tantas coisas, tornou minha vida mais feliz!

A nossa memória alimenta-se, em larga medida, daquilo que os outros recordam de nós. Tendemos a recordar como sendo nossas as recordações alheias – inclusive as fictícias.

José Eduardo Agualusa em *O vendedor de passados*, 2018.



## RESUMO

Muito já se tem dito, escrito e problematizado a respeito da imbricada relação entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história no século XIX. Isso porque, na maioria dos casos, a história forneceu os argumentos temporais necessários à legitimação de discursos nacionais/nacionalistas. No caso brasileiro, esse processo se verifica logo após a independência nacional (1822), com a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi por meio dos estudos históricos, geográficos, etnográficos e literários produzidos por essa instituição e de uma *retórica da nacionalidade* que se buscou amalgamar as partes provinciais a um todo nacional. Nesse sentido, esta pesquisa busca analisar como se deu a inserção do Ceará nesse projeto de escrita da história nacional, notadamente entre os anos de 1859 e 1869, quando foram publicadas as primeiras narrativas historiográficas sobre o passado dessa província. Os textos em questão são: *Apontamentos para a história do Cariri* (1859), de João Brígido; *Ensaio estatístico da Província do Ceará* (1863-1864), de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil; *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850* (1867), de Tristão de Alencar Araripe e *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869. Interessa compreender, portanto, o contexto de produção, circulação e recepção desses escritos, além de problematizar quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos e quais as disputas, isto é, os consensos e os dissensos, que se evidenciam em torno das diferentes leituras propostas para a história do Ceará.

**Palavras-chave:** Estados nacionais; escrita da história; província do Ceará; narrativas historiográficas; passado.

## ABSTRACT

Much has been said, written, and problematized about the intertwined relationship between the formation of national states and the writing of history in the nineteenth century. In most cases, history provided the temporal arguments needed to legitimize national/nationalist discourses. In the case of Brazil, this process took place shortly after national independence (1822), with the creation of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) in 1838. Through the historical, geographical, ethnographic, and literary studies produced by this institution, and through a *rhetoric of nationality* the aim was to unite the provincial parts into a national whole. In this sense, this research seeks to analyze how Ceará was included in this project of writing national history, especially between 1859 and 1869, when the first historiographical narratives about the province's past were published. The texts in question are *Apontamentos para a história do Cariri* (1859), by João Brígido; *Ensaio estatístico da Província do Ceará* (1863-1864), by Thomaz Pompeu de Sousa Brasil; *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850* (1867), by Tristão de Alencar Araripe, and *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, by Pedro Théberge, completed in 1862 and published posthumously in 1869. Therefore, it is necessary to understand the context in which these writings were produced, circulated, and received, as well as to ask who were the subjects involved in these endeavors and what disputes arose over the different readings proposed for the history of Ceará.

**Keywords:** Nation states; writing history; province of Ceará; historiographical narratives; the past.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiras vilas criadas nas bacias hidrográficas do Ceará (1699-1822).....	27
Figura 2 – Exportação de algodão pelo porto de Fortaleza (1810-1819) .....	32
Figura 3 – Exportação de algodão no Ceará (1850-1870).....	32
Figura 4 – Expedição da Comissão Científica de Exploração ao Ceará, de José dos Reis Carvalho (1859).....	44
Figura 5 – Primeira página do jornal <i>O Araripe</i> , de 19 de fevereiro de 1859.....	59
Figura 6 – Mapa do território referente à criação da província do Cariri Novo.....	65
Figura 7 – Mapa da província do Ceará, de autoria de Candido Mendes (1868) .....	88
Figura 8 – Folha de rosto da 1ª edição de <i>História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850</i> , de autoria de Tristão de Alencar Araripe (1867) .....	107
Figura 9 – Carta corográfica da província do Ceará, de Pedro Théberge (1862) .....	114
Figura 10 – Desenho da Casa de Câmara e Cadeia do Icó .....	122
Figura 11 – <i>Iracema</i> , de Antônio Parreiras (1909).....	139
Figura 12 – Conjunto de esculturas que representam o momento da partida da família de Iracema, do artista José Corbiniano Lins (1965).....	140
Figura 13 – <i>Estudo para “Batalha dos Guararapes”</i> : <i>Felipe Camarão</i> , de Victor Meirelles de Lima (1874-1878).....	146
Figura 14 – Sociedade Cearense Libertadora .....	156
Figura 15 – <i>Fortaleza Liberta</i> , de José Irineu de Souza (1883).....	158

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MASP	Museu de Artes de São Paulo
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
RIC	Revista do Instituto do Ceará
RACL	Revista da Academia Cearense de Letras
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: A ESCRITA DA HISTÓRIA ENQUANTO OBJETO DE PESQUISA..</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DO LUGAR SOCIAL E DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE.....</b>	<b>25</b>
1.1 Do espaço-tempo das ribeiras a inserção na divisão internacional do trabalho .....	26
1.2 As reformas urbanas e a formação de uma elite intelectual .....	35
1.3 Uma expedição científica nos sertões do Ceará .....	43
<b>CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DE UM PASSADO PARA A PROVÍNCIA DO CEARÁ.</b>	<b>56</b>
2.1 Uma história do Cariri como a pioneira no Ceará .....	57
2.2 Um ensaio estatístico como um inventário da província .....	78
2.3 Uma história do Ceará como testemunho de amor à pátria .....	96
2.4 Um esboço histórico sobre a província do Ceará .....	113
<b>CAPÍTULO 3 – O PROBLEMA DA IDENTIDADE: ENTRE O FATO E A FICÇÃO.</b>	<b>126</b>
3.1 Como cumpre escrever a história do Brasil .....	127
3.2 A questão indígena no Ceará: entre o mito fundador e a tese do desaparecimento .....	137
3.3 Da invisibilidade social do negro no Ceará ao discurso do pioneirismo na abolição .....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA HISTORIOGRAFIA...</b> .....	<b>160</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>170</b>

## INTRODUÇÃO: A ESCRITA DA HISTÓRIA ENQUANTO OBJETO DE PESQUISA

[...] de onde poderia ele [o discurso do historiador] falar, na verdade, senão a partir dessa ruptura, que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história?

Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, 2020.

Em texto intitulado *Sobre uma História do Ceará*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* em 1899, ao comentar a recente publicação do livro *Datas e fatos para a história do Ceará*, de Guilherme Studart e ao analisar a produção historiográfica em terras cearenses, Capistrano de Abreu enunciava a seguinte proposição: “O Ceará é dos Estados do Norte, quiçá de todos da União, o que com mais afínco se entrega ao estudo das suas coisas passadas”<sup>1</sup>. Não contava cinquenta anos, no entanto, desde as primeiras publicações acerca da história do Ceará e um de seus mais eminentes intelectuais já reivindicava um lugar de destaque para o Ceará na produção dos estudos históricos brasileiros naquele final de século XIX.

Doze anos antes, por ocasião da criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, a 4 de março de 1887, em texto intitulado *A primeira vila da província: notas para a História do Ceará*, publicado na mesma *Revista do Instituto do Ceará*, João Batista Perdigão de Oliveira se queixava que “O Ceará, que conta um passado de quasi trezentos annos e tem não pequeno numero de filhos dilectos e de grande saber, não tem ainda sua historia escripta”<sup>2</sup>. A queixa, é bem verdade, não ignorava o fato de que as primeiras narrativas sobre a história do Ceará já haviam sido publicadas entre os anos de 1859 e 1869. Contudo, para Perdigão de Oliveira esses trabalhos careciam de método, coesão e concordância quanto aos temas abordados, acabando por se restringirem às opiniões de seus autores. Para endossar seu argumento, escolhe citar, como exemplo, as divergências acerca da criação da primeira vila da província e conclui: “entre tantas e tão diversas opiniões, qual a seguir? De que lado está a razão? A quem assiste a verdade?”<sup>3</sup>.

O problema levantado por Perdigão de Oliveira evidencia duas questões importantes: a primeira se refere às preocupações em delimitar um “começo histórico” para a

<sup>1</sup> ABREU, João Capistrano de. *Sobre uma História do Ceará*. **RIC**, v. 13, p. 22-33, 1899, p. 22.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. *A primeira vila da província: notas para a História do Ceará*. **RIC**, tomo 1, pp. 103-203, 1887, p. 103.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 110.

província do Ceará e “sua trajetória no tempo”<sup>4</sup>, a segunda, por sua vez, diz respeito à “definição dos métodos aceitáveis na caracterização de um *métier* específico”, isto é, dos protocolos e normas a serem observados por aqueles que resolvessem se aventurar no empreendimento de escrita da história. O que estava em jogo, em última análise, era a própria “definição do ofício do historiador”<sup>5</sup>.

Assim, pode-se inferir, a partir de seu texto, que Perdigão de Oliveira pretendia preencher esse espaço que julgava vazio. Para tanto, se fazia necessário apontar nos textos precedentes os equívocos, as falhas procedimentais, as imprecisões cronológicas ou ainda a ausência de documentos que comprovassem essa ou aquela versão dos fatos. Não se tratava, portanto, de simples arenga entre autores ou mera discordância entre pares. Tratava-se, antes, de uma disputa em torno do passado que se queria fazer emergir no presente e, mais do que isso, de quem estava autorizado a fazê-lo. Isso porque, como assinala David Lowenthal: “o que hoje conhecemos como ‘o passado’ não era o que alguém houvesse experimentado como ‘o presente’”<sup>6</sup>, de modo que a forma como o passado é dado a conhecer, depende diretamente de um conjunto de procedimentos que visam apreendê-lo, inscrevê-lo, fixá-lo, em suma, torná-lo inteligível. Esses procedimentos de escrituração e materialização do passado denotam o poder de tecer memórias e de urdir verdades. Talvez por isso mesmo sejam objetos de constantes disputas.

Significa dizer, portanto, que o passado não é um dado em si mesmo, objetivo, inscrito na natureza dos seres e das coisas, (imane, essencial, ontológico, tampouco universal). Sendo, pois, um fragmento de tempo recortado (e repartido em pedaços: passado, presente, futuro), representado cultural e socialmente. As formas de dar sentido ao passado, seus usos e significados, não são despretensiosos, ingênuos ou insuspeitáveis. Ao contrário. O passado costuma ser selecionado, ordenado, mobilizado pelos os sujeitos de uma dada época para atender os interesses de cada presente e as demandas de determinados projetos de futuro<sup>7</sup>. Entender os *espaços de experiências* e os *horizontes de expectativas*<sup>8</sup> vivenciados,

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 11.

<sup>5</sup> Ibidem, pp. 129-130.

<sup>6</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. (In) **Projeto História**. Revista do PEPGH e do Departamento de História da PUC, São Paulo: EDUC, pp. 63-202, 1981, p. 73.

<sup>7</sup> Como lembra Marcel Detienne: “O advento do passado em si como categoria parece se fazer aproximadamente ao mesmo tempo que a escalada do nacional como conceito e de certas formas de ‘nacionalismo’. Nessa perspectiva, o que vai se chamar o ‘historicismo’ aparece como uma onda de febre em direção a uma individualidade, à singularidade irredutível de uma ‘consciência histórica’ soldada à história de uma nação, necessariamente apreendida em si, como o passado” DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 52. Assim, a “historiografia desenvolve-se”, segundo Michel de Certeau, “em função de um corte entre o passado e o presente. Ela é o resultado das relações

compartilhados e/ou disputados por esses sujeitos me parece tarefa fundamental para compreender as narrativas historiográficas por eles engendradas.

Na instituição desse campo de saber (e por que não dizer de batalhas<sup>9</sup>) “a arma mais poderosa é o documento”<sup>10</sup>. Tem-se na “valorização do documento como indicador da verdade histórica”<sup>11</sup> a legitimidade que ratifica os discursos que cercam o passado. Perdigão de Oliveira sabia que era preciso munir-se de documentos<sup>12</sup> para dar veracidade a sua narrativa, uma vez que “ao historiador positivista não caberia a tomada de posições”<sup>13</sup> era a publicação de documentos na íntegra que possibilitaria aferir a verdade dos fatos.

Convencido d'essa triste verdade, com relação a esta provincia, entendi, como seu filho que a extremece, que devia, a despeito mesmo da humildade de minha pessoa, concorrer de alguma forma para remediar esse mal; e, assim, procurei e consegui

---

de saber e de poder entre dois lugares supostamente distintos, por um lado, o lugar presente (científico, profissional, social) do trabalho, o aparato técnico e conceitual da *pesquisa* e da interpretação, a operação de descrever e/ou de explicar; e, por outro lado, os lugares (museus, arquivos, bibliotecas) em que são guardados, inertes, os materiais que são objetos da pesquisa e – em um segundo momento, deslocados no tempo – os sistemas ou *acontecimentos* do passado, cuja análise é permitida por intermédio desses materiais. Uma fronteira separa a instituição atual (que fabrica representações) das regiões antigas ou longínquas (encenadas pelas representações historiográficas)” CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 72. (Grifos do autor)

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Vilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

<sup>9</sup> Mais do que uma simples metáfora, acreditamos, assim como Saidiya Hartman, que “A história é uma batalha real, uma disputa entre os poderosos e os sem poder sobre o ‘que aconteceu’, bem como sobre as histórias que contamos a respeito do que aconteceu – uma luta até a morte em relação ao significado do passado”. Nesse campo de batalhas “A narrativa dos derrotados nunca triunfa; tal como eles, ela vive à sombra dos vencedores” HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. 1ª ed. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 243. Nesse mesmo sentido, para Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “A História seria fruto das batalhas em torno do poder e da verdade. Em suas ações os homens entrariam em disputas em torno de domínios, sejam políticos, sejam de conhecimento. Nestas disputas, a linguagem representaria uma das principais armas, é através dela que seriam demarcados espaços de poder, campos de atuação, identidades, lugares de sujeito, domínios de objetos; é através dela que se estabeleceriam as aproximações e os distanciamentos, os pactos e as exclusões, os nomes e os silêncios que instituem uma [dada] ordem social” ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)**. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 194.

<sup>10</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 75.

<sup>11</sup> FREIRE, Camila de Sousa; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 3, setembro-dezembro, pp. 440-463, 2018, p. 457.

<sup>12</sup> “João Batista Perdigão de Oliveira possuía atributos especiais no domínio da documentação oficial produzida na província. Como suas atividades profissionais estavam sempre voltadas para o funcionalismo público, acumulou uma capacidade excepcional no que se referia à localização de documentos. Como funcionário da administração provincial do Ceará, Perdigão contava com um conhecimento especializado, descobrindo novos documentos e esclarecendo fatos do passado colonial. *Escavador do passado*, no dizer de Guilherme Studart, *paciente rebuscador de documentos antigos*, como falava na nota de seu falecimento a *Revista do Instituto do Ceará* em 1929” OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)**. São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 135. (Grifos do autor)

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 104.



colligir diversos documentos, que abaixo faço publicar e que muita luz vêm trazer áquelle ponto de controversia.

Assim procedendo, não me alenta mais do que a esperança de ir estimular a outros a que façam publicar novos documentos, que porventura possuam; e, subtrahindo assim aos estragos das traças grande quantidade de reliquias do passado, fazer com que se restabeleça a verdade sobre um ponto de não pequena importancia da historia de minha heroica Ceará<sup>14</sup>.

Ainda que carregada de um sentimento provinciano, narrativas como a de Perdigão de Oliveira, longe de serem singulares, são antes lugares-comuns na produção historiográfica do século XIX, sobretudo a partir da independência do Brasil e do processo de formação do Estado nacional brasileiro. Com efeito, a escrita da história converteu-se em ato patriótico, heroico e abnegado. Isso se deve, em grande medida, ao papel que a história passou a exercer na construção das “nações modernas” como parte fundamental do aparato imagético-discursivo que lhes forneceu uma origem, por vezes, “na mais remota antiguidade”, fazendo-lhes crer em uma “continuidade histórica” e na possibilidade de serem “comunidades humanas” “naturais”. Daí a *invenção das tradições*<sup>15</sup>, dos símbolos nacionais (hinos, mapas, bandeiras, monumentos, panteões de heróis da nação), bem como de uma história oficial e de uma identidade nacional que forjassem esse sentimento de pertencimento a um Estado-nação.

Essa autoridade do discurso histórico se devia tanto ao estatuto de cientificidade adquirido pela história, no início do século XIX, quanto ao fato desta ter se tornado bastante difusa a partir de então. “Mais do que qualquer outro, este foi o ‘século da história’ devido ao grande surto historiográfico (desde a Alemanha, França até Portugal)”<sup>16</sup>. Essa proliferação de narrativas historiográficas, no entanto, era apenas um dos aspectos que marcavam a emergência de uma “cultura histórica”<sup>17</sup> no Ocidente. Outras representações do passado acabaram por extrapolar os domínios da historiografia, como podemos observar, por exemplo, com o advento do romance histórico, do ensino de história, das políticas de patrimonialização ou ainda na “construção de ‘lugares de memória’ (estátuas, edifícios, toponímia etc.)”<sup>18</sup>. Esses rituais cívicos de recordação do passado tinham como objetivo principal (além de um caráter

<sup>14</sup> OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A primeira vila da província: notas para a História do Ceará. **RIC**, tomo 1, pp. 103-203, 1887, p. 111.

<sup>15</sup> HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 14ª ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2021, p. 22.

<sup>16</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 78.

<sup>17</sup> “O conceito de cultura histórica tem sido empregado para designar, no século XIX, o espriar do historicismo para fora dos limites do mundo intelectual, gerando novas atitudes mentais em setores mais amplos da sociedade. Uma nova *Weltanschauung*, se quisermos utilizar a expressão tradicional da filosofia alemã, baseada na percepção da historicidade por um público muito mais vasto do que as comunidades acadêmicas de então” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagem e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 30.

<sup>18</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 78.

pedagógico e comemorativo): tornar permanentemente presente aquilo que, há muito tempo, já se suponha ausente. Por essa lógica, “também a escrita (e a leitura) da história se constrói narrativamente a partir de *traços* e de *representações* que almejam situar, na ordem do tempo, algo que se presume ter existido, mas que já não existe”<sup>19</sup>. (Grifos do autor)

Essa demanda por estabelecer sentidos para o passado explica, em parte, porque a escrita da história do Ceará aparece como objeto privilegiado das reivindicações de Capistrano de Abreu e das queixas de Perdigão de Oliveira. Para compreender essa questão, porém, importa elucidar antes o seguinte questionamento: quais *expectativas* cada um desses intelectuais tinha em relação à escrita da história do Ceará? Quando Capistrano escreveu o seu texto, por exemplo, a produção historiográfica cearense já parecia ter se consolidado há pelo menos uma década. O Instituto do Ceará, àquela altura, era o principal responsável pela coleta de documentos e pela produção de narrativas historiográficas no estado. Capistrano procurava, assim, estabelecer uma história dessa historiografia, situando sua origem na década de 1860. Por outro lado, quando Perdigão publicou o seu texto na *Revista do Instituto*, a agremiação tinha acabado de ser fundada e precisava se contrapor às produções passadas para se legitimar enquanto espaço necessário para a elaboração de uma história ainda por escrever.

Perdigão de Oliveira foi um dos fundadores do Instituto do Ceará e, nesse sentido, precisava evidenciar a sua razão de existir. Capistrano, por sua vez, evocava o engajamento de sua terra no estudo das coisas passadas, ao fazê-lo também se colocava como parte integrante daquele celeiro de historiadores. A crítica de Perdigão de Oliveira a geração de 1860 e a exaltação de Capistrano de Abreu aos empreendimentos historiográficos de seus conterrâneos fazem parte da mesma lógica que dá importância, a partir do século XIX, a escrita da história e ao ofício do historiador. Mas, afinal, o que significava ser historiador no século XIX?

Para Temístocles Cezar,

Ser historiador no século XIX significava, em princípio, ser um sujeito à procura da própria definição. Mergulhado em um contexto no qual a história, bem como outras formações disciplinares, buscava incessantemente a chancela científica, o historiador precisava, antes de tudo, encontrar-se, saber quem era. Definir os limites de seu campo de atuação, os procedimentos de sua arte e os instrumentos de seu ofício foram as tarefas que a ele se impuseram nesse período<sup>20</sup>.

A disputa, portanto, não se dava apenas em torno do passado, mas, fundamentalmente, em torno das formas de como cercá-lo e, por conseguinte, de como dizê-

<sup>19</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 64.

<sup>20</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, pp. 19-20.

lo. De um modo geral, o problema da historiografia brasileira, no século XIX, “consistia em estabelecer regras e procedimentos metodológicos de intervenção e estimular a busca de fontes históricas. Se havia uma disputa intelectual um pouco mais clara na cultura oitocentista brasileira era pela melhor forma de escrever a história e assim dominar o passado”<sup>21</sup>. Por isso, era tão importante, para aqueles que se ocupavam das coisas do passado e da produção de conhecimento histórico, definir aquilo que caracterizava seu *métier* e, sobretudo, aquilo que o diferenciava dos demais campos do saber e, em especial, da literatura. Num contexto mais amplo, Ivan Jablonka observa que, durante o século XIX, na busca por se afirmar enquanto conhecimento científico, a história rompe com a literatura e dela busca se distanciar.

A vocação literária é tida como uma prova de diletantismo, falta de seriedade, pretensão risível. O historiador não poderia ser um escritor, sua cultura, a partir de então, é a do *compilador* ou do *comentador*. Essa assombração da escrita, essa fobia do literário que poderia manchar a história, revela a força do paradigma científico. Dois séculos após as letras e as ciências terem sido separadas, a história mudou de campo. Ela se extraiu da literatura, da poesia, da epopeia, da eloquência, do romance, que tanto lhe ofereceram. Esse repúdio, como uma vergonha das origens, desfez o golpe fatal no sistema das belas-letras<sup>22</sup>. (Grifos do autor)

A separação entre história e literatura, decerto, não foi amigável. Não por acaso, quando Hayden White defendeu, na década de 1970, o caráter tropológico da narrativa historiográfica, causou tanta polêmica com os historiadores da época. Isso porque White buscava demonstrar, em seu texto, que a história é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”<sup>23</sup>. Não obstante o frisson causado entre os historiadores, ao afirmar a dimensão literária do discurso histórico, White não se referia à literatura no seu sentido moderno, como romance ou ficção, mas aos elementos linguísticos compartilhados “por toda forma de representação figurativa”<sup>24</sup>. Seja como for, esse episódio ilustra bem o esforço pela manutenção das fronteiras disciplinares estabelecidas ao longo do século XIX.

Nessa mesma década, em que Hayden White publicou *Meta-história*, Michel de Certeau publicou *A escrita da história*, livro fundamental para uma compreensão daquilo que o autor chama de *operação historiográfica*. Os questionamentos de Certeau a esse respeito seguem pertinentes até os dias de hoje: “O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’?

<sup>21</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, pp. 103-104.

<sup>22</sup> JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verônica Galindez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020, p. 124.

<sup>23</sup> WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2ª ed. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019, p. 11.

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 199.

Para quem trabalha? Que produz?”, e ainda, “O que é esta profissão?”<sup>25</sup>. Tratava-se, portanto, de demonstrar a relação entre o produto e o lugar de produção. Nesse sentido, diz Certeau:

[...] Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. Essa análise das premissas das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas<sup>26</sup>. (Grifos do autor)

Assim, Michel de Certeau chama atenção para o fato de que o ofício do historiador consiste em, além de investigar o passado, investigar os próprios elementos que possibilitam a emergência do discurso histórico através da *operação historiográfica*. Nesse sentido, como assinala Reinhart Koselleck, “o conhecimento histórico é também, ao mesmo tempo, a história da própria história como disciplina”<sup>27</sup>. Por outras palavras, significa dizer que também a historiografia pode ser objeto de estudo da história.

Esta pesquisa situa-se, pois, na interface entre os campos da história da historiografia e da história social (gosto de pensar na ideia de uma *história social da historiografia*). Nesse entrecruzamento, abordar a historicidade do conhecimento histórico implica fazer uma crítica das *condições de possibilidade* desse discurso<sup>28</sup>, questão para qual, segundo Julio Aróstegui, “os historiadores não têm dedicado atenção frequente. Ou seja, os profissionais da história raramente fizeram *teoria da história*”<sup>29</sup> (Grifo do autor). Aróstegui chama atenção para a relação imbricada entre teoria da história e teoria social na medida em que tudo possui historicidade e que “o *sujeito* da história, seu agente, executor e depositário é, em seus termos mais abstratos e mais gerais, a própria sociedade”<sup>30</sup> (Grifo do autor).

<sup>25</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020, p. 45.

<sup>26</sup> Ibidem, pp. 46-47.

<sup>27</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Vilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006, p. 176.

<sup>28</sup> Como explica Michel Foucault, discurso “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022, p. 144.

<sup>29</sup> ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Trad. Andréa Doré. Bauru: EDUSC, 2006, p. 254.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 255.

As reflexões de Aróstegui nos ajudam a pensar nosso objeto de pesquisa (a historiografia cearense da década de 1860) a partir da problematização das questões atinentes à sociedade e à época em que ela estava inserida, isto é, a partir dos conflitos e tensões que fizeram emergir, em um dado lugar e em um dado momento, um conjunto de narrativas acerca daquilo que viria a ser chamado de *história do Ceará*. Buscamos compreender, portanto, como a ausência de um passado escriturado tornou-se um problema a ser solucionado, mobilizando, em meados do século XIX, diferentes intelectuais cearenses. Os autores e textos, em questão, são: *Apontamentos para a história do Cariri* (1859) de João Brígido; *Ensaio estatístico da Província do Ceará* (1863-1864) de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil; *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850* (1867) de Tristão de Alencar Araripe e *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869.

Vale salientar, todavia, que não foi nossa intenção, durante esta pesquisa, retornar ao lugar sacralizado das origens a procura de um cânone historiográfico e de seu legado, tampouco desejamos reafirmar o papel dos “grandes” personagens da história e da historiografia cearense. Buscamos, ao contrário, perscrutar as práticas, elucidar os procedimentos e evidenciar os interesses em torno da instauração de uma escrita da história no Ceará. Desse modo, ao tornar o texto historiográfico o objeto privilegiado da análise histórica, passamos a nos preocupar e a nos debruçar sobre a própria historicidade desses *textos-objetos*. Nossa perspectiva, não visou, em nenhum momento, exaltá-los, nas suas “verdades canônicas”, mas antes “dessacralizá-los” e “desmonumentalizá-los”<sup>31</sup>.

O intuito foi, portanto, compreender como se deu o processo de produção, circulação e recepção desses escritos, quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos e quais as disputas que se evidenciam em torno das diferentes leituras para o passado do Ceará. Ademais, procuramos situar esses sujeitos historicamente, tanto no tempo quanto no espaço, a fim de problematizar as relações de saber e poder que atravessaram o processo de elaboração de narrativas historiográficas para a província do Ceará. Mas do que fazer uma análise pormenorizada dos textos, interessou investigar as questões que teriam motivado seus autores a escrevê-los<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> BRAÚNA, Dércio. **A assombração da história**: história, literatura e pensamento pós-colonial. Fortaleza: Deleatur, 2015.

<sup>32</sup> Como observa René Rémond: “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, as vezes sem saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época”. Significa dizer, por outras palavras, que “a história de fato não vive fora do

Para isso, foi fundamental a composição de um *corpus documental* o mais abrangente possível. Os documentos arrolados durante a pesquisa foram: livros, revistas, jornais, documentos-visuais, relatórios dos presidentes de província, entre outros<sup>33</sup>. Na relação com esses *artefatos*, buscamos levar em consideração as observações feitas por Jacques Le Goff, acerca daquilo que ele nomeou como *documento-monumento*. Para Le Goff, “qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”. Logo, é preciso ter em mente que todos os documentos a disposição do historiador, mesmo aqueles ditos oficiais, esses talvez mais do que todos, são produtos de uma série de intencionalidades. Não por acaso, alguém resolveu preservá-los. Cabe ao historiador, portanto, “desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”<sup>34</sup>.

No que se refere ainda ao processo de pesquisa, que resultou no texto que agora é dado a ler, gostaria de deixar registrado algumas poucas palavras acerca das condições de sua feitura. Isso porque as dificuldades enfrentadas ao longo do processo não costumam aparecer, de modo explícito, nos resultados parciais ou finais de nossas pesquisas, pelo menos não costumamos expor em nossos textos os percalços, com receio, imagino eu, de parecer que estamos justificando nossos possíveis fracassos. Penso, ao contrário, que toda pesquisa é fruto de muito esforço, sobretudo se levarmos em consideração as adversidades com as quais tivemos que lidar nos últimos anos, tanto em função da pandemia de Covid-19, e de tudo aquilo que ela representou, como do total descaso, do então Governo Federal, com a saúde, a educação e com os outros aspectos da vida de um modo geral. Na prática, para mim significou um ano inteiro sem bolsa, enfrentando os rigores da estrada nas viagens entre Russas e Fortaleza, tendo que conciliar as aulas do mestrado com uma carga horária de trabalho de quarenta horas semanais, em um contexto, de profundas incertezas, em que nos queriam céticos e desesperançados. Ter chegado até aqui, portanto, não me parece pouca coisa.

---

tempo em que é escrita” RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003, pp. 13-22.

<sup>33</sup> Esses documentos foram encontrados e consultados em diferentes acervos digitais, entre eles, acervo digital da Revista do Instituto do Ceará, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Center For Research Libraries. Brazilian Government Documents. Levando em consideração o contexto de distanciamento social vivenciado em função da pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), naquele momento em que sair de casa tornou-se um risco iminente e que os arquivos públicos estavam de portas fechadas para os pesquisadores, foram esses acervos digitais que viabilizaram o início desta pesquisa.

<sup>34</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 497.

Dito isso, o trabalho que se segue foi organizado em três capítulos, nos quais procuramos contemplar as questões propostas nesta introdução. No primeiro capítulo, intitulado *Do lugar social e das condições de possibilidade*, procuramos compreender, em síntese, como se deu o processo de formação territorial do Ceará, ao longo do século XVIII, a partir da introdução da pecuária extensiva, da fundação de vilas e das guerras empreendidas contra os povos indígenas. O desenvolvimento econômico resultante da produção de carne salgada, nas ribeiras dos grandes rios da capitania, como atividade subsidiária a produção de açúcar na Zona da Mata pernambucana, ensejou o avanço da colonização e, por conseguinte, do extermínio das populações nativas. O declínio da produção de charque, no final do século XIII, em função da seca de 1790-1792, que acabou por dizimar os rebanhos, abriu espaço para o desenvolvimento de uma agricultura voltada para a exportação, que se intensificou a partir da abertura dos portos em 1808. Nesse sentido, buscamos observar ainda como se deu a formação de uma elite intelectual cearense, no contexto do pós-independência, com o crescimento econômico, resultante da produção e exportação de produtos agrícolas, notadamente de algodão e café; com a centralização político-administrativa na capital Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX; com a criação de instituições de ensino secundário como o Liceu do Ceará e o Ateneu Cearense, além de diversos jornais e agremiações científico-literárias. Por último, mas não menos importante, tratamos da passagem da Comissão Científica de Exploração pelo Ceará entre os anos de 1859 e 1861. A partir do Diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão, buscamos rastrear os contatos estabelecidos com os intelectuais da província, as impressões acerca da população, da paisagem dos sertões e de Fortaleza e os interesses de Freire Alemão pela história local.

No segundo capítulo, que tem como título *Em busca de um passado para a província do Ceará*, analisamos as publicações das primeiras narrativas em torno da história cearense, bem como aspectos que consideramos relevantes sobre a vida de seus autores. Sobre *Apontamentos para a história do Cariri*, publicado, em 1859, nas páginas do jornal *O Araripe*, discutimos como o texto de João Brígido ia ao encontro dos anseios de determinados sujeitos das elites caririenses, especialmente, no que se refere às propostas para a criação de uma província naquela região. Em relação à publicação de *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, em 1863-64, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, buscamos destacar o interesse das autoridades provinciais em inventariar, através do conhecimento estatístico, os diversos aspectos da província. Pudemos perceber ainda, ao longo dessa discussão, como a produção de conhecimento científico estava atrelada a determinados projetos políticos e aos anseios por desenvolvimento econômico. No caso da publicação, em 1867, de *História da Província do*

*Ceará desde tempos primitivos até 1850*, de Tristão de Alencar Araripe, nosso foco se deu em analisar a vinculação do autor, a partir da publicação desse livro, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também nos ocupamos das questões relativas ao passado de sua família, sobretudo, no que tange a participação de seu pai, tios, e avó na Revolução pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador de 1824. Por fim, a partir da publicação póstuma, em 1869, de *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, tratamos das tensões entre esse autor e José de Alencar acerca da participação da família Alencar nos eventos de 1817 e 1824. Destacamos a importância de Théberge na compilação de documentos, a partir de suas incursões, pelos arquivos da província. Esses empreendimentos de pesquisa possibilitaram, além de textos historiográficos, a produção de uma carta corográfica para a província do Ceará.

Em *O problema da identidade: entre o fato e a ficção*, terceiro e último capítulo desta dissertação, buscamos pensar a escrita da história nacional a partir da problemática da identidade nacional, tomando como *mote* inicial as proposições de Karl Friedrich Philipp von Martius no texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado na *Revista do IHGB*, em 1845, no qual o autor defendia que a história do Brasil devia ser escrita a partir da mescla das três raças (brancos, negros e indígenas). Nesse sentido, discutimos ainda a querela, acerca da questão indígena, entre indianistas como Domingos José Gonçalves de Magalhães, autor do poema épico *A Confederação dos Tamoios*, publicado em 1856, e historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil*, publicado em 1854-57. Estava em disputa o lugar que o indígena deveria ocupar na identidade nacional. No tocante ao Ceará, o objetivo foi compreender, no romance *Iracema*, de José de Alencar, como se forjou o mito de origem do Ceará e do povo cearense. Tanto a literatura quanto a história buscavam estabelecer os heróis fundadores, que podiam ser desde colonizadores, como Martin Soares Moreno, como indígenas que colaboraram com a Coroa portuguesa, como era o caso de Felipe Camarão. Consoante a isso, estava em curso no Ceará um processo de expropriação das terras que ainda restavam aos povos indígenas, sob o argumento de que estes já teriam desaparecido ou estavam integrados à civilização. Para concluir, finalmente, também foi de nosso interesse problematizar os discursos que defendiam a inexistência de negros no Ceará, ou de uma escravidão que teria sido mais branda. Contraditoriamente, com a abolição da escravidão, os intelectuais da província passaram a reivindicar o pioneirismo da abolição como um traço fundamental da identidade e da história cearense. Essas visões de identidade, fossem em âmbito regional ou nacional, costumavam se dar a partir do ponto de vista da elite branca, o que acabava por excluir outras formas de existências e de experiências históricas.



## CAPÍTULO 1 – DO LUGAR SOCIAL E DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

O passo que o homem dá para a frente tem na pegada anterior a sua condição de possibilidade.

Fernando Catroga em *Memória, história e historiografia*, 2015.

Esta pesquisa vai tratar, mais adiante, da elaboração de narrativas historiográficas para a província do Ceará na segunda metade do século XIX. Não obstante, julgamos necessário compreender antes como se deu o processo histórico que possibilitou, durante o século XVIII, a formação do que hoje conhecemos como o território do Ceará, a partir da introdução da pecuária extensiva, da fundação de vilas e das guerras empreendidas contra os povos indígenas. Buscamos perceber como o avanço da colonização esteve atrelado à instalação de currais de gado ao longo das ribeiras dos grandes rios da capitania cearense.

Como veremos, a produção de carnes salgadas foi fundamental para a manutenção da mão de obra escravizada na Zona da Mata pernambucana. Com o declínio dessa atividade econômica no Ceará, em função das secas que dizimaram os rebanhos, tem-se o crescimento da atividade agroexportadora, que vai alcançar o seu auge, em meados do século XIX, com a produção e exportação de algodão para a Europa. Esse fluxo de capitais permitirá o acúmulo de riquezas, sobretudo, nos centros produtores e exportadores. Com a centralização político-administrativa de Fortaleza, como principal núcleo da província, verifica-se um processo de melhoramentos urbanos na sua infraestrutura, a criação de instituições de ensino secundário, de veículos de imprensa e agremiações científico-literárias.

Esse processo será, portanto, fundamental para a formação de uma elite intelectual na capital da província. A passagem da Comissão Científica de Exploração pelo Ceará, entre 1859 e 1861, deu-se num momento em que pelo menos quatro intelectuais (João Brígido, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Alencar Araripe e Pedro Théberge) estavam empreendendo pesquisas acerca do passado da província. Com exceção de Araripe, que estava morando em Recife, todos os outros estabeleceram contato com os membros da comissão. Nosso intuito, ao tratar da passagem dessa comissão de exploração pelo Ceará, foi justamente perceber como se deu esse contato entre mundos tão distintos (a Corte e a província). Para isso, tomamos o *Diário de viagem de Freire Alemão* como fonte de informações valiosas, que nos permitiram refletir, entre outras coisas, sobre o descompasso entre um projeto que se queria nacional e as preocupações voltadas para as realidades locais.

## 1.1 Do espaço-tempo das ribeiras a inserção na divisão internacional do trabalho

A formação territorial do Ceará deu-se, com efeito, a partir de um longo processo de ocupação dos sertões através da instalação, ao longo das ribeiras dos grandes rios, de inúmeros currais para a criação de gado. Nesse sentido, a circunscrição do território teve como principal fundamento a guerra de extermínio contra os povos indígenas que viviam por toda a região, notadamente nas proximidades dos principais cursos de água. Assim, a expansão colonial, iniciada no litoral, adentrou os sertões cearenses seguindo o fluxo dos rios até suas nascentes. “A colonialidade subjugou a força e o fluxo dos rios a uma lógica de produção de fronteiras, dos maiores para os menores cursos, em movimentos diversos de avanços e recuos”<sup>35</sup>. O controle do território passava necessariamente pelo controle dos rios, fundamental para a consolidação da ocupação colonial que se materializava e se estabelecia a partir da concessão de sesmarias e da criação de vilas no interior da capitania.

Como explica Anderson Camargo Rodrigues Brito, “O avanço da instituição de títulos de terras, associado à constituição de aldeamentos e de ações de extermínio, promovem a produção de uma geografia do poder que suplanta a dinâmica territorial desses espaços”<sup>36</sup>. Essa lógica, de dominação do território, dos rios e das populações indígenas, tem na criação de vilas seu principal instrumento de manutenção da colonização portuguesa. No Ceará, as primeiras vilas só foram fundadas, efetivamente, entre finais do século XVII e início do século XVIII, num processo de formação territorial que passou a ser compreendido como tardio e periférico. De acordo com Raimundo Jucier Sousa de Assis:

A ocupação tardia do Ceará, dialeticamente, era a existência/resistência de um outro modo de vida (indígena) que tinha sua relação com a terra, com a natureza e entre eles, bem diferente daquilo que apareceria e era trazido com a Pecuária, isto é, a propriedade privada, a divisão do trabalho entre proprietários e trabalhadores, a circulação do dinheiro, a evangelização cristã da “alma”, a ordem do falar somente em português e a maneira de passar a enxergar a natureza como recurso, isto é, de deixar de vê-la como natureza natural<sup>37</sup>.

As primeiras vilas surgem, portanto, no litoral da costa cearense, como mecanismos de proteção contra possíveis invasões do território, e nos sertões como desdobramentos da subordinação das populações indígenas locais. Além disso, “as vilas

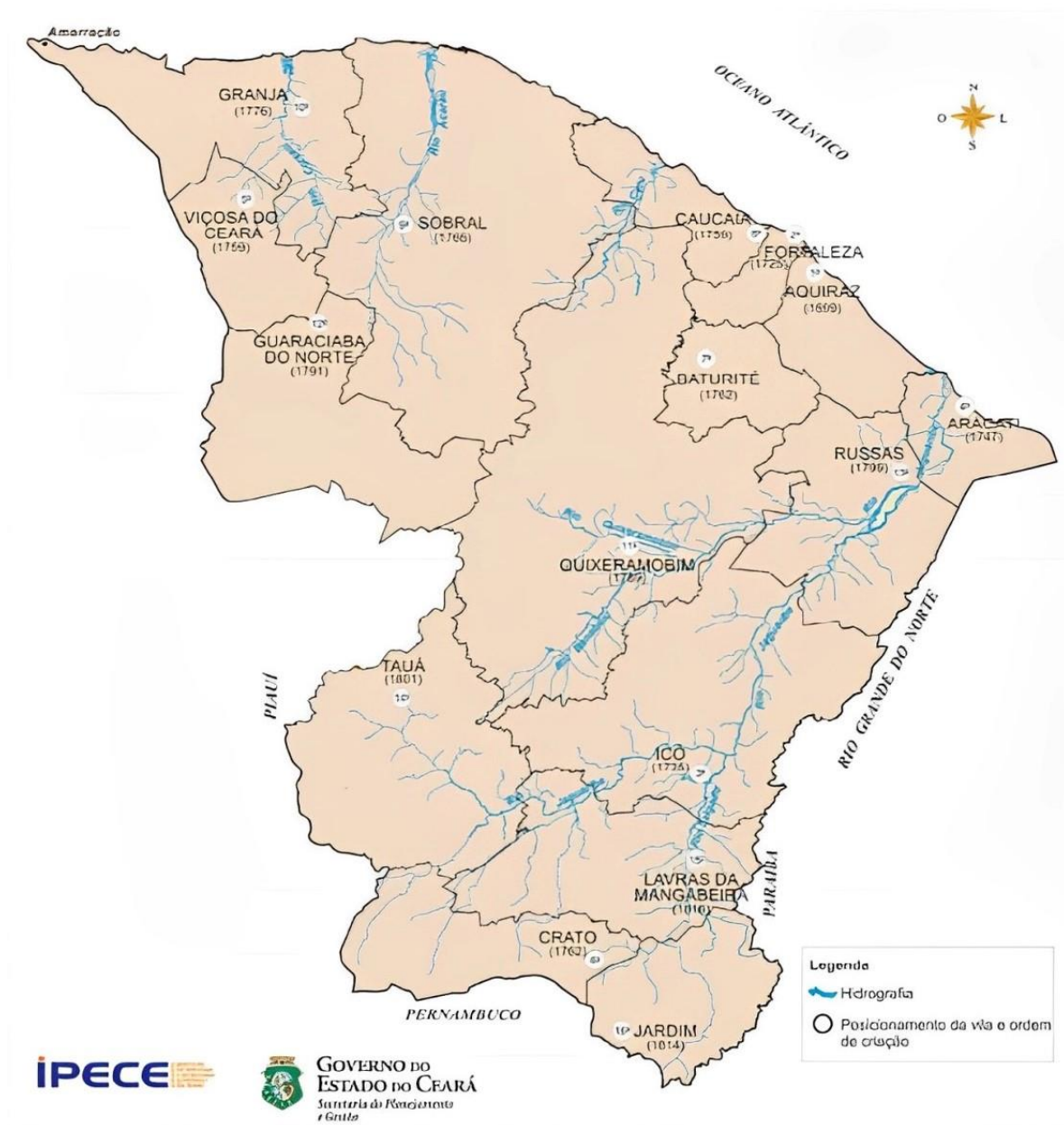
<sup>35</sup> BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Rio Jaguaribe, das entradas aos Açudes**: a guerra como fundamento da formação territorial do Ceará. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023, p. 49.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>37</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 54.

surgiram também por razões econômicas, com destaque para a pecuária, com suas rotas e percursos no mercado interno, além de seus efeitos multiplicadores”<sup>38</sup>. Nessa dinâmica territorial complexa, as vilas vão se estabelecendo “nas margens dos rios e dos vales do Salgado, Acaraú, Banabuiú, Coreaú, Mundaú e, principalmente, Jaguaribe”<sup>39</sup>.

**FIGURA 1 – Primeiras vilas criadas nas bacias hidrográficas do Ceará (1699-1822)**



**Fonte:** PONTES, Lana M. V. de; ALBUQUERQUE, Emanuel L. S; MEDEIROS, Cleyber N de. **A questão dos limites municipais do Estado do Ceará**. 1º vol. Fortaleza: IPECE, 2012, p. 11.

<sup>38</sup> PONTES, Lana M. V. de; ALBUQUERQUE, Emanuel L. S; MEDEIROS, Cleyber N de. **A questão dos limites municipais do Estado do Ceará**. 1º vol. Fortaleza: IPECE, 2012, p. 8.

<sup>39</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 53.

Esse processo, de consolidação da ocupação do território a partir da criação das primeiras vilas cearenses, costuma ser dividido em dois momentos. O primeiro, situado entre 1699 e 1762, estaria relacionado ao início da colonização, do estabelecimento dos currais de gado nos sertões e das guerras contra os povos indígenas. O segundo, por sua vez, teria relação direta com o desenvolvimento de fluxos comerciais a partir da expansão da pecuária.

No que tange ao primeiro momento, foram criadas as vilas de Aquiraz (1699); Fortaleza (1725); Icó (1735); Aracati (1747); Viçosa do Ceará (1759); Caucaia (1759); Crato (1762) e Baturité (1762). Já em relação ao segundo momento, tem-se a criação das seguintes vilas: Sobral (1766); Granja (1776); Quixeramobim (1789); Russas (1799); Tauá (1801); Jardim (1814); Lavras da Mangabeira (1816) e Jucás (1823)<sup>40</sup>. Como observa Reginaldo Alves de Araújo, “tamanho ampliação da presença do Estado português na região é sintoma de uma política centralizadora adotada a partir do século XVIII”. Desse modo, é que, “em termos políticos, podemos dizer que o Ceará enquanto espaço integrado ao Império português, surge de fato no século XVIII”<sup>41</sup>, ainda que ocupasse, nesse momento, uma posição periférica.

Com efeito, o espaço geográfico, que chamamos hoje Ceará, foi, até o final do século XVIII, uma capitania anexa à capitania geral de Pernambuco, “centro açucareiro-econômico, político, escravista e ‘intelectual’” da região Norte<sup>42</sup>. Essa relação se caracterizava tanto pela subordinação administrativa, uma vez que “o capitão-mor do Ceará” devia “submeter-se às decisões do ilustríssimo, excelentíssimo e generalíssimo governador da capitania geral”<sup>43</sup>, quanto pela dependência comercial com a praça de Recife, com a qual o Ceará mantinha relações de trocas mercantis quase que exclusivas, já que, até 1808, “todo comércio exterior era proibido para as capitanias anexas, podendo apenas ser realizado através do porto do Recife”<sup>44</sup> e com o intermédio de Portugal.

No que se refere ao Ceará, pode-se dizer que o porto da vila de Aracati foi durante muito tempo o principal núcleo de exportação para Recife, o que possibilitava escoar grande

<sup>40</sup> PONTES, Lana M. V. de; ALBUQUERQUE, Emanuel L. S; MEDEIROS, Cleyber N de. **A questão dos limites municipais do Estado do Ceará**. 1º vol. Fortaleza: IPECE, 2012, pp. 8-10.

<sup>41</sup> ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria. In: MELO, Francisco Dênis; SILVEIRA, Edvanir Maia da (org.). **Nas trilhas do Sertão: escritos de cultura e política do Ceará**. Vol. 7. Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, pp. 251-268, 2022, p. 254.

<sup>42</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 52.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado Nacional no Ceará: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Bianca Moraes da (org.). **Cultura, política e identidade: Ceará em perspectiva**. II. Fortaleza: Iphan, pp. 15-40, 2017, p. 16.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Seará grande no século XVIII. In: VIANA JÚNIOR, Mario Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, pp. 12-34, 2011, p. 22.

parte da produção agropecuária, além de intermediar o fluxo de mercadorias que abasteciam o mercado interno, sobretudo os sertões dessa capitania. Esse predomínio econômico da vila de Aracati se devia, em grande medida, ao pujante negócio de criação de gado para beneficiamento de carne salgada e couro, que se estabeleceu na ribeira do rio Jaguaribe, no início do século XVIII, com a instalação de centenas de currais e oficinas de charque que, segundo Almir Leal de Oliveira, chegavam a abater “cerca de 20.000 reses por ano”<sup>45</sup>.

Essa atividade comercial esteve intimamente associada ao tráfico de escravos, o que acabou por torná-la ainda mais lucrativa, tanto para os criadores de gado e os charqueadores da ribeira do Jaguaribe, que produziam as carnes e as destinavam à praça de Recife, quanto para os comerciantes recifenses que expandiram os seus negócios em direção à África, a partir da criação de Companhias que exportavam o charque para aquele continente. A introdução do charque na costa africana fez dele um dos principais itens da alimentação de africanos cativos nos portos, bem como durante a travessia do Oceano Atlântico em direção às colônias do Novo Mundo. O aumento da demanda pelos produtos da terra, dentre eles o charque, e, por conseguinte, dos lucros correspondentes às exportações, permitiu a essa atividade comercial financiar o tráfico de escravos para as lavouras do Brasil, favorecendo, sobretudo, os senhores de engenho da região açucareira da Zona da Mata pernambucana.

Essa complexa rede de negócios perdurou até finais do século XVIII, quando a produção de charque da vila de Aracati sofreu um forte colapso em decorrência da seca de 1790-1792 que dizimou os rebanhos da ribeira do Jaguaribe, sendo substituída, a partir de então, pela produção de charque do Rio Grande do Sul. Não obstante, como observa Denise Monteiro Takeya, essa desarticulação das atividades comerciais, relativas ao declínio do comércio de carnes no Ceará, acabou por “abrir espaço para a agricultura de exportação”, o que, segundo essa autora, “coincidiu com uma retomada da produção agrícola na economia colonial como um todo”<sup>46</sup>. A reorganização das atividades produtoras, com destaque para o protagonismo das atividades agroexportadoras, deu-se, com efeito, num contexto de importantes transformações sociais, articuladas

à Revolução industrial inglesa, ao crescimento da população europeia no século XVIII, às Guerras Napoleônicas e às lutas coloniais, que desarticularam regiões produtoras. Assim, o cultivo tanto de matérias-primas tropicais importantes para a

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Siará grande no século XVIII. In: VIANA JÚNIOR, Mario Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, pp. 12-34, 2011, p. 23.

<sup>46</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 95.

indústria têxtil em expansão na Europa – como o algodão –, quanto de produtos alimentícios – como o arroz e a cana-de-açúcar – teve no Brasil uma fase de prosperidade. A vinda da família real portuguesa e a consequente abertura dos portos brasileiros em 1808, decorrentes das agitações e das mudanças no cenário europeu, reforçaram esse incremento da atividade agrícola, na medida em que facilitaram o escoamento da produção, sobretudo da produção algodoeira para a Inglaterra<sup>47</sup>.

O algodão passou, portanto, a figurar como um dos principais produtos na pauta de exportações brasileiras. A expansão da produção algodoeira no Brasil foi potencializada, em grande medida, com a interrupção da produção americana, como consequência da Guerra de Independência dos Estados Unidos. No caso do Ceará, especificamente, “o surgimento e a expansão da agricultura ensejaram a autonomia administrativa”, concedida, efetivamente, em carta régia de 24 de janeiro de 1799, o que possibilitou ao Ceará o direito de comercializar diretamente com a metrópole portuguesa. Esse fato, como lembra Denise Monteiro Takeya, “pôs em marcha as mudanças que iriam definir o perfil da economia cearense no decorrer do século XIX”<sup>48</sup>.

Se por um lado o aumento da produção e das exportações de algodão ajudou a consolidar Aracati e Icó “como centros comerciais importantes”, por outro colocou Fortaleza, já no início do século XIX, na rota das trocas comerciais com a Europa, “considerando-se que ‘[seu] porto era o único vinculado diretamente com o mercado inglês’”<sup>49</sup>. Essa posição estratégica que Fortaleza passou a desempenhar no cenário da economia local representou melhorias na sua infraestrutura portuária que garantiram no espaço de algumas décadas sua ascensão como núcleo (comercial, político e administrativo) hegemônico.

Ao longo da primeira metade do século XIX, no entanto, Fortaleza seguiu ocupando um papel secundário na “hierarquia econômica” da província, protagonizado no litoral pelo “porto-cidade de Aracati”, e no sertão pelas “cidades de Icó, Sobral, Crato etc.”<sup>50</sup>, situação essa que só foi alterada no Segundo Reinado “pela centralização política, pela centralização comercial dos produtos de exportação e pelo agrupamento de grupos de intelectuais”<sup>51</sup> que conferiram à Fortaleza predominância em relação aos demais centros de poder da província.

<sup>47</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 95.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>50</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 29.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 20.

A centralização político-administrativa nas capitais de província atendia aos interesses que emergiram com a consolidação do Estado nacional brasileiro, essa predileção pelas capitais visava dar um fim à dispersão de poder que imperava entre as oligarquias regionais, que desfrutavam de certa autonomia (herança do período colonial) e defendiam interesses locais que representavam, aos olhos do poder imperial, um constante risco de desintegração do território. A esse respeito, Maria Auxiliadora Lemenhe nos diz que:

Na instituição do regime centralizado de poder, que marca a rigor todo período imperial, destacam-se duas ordens de questões, importantes para a compreensão do que consideramos “privilegiamento” das capitais provinciais. Primeiro, enquanto não ocorre a confluência de interesses entre as facções regionais e a dominante no centro e o acomodamento das “facções liberais” e “conservadoras” no controle político do Estado-Nação, surgem conflitos urbanos e rebeliões armadas em várias províncias. *Para garantir a unidade ameaçada, reprimindo as rebeliões, emergem as capitais-provinciais, como nucleadoras do poder político e militar, reproduzindo ao nível das regiões o papel exercido pela capital imperial. Neste sentido, sua função é manter a ordem, à luz das imposições centralizadoras.* No caso particular de Fortaleza, que apenas iniciava, como vimos, o processo de aglutinação da produção agrícola para exportação, a posição de centro intermediário de controle político-militar iria conferir ao núcleo poder sobre os demais, como sede da administração e do aparato militar. Segundo, a centralização instituída para organizar os interesses da classe dominante no centro, quer para conter o poder exercido pelos proprietários nos domínios-empresa, quer para barrar as intenções autonomistas das oligarquias regionais, foi viabilizada pelo esvaziamento dos municípios interioranos e fortalecimento das capitais-provinciais como núcleos intermediários na captação dos produtos para o mercado externo e de tributos para o centro<sup>52</sup>. (Grifos nossos)

Ainda que a organização de partidos políticos tenha viabilizado a centralização de poder na capital da província e contribuído para conter as disputas e as rivalidades entre os potentados sertanejos e o litoral, é importante notar que esses clãs familiares rapidamente foram se integrando ao universo político-partidário, isso porque fazendeiros e latifundiários logo perceberam que o engajamento nas facções e nos partidos políticos, bem como a participação no processo eleitoral, era a forma mais eficaz de garantir a manutenção do poder de mando e da autoridade que estavam acostumados a exercer em seus domínios territoriais.

Na segunda metade do século XIX a hegemonia de Fortaleza sobre as demais cidades do Ceará finalmente se consolida. Com a inserção da cidade na divisão internacional do trabalho e com um novo crescimento das exportações de algodão, Fortaleza se torna o principal entreposto comercial da província com a Europa. De acordo com Leslie Bethell, “o algodão respondia por 5% a 10% das exportações brasileiras em meados do século, mas chegou a 20% durante a Guerra Civil americana, quando a produção dos Estados Unidos

<sup>52</sup> LEMENHE *apud* TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 100.

despencou bruscamente”<sup>53</sup>. Na província do Ceará as exportações subiram, progressivamente, de 863.479 quilos em 1860 para 7.253.893 quilos em 1870<sup>54</sup>. Com esse aumento exponencial da produção e exportação de algodão para a Europa tem-se o início de um período no Ceará, que ficaria marcado por aquilo que Almir Leal de Oliveira chama de “prosperidade provincial”. Para efeito de comparação entre dois momentos de crescimento das exportações, vejamos os números referentes à década de 1810 e em seguida às décadas de 1850 e 1860.

**FIGURA 2 – Exportação de algodão pelo porto de Fortaleza (1810-1819)**

Ano	Quilos
1810	169.072
1811	172.071
1812	152.550
1813	312.675
1814	316.705
1815	245.895
1816	358.875
1817	181.440
1818	462.960
1819	636.360

**Fonte:** Adaptação de GIRÃO, Raimundo. História econômica do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. *Apud* TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará:** origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 96.

**FIGURA 3 – Exportação de algodão no Ceará (1850-1870)**

Ano	Quilos
1850	717.293
1851	630.337
1852	991.628
1853	746.915
1854	703.303
1855	954.062

<sup>53</sup> BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coor.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 131-177, 2012, p. 139.

<sup>54</sup> Cf. ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel:** projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.



<b>1856</b>	904.334
<b>1857</b>	1.128.168
<b>1858</b>	1.091.375
<b>1859</b>	1.139.354
<b>1860</b>	863.479
<b>1861</b>	745.828
<b>1862</b>	646.050
<b>1863</b>	888.290
<b>1864</b>	1.403.261
<b>1865</b>	2.002.114
<b>1866</b>	2.380.838
<b>1867</b>	4.332.412
<b>1868</b>	4.686.300
<b>1869</b>	5.219.147
<b>1870</b>	7.253.893

**Fonte:** Adaptação dos dados citados por ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Ferrovias de Papel:** projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Departamento de Geografia, 2011, p. 38.

Os números nos ajudam a visualizar melhor os períodos de maior e menor exportação de algodão na província do Ceará. Ainda que na década de 1810 as exportações estivessem sob o efeito de “uma recessão econômica mundial” que se estenderia por toda a década de 1830 e “uma retração da economia brasileira, caracterizada pela baixa dos preços, devido a um acirramento da concorrência nos mercados internacionais”. No caso do “algodão, especificamente, o restabelecimento da produção americana, no pós-guerra, representou um duro golpe”<sup>55</sup> para a produção brasileira. Por outro lado em meados da década de 1850 as exportações voltaram a crescer, sendo bastante expressivas as exportações entre 1857-1859. Segue-se um período de oscilações nos números com um novo crescimento verificado a partir de 1864. Em *História econômica do Ceará*, Raimundo Girão cita um trecho das memórias de Rodolfo Teófilo, que, por essa época, “era caixeiro em um dos galpões da comercialização de algodão na ‘praia’”<sup>56</sup>. A descrição de Teófilo, para além dos números, nos ajuda a compreender melhor o ambiente de efervescência no Ceará com o *boom* do algodão:

<sup>55</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará:** origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 98.

<sup>56</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel:** projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, 71.

O extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido à alta deste produto nos mercados europeus, consequência da guerra civil dos Estados Unidos.

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

Em breve, porém, começaram as economias do lavrador a enriquecer as províncias vizinhas, onde se iam prover de farinha e legumes: as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo, de fazendas finas.

Aqueles que assim não dissipavam seus lucros, os empregavam na edificação de casas. Próximo aos pontos mais produtores de algodão, levantaram-se arraiais, transformados logo depois em povoações. Mal aplicada economia, porque, além de ser ínfimo o rendimento da quantia despendida, a propriedade ficaria sem cotação.

A colheita de 1863 fez duplicarem-se as lavras, que no ano seguinte produziram 1.135.650 quilogramas.

Convém notar que este resultado era todo devido ao trabalho livre; o lavrador preferia pagar aos assalariados 1\$280 diários, a empregar nas roças os seus poucos escravos.

Durante a safra, o comércio da capital apresentava uma animação extraordinária; ruas e praças cheias de animais que tinham transportado do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboieiros, de freteiros, de donos de mercadorias, cada qual com o seu rol de encomendas, a comprar o necessário e o supérfluo.

A notícia da grande produção do algodão em breve atraiu, de outros pontos do Brasil e da Europa, especuladores, que fundaram novas casas comerciais.

Era a idade de ouro. Em 1866 na cidade da Fortaleza foram vendidos 2.066.673 quilogramas de algodão a 26\$000 os 15 quilogramas, o maior preço que atingiu.

Cada vez mais se acelerou a atividade dos lavradores ambiciosos e imprevidentes. Aos golpes do machado destruidor iam caindo diariamente as matas; devorava-as depois o incêndio; surgiam novas e numerosas lavras<sup>57</sup>.

Além do algodão, vale salientar, que houve um aumento das exportações de outros produtos primários, tais como: açúcar, couros, borracha e, sobretudo, café. Essa diversificação nos produtos de exportação e a melhoria dos preços de alguns desses produtos junto ao mercado internacional, possibilitou um equilíbrio na balança comercial, que durante toda a primeira metade do século XIX fora deficitária. Segundo Denise Monteiro Takeya, “na segunda metade do século, o comércio exterior do Ceará, apresentava um certo equilíbrio entre as exportações e as importações, acompanhando, aproximadamente e mais uma vez o movimento da balança comercial brasileira, pensada como um todo, que a partir de 1860 passou a ter saldo positivo”<sup>58</sup>. Todo esse crescimento econômico se converteria, portanto, em transformações urbanas importantes, bem como ensejaria a formação de uma elite letrada.

<sup>57</sup> GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Programa Editorial da Casa de José de Alencar, 2000, pp. 232-233.

<sup>58</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 103.

## 1.2 As reformas urbanas e a formação de uma elite intelectual

O superávit comercial permitiu um processo de acumulação de riquezas nos grandes centros urbanos pela burguesia comercial emergente, o que se verificou também entre os grandes proprietários das zonas produtivas como Icó, Sobral, Crato, Aracati, Maranguape, Uruburetama, Baturité, entre outras. Como consequência, o aumento das rendas públicas garantiu melhorias na infraestrutura comercial da província: “construção de armazéns, agências financiadoras”, bem como: “ferrovias, pontes e serviços públicos”<sup>59</sup>. Nesse sentido, como lembra Sebastião Rogério Ponte:

Sob o influxo do crescimento comercial, da concentração de capitais na cidade e da assimilação dos novos padrões e valores burgueses europeus, as novas elites se voltaram para a construção de novas e suntuosas edificações que evidenciavam seu poderio econômico e seu alinhamento com o senso estético do mundo moderno<sup>60</sup>.

A partir dessa “inserção da cidade na economia mundial” será possível verificar “a emergência tanto de uma elite burguesa como de setores médios constituídos, entre outros, por advogados, jornalistas, médicos e engenheiros”<sup>61</sup>. O crescimento econômico permitiu importar da Europa (sobretudo da França e da Inglaterra) os mais variados artigos<sup>62</sup> que possibilitaram a elite local ter acesso ao ideário civilizatório europeu através de seu aparato material e simbólico. Esse movimento foi potencializado pelo “aumento da migração para a capital de proprietários rurais e seus dependentes” que “contribuiu para fortalecer o mercado interno”<sup>63</sup>. Além do fluxo de fazendeiros ricos para a capital, o adensamento populacional foi marcado pela “constante migração do homem do campo expulso da terra pela seca e, especialmente, pela estrutura de poder baseada nas relações de dominação e de dependência

<sup>59</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, pp. 85-97.

<sup>60</sup> PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1960-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993, p. 31.

<sup>61</sup> CHAVES, José Olivenor Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Coleção Fortaleza: história e cotidiano**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 49-74, 2002, p. 50.

<sup>62</sup> “[...] fardos de fazenda inglesa e francesa, ferragens, caixas com garrafas e tonéis de vinho, cervejas, louças e cristais, calçados franceses, instrumentos musicais, farinha de trigo, manteiga, queijos do Reino, brinquedos, perfumes [...] dentre outros gêneros, podemos destacar os livros, revistas e jornais [...] Pelos malotes do correio marítimo que eram desembarcados na Alfândega da cidade chegavam os livros de Taine, Spencar, Darwim, Buckle e outros” OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 15-40, 2002, pp. 16-17.

<sup>63</sup> LEMENHE *apud* TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 110.

peçoal. Essa estrutura, típica das relações de poder no campo, contribuirá para acentuar a fome e a miséria, tornando, assim, mais visíveis as diferenças sociais”<sup>64</sup>.

Assim, o espaço urbano passa a evidenciar o contraste entre dois mundos conflitantes, incompatíveis e inconciliáveis. A elite, convencida de seu avanço material, não via com bons olhos a presença de retirantes na capital. Segundo José Olivenor Souza Chaves,

a presença de milhares de retirantes na cidade, antes de ser expressão de uma suposta modernidade, é o retrato vivo da miséria. Feios, sujos e quase irreconhecíveis, os retirantes chocavam os olhos de uma elite cidadina. Nesse sentido, acentua-se o desejo de criar uma cidade limpa, arejada, espaçosa e habitada por pessoas sãs que não colocassem em risco o progresso material e o desenvolvimento moral da população de Fortaleza. Era preciso, pois, higienizá-los e policiá-los com o intuito de torná-los mais obedientes e mais úteis ao progresso da cidade<sup>65</sup>.

Foi com o intento de vigiar a população mais pobre, a partir de medidas que visavam conter o avanço da presença daqueles considerados indesejáveis, sob a justificativa de combater as epidemias recorrentes, que as autoridades provinciais promoveram uma série de reformas no espaço urbano da cidade de Fortaleza, dentre elas pode-se destacar:

[...] a construção dos prédios da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1861 e da Cadeia Pública em 1866; a introdução das linhas de navios a vapor ligando Fortaleza ao Rio de Janeiro e à Europa no ano 1866; a criação em 1867 da rede de iluminação pública, bem como a introdução do sistema de canalização d’água; e a construção, em 1871, do prédio da Assembleia Legislativa<sup>66</sup>.

Essas reformas atendiam aos interesses da burguesia comercial, pois eram fundamentais para o avanço dos negócios e para a preservação da estrutura social na qual ocupavam um lugar privilegiado. Nesse contexto, proliferaram-se discursos que visavam ordenar o espaço da cidade, associando-se, por vezes, a pobreza ao vício e as doenças que assolavam a capital, enfatizando-se a presença dos pobres como um obstáculo ao progresso e ao bem estar social<sup>67</sup>. A articulação entre saber e poder representará o triunfo desse modelo de sociedade emergente, pois a ciência será utilizada para justificar as desigualdades evidentes e ratificar o domínio de uma minoria sobre a maioria. O acesso à instrução pública ficará

<sup>64</sup> CHAVES, José Olivenor Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Coleção Fortaleza: história e cotidiano**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 49-74, 2002, p. 50.

<sup>65</sup> Ibidem, pp. 50-51.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>67</sup> Cf. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1960-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993.

circunscrito aos filhos da burguesia comercial e agrária, o que resultará na formação de uma elite letrada que se autoproclamará, dentre outras coisas, responsável por escrever a história.

Nesse contexto de crescimento econômico e de formação do Estado nacional, a educação superior foi um dos elementos mais importantes para a manutenção dos interesses das classes dominantes. Isso porque o acesso à educação, de um modo geral, era restrito a uma pequena parcela da população brasileira, o que significava, segundo José Murilo de Carvalho, que “Com um índice de analfabetismo de 85% da população, o Brasil constituía uma ilha de letrados num mar de analfabetos”<sup>68</sup>. No que se refere ao Ceará, propriamente, a situação não era muito diferente, de acordo com Almir Leal de Oliveira, “em 1872, 88,46% da população era analfabeta (85,84% deduzindo a população menor de 5 anos de idade). Das províncias era a menor taxa de alfabetização”<sup>69</sup>.

Assim, a educação superior, fundamental para a formação de quadros para a composição do aparelho burocrático do Estado, foi desde o período colonial acessada, quase que majoritariamente, pelos filhos de fazendeiros e comerciantes ricos, enviados, em sua maioria, para estudar em Coimbra. Com a independência do Brasil, foram inauguradas em 1828 duas Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda (transferida para Recife em 1854). Predominava, portanto, entre os filhos da elite a formação jurídica, isso porque, segundo Lilia Moritz Schwarcz, “a profissão e a figura do bacharel tornavam-se estimadas no Brasil. O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *strictu sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito”<sup>70</sup>. Com efeito, grande parte da elite política brasileira passou a ser composta por bacharéis em direito.

No Ceará, por exemplo, segundo Celeste Cordeiro, “a maior parte da elite política possuía diplomação superior, com a predominância de bacharéis e padres, principalmente entre 1860 e 1867”<sup>71</sup>. A formação intelectual garantia não só a possibilidade de um emprego público, ou o ingresso na política, como conferia prestígio perante a sociedade. Com isso, pode-se dizer que um marco importante para a formação de uma elite intelectual na província do Ceará foi a criação, em 1845, do Liceu do Ceará, que passou a oferecer uma educação

<sup>68</sup> CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 19-35, 2012, p. 35.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 15-40, 2002, p. 24.

<sup>70</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras. 1993, p. 186.

<sup>71</sup> CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997, p. 82.

escolar secundária aos filhos da elite local. Isso porque “Até então, os estudantes que concluíssem as classes de primeiras letras, públicas ou particulares, deveriam prestar os cursos secundários e preparatórios para as academias do país em Recife, Salvador ou na Corte”<sup>72</sup>. Esse fato por si só, acabava por tornar o acesso aos cursos superiores ainda mais restritos. Como observa Almir Leal de Oliveira: “A criação de um liceu na província ampliava a possibilidade de ingresso de membros da elite local nas academias, e ampliaria também o nível de participação política provincial no universo da política imperial”. Segundo o historiador, “a criação do Liceu se inscreve em um processo mais amplo de constituição da própria elite dirigente local”<sup>73</sup>. Vale registrar que foi por essa mesma época, mais precisamente em 1849, que Fortaleza viu funcionar o primeiro estabelecimento comercial que vendia livros entre seus principais itens, de propriedade do comerciante português Manuel Antônio da Rocha Júnior. Segundo Ozângela de Arruda Silva:

O Sr. Rocha Júnior não optou por abrir uma livraria propriamente dita, e sim por usar sua loja de diversos, já existente, como ambiente onde, ao lado de uma diversidade de mercadorias, seus clientes também poderiam escolher livros. Dessa forma, sem que se apresentasse como dono de uma livraria nos anúncios, passou a atuar como livreiro, vendendo diversos tipos de impressos desde meados da década de 1840, antecipando os posteriores estabelecimentos que se reconheciam e se apresentavam na cidade como livrarias ou “lojas de livros”<sup>74</sup>.

Já em 1863 foi criado o Ateneu Cearense, instituição privada que teve um papel fundamental na consolidação dos cursos secundários e acabou por ganhar a preferência das elites locais em detrimento do Liceu do Ceará. Por essa instituição passaram vários daqueles que estariam entre os mais importantes intelectuais da província nas décadas seguintes, entre os quais podemos destacar: Rodolfo Teófilo, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, Capistrano de Abreu e Guilherme Studart.

Outro grande empreendimento intelectual deu-se com a criação da Biblioteca Pública em 1865, que segundo dados apresentados por Celeste Cordeiro, já em 1870 dispunha “de 5.543 volumes, entre os quais se contavam 1.152 de literatura, 945 de história, 520 de ciência e artes, 255 de teologia e 250 de direito”<sup>75</sup>. Esse universo letrado e de formação nos cursos secundários garantiam aos filhos da elite cearense o ingresso nas instituições de ensino

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha. 2002, p. 17.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>74</sup> SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891). Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da linguagem, 2009, p. 28.

<sup>75</sup> NOGUEIRA *apud* CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos**: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial. São Paulo: Annablume, 1997, p. 88.

superior, sobretudo, nas faculdades de Direito de São Paulo e de Recife e das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. A maioria dos egressos dessas instituições retornava à província para se ocupar da política e da administração pública. Como lembra Sebastião Rogério Ponte:

Essas elites intelectuais, importa sublinhar, desempenham papel fundamental na construção de uma nova ordem urbana. Assinaladas pela racionalidade cientificista em voga na Europa, formavam instituições de saber, compartilhavam dos mesmos anseios civilizatórios das classes dominantes, e colaboraram estreitamente com o Estado ao conferir a competência técnica que o poder então carecia. Ao mesmo tempo [em] que galgavam prestígio científico e político, os grupos de letrados pretenderam instaurar novos conhecimentos e representações sobre a cidade, fazendo circular um campo de diversificadas verdades e medidas voltadas para o ajustamento da população às novas regras da vida e trabalho urbanos<sup>76</sup>.

Munidos de um conhecimento especializado e respaldados pela autoridade do discurso científico, esses intelectuais passaram a articular os mais diversos campos da produção do conhecimento a fim de construir a sociedade que julgavam ser a ideal. Foi nesse período, inclusive, que começaram a surgir as primeiras tentativas de organização de uma história para a província do Ceará. Ainda que bastante insipientes esses estudos caracterizavam-se, quase que majoritariamente, pela descrição dos fatos, com pouca ou nenhuma crítica documental. O que pode ser explicado, em alguma medida, pela indefinição, entre esses intelectuais, dos métodos e procedimentos que caracterizariam o ofício do historiador. O primeiro desses trabalhos foi publicado no jornal *O Araripe* em 1859, trata-se de *Apontamentos para a história do Cariri*, de João Brígido, publicado em livro em 1861. Já em 1863 e 1864 tem-se a publicação dos dois tomos de *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Seguido da publicação em 1867 de *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, de Tristão de Alencar Araripe, talvez aquele que primeiro fundamentou seu trabalho numa crítica dos documentos. Para fechar essa década tem-se a publicação póstuma em 1869 de *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, graças ao esforço de seu filho Henrique Théberge. Outros dois volumes serão publicados posteriormente, respetivamente em 1875 e 1895. (As questões relativas a esses trabalhos, especificamente, serão abordadas no capítulo 2 desta dissertação).

Outro aspecto importante da atuação desses intelectuais na vida pública se verifica a partir de uma análise do papel que desempenharam na imprensa, fosse colaborando com a fundação de jornais e revistas, fosse dirigindo ou escrevendo para esses veículos que

---

<sup>76</sup> PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1960-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993, p. 15.

acabavam por se tornar espaços de divulgação de ideias e de debates políticos. Por essa época circulavam na capital da província “seis jornais, dos quais quatro diários. Os diários eram *Pedro II* e *Constituição* (conservadores) e *O Cearense* e *Jornal de Fortaleza* (liberais). Havia ainda o semanário católico *Tribuna Católica* e o *Imparcial*, circulando duas vezes por semana”<sup>77</sup>. O jornal *O Cearense* pode ser tomado como um exemplo dessa confluência entre intelectualidade e política. Isso porque, fundado em 1846, o jornal funcionava como órgão de divulgação das ideias liberais na província. Entre os seus fundadores, redatores e membros estavam nomes como Tristão de Alencar Araripe, João Brigido, Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (Conselheiro Rodrigues Júnior), Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, dentre outros.

Assim, conforme aponta Denise de Menezes Dantas, “Na primeira metade do século XIX, a circulação de jornais, geralmente ligados ao governo, já marcava presença em Fortaleza. Esses eram eminentemente políticos”. Contudo, a autora destaca que “foi na segunda metade do século que a imprensa cearense apresentou um grande desenvolvimento”, ocasião “em que o debate político se intensificou com a criação dos partidos”, configurando-se, por conseguinte, um momento “propício para a fundação de jornais não só na capital da Província, mas em outras regiões e localidades”<sup>78</sup>. Nesse sentido, pode-se observar que, ao longo do século XIX, a imprensa tornou-se um instrumento fundamental para a promoção e a divulgação de determinadas ideias, notadamente daquelas que estivessem em consonância com os interesses político-partidários das elites dirigentes, que possuíam os recursos materiais necessários para a manutenção da produção e da distribuição dos jornais. De igual maneira, é preciso mencionar ainda, a importância da imprensa no “processo de constituição do campo intelectual no Brasil”<sup>79</sup>. Durante todo século XIX, esse foi o espaço por excelência de intervenção dos homens de letras no universo da vida pública nacional. A trajetória da intelectualidade brasileira passava, necessariamente, pelas linhas editoriais dos diversos jornais partidários que circulavam nos quatro cantos do império naquele momento.

Além do engajamento nos jornais, esses intelectuais contribuíram para a criação de várias agremiações científicas e literárias. A mais importante delas foi, certamente, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, cuja fundação deu-se, no dia 4 de março de 1887, em uma sala da Biblioteca Pública de Fortaleza, com o fim “de tornar

<sup>77</sup> CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos**: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial. São Paulo: Annablume, 1997, pp. 88-89.

<sup>78</sup> DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, p. 37.

<sup>79</sup> LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, pp. 111-153, 2008, p. 124.



conhecida a historia e a geographia da Provincia e de concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencias”<sup>80</sup>. Contava, inicialmente, com doze sócios, a saber: Bacharel Antônio Augusto de Vasconcellos; Antônio Bezerra de Menezes; Dr. Guilherme Studart; Joaquim de Oliveira Catunda; P. Dr. João Augusto da Frota; João Batista Perdigão de Oliveira; Dr. José Sombra; Júlio Cezar da Fonseca Filho; Juvenal Galeno da Costa e Silva; Bacharel Paulino Nogueira Borges da Fonseca; Bacharel Virgílio Augusto de Moraes e Bacharel Virgílio Brigido.

A criação do Instituto do Ceará se deu na esteira da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Tendo sido, pois, uma das primeiras instituições congêneres do IHGB a ser criada nas províncias, ficando atrás apenas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862, e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, criado em 1869. Se o IHGB cumpriu o papel de contribuir para a consolidação do Estado nacional brasileiro por meio da “definição do território nacional (limites, ocupação, grupos sociais, língua, etc.)”, o Instituto do Ceará, por sua vez, tinha entre suas prioridades “a contribuição para o conhecimento das origens do Ceará, do seu povoamento, suas fronteiras, sua trajetória no tempo e as particularidades que o singularizam na nacionalidade”<sup>81</sup>. Tratava-se, portanto, de integrar-se ao projeto de construção de uma história oficial da nação a partir da elaboração de uma história da província.

Tal iniciativa ia ao encontro daquilo que pretendia o IHGB desde os primeiros anos após sua criação, isso porque, segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, a ideia era criar

instituições semelhantes nas províncias, diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde dever-se-ia, em última instância, concentrar a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil. Esta concepção articula-se na verdade ao projeto mais amplo de centralização política, vitorioso em meados do século XIX. A ideia de transformar o IHGB em centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, tais como a sugestão feita em reunião realizada em 1842 de transformar sua biblioteca em depósito central obrigatório das obras publicadas no Brasil; o pedido aos presidentes de província do envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na esfera de competência do Arquivo Nacional, criado no mesmo ano de 1838; ou ainda o plano de Januário da Cunha Barbosa de transformar o IHGB numa central de dados de natureza estatística, levantados nas diferentes províncias. Concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> Estatutos do Instituto do Ceará. **RIC**, Fortaleza, t. 1, pp. 9-11, 1887, p. 9.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 83.

<sup>82</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1. pp. 5-27.1988, p. 16.

O vínculo institucional garantia a esses intelectuais, além da sociabilidade entre os pares, a legitimidade de enunciar seus discursos a partir de um lugar autorizado pela verdade científica. A erudição e o domínio da escrita, vistas como essenciais para a elaboração de narrativas historiográficas, passaram a ser compreendidas, cada vez mais, como elementos de distinção social, sobretudo, em uma sociedade profundamente desigual, de maioria analfabeta, na qual “o poder e o saber são privilégios que não se repartem”<sup>83</sup>. Nesse sentido, a historiografia oitocentista refletia os anseios de uma nação que se queria nova, ao mesmo tempo em que tinha que lidar com um longo passado colonial. A solução encontrada por esses intelectuais foi dar continuidade aos ideais civilizatórios da antiga metrópole. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu<sup>84</sup>.

No que se refere ao Instituto do Ceará, ficou patente, desde a sua fundação, que a definição dos marcos temporais para a história da província se daria pela ótica da colonização. Na busca por um começo histórico, seguindo os passos das narrativas historiográficas da década de 1860 e do romance *Iracema*, de José de Alencar (ver capítulo 3), elegeu-se o conquistador Martim Soares Moreno como seu pai fundador. Contudo, pode-se dizer que os intelectuais do Instituto do Ceará também buscaram “incorporar as tradições indígenas enquanto padrões culturais presentes no Ceará. Houve uma apropriação do elemento indígena na relação entre caráter étnico e identidade nacional”<sup>85</sup>. Ao mesmo tempo em que essas narrativas exaltavam o empreendimento colonial, como um ato de heroísmo da parte dos conquistadores, buscavam reconhecer a participação do indígena na formação do Ceará, omitindo os conflitos e evidenciando uma suposta colaboração.

O elemento indígena foi apresentado através dos aspectos de sua cultura que resistiram à colonização e que permaneciam no Ceará no final do século XIX. A leitura realizada pelos historiadores do Instituto foi a do reconhecimento dessas permanências, que denotavam o caráter mestiço da população (linguagem, crenças,

---

<sup>83</sup> ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 42.

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1. pp. 5-27.1988, p. 7.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 117.

lendas, superstições, costumes etc.). Foi também omitida a conquista e valorizados os grupos indígenas que colaboraram com os portugueses<sup>86</sup>.

Nesse projeto de escrita da história e de construção da identidade nacional, algumas questões se apresentaram como obstáculos a realização de tais intentos, dentre elas, a própria dispersão do povo em um território de proporções continentais. Como integrá-los ao projeto de um Estado nacional unificado? Como congregar experiências históricas e territoriais tão distintas e tão distantes umas das outras? Como superar antigas rivalidades interprovinciais em prol de um interesse comum? Como lidar com as marcas e os traumas de um passado colonial e escravocrata? Decerto, essas eram apenas algumas das questões que se apresentavam como urgentes para os intelectuais brasileiros em meados do século XIX.

### 1.3 Uma expedição científica nos sertões do Ceará

Foi, portanto, com o intento de conhecer melhor as províncias do Norte, além de “descrever, catalogar, e classificar os recursos da natureza, as riquezas do solo e do subsolo, as populações, o desenvolvimento moral e material”<sup>87</sup>, que foi criada, em 1856, no IHGB, a Comissão Científica de Exploração, a primeira expedição composta, exclusivamente, por pesquisadores brasileiros. Dividida em cinco seções, chefiadas cada uma delas por um membro do IHGB, a saber: Botânica (Francisco Freire Alemão); Geológica e Mineralógica (Guilherme Schüch de Capanema); Zoológica (Manoel Ferreira Lagos); Astronômica e Geográfica (Giacomo Raja Cabaglia) e Etnográfica e Narrativa de Viagem (Antônio Gonçalves Dias). Também integravam a comissão o pintor e desenhista José dos Reis Carvalho, além de onze ajudantes. Em janeiro de 1859, após três anos de preparações, a expedição partiu do Rio de Janeiro com destino à província do Ceará.

Para os objetivos desta pesquisa, a passagem da expedição científica pelo Ceará interessa, na medida em que nos possibilita compreender aspectos que dizem respeito às intenções de integração das províncias do Norte ao projeto de construção de uma identidade nacional. Embora, saibamos que houvesse outros interesses, como por exemplo, a busca por ouro e metais preciosos que pudessem ser explorados pelo Império brasileiro. Importa problematizar a visão que os “científicos” tiveram do Ceará e, sobretudo, de seu povo. Por outro lado, interessa de igual maneira compreender como a expedição foi vista pelos

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 117.

<sup>87</sup> PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2003, p. 7.

cearenses, tanto por aqueles homens e mulheres comuns dos sertões da província, como por aquela elite intelectual que vivia nos centros urbanos. Para isso analisaremos algumas passagens do diário de viagem de Francisco Freire Alemão, que presidia, a um só tempo, a Comissão Científica de Exploração e a seção Botânica.

**FIGURA 4 – Expedição da Comissão Científica de Exploração ao Ceará, de José dos Reis Carvalho (1859)**



Fonte: Wikipédia.

Em fevereiro de 1859 a comissão já se encontrava na capital Fortaleza, instalada inicialmente nas salas do Liceu do Ceará e posteriormente em uma casa alugada para dar guarida aos membros da expedição. O grupo de cientistas permaneceu em Fortaleza até agosto daquele ano, quando finalmente partiu para os sertões do Ceará. A empreitada, que durou pouco mais de dois anos, foi bastante conturbada, isso porque a expedição ao Ceará era constantemente criticada pela imprensa, que acusava o governo de desperdiçar recursos públicos com tal empreendimento. Outros percalços se evidenciavam com o passar do tempo, dentre eles, os desentendimentos entre os próprios membros da comissão. Segundo Maria Sylvia Porto Alegre:

Os incidentes da viagem foram amplamente explorados. O que era plano otimista, no início, foi se transformando, paulatinamente, em ambiente negativo e finalmente, hostil. Alvo de anedotário e chacotas, a expedição recebeu da população os apelidos

de “Comissão das borboletas” e “Comissão defloradora”. A oposição aos governistas insistia na acusação de que se tratava apenas de mais uma forma de desperdício dos recursos públicos e não via nela nenhum interesse concreto<sup>88</sup>.

Essa opinião também era compartilhada por muitos populares que não viam nenhum propósito naquela expedição. Segundo observava o próprio Freire Alemão em uma de suas anotações:

Há entre a gente mesmo de gravata lavada, não sei se um sentimento de inveja; ou antes estão persuadidos que as rendas gerais procedem do Ceará, e assim não podem tolerar, ou antes clamam contra os ordenados dos membros da Comissão, que todos exageram muito e contra as despesas que a Comissão acarreta. Não fazem senão lastimarem-se fazendo comparações, dizendo: gasta-se tanto dinheiro (bem entendido, o Governo geral) sem grande necessidade e nós sofrendo tantas necessidades. Um nos dizia em Morada Nova: Se o Governo nos desse oito contos de réis somente faríamos aqui muita coisa de que temos necessidade. Eu lia no seu pensamento: Se o Governo geral, que gasta tanto dinheiro sem grande necessidade, ex. gr. com a Comissão, com a viagem do Imperador, nos mandasse esse dinheiro! Outros querem dinheiro para animar a lavoura; bem entendido, se o Governo lhes desse dinheiro dado ou emprestado (que era o mesmo) para eles montarem seus estabelecimentos, saldarem suas contas? Outros clamam por caminhos e queriam que o Governo (geral) lhes mandasse fazer. Enfim todos não fazem senão lastimar o dinheiro que se gasta no Rio com teatros, quando eles têm cá tantas necessidades<sup>89</sup>.

É compreensível que uma expedição vinda de uma terra distante, como era o caso desta vinda do Rio de Janeiro, com propósitos pouco convincentes para a grande maioria da população, causasse tanto descontentamento, sobretudo, em se tratando dos dispêndios empregados pelo governo em tal empresa, uma vez que a população sertaneja demonstrava nas suas queixas e reclamações necessidades mais urgentes. Por outro lado, motivado pelas possíveis descobertas científicas, Freire Alemão via como mesquinhas e invejosas tais reivindicações que não consideravam a possibilidade de desenvolvimento e progresso de uma ciência nacional como algo de valor. Pode-se observar com esse exemplo um choque de realidades e prioridades entre “as ideias preconcebidas e o ‘Brasil concreto’ que os viajantes” encontraram<sup>90</sup>. As expectativas em torno de uma identidade nacional foram se transformando, aos poucos, em frustração, na medida em que se deparava com outras identificações, mais apegadas ao local do que ao nacional, propriamente. Nesse sentido, Freire Alemão parecia perplexo ao constatar que, “O povo do Ceará, e talvez de mais outras províncias, tem idéias

<sup>88</sup> PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas**: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2003, pp. 13-14.

<sup>89</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da (org.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 313.

<sup>90</sup> PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas**: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2003, p. 10.

muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro. Têm eles para si que o Ceará é superior a tudo o mais”<sup>91</sup>.

A decepção de Freire Alemão com o povo cearense não ficou restrita ao patriotismo local em detrimento do amor à nação, que obviamente considerava mais nobre. O botânico sentia-se ainda mais magoado quando as críticas se dirigiam a figura do imperador:

As idéias republicanas têm muita aceitação entre estes sábios de meia tigela; a família Franklin, que é dos Alencares, tem idéias muito exageradas a este respeito, até as senhoras não podem ouvir falar em rei, rainha, nem em Papa, porque é rei de Roma! Entendem que ninguém se chega a um rei, que é para esta gente sinônimo de déspota, de dominadores cruéis, e injustos, que não seja abjeto, e servil. É curioso vê-los indignados contra um ato de reverência, ou de simples atenção para com um monarca: mas é também curioso ver o desprezo com que falam e tratam dos cabras. Um dia estávamos na Munguba à mesa do chá; o Lagos falava com soltura, e indiscrição dos ministros e gente da Corte. Franklin mui contente olha para as senhoras e diz: este é dos nossos; depois dirigindo-se para mim pergunta muito se eu não era monarquista! Um sentimento de indignação se apoderou de mim, e mal me pude conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato.

Todavia pelo que tenho observado, se separarmos o povo baixo que não tem idéia nem uma do que é liberdade e dos seus direitos, e que só se leva por adesões pessoais, a gente boa ou de gravata lavada da Província é na maioria amiga da ordem e do sistema constitucional<sup>92</sup>.

Não será inoportuno lembrar que as províncias do Norte, desde o Primeiro Reinado, se insurgiam contra o poder central. No Ceará, por exemplo, algumas vilas aderiram em 1824 a Confederação do Equador, movimento de caráter republicano e separatista. Por sua vez, no Período Regencial tem-se a Cabanagem no Pará (1835), a Sabinada na Bahia (1837) e a Balaiada no Maranhão (1838). Alguns membros da família Alencar, citada por Freire Alemão, tomaram parte diretamente tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador em 1824. Esse fato imprimia certa desconfiança entre o botânico, financiado pelos recursos do poder central e súdito fiel do imperador, e aquelas pessoas marcadas por um histórico de insubordinação e contestação desse mesmo poder.

Tais episódios não pareciam ter sido superados por aqueles que os vivenciaram direta ou indiretamente. Em outra passagem de seu diário, Freire Alemão registrou:

Terça feira: De tardinha saí com o capitão Justa e fomos a Monguba (S. João a Monguba) onde achamos só o Sr. Franklin e sua senhora, vestidos de luto pela morte do senador Alencar, de quem são próximos parentes; as meninas estão na cidade; aí

<sup>91</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da (org.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 311.

<sup>92</sup> Ibidem, pp. 316-317.

achamos também o Sr alferes Arcádio, subdelegado. Demoramo-nos até além das oito horas e voltamos todos três para Pacatuba com bastante escuro, felizmente nem lamas nem águas, mas muitos garranchos, principalmente da estrada geral para a fazenda — obra de quase meia légua. A nossa conversa em Pacatuba versou sobre Jardim, Crato etc. etc., sobre as revoluções do Ceará de 17 a 24, nas quais o Franklin figurou e a mulher contou os horrores do Jardim, a morte de seu pai e vários seus parentes; diz ela que foram mortos durante essas lutas sanguinolentas 24 de seus parentes, e roubados outros. Esses horrores e barbaridades hão de provavelmente ser escritas pelas pessoas que atualmente se ocupam dessa matéria, como são o Pompeu, o Juvenal, o Brígido, o Théberge etc. etc.<sup>93</sup>.

Além da coleta dessas memórias em torno dos eventos ocorridos em 1817 e 1824, que tanto pareciam interessar Freire Alemão, como veremos, a seguir, em outras passagens de seu diário, chama atenção também a menção que o botânico faz a quatro dos principais intelectuais cearenses que já por essa época (1860) se ocupavam com os assuntos do passado cearense. O contato com Pompeu, por exemplo, se deu logo que a comissão chegou ao Ceará, o futuro senador ofereceu aos membros da expedição um jantar de boas-vindas e “as reuniões dos *scientistas exploradores*”<sup>94</sup> passaram a ser realizadas em sua residência. Para Manoel Fernandes de Sousa Neto, “o fato de a Comissão de Exploração frequentar” a casa de Pompeu, revela que ele “era, de algum modo, referência para aqueles *scientistas*, em se tratando de *cousas do Ceará*, bem como era importante do ponto de vista político essa proximidade com um tão importante membro da sociedade cearense”<sup>95</sup>. Várias são as passagens que descrevem os encontros com Pompeu e com os demais intelectuais da província. Sobre Pedro Théberge, Freire Alemão anotou as seguintes informações:

É um médico distinto e homem muito trabalhador, tem feito e continua a fazer muitos serviços à província, que tem visitado e explorado na maior parte de sua extensão, para o lado do sul. Tem [f. 115] reunido muitos documentos, examinado e extraído de muitos livros antigos, tem induzido quantas tradições há sobre sucessos antigos, sobre os modernos, sobre agricultura e indústria e comércio e tenta escrever a história e [a] corografia da província. Fez já uma carta, muito mais detalhada a corrente que quantas existiam antes etc. etc.<sup>96</sup>.

O contato com os intelectuais da província certamente propiciava muitas trocas de informações, embora nem tudo pudesse ser compartilhado, uma vez que a comissão estava se debruçando sobre os mesmos objetos de pesquisa que os intelectuais cearenses já vinham estudando há um tempo. Os relatos de Freire Alemão chamam atenção para algumas questões

<sup>93</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, pp. 272-273.

<sup>94</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 92.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>96</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, pp. 117-118.

interessantes: “Fiz alguns trabalhos botânicos e alguns extratos do livro antigo da Câmara do Crato, que contém os atos de criação da vila etc. Este livro está em mãos dum particular e decerto não volta mais para o Arquivo! Também todo o Arquivo da Câmara está em casa do João Brígido, que o está estragando!!”<sup>97</sup>. Essa passagem chama atenção para um fato que parecia ser bastante recorrente nesse período, qual seja: a apropriação de documentos públicos por particulares. Isso se dava, em grande medida, pela fragilidade das instituições responsáveis pela guarda e, por outro lado, pela centralidade que o documento passou a ter no processo de produção de narrativas historiográficas, isto é, sem o respaldo de uma documentação oficial que embasasse essas narrativas, elas não poderiam ser consideradas legítimas. Ao analisar as críticas que Capistrano de Abreu fez a Guilherme Studart por “não identificar as fontes publicadas”, Almir Leal de Oliveira nos diz que:

O poder conferido ao historiador possuidor de documentação inédita, a própria consideração de que eram nesses registros que se encontraria a *verdadeira* história, norteou as críticas de Capistrano. Chamando de uma postura “*defensiva, ou antes, agressiva*”, ele inquietava-se com a postura de Studart em não identificar as fontes publicadas: “*por que não das procedência dos documentos que publicas?*” Capistrano narra em sua carta as histórias de Melo Moraes (que, segundo Félix Ferreira, queimava os documentos que citava para que obrigatoriamente fossem citados posteriormente) e Varnhagen (que ao pesquisar na Torre do Tombo em Portugal teria “*levado para casa alguns documentos e esqueceu de restituí-los*”, tornando impossível indicar sua procedência.)<sup>98</sup>. (Grifos do autor)

Essa prática de se apoderar de documentos oficiais possibilitava, de alguma maneira, a exclusividade do discurso histórico sobre determinados temas, na medida em que inviabilizava outros pesquisadores de consultar esses documentos, visto que se encontravam em arquivos privados. No caso de Varnhagen, por exemplo, Temístocles Cezar nos diz que: “Tratava-se de uma vontade quase obsessiva de controlar os elementos que criavam as condições da escrita da história do Brasil. Mesmo não sendo o primeiro a detectar determinado arquivo ou fonte, ele sempre acrescentou alguma coisa, corrigiu algo; a última palavra deveria ser a sua”<sup>99</sup>. No que se refere a Freire Alemão, embora não fosse historiador, estava sempre em busca de documentos para fazer cópias: “O vigário mandou-nos alguns números do Pedro II que lhe chegaram agora pelo correio, e que começamos a ler esta tarde; mandou-nos um dos livros [f. 107] do arquivo da vila, que ele tem em seu poder, e que nos há

<sup>97</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 218.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)**. São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 159.

<sup>99</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, p. 42.



de fornecer documentos importantes”<sup>100</sup>. Em outra passagem anota: “Ocupamo-nos durante o dia em copiar alguns documentos dos livros da Câmara Municipal; interrompidos de vez em quando por alguns importunos, que se vinham receitar, ou que nos vinham visitar”<sup>101</sup>. A história da execução do tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe o interessava particularmente:

De tarde, às cinco horas, vesti-me e com o Lagos (Manoel não foi) fizemos a conferência. Nessa ocasião pedi ao Canuto que me acompanhasse, pois desejava conversar com ele, ao que se presta de melhor vontade. E em casa, depois que se retiraram algumas visitas, expus-lhe o que queria dele, que era a verificação dos fatos contados na carta do Brígido ao Dr. Théberge, [f. 191] no que conveio de bom modo, prometendo-me em tudo dizer a verdade, ainda que com isso houvesse algum comprometimento. Li-lhe a carta toda, que ele acha exposto e visto alguns pequenos reparos ou acaso algumas circunstâncias, que tudo escrevi. Prometeu que ia mandar a história da morte do Tristão e outras notícias mais alguma coisa que me mandaram, o Buril da História, folheto que se (palavra ilegível).<sup>102</sup>

Além de documentos escritos, muitas das informações também eram coletadas através da tradição oral e da busca pelos lugares onde tais eventos teriam transcorrido:

Bem defronte da povoação está uma casa onde vi uns moços e cheguei-me para lhes perguntar se ali se conservava memória do lugar onde foi morto o Tristão. Mostraram-se ignorantes disso e disseram que só seu pai me poderia responder e o chamaram. Apresentou-se um velho talvez de 60 anos, respeitável, rosto cheio, [f. 310] fresco e rubicundo, barbas brancas etc., que principiou por questionar sobre quem eu era, ao que respondido lhe perguntei se conheceu Tristão, se sabe onde foi morto e como. Respondeu-me que conheceu muito ao Tristão, mas que na ocasião em que foi morto estava na serra do Pereiro, mas que sabia que, na ocasião do ataque de Santa Rosa, Tristão, vendo que o artilheiro fazia pontaria alta e conhecendo-se atraído, puxara pela espada e o matara, e que vendo a ação perdida tomara o caminho cabeça abaixo e, encontrando com tropa contrária que subia, dirigiu-se a atravessar o rio que estava seco e que perseguido e tendo já perdido o cavalo, fora alcançado e morto ali perto da sua casa, indicando-me o lugar, mas sem saber primeiramente o lugar onde caiu. De Santa Rosa, que fazem distar de Aningas três léguas, vão duas léguas à Cruz e uma légua à barra do Riacho do Sangue, que o achei cortado e só com poços, em um dos quais dei de beber ao meu cavalo.<sup>103</sup>

Como se pode ver, o presidente da comissão não buscou apenas coletar amostras de “plantas, pedras e bichos”<sup>104</sup>, mas interessou-se também pelos fatos passados na província

<sup>100</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 374.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 249.

<sup>104</sup> SILVA FILHO, A. L. M.; RAMOS, F. R. L.; RIOS, K. S. Apresentação. In: **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. 1ª ed. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p.17.

do Ceará, sobretudo aqueles que diziam respeito à querelas políticas, envolvendo famílias tradicionais e políticos importantes:

Ontem, 25: Conversando com o Dr. Ratisbona e lembrando-lhe quanto era conveniente reunir as tradições das épocas de 17-24 e 32 do Ceará, aproveitando para isso as informações de testemunhas presenciais ou contemporâneas dos poucos que ainda existem etc. etc. Dentre várias coisas disse ele que Alencar é natural que tivesse parte na morte de Pinto Madeira, que era melhor tê-lo mandado assassinar sem se fazer aquela farsa de julgamento, pois que Pinto Madeira cometeu atos de barbaridade e mortes etc. contra a família Alencar.

Disse que Filgueiras se tinha deixado seduzir por Alencar e adotara a causa da Revolta de 17, e que fora decidido disso pelo avô dele, Ratisbona, os quais ambos vindo sobre o Crato prenderam os complicados; que no ato da prisão, Alencar, armado duma faca, quis ferir um oficial, que desviou o golpe ferindo-o na mão com a sua espada; que a prisão da família e da mãe (D. Bárbara) do Alencar fora por ordem do governador Sampaio<sup>105</sup>.

Dentre os assuntos que ocuparam muitas páginas do diário de Freire Alemão, podemos citar ainda o assassinato do Major Facundo, que fora um dos principais nomes do partido liberal cearense:

Em 1845 foi o Facundo assassinado em sua própria casa de sete para oito horas da noite [f. 256] sentado a sua janela, com um tiro de bacamarte (até pouco tempo existiam sinais de chumbo nas paredes, mas hoje está tudo apagado). Como é costume levantou-se grande alarido, e todos os homens de algum vulto no partido contrário foram envolvidos em monstruosos processos, o então presidente general Coelho foi acusado de mandatário, depois atribuiu-se à mulher, porque fora as suas mãos uma carta de Facundo a um sujeito na qual ele injuriava gravemente a essa senhora etc. etc. O Manoel Bezerra foi também envolvido nessa questão e acusado, processado, e julgado pelo júri que o absolveu. Protesta ele pela sua inocência, que não tinha queixa alguma daquele homem etc. etc.<sup>106</sup>.

Freire Alemão tinha olhos e ouvidos bem atentos, prosseguia em longas conversas com diferentes narradores, seguindo com seu ímpeto investigativo de modo que tudo que via e ouvia sobre os temas de seu interesse procurava anotar em seu diário de viagem:

Hoje o Sr. Luiz Viana conversando comigo à janela do Bezerra referiu-me vários acontecimentos daqui, e entre outros algumas particularidades da morte do Facundo. Há em tudo ainda algum mistério, ou ele tem necessidade de o conservar. Um sujeito do Icó, o major tal (não me lembro do nome, que creio ser Agostinho) era membro da Assembleia Provincial quando os chimangos envenenaram a talha d'água com tártaro emético (cujo autor foi o Dr. José Lourenço, sem dúvida combinado com outros e com Facundo, que era o presidente da Assembleia). Esse major Agostinho? Era homem adoentado, o efeito foi nele mais violento, e seus achaques se foram desde então agravando até que veio a morrer no Icó; mas a morte de Facundo foi ainda em vida dele, que já era mal conceituado e avessado a crimes

<sup>105</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 280.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 477.

dessa ordem. Assim o que mais se crê, ou não se quer declarar, é que foi ele o mandante. Os chimangos levantaram grande alarido, e atribuíram a morte quase a todo o partido caranguejo, principiando pelo presidente, que era o general Coelho, e envolveram no processo todos quantos puderam, ao Coelho fizeram esperas para o assassinar; sendo os assassinos descobertos, caíram com força sobre o Jacarandá, que era oficial de linha, indiciando[-o] como o diretor dos assassinos. Não se sabe o que há de verdadeiro<sup>107</sup>.

Ainda que essas narrativas não chegassem a um consenso sobre tais acontecimentos, uma vez que muitas eram as versões sobre o mesmo fato, elas nos dão uma ideia do clima de violência que então imperava. Sendo, portanto, o assassinato dos desafetos a principal forma de resolução das desavenças e das diferenças, fossem elas políticas ou não:

Há aqui no Icó uma prostituta (casada) chamada Germana de tal Feitosa, é dos Inhamuns e parda, com que o Lagos tem tido conversas e que as tem aproveitado. Parece que ela já mandou atirar em alguém e também lhe deram já tiros. Não desdiz da raça. As antigas questões morticiosas entre os Feitosas, os Montes e Moraes fazem uma página negra da história do Ceará e se pode prestar para um romance. O Crato tem também suas páginas escuras, suas façanhas, de heroísmo brutal (como se deu em tempos remotos em todas as partes do Brasil; por toda a parte passou esse heroísmo bárbaro da faca e do bacamarte). Não é uma manha só do Ceará; e mais podemos dizer que toda a nação passou por esse quadro<sup>108</sup>.

Para além dos muitos relatos de violência, Freire Alemão deu particular atenção à descrição das sociabilidades da vida cotidiana nos sertões do Ceará, várias são as passagens que descrevem as

inumeráveis movimentações havidas no transcurso das cidades e ermos, vilas e povoados, serras e vales. Atento, estende-se em considerações que abordam tanto a variedade das espécies vegetais quanto a índole das gentes do sertão. Prosaico, dedica-se a enumerar e discorrer sobre o ambiente dos saraus, a sagesa dos pobres, a graça e desenvoltura das moças, a presença cotidiana dos escravos, conversas crepusculares embaladas pela fresca nas calçadas, o desembaraço das crianças, a sonora propriedade da fala popular, a prestimosidade oblíqua e interessada de certos anfitriões<sup>109</sup>.

Muitos são também os registros dos momentos de descontração em diferentes lugares e com diferentes anfitriões. Dentre eles, em passagem pelo Crato, Freire Alemão descreve com riqueza de detalhes um sarau na casa de João Brígido:

<sup>107</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p.486.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>109</sup> SILVA FILHO, A. L. M.; RAMOS, F. R. L.; RIOS, K. S. Apresentação. In: **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. 1ª. ed. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p.16.

Depois de jantar recebemos convite do Sr. João Brígido para concorrermos hoje à noite a uma reunião ou sarau em sua casa. Com efeito, às oito horas nos apresentamos lá eu, o Lagos e o Reis (Manoel e Vila Real não quiseram ir). À casa em que ele mora tem boas e espaçosas salas. Achamos aqui reunida muita gente, talvez a maior parte da gente graúda do Crato e alguns homens bem trajados e muitas senhoras, algumas das quais vestidas com simplicidade e elegância. A música com bom instrumental. Dançaram-se várias quadrilhas e um rapaz dançou um solo ou passo, a que chamam passo húngaro, e dançou bem. Houve serviço de refresco, chá, café, doces etc. etc. Às nove horas tivemos uma dança popular, brincadeira de reis, a que dão o nome de Babau. Apareceram alguns mascarados, graciosos, e alguns homens e mulheres com roupas brancas; suspendem um lençol que serve de bastidor e por baixo dele saem os personagens, que jogam uma sorte de farsa ou entrudo, que acaba por dança e canto, entremeados de gracejos dos mascarados. Vem depois o boi que dança, investe etc. Vem depois uma sujeita montada num cavalo de pau “Zabelinha”, que também dança, coiceia etc. Afinal aparece o Babau, que é um sujeito grotescamente vestido e montado numa espécie de animal com grandes queixadas de burro; vem aos pinotes saltando por meio do povo, que foge; investe [n]os grupos que os dispersa no meio de gritos e risadas e sempre aperreado pelas máscaras. [f. 208] Enfim acaba tudo por um dançado e canto que já não tem graça.

As senhoras e homens deixaram as salas e vieram se pôr na calçada para melhor ver a brincadeira. É um divertimento popular que não deixa de ter sua graça.

Voltando para as contradanças, mas eu quando foi dez horas me retirei; o Reis, por incômodo, já o tinha feito antes<sup>110</sup>.

O contato com os intelectuais da província propiciava além de momentos de descontração e algum divertimento, em meio ao cansaço das viagens, uma boa oportunidade de conseguir alguma coisa para ler nas horas vagas:

Como estou esperando a minha licença para ir ao Rio e também por isso que não meto mãos à obra mais decididamente, ocupo-me principalmente em ler livros que me empresta o Dr. Ratisbona; já li os ensaios críticos ou retratos literários de Gustave Planche, dissertações filosóficas de Jouffroy — *Espiritualismo e materialismo, Sono, Destino da humanidade* etc. etc. — e agora estou as *Memórias de literatura contemporânea*, de Lopes de Mendonça. Variação!<sup>111</sup>

Em outras passagens, podemos inferir que o empréstimo de livros, entre esses intelectuais, era uma prática bastante recorrente, que possibilitava, de alguma maneira, a circulação dessas publicações:

Uma coisa notável no Ceará é que dá pouco, ou nenhuma traça nos livros, ainda não vi aqui um livro traçado, e nos arquivos há grande estrago do cupim, mas não de traça (a lepisma não é traça mas ainda não presenciei seus estragos). Nos livros será isso porque os há poucos no Ceará, e esses poucos andam sempre pelas mãos! Mas nos arquivos, que os há bem antigos?!<sup>112</sup>

<sup>110</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, pp. 175-176.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 276.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 479.

Chama atenção no trecho citado acima, o fato de, segundo Freire Alemão, haver poucos livros no Ceará, e os poucos que havia estarem sempre a circular de mão em mão. O que não é de se estranhar, tendo em vista que não havia ainda no Brasil um mercado editorial propriamente dito. Os livros, assim como os jornais e as cartas, chegavam nos vapores, trazidos do Rio de Janeiro ou da Europa e seguiam para seus destinos através do serviço do correio: “De manhã estudei algumas plantas, continuo a leitura do *Jornal do Comércio*, que chegou ao Lagos por correio”<sup>113</sup>. Da mesma forma, circulavam os jornais da província: “O vigário mandou-nos alguns números do *Pedro II* que lhe chegaram agora pelo correio, e que começamos a ler esta tarde; mandou-nos um dos livros [f. 107] do arquivo da vila, que ele tem em seu poder, e que nos há de fornecer documentos importantes”<sup>114</sup>. Outras vezes era possível conseguir os jornais diretamente com seus redatores: “[f. 188] Dia 15: Desenhei e estudei algumas plantas. Visitou-nos o redator d'O *Araripe*, o Sr. João Brígido dos Santos, e mostrando-lhe eu desejo de ler o seu jornal, ofereceu-me para isso a sua coleção. Na saída mandei o ordenança acompanhando-o para me trazer”<sup>115</sup>. Os jornais eram, à época, os meios de informação de maior alcance, ainda que o público leitor fosse bastante reduzido, possibilitavam não só se inteirar das notícias, como ler em primeira mão textos que tratavam também da história: “[f. 276] Não fui à missa e ocupei-me em copiar alguns artigos d'O *Cearense*, relativos à historia do Ceará”<sup>116</sup>. O próprio texto *Apontamentos para a história do Cariri*, de João Brígido, do qual nos ocuparemos a seguir, foi publicado primeiramente nas páginas do jornal *O Araripe*. Isso nos remete a questões relativas à própria materialidade dos textos historiográficos e aos diferentes suportes nos quais circulavam e eram dados a ler<sup>117</sup>.

A publicação de textos, em jornais, revistas e livros, tinha ligação direta com o próprio processo de urbanização que estava em curso no século XIX. Nesse contexto, as cidades, como observou Ángel Rama, abrigavam “uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder”<sup>118</sup>. A *palavra escrita*, tanto manuscrita quanto impressa, converteu-se, portanto, em máquina de fiar

<sup>113</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 173.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 374.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>117</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)**. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007; CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2ª ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

<sup>118</sup> RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. 1ª ed. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 38.

verdades. “A esta [a *escritura*] se conferia a alta missão que se reservou sempre aos escrivães: *dar fé*, uma fé que só podia proceder da palavra escrita”<sup>119</sup>. (Grifo do autor)

Em uma de suas estadias em Fortaleza, Freire Alemão teceu, em seu diário de viagem, algumas observações importantes sobre os melhoramentos urbanos pelos quais a cidade vinha passando naquele período, em função do crescimento econômico, decorrente da produção e exportação de algodão e café para os mercados da Europa:

Voltei para casa, estava já a cidade quase deserta; era a lua lindíssima, e o ar fresco, e eu só, e pensativo? *É aqui lugar de notar quanto esta linda cidadezinha vai melhorando, e como há de vir a ser uma pérola do Brasil. Quando aqui chegamos em fevereiro de 1859 eram as suas ruas todas de areia limpa, fina, alva, e profunda; apenas se começava a calçar a rua que sobe do mar e passa pela frente do Palácio. Hoje quase todas as ruas estão calçadas, de pedrinhas irregulares do Mucuripe; as ruas são todas largas, tiradas a cordel, e se cortam em ângulo reto, as casas são bordadas de calçadas, ou passeios, largos, de oito a doze palmos, de tijolos artisticamente assentados, algumas vezes de pedras em lascas, e de pedras calcões serradas vindas da Europa: há praças largas — e a de Pedro II é plantada de arvoredo, e outras se estão agora arvorando. É a cidade muito limpa, não há lamas. As chuvas quando caem em torrentes, correm, empoçam, mas passada a chuva tudo está enxuto, e aqui nunca ou raríssima vez se vê chover por um dia inteiro; e sempre por pancadas, que deixam o resto do dia, ou os [ilegível] [f. 253] livres, chove muito e grosso ao amanhecer, e às oito horas e das dez em diante fica a cidade como se não houvesse chovido! Não se vê pelas ruas e cantos as imundícies, e os charcos de urinas, como no Rio. Não se encontram nas ruas negros, se não raros; não se vê despejos. Enfim respira-se sempre um ar puro e saudável. A cidade tem um ar de asseio, que agrada. Agora só se encontram grupos de crianças pelas calçadas folgando, e jogando ao luar*<sup>120</sup>. (Grifos nossos)

A descrição de Freire Alemão, além de chamar atenção para as transformações urbanas, pelas quais passava Fortaleza, de modo demasiadamente acelerado, em meados do século XIX, também evidencia o pensamento higienista em voga entre os cientistas e as autoridades brasileiras de então. A ênfase na largura das ruas, na limpeza dos espaços, na ausência de negros transitando pela cidade, ao contrário do que se via no Rio de Janeiro, por exemplo, era o indício do “processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia”<sup>121</sup>, que se destinaria, segundo apregoava-se, à época, a conduzir o país à civilização. Tais ideias iriam “emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública”<sup>122</sup>.

<sup>119</sup> RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. 1ª ed. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27.

<sup>120</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 475.

<sup>121</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 40.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 41.

No que se refere à Comissão Científica, pode-se dizer que, a despeito das críticas e dos inúmeros percalços enfrentados, ao longo do período que estiveram no Ceará, o “projeto político-científico” posto em prática com a expedição foi relativamente bem sucedido:

De todas as seções da Comissão, a Botânica havia sido a mais profícua tanto em materiais coletados – levando para a Corte um herbário com 14 mil amostras de plantas – quanto na produção escrita, incluindo um diário de viagem, memórias avulsas, desenhos, estudos botânicos in loco, entre outros registros<sup>123</sup>.

Não foi nossa intenção, neste tópico, fazer uma análise aprofundada dos trabalhos da Comissão Científica, tampouco descrevê-la em pormenores, uma vez que seria necessária uma pesquisa inteira para esse fim. Para os propósitos desta pesquisa, tomamos a passagem da comissão pelo Ceará como um acontecimento importante e o diário de Freire Alemão, em particular, como um documento repleto de possibilidades de interpretação da vida na província em meados do século XIX. Nosso foco deu-se, portanto, naquilo que dizia respeito à história, aos encontros com os intelectuais da província, a circulação dos textos e dos documentos. Levando em consideração, é claro, que o diário reproduz uma visão de mundo particular, atravessada pela subjetividade do autor. Mas que texto, afinal de contas, não é?

---

<sup>123</sup> TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço**: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2017, p. 119.

## CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DE UM PASSADO PARA A PROVÍNCIA DO CEARÁ

[...] O passado nunca está lá, à espera de ser descoberto, de ser reconhecido tal como exatamente é. A relação entre o presente e o passado é sempre constituída pela história [...].

John Berger em *Modos de ver*, 2022.

[...] o passado é [portanto] uma criação constante da história [...].

Jacques Le Goff em *História e memória*, 2013.

[...] O historiador não é senão, em todos os sentidos do termo, o *fictor*, isto é, o modelador, o artífice, o autor e o inventor do passado que ele dá a ler [...].

Georges Didi-Huberman em *Diante da imagem*, 2013.

Até o início da década de 1860 o Ceará não tinha ainda sua história devidamente escrita. A “ausência de uma narrativa convincente para os temas de história cearense mobilizou diferentes intelectuais a estabelecerem as convenções aceitáveis sobre o começo histórico do Ceará e de sua trajetória no tempo”<sup>124</sup>. Com efeito, os primeiros textos a tratarem da história do Ceará foram publicados, quase que concomitantemente, entre os anos de 1859 e 1869. Trata-se respectivamente de *Apontamentos para a história do Cariri* (1859), de João Brígido; *Ensaio estatístico da Província do Ceará* (1863-1864), de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil; *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850* (1867), de Tristão de Alencar Araripe e *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869.

Este capítulo dedica-se, portanto, a compreender como se deu esse processo de elaboração das primeiras narrativas historiográficas para a província do Ceará: quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos? Quais os consensos e dissensos em torno das diferentes leituras para o passado do Ceará? E quais os fatos e os personagens privilegiados nessas narrativas? Não se trata, no entanto, de reafirmar aqui o papel dos “grandes nomes” da história e da historiografia cearense, nem tampouco de fazer uma análise profunda dessas

<sup>124</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 11.



narrativas. Interessa-nos antes problematizar o *lugar social*<sup>125</sup> ocupado por esses sujeitos e as condições que possibilitaram a emergência de seus textos.

## 2.1 Uma história do Cariri como a pioneira no Ceará

João Brígido dos Santos nasceu, no dia 3 de dezembro de 1829, em São João da Barra, que pertencia, à época, à província do Espírito Santo, sendo anexada, posteriormente, à província do Rio de Janeiro. Em 1831, sua família mudou-se para a província do Ceará, estabelecendo-se na vila de Icó. A chegada ao Ceará deu-se em meio às instabilidades políticas desencadeadas com a abdicação de d. Pedro I em favor de seu filho, o infante Pedro de Alcântara (mais tarde d. Pedro II). Esse fato, que ocorrera a 7 de abril daquele mesmo ano, marca o fim do Primeiro Reinado e o início do conturbado período regencial (1831-1840).

Depois de passar a infância e parte da adolescência nos sertões do Ceará, entre as vilas de Icó, São Mateus e Quixeramobim (onde salvara de morrer afogado Antônio Conselheiro), João Brígido mudou-se com a família, em 1846, para Fortaleza, ingressando no Liceu do Ceará e iniciando suas atividades como jornalista no recém-fundado *O Cearense*:

Posso dizer que levei a vida na rua, porque não há fora de portas mais completo do que a imprensa. Põe diáfano o homem inteiro. Comecei na jornalice. Ainda meninote, escrevi *O Zéfiro*, jornal de estudantes, com Tomás Cândido Lerak de Sá, mui lembrado colega, que foi mau soldado, pois que era muito poeta.

Isto fazia, estudando no Liceu, ao mesmo tempo que trabalhava de alfaiate para mim, e como tipógrafo no primitivo *O Cearense*.

No Crato, escrevi *O Araripe*, *O Cratense*, jornais de combate contra o bacamarte reinante, ensinando os matutos a se desafrontarem com correspondências ao bacamarte. Foi aquilo um processo de desarmamento, que produziu um charivari medonho.

Mas valeu a pena.

Enfiando por aí, fui redator d'*O Cearense* e colaborei n'*A Constituição e Pedro II*, em época de ligas entre adversários políticos. Escrevi também na *Gazeta do Norte* e n'*O Ceará*; redigi exclusivamente *O Liberal*, o *Martim Soares* e *O Sol*, depois de Pedro Pereira. N'*A Fraternidade* fui a pena principal. Era um jornal contra o clero que, por sinal, foi excomungado e, por isso, muito procurado.

Entrementes, para cada jornal, que surgia no Ceará, escrevia qualquer coisa, ou muita coisa<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> Conforme nos lembra, Michel de Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020, p. 47.

<sup>126</sup> CARVALHO, Jäder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969, pp. 37-38.

João Brígido foi, nas palavras de Raimundo Girão, “a mais forte” e “a mais violenta expressão do jornalismo no Ceará, tendo fundado”, inclusive, “diversas folhas” ao longo de seus 91 anos de vida<sup>127</sup>. Sua atuação na imprensa é lembrada, sobretudo, por seu caráter combativo e panfletário contra os seus adversários políticos. Tratava-se, portanto, segundo Jader de Carvalho, “A um só tempo”, de um personagem “explosivo, ferino e frio”, que, tanto “no estudo do passado”, quanto “no trato do presente, agia sempre de acordo com os seus sentimentos, os seus pontos de vista, as suas inclinações filosóficas, políticas e pessoais”<sup>128</sup>. Essas características, elencadas por seus comentadores, reforçam, de alguma maneira, aspectos que o próprio João Brígido buscava sublinhar em sua trajetória como jornalista, político e intelectual. Isso se verifica, por exemplo, em várias passagens de sua autobiografia, intitulada *Ceará – lado cômico*, na qual se pode lê coisas como:

[...] ataquei quantas dinastias se sucederam no meu tempo. Lutei com os Fernandes Vieras, com os Castros, com os Alencares e com os Paula Pessoas, e muitas vezes divergi dos Pompeus, que têm sido os meus amigos.

Andei às trelas com o clero e com a tropa; nunca deixei que me pisasse nem rei nem roque.

De quantos dominaram nessa Judéia, fiz-me adversário, convertendo em injúrias, perdas e danos, as honras e o ouro, que outros, por outros caminhos, recolham; quero dizer – fui praça riúna do batalhão dos tolos. Em política, a curva foi sempre o caminho mais curto.

Atirava-me a todos os Holofernes que surgiam.

Lutei com o Barão do Crato, com Teodorico, com Rodrigues Júnior, com Ibiapaba, com Presidentes, chefes de partido, espadachins da terra, etc<sup>129</sup>.

Como muitos de seus contemporâneos oitocentistas (refiro-me, é claro, a uma pequena parcela de homens abastados, imersos em uma cultura letrada), João Brígido dedicou-se, simultaneamente, a diferentes atividades: foi jornalista, advogado (rábula), professor, político e intelectual atuante. Entre 1855 e 1864 esteve à frente, como redator e colaborador, d’*O Araripe*, periódico fundado e “editado pelos membros do Partido Liberal do Crato, do qual faziam parte, basicamente, os negociantes e [os] profissionais liberais” locais<sup>130</sup>. Em sua apresentação, disposta junto ao cabeçalho da página principal de cada nova edição do jornal, lia-se a seguinte informação: “O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias

<sup>127</sup> GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB – ETENE, 1985, p. 396.

<sup>128</sup> CARVALHO, Jäder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969, p. 13.

<sup>129</sup> Idem, p. 39.

<sup>130</sup> A saber: “médicos, professores, jornalistas, padres, advogados, comerciantes, donos de engenho, grandes proprietários ligados à atividade agrícola e à pecuária” DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864)**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, pp. 37-44.

livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da lei, e interesses locais”<sup>131</sup>.

FIGURA 5 – Primeira página do jornal *O Araripe*, de 19 de fevereiro de 1859



FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>131</sup> Jornal *O Araripe*, nº 1, 7 de julho de 1855, p. 1.

Foi nas páginas d'*O Araripe*, portanto, que João Brígido publicou ao longo de 17 edições, entre 19 de fevereiro e 2 de julho de 1859, o texto *Apontamentos para a história do Cariri*. Um ano antes, o autor já havia publicado no mesmo jornal uma série de fragmentos com datas e fatos sobre a história daquela região, intitulados *Algumas datas para a história do Cariri*. Em *Apontamentos*, no entanto, João Brígido pretendia ir além da mera seleção e organização de dados cronológicos, levando adiante o intento de “representar, em um quadro fiel, os acontecimentos do Cariry” que, segundo ele, eram “tão dignos de um profundo estudo”<sup>132</sup>. Essa predileção por uma história da parte (Cariri) em detrimento do todo (Ceará) não se deu por acaso. Isso porque o empreendimento historiográfico de João Brígido ia ao encontro de antigos interesses das elites locais, que há tempos reivindicavam a criação de uma nova província na região do Cariri, cuja capital seria a cidade do Crato.

Já em sua edição de número um, publicada em 7 de julho de 1855, *O Araripe* retomava o antigo debate em torno da criação da província do Cariri. Colocando-se em favor da medida, em texto intitulado *A província do Cariri*, o periódico fazia o seguinte questionamento: “Donde provem o retardamento da civilização dos municipios centraes do imperio, quando floressem os do litoral?” e em seguida ele mesmo respondia: “Por certo que da falta de administração”<sup>133</sup>. Para os defensores da proposta, a distância em relação às sedes administrativas contribuía para o atraso material e moral dessas regiões e, por conseguinte, para o predomínio da violência, da desordem e da impunidade.

[...] a longitude às capitaes influe muito; pois que ellas são os fôcos de civilização das provincias, por isto que para ahi afluê a parte mais intelligente e bem educada da populaçõ de cada uma, que a miúde communicada, transmite suas luses, seos costumes, e seos modos urbanos ao habitante inculto, que vae do interior. As capitaes são as escolhas das provincias, e sobre aquelles, que dellas estão mais perto, reflete sua illustração. Aquelle trato delicado que nos vem do habitante do velho continente, é àli que vai ser bebido. Com a civilização virá a extincção do crime, o retoque de nossos costumes; e a terminação dessa chronica negra, que escreve nossa imprensa aguarda esse resultado<sup>134</sup>.

Se por um lado o semanário mobilizava, em seu argumento, a recorrente oposição entre capital (litoral) e interior (sertão), descrevendo a primeira como representante da civilização e o segundo como um reduto da barbárie<sup>135</sup>. Por outro, buscava apresentar o Cariri

<sup>132</sup> SANTOS, João Brígido dos. *Apontamentos para história do Cariri*. Crato: **O Araripe**, nº 177, 19 de fevereiro de 1859, p. 2.

<sup>133</sup> *Jornal O Araripe*, nº 1, 7 de julho de 1855, p. 3.

<sup>134</sup> *Ibidem*.

<sup>135</sup> Nessa ótica dicotômica tem-se que mesmo “As vilas e aglomerados urbanos, uma vez localizados no interior do país, são vistos como extensão e prolongamento do campo, em especial no que diz respeito à imagem do atraso e provincianismo [...] A civilização está no litoral, nas ‘capitais’, à medida que elas vão se tornando

“como um lugar próspero, fértil, de muita abundância”<sup>136</sup>, aspectos esses que, ao contrário da ideia que se propagava acerca do sertão como um espaço miserável, árido e inóspito, garantiriam a viabilidade da criação e da manutenção de uma nova província na região.

A realizar-se sua erecção não seria a provincia em questaõ uma dessas, que á mingua de recursos financeiros vegetaõ na miseria, e soem esmolar subvenções dos cofres geraes [...] ao contrario podendo em seo começo appresentar uma receita equivalente a suas dispesas, em breve attingiria a uma disponibilidade, que a habilitasse, a faser apparecer a arte, onde uma natureza, que se ostenta prodiga, emprasa os homens a secundala. Era desses milhoẽs de animaes, que criaõ suas vastas campinas; era dessas inúmeras e varidas produções de uma regiaõ sobremodo fertil, que compartilha todos os climas, e vê brotar o fruto de todas as zonas; era finalmente de um commercio todo de exportação em favor do paiz, e susceptível de um desenvolvimento e animação sem limites, que essa provincia tiraria meios de manter-se, e, o que mais é, ellevar-se a altura das mais adiantadas do imperio: recursos estes, que entretanto, assim segregados e entregues á suas proprias forças, estaõ perdidos para estes municipios e nullificados para suas metropoles<sup>137</sup>.

Esses argumentos, ainda que aparentemente ambivalentes, tratavam-se, segundo Denise de Menezes Dantas, de diferentes “estratégias políticas” empregadas pelas elites locais na tentativa de conseguir atrair “benfeitorias” “para a região” através de “investimentos” em “estabelecimentos de ensino, força policial, estradas e pontes”<sup>138</sup>. Tais melhoramentos contribuiriam, segundo defendia-se à época, para o desenvolvimento econômico da região e para a sua inserção no processo civilizatório aos moldes europeus. No entanto, como observa Darlan de Oliveira Reis Junior, “É preciso verificar o que significou para o conjunto da população, o que era entendido como prosperidade, quem foi beneficiado ou prejudicado com o desenvolvimento das atividades econômicas”<sup>139</sup>. Ao analisar os discursos em defesa da criação da província do Cariri, por exemplo, pode-se perceber certa ênfase na necessidade de uma presença maior do Estado naquela região, o que se faria por meio da concessão da autonomia político-administrativa, da qual se esperava um controle mais eficiente da população local, dentre outras formas, pela imposição do trabalho àqueles que eram tidos

---

centros de sociabilidade, cultura, poder, movimento, vida efetivamente urbana enfim. Estabelece-se uma hierarquia das pequenas para as grandes cidades, que se constituem como centros de cultura, saber e ‘progresso’ econômico” NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 33.

<sup>136</sup> DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, pp. 50-51.

<sup>137</sup> Jornal O Araripe, nº 2, 14 de julho de 1855, p. 1.

<sup>138</sup> DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, pp. 50-51.

<sup>139</sup> REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 35.

como propensos ao ócio, à vadiagem e à criminalidade. Por outras palavras, tem-se que “Para a maioria seria reservado o trabalho duro nas lavouras, na lida com o gado, ou nas vilas da região”, de modo que “O citado projeto civilizador incluía os trabalhadores apenas como a mão de obra necessária para que aquele fosse executado com pleno êxito”<sup>140</sup>.

Essas medidas se justificariam, segundo seus defensores, em função do fluxo constante de migrantes que se dirigiam para a região em busca de melhores condições de vida, o que se intensificava, sobretudo, nos períodos de seca<sup>141</sup>. Esses numerosos contingentes populacionais eram atraídos para o Cariri, motivados pela difusão de várias histórias que davam conta da “fertilidade das terras” e da “fartura das águas”, o que acabava contribuindo para a construção de uma visão edênica daquele lugar.

Sua topographica posição, sua espantosa fertilidade, e mais que tudo essas agoas nativas e perennes que a providencia creou para abrigo dos certões por occasião das seccas, dão-lhe uma emportancia e enfluencia sempre crescente sobre os destrictos cearenses das provincias confinantes com esta parte do Ceara e sobre os da Bahia á margem do S. Francisco. De feito [de fato?] é *um Oásis no meio do grande deserto*, quando o soaõ [sol?] tem redusido a pó as aprasiveis campinas do certaõ. *Aquí uma constante verdura, uma perpetua primavera faz rir o coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares*. No meio das maiores calamidades dos climatericos annos de 25 e 45 o Cariri formava excepção; tudo estava abrasado, a fome desolava as comarcas visinhas, e elle resestindo aos influxos de um sol abrasador, mini-trava [ministrava?] ao certão seos fructos, seos cereaes, e alimentava massas enormes de populações. *O Cariri foi sempre o celeiro de seos visinhos; a unica salvação dos certões, cuja numerosa população conta com suas substancias alimenticias nas occasiões mais desesperadas*<sup>142</sup>. (Grifos nossos)

Se as imagens do Cariri enquanto “oásis” e “celeiro” dos sertões, constantemente evocadas nesses discursos, buscavam contribuir para a construção de uma identidade regional, que se afirmava, sobretudo, na exaltação de uma natureza prodigiosa em detrimento da escassez de recursos naturais que caracterizariam os sertões<sup>143</sup>. A presença de migrantes, por

<sup>140</sup> REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 36.

<sup>141</sup> Foi recorrente a exploração de retirantes, que migravam em função das secas para os grandes centros, como mão de obra barata na construção, por exemplo, de “Ferrovias como as de Sobral e Baturité” e de “grandes açudes, como o do Cedro em Quixadá”. Esse trabalho se dava, na maioria das vezes, em troca do recebimento dos socorros públicos. A esse respeito cf: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

<sup>142</sup> Jornal O Araripe, nº 2, 14 de julho de 1855, p. 2.

<sup>143</sup> Segundo Leandro Maciel Silva: “O Cariri precisava de um referencial para se afirmar enquanto uma paisagem. Afinal, a paisagem é o que ela é junto com [o] que ela não é. A identidade da paisagem do Cariri precisava olhar para si, mas só existiria em relação à outra paisagem, principalmente uma que lhe conferisse um contraste. O Cariri precisava do Sertão. Sendo assim, ao longo do século XIX, tanto o Cariri quanto o Sertão foram se construindo enquanto paisagens. O Sertão em relação ao litoral e o Cariri em relação ao Sertão”

sua vez, fossem eles retirantes ou não, era vista pelas elites locais como uma ameaça à ordem social em vigor. Um relatório da Câmara Municipal do Crato enviado ao então presidente da província do Ceará, Inácio Corrêa de Vasconcelos, a 11 de maio de 1846, nos dá uma dimensão de como essas questões eram tratadas pelas autoridades locais:

Esta Camara já fez levar ao conhecimento de VEx<sup>ca</sup> quaes as necessidades mais urgentes de seu Municipio, e ainda persiste no sentimento de dizer ao Governo que temos falta de Cadeia, Matriz, Casa de Camara, Instrucção primaria, Estradas, Comercio, Policia, falta tudo afinal quanto necessario se torna para o incremento do mais bello Paiz do Ceara, e a Camara julga que o meio mais facil de remediar todos esses males he a realização da pretendida nova Provincia dos Cariris Novos, com o que teremos hum Governo, que sendo testemunha ocular de nossas precizões poderá, com conhecimento de cauza prover sobre as precizões mais urgentes do paiz. A secca fez migrar para este termo melhor de vinte mil pessoas; e o Cariry pode sustentar dessa infinidade de retirantes, sem que fizessem a fome, graças aos belos recursos que possuimos, os quaes a não serem estragados pelos ladrons indomaveis, não teriamos nada a reciar de prezente, pela falta de Chuvas, que ameaça parte de nossas Searas, por terem sido plantadas em Março. Nós vemos que huma pequena parte da população imprega-se na Agricultura, e que o paiz acha-se innundado de Vadios e ladrons, parte dos quais vindos de fora, cossados pela secca, fizerão aqui causa Comum com os que ávião, e fazem huma total inversão dos costumes, que muito tememos, sem que a Policia nesta parte nada possa fazer pela dessidida falta de força regular, que se impregou contra os assassinos e malfeitores, não podendo achar-se recurso na Guarda Nacional pelo seu total desmoronamento<sup>144</sup>.

A criação de uma nova província na região do Cariri atendia, portanto, aos interesses das autoridades locais, tanto no que se referia a extensão de seus domínios sobre a natureza, o que lhes possibilitaria as condições necessárias para a exploração de suas riquezas, quanto no que dizia respeito ao desejo de estabelecer um controle efetivo e eficiente sobre a população mais pobre, que se faria de duas maneiras, a saber: por meio da obrigatoriedade do trabalho como forma de disciplinar os corpos e através do aumento do contingente policial e da instalação de cadeias públicas como forma de reprimir e de punir os insubmissos.

Contudo, como o próprio jornal *O Araripe* reconhecia, em seu texto em defesa da criação de uma província no Cariri, essa não era uma ideia nova, isso porque, segundo o jornal, “As diversas Camaras da comarca do Crato, e muitos dos municipios preditos, tem instantemente pedido ao Corpo legislativo a adoção de tal ideia, e ha bem pouco novas

---

SILVA, Leandro Maciel. **Oásis do Sertão: a paisagem do Cariri cearense (séc. XIX-XX)**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em História, 2019, p. 65.

<sup>144</sup> CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Relatório da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Ignácio Corrêa de Vasconcelos, em 11 de maio de 1846, caixa 34, APEC, folhas 1-2. *Apud* REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 46.

petições lhe forão feitas nesse sentido”<sup>145</sup>. De acordo com Denise de Menezes Dantas: “Uma primeira solicitação teria sido realizada em 1828 pela Câmara Municipal do Crato, advogando ao governo pela criação da província que seria formada por territórios das províncias de Pernambuco e Paraíba”<sup>146</sup>. Como essa, outras tantas se seguiram nos anos subsequentes. Em 1839, por exemplo, os vereadores da Câmara Municipal da vila de São Mateus enviaram a seguinte representação ao “Corpo Legislativo” do Brasil:

A câmara municipal da vila de S. Mateus, na província do Ceará, certa da solicitude com que promoveis a prosperidade geral dos povos de todo o Império, vem hoje perante o Corpo legislativo suplicar uma providencia que trará a segurança, civilização e abundancia de que necessitam os povos desses longínquos sertões. É esta, Augustos e Digníssimos Senhores, a criação de uma nova província sendo sua capital a vila do Crato, e anexando-lhes a comarca de Icó dessa mesma província, e a que outrora se chamava Julgado de Cabrobó, da província de Pernambuco [...] Não só esta criação fará grandeza deste lugares como a sua segurança e sossego, fazendo desaparecer a falta de civilização e dureza de costumes que tantas cenas sanguinolentas tem motivado neste centro [...]”<sup>147</sup>.

Nesse mesmo ano, em sessão do dia 16 de agosto de 1839, o senador cearense José Martiniano de Alencar apresentou ao Senado Imperial um projeto que tinha como finalidade “a criação de uma nova Província nos sertões das Províncias de Pernambuco, Ceará, Parahyba e Piauihy”. De acordo com a referida proposta, a nova província se chamaria Cariri Novo, com capital na vila do Crato e compreenderia os seguintes territórios:

A Assembléa Geral Legislativa decreta:  
 Art. 1º Fica creada uma nova Província, que se denominará – Província do Cariri Novo – cuja capital será a villa do Crato.  
 Art. 2º Esta Província se comporá:  
 § 1º Dos municipios do Riacho do Sangue, Icó, Inhaumum, S. Matheus, Lavras, Jardim e Crato, da Província do Ceará.  
 § 2º Dos municipios Rio do Peixe, e Pinhaco, da Província da Parahyba.  
 § 3º Do municipio do Dajau de Flôres e dos comprehendidos no antigo Julgado do Cabrobó, da Província de Pernambuco.  
 § 4º Do municipio de Piranhos, da Província do Piauihy”<sup>148</sup>.

Como se pode ver, pela quantidade de municípios que congregaria, tratava-se de um projeto bastante ambicioso, uma vez que pretendia anexar grande parte do território da província do Ceará, o que incluía a vila de Icó, “mais antiga”, inclusive, “do que o Crato, e

<sup>145</sup> Jornal O Araripe, nº 1, 7 de julho de 1855, p. 2.

<sup>146</sup> DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, p. 72.

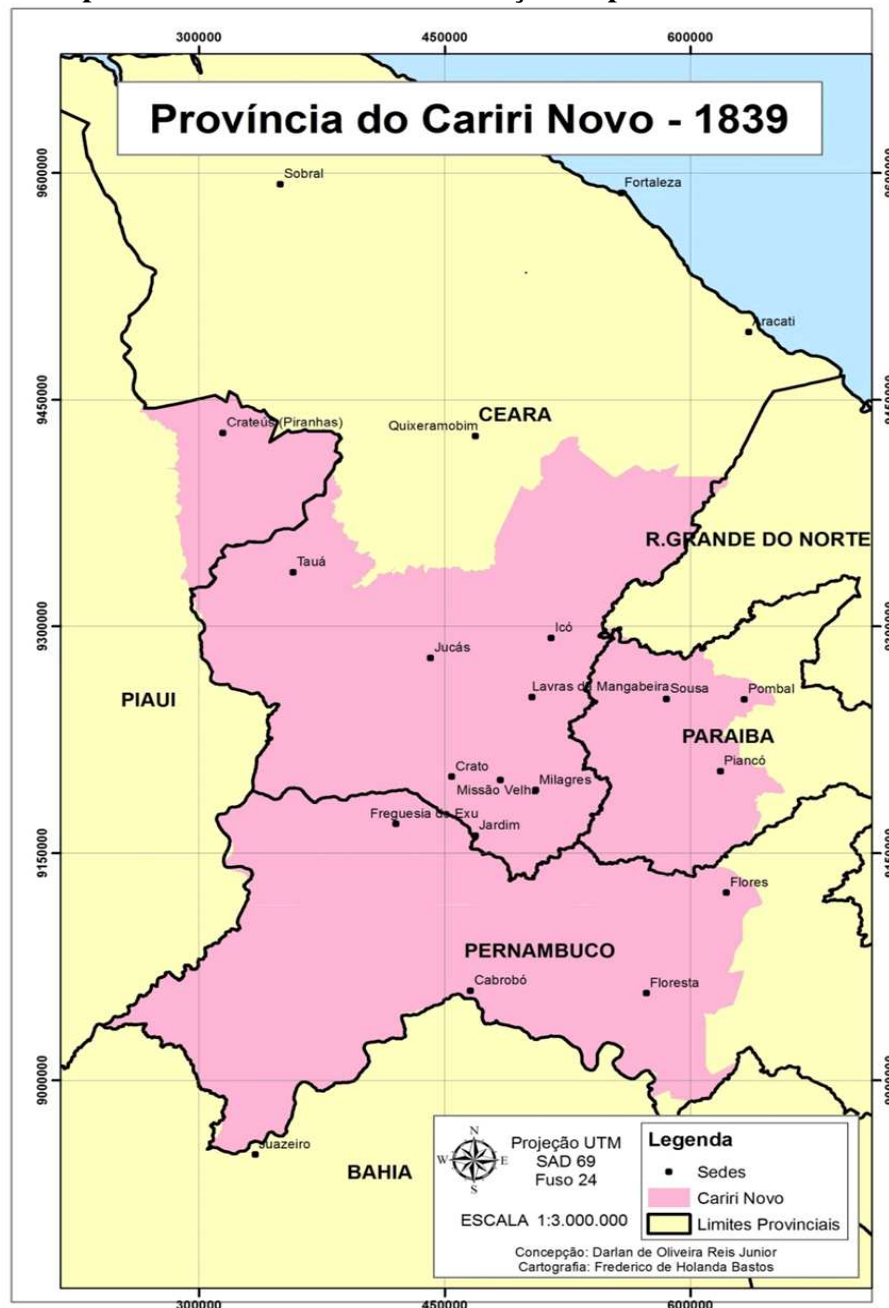
<sup>147</sup> PINHEIRO *apud* DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, p. 73.

<sup>148</sup> Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 204.



desde o século XVIII um centro regional de comércio e de tropas de gado” importante, mas que, com a elevação do Cariri a condição de província, “estaria subordinada à nova capital”<sup>149</sup>. O mesmo aconteceria com as províncias da Paraíba e de Pernambuco que também perderiam parte significativa de seus respectivos territórios.

**FIGURA 6 – Mapa do território referente à criação da província do Cariri Novo**



**FONTE:** Elaborado por REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense:** terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 49.

<sup>149</sup> REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense:** terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 50.

Em sua argumentação, no entanto, o senador alegava que a perda desses territórios não resultaria em nenhum prejuízo para essas províncias, já que, segundo ele, seus governos “quasi não podem arrecadar os impostos nesses lugares pela longitude em que se acham”<sup>150</sup>. Mesmo a província do Ceará, que sofreria o “maior córte em suas rendas”, poderia ser compensada de alguma forma com a criação da nova província:

Logo que se crear a nova Provincia; e a industria penetrar naqueles sertões, especialmente no ameno paiz do Cariri, a producção alli crescerá; o consumo de gêneros estrangeiros tambem se fará muito maior e como sempre o Ceará e Aracaty serão os portos da nova Provincia, nessas Alfandegas ficarão os direitos para a Provincia velha [...] <sup>151</sup>.

Dessa maneira, de acordo com o senador Alencar, tal empreendimento beneficiaria a todos, visto que possibilitaria o desenvolvimento econômico da região, acompanhado, é claro, do progresso que se esperava alcançar com o advento da civilização: “E’ innegavel que o estabelecimento de um Governo Provincial no centro destes sertões chamará alli a civilisação, adoçará o costume daquelles povos, e fará a segurança e prosperidade dos habitantes”<sup>152</sup>. Pode-se notar, portanto, no discurso de Alencar, a defesa da ideia de que só o incremento da civilização seria capaz de redimir aqueles torrões distantes, que se encontravam, segundo ele, em total “abandono” e em “estado de barbaridade” desde a sua “descoberta” e “ocupação”, marcadas por “sanguinolentas questões entre varias familias” que “disputaram com mão armada a posse do Cariri Novo”. Tal histórico de violências se observaria, inclusive, nos “nomes, que ainda hoje conservam certos lugares, como os Defuntos, os Emboscados, as Contendas, as Tropas, a Batalha e varios outros semelhantes” que “trazem á memoria dos habitantes as barbaras façanhas que nesses sitios tiveram lugar”<sup>153</sup>.

Mas era preciso ir além da exposição de fatos passados se se quisesse comover os demais senadores e convencê-los a apoiar seu projeto. Nesse sentido, Alencar evocava a recente Revolta de Pinto Madeira como um exemplo dos “acontecimentos barbaros”<sup>154</sup> que demandavam o estabelecimento urgente de uma província naquela região, de preferência que fosse administrada por “um Presidente militar” para “trazer á ordem os sertões rebellados”. Dentre as vantagens de se aprovar a criação de uma nova província no Cariri, Alencar

<sup>150</sup> Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 206.

lembrava ainda que esta poderia servir de ponto estratégico para conter outras revoltas nos sertões, que ameaçavam a unidade do império, sendo, pois, “um remédio às desordens que ora assolam os sertões do Maranhão e Piauí, e que ameaçam entrar em outras Províncias”<sup>155</sup>.

Entretanto, de acordo com Denise de Menezes Dantas: “Mesmo com a aprovação das comissões responsáveis por averiguar a conveniência da proposta de criação da Província do Cariri, esta ideia permaneceu apenas no papel, não sendo concretizada”<sup>156</sup>. Isso se explicaria, segundo Darlan de Oliveira Reis Júnior, por tratar-se de um projeto “criado e defendido pelos liberais, em um período [em] que os conservadores avançavam na consolidação de seu poder, com a aprovação da lei de interpretação do Ato Adicional de 1840”<sup>157</sup>. Esse revés, no entanto, não dissuadiu de imediato àqueles que defendiam a criação de uma nova província no Cariri, de sorte que, ao longo das décadas de 1840 e 1850, novas solicitações, com o mesmo propósito, foram enviadas por diversas Câmaras Municipais e pela própria Assembleia Legislativa do Ceará ao Senado e a Câmara dos Deputados do Império. Embora não tenham tido êxito em suas reivindicações e em suas pretensões quanto à criação da província do Cariri Novo, esta seguiu sendo a principal bandeira política das elites liberais locais, que buscavam, através de sua realização, manter seus privilégios e levar adiante seus projetos de poder. *O Araripe* foi, nesse sentido, um importante veículo de difusão dessa ideia.

Acontece que para além de suas particularidades geográficas, de suas riquezas naturais e de suas especificidades culturais, constantemente evocadas como elementos de distinção em relação ao restante do Ceará, faltava ainda ao Cariri uma história que lhe desse tempo. E foi, justamente, com esse intento (qual seja: de “dar tempo ao espaço”<sup>158</sup>) que João Brígido publicou, nas páginas d’*O Araripe*, o texto *Apontamentos para a história do Cariri*. Tratava-se, portanto, da busca por estabelecer uma origem para a região, sua evolução política e social ao longo do tempo, seus marcos históricos, em suma, as referências espaço-temporais necessárias para tornar evidentes os aspectos que há muito constituiriam a sua alteridade e, por conseguinte, a sua identidade. Mas, como questiona Francisco Régis Lopes Ramos, “Por que, afinal, uma região que passa a se ver como peculiar começa a ter necessidade de história igualmente recortada?”, segundo o historiador, “A pergunta, assim formulada, serve tanto

<sup>155</sup> Annaes do Senado do Império do Brasil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 207.

<sup>156</sup> DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018, p. 87.

<sup>157</sup> REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 50.

<sup>158</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: o Ceará na escrita da história. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 9.

para o Cariri quanto para o Ceará, tanto para o Ceará, quanto para o Brasil. Ou para qualquer outro tipo de história que define sua razão de ser a partir de delimitações do espaço”<sup>159</sup>.

A questão colocada por Francisco Régis Lopes Ramos interessa-nos, na medida em que aponta para o fato de que a história moderna se constituiu, enquanto um saber cientificamente autorizado, da imbricada relação entre dadas concepções de tempo e de espaço, materializadas nos processos de formação dos Estados nacionais, nos quais tanto o discurso histórico quanto o discurso geográfico tiveram centralidade, como se pode verificar, por exemplo, na circunscrição das fronteiras territoriais, na definição dos argumentos temporais e na conformação das identidades coletivas, forjadas e vivenciadas em contextos e espaços nacionais, regionais e/ou locais<sup>160</sup>. No caso brasileiro, isso fica ainda mais evidente quando se observa que a história nacional “quase sempre foi pensada e narrada como sendo a história do processo de formação territorial”, ou seja, uma história centrada na “conquista, ocupação e manutenção do território”<sup>161</sup>. Por outro lado, conforme explica Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “é no bojo dos discursos que visam definir e dizer o que é a nação que as nuances, singularidades e diferenças regionais irão aparecer”<sup>162</sup>, em certo sentido, como uma reação de suas elites locais diante da crescente perda de poder, desencadeada com a centralização política em torno do Império e de uma elite identificada como nacional<sup>163</sup>.

Nessa perspectiva, o espaço da nação se configura como objeto privilegiado tanto da geografia como também da história<sup>164</sup>. Tornando-se, ao mesmo tempo, objeto de múltiplas disputas, sobretudo, entre aqueles que pretendiam se afirmar enquanto intelectuais. Sobre esse aspecto, Francisco Régis Lopes Ramos observa que:

Ao cercar o Cariri na linha temporal, João Brígido também se cercava como autor. Fazia-se autor na medida em que recortava um objeto específico. Ocupava seu lugar

<sup>159</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 182.

<sup>160</sup> Pode-se dizer que foi, precisamente aí, a partir dessa intersecção/interação entre esses dois campos de saber, que se produziu e se configurou aquilo que Homi K. Bhabha chama de “discurso de dois gumes”, isto é, “de territórios e [de] temporalidades sociais” BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª ed. Trad. Myrian Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Cláudia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 272.

<sup>161</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Entre vagões e locomotivas: a questão regional na história do Brasil independente. **Araucaria**. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, Madri, v. 51, pp. 241-261, 2022, pp. 242-243.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>163</sup> “A política adotada pelo Império de retirar a administração das províncias das mãos das elites locais, entregando as presidências das províncias a membros dessa elite vista como nacional que, constituída por pessoas vindas das várias áreas do Império, que confluíram para gravitar em torno do poder central, significaria a subordinação desses espaços e dessas elites vistas como periféricas ao poder do imperador” Ibidem, p. 245.

<sup>164</sup> “Mesmo contando com o recurso a outras disciplinas como arqueologia, etnografia e literatura, história e geografia constituíam as fontes principais para obter acesso aos vários materiais que permitissem formular a história” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 116.

de intelectual dando à sua própria escrita a missão de revelar uma geografia que, para ser mais legítima, precisava de história<sup>165</sup>.

Pode-se dizer, portanto, que a publicação de *Apontamentos para história do Cariri* deu-se, de certa maneira, em um momento oportuno. Isso porque, João Brígido sabia que, assim como ele, outros intelectuais da província também se ocupavam com semelhantes empreendimentos, isto é, com os estudos do passado do Ceará. Desse modo, publicar os resultados de sua pesquisa, ainda que inconclusos, era, antes de tudo, uma questão de tempo para o autor. Talvez por essa razão, as justificativas logo nas primeiras linhas de seu texto:

[...] contando com tantos embaraços a vencer, o desejo de lançar os primeiros fundamentos da historia do Cariry nos fará prosseguir em nossas indagações: e principiando agora a publicar os nossos Apontamentos não desistimos da viva tentação de leva-los á mais minuciosa exactidão, expondo-os á correção do publico, em edições sucessivas: que nos permitirão melhora-los. Temos pois de rogar, a quem se occupar da leitura deste por agora tão pouco interessante escripto, nos advirta, por carta, de qualquer omissão ou erro, em que por ventura tenhamos cahido, ou de algumas circumstancias importantes, que tenhamos calado na exposição de algum acontecimento. É este um favor que, importando a exactidão do primeiro escripto sobre nossa historia peculiar, muito pode aproveitar á outra penna que no futuro se queira occupar de assumptos tão curiosos, escrevendo a historia do Cariry, com aquella precisão e gosto, que nos não permite a falta das precisas habilitações litterarias<sup>166</sup>.

Essa postura, aparentemente modesta, adotada pelo autor, ao reconhecer as fragilidades de seu trabalho, submetendo-o a apreciação e correção do público, devia-se, muito provavelmente, a uma maneira encontrada por ele, de se antecipar às eventuais críticas de seus pares, tanto no que dizia respeito ao texto propriamente dito, que, segundo ele mesmo admitia, carecia “das precisas habilitações litterarias”, quanto no que se referia aos métodos adotados no decorrer da pesquisa, sobretudo em relação ao trato com os documentos. Ao proceder dessa forma, João Brígido pretendia angariar, ao invés do escrutínio severo dos críticos, a colaboração indulgente dos leitores, que, no seu entender, contribuiria para elevar seu trabalho a “mais minuciosa exactidão”. Por outro lado, em contraposição a suposta modéstia do autor, chama atenção, no fragmento citado acima, a ênfase por ele empregada no caráter pioneiro de seu estudo, referindo-se a este como “os primeiros fundamentos da historia do Cariry” ou ainda como o “primeiro escripto sobre nossa historia peculiar”, que, a despeito

<sup>165</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 183.

<sup>166</sup> SANTOS, João Brígido dos. *Apontamentos para história do Cariri*. Crato: **O Araripe**, nº 177, 19 de fevereiro de 1859, p. 2.

mesmo de suas fragilidades, “muito pode aproveitar á outra penna que no futuro se queira occupar de assumptos tão curiosos, escrevendo a historia do Cariry”.

Nota-se, por suas palavras, que João Brígido já reivindicava para si, nesse primeiro escrito, o papel de precursor no que dizia respeito aos estudos do passado do Cariri e, posteriormente, do Ceará. Ao fazê-lo, sugere, em tom prescritivo, que seu estudo deveria ser tomado como ponto de partida por aqueles que no futuro pretendessem se ocupar com a escrita da história da região. Essa convicção do autor quanto ao seu pioneirismo ficaria ainda mais evidente com a reprodução de *Apontamentos para a história do Cariri* nas páginas do *Diário de Pernambuco*, à época, um dos maiores periódicos do norte do Império brasileiro, o que lhe permitia certamente maior circulação, alcance e reconhecimento. A versão, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 1861, foi intitulada de *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, ainda que, do ponto de vista de seu conteúdo, se tratasse exatamente do mesmo texto publicado n’*O Araripe*. Desse modo, “Insinua-se, então, que a primeira História do Ceará foi, a rigor, uma História do Cariri”<sup>167</sup>. O fato é que tal empreendimento rendeu a João Brígido uma indicação para ingressar como sócio correspondente no IHGB em 1862. A esse respeito, ele se recordaria, anos mais tarde, com um misto de orgulho, ressentimento e desdém:

*A crônica da Província fi-la muito inteira, sendo o primeiro que nela meteu o nariz; primeiro que Théberge, e primeiro que Araripe. Fiz-me sócio do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, matuto ainda e professor primário, isto aos 33 anos, quando essa honra era muito ambicionada pela gente mais letrada do Brasil. Não só escrevi para sua revista, como enriqueci a sua biblioteca com documentos, os mais preciosos, sobre as antiguidades do Ceará. Vim a demitir-me dessa sociedade; exemplo primeiro, que foi seguido pelo Visconde de Taunay. Deposto o imperador, senti-me farto de Araripe, Homem de Melo e outros cultores da verdade histórica!*<sup>168</sup> (Grifos nossos)

Duas questões merecem destaque na fala de João Brígido: a primeira, dá a ler que tornar-se membro do IHGB, nesse período, era uma honra “muito ambicionada pela gente mais letrada do Brasil”. Por certo, isso se devia ao prestígio que se conferia àqueles que ingressavam nessa seleta agremiação. Conforme aponta Lilia Moritz Schwarcz, o instituto privilegiava na composição de seus quadros “desde políticos e proprietários de terra (a maior parte de seus sócios) até literatos e pesquisadores de renome”<sup>169</sup>. Assim, como observa Bernardo Ricupero, até 1841 “pode-se considerar, portanto, que no recrutamento de sócios, o

<sup>167</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 180.

<sup>168</sup> CARVALHO, Jäder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969, p. 38.

<sup>169</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993, p. 135.

IHGB” levava em consideração “o prestígio social mais do que a produção intelectual”<sup>170</sup>, o que irá mudar com exigência de que o candidato a sócio apresente um estudo à instituição.

A outra questão que gostaríamos de enfatizar, no fragmento citado acima, refere-se às rivalidades que se evidenciam entre os membros do IHGB. Ainda que, aparentemente, estivessem imbuídos dos mesmos propósitos, no que tange à escrita da história nacional, era comum que esses sujeitos divergissem quanto ao conteúdo e a forma que suas narrativas deveriam assumir. Sobre esse assunto, a historiadora Thamara de Oliveira Rodrigues analisou, em sua tese de doutoramento, a querela protagonizada por José Inácio de Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. Considerada como aquela “que instituiu as disputas acerca dos protocolos historiográficos no Brasil”, a querela deu-se em torno da publicação, em 1842, de *Compêndio da História do Brasil*, de autoria de Abreu e Lima. “O autor da futura *História Geral do Brasil* acusou Abreu e Lima de plagiário, especialmente, da obra do historiador francês Alphonse de Beauchamp, vetando a prática compilatória utilizada no *Compêndio* por Abreu e Lima”<sup>171</sup>. Assim, como observa Thamara de Oliveira Rodrigues, tem sido recorrente, entre os estudos que se ocupam da história da historiografia no Brasil, explicar “essa querela a partir de uma polarização entre práticas antigas e modernas, na qual o método compilatório presente em uma longa tradição clássica teria caído em desuso e descrédito com a emergência de novas compreensões sobre a história”<sup>172</sup>. Embora não chegue a discordar dessas interpretações, a historiadora procura levar em consideração o lugar fundamental que a “herança colonial” ocupava nas narrativas historiográficas sobre o Brasil naquele período:

A partir de Varnhagen encontra-se um viés mais “harmônico” e “conciliador” com o passado colonial, já com Abreu e Lima há mais tensões e críticas que o impedem de uma projeção positiva do futuro do Brasil. A figura de Abreu e Lima traz elementos que complexificam, portanto, a linguagem da “retórica da nacionalidade”, pois o passado comum evocado nela constitui mais uma fonte de problemas do que de soluções ao “progresso” do Brasil. Embora pudesse estar no horizonte do autor pernambucano uma neutralização das tensões com a história colonial, ele não consegue realizá-la. Procuo mostrar, desse modo, que a querela entre Abreu e Lima e Varnhagen remete para um “estrato temporal” que reúne experiências modernas ambíguas em relação ao passado e ao futuro. De um lado, a expectativa de continuidade como um recurso de produção de segurança para o futuro; do outro, uma necessidade de afastamento imediato com o passado (exatamente porque ele parece demasiadamente próximo)<sup>173</sup>.

<sup>170</sup> RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 116.

<sup>171</sup> RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional**. Tese de Doutorado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto – Programa de Pós-Graduação em História, 2019, pp. 78-79.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 80.

Vê-se, por esse exemplo, que o IHGB foi, desde seus primórdios, um espaço atravessado por tensionamentos, que resultavam, em certa medida, dos diferentes projetos políticos em torno da ideia de nação, com suas respectivas projeções de passado, presente e futuro. Por outro lado, há que se pontuar, que essas disputas também se davam no âmbito dos interesses pessoais, dos jogos de poder e das correlações de forças. Em suma, tratava-se, de uma maneira, encontrada por esses intelectuais, de marcar posição diante de seus pares. No caso de João Brígido, por exemplo, isso se evidencia em seu posicionamento em relação a Tristão de Alencar Araripe, à época, um de seus principais concorrentes quando o assunto era a escrita da história do Ceará. Nesse sentido, ainda segundo Francisco Régis Lopes Ramos:

Se há uma orientação básica quando se interpreta a historicidade dessa proliferação de livros em torno da definição do Brasil e especificamente do Ceará, é possível afirmar que, no princípio, está a disputa.

As escritas estão recheadas de provocações e revides, que, com o passar do tempo, vão ficando opacas, mas podem ser novamente percebidas quando a própria maneira de escrever e publicar é transformada em documento histórico. A disputa, nesse caso, não era somente uma arenga a respeito de versões sobre o passado, mas também uma constante guerra de publicidades sobre quem chegou primeiro a certa conclusão, ou quem publicou primeiro<sup>174</sup>.

Retornaremos a essa questão em outros momentos desta dissertação. Por agora, resta-nos, ainda, discorrer sobre alguns aspectos que julgamos pertinentes no texto de João Brígido. O primeiro deles, que gostaríamos de mencionar, refere-se à forma em que sua narrativa é vazada. Como se sabe, ao longo do século XIX, muitas eram as formas de se escrever a história: memórias, biografias, anais, notícias, crônicas, esboços, resumos, apontamentos, ensaios, cronologias, necrologias, monografias e dissertações. Assim, de acordo com Renato de Mesquita Rios: “Dentre [todos] os modos de [se] escrever” a história, “a crônica é uma das formas [...] mais utilizadas por João Brígido”, o que lhe “posicionaria”, segundo o pesquisador, “entre um literato e um historiador”<sup>175</sup>. É preciso lembrar, no entanto, que essa divisão entre história e literatura era, à época, ainda muito recente, como aponta Ivan Jablonka. “Desde o início, a história manteve uma relação de intimidade com a literatura (entendida como poesia, retórica ou belas-letas), antes dela se separar, no século XIX, para nascer enquanto ciência”<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, pp. 123-124.

<sup>175</sup> RIOS, Renato de Mesquita. A cultura política de João Brígido dos Santos: política, maçonaria e imprensa (1859-1919). **Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**. Fortaleza, v. 2, n. 3, pp. 101-124, 2014, p. 108.

<sup>176</sup> JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verônica Galindez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020, p. 39.



A opção de João Brígido pela crônica, quando da escrita de *Apontamentos para a história do Cariri*, parece ter se dado em função de duas motivações principais, ambas de ordem pragmática. A primeira refere-se ao próprio suporte em que os textos seriam publicados (o jornal), com suas limitações impostas pelo número de páginas disponíveis em cada edição, o que acabava por demandar textos mais curtos e diretos. A segunda, por sua vez, decorre do método de pesquisa adotado por João Brígido, que consistia basicamente na coleta de informações provenientes da tradição popular e do testemunho oral, urdidas numa narrativa marcada pela visão pessoal do autor e de seus interlocutores a respeito dos fatos.

Essa abordagem, entretanto, foi considerada, por muitos de seus comentadores, pouco rigorosa para os padrões de uma história que se pretendia científica, o que lhe caracterizaria, segundo José Honório Rodrigues, como um “modesto pesquisador” “a colher pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular”. Assim, ao contrário da imparcialidade e da objetividade, recomendada pelo rigor científico, no tratamento dos dados, João Brígido estaria “impregnado do sentimento local da terra e da gente”<sup>177</sup>. “Como historiador”, escreve José Aurélio Câmara, “apelava menos para os documentos que para as opiniões próprias ou as tradições correntes, o que muito comprometia seu depoimento”<sup>178</sup>.

Vale destacar que a concepção de documento vigente compreendia, fundamentalmente, o registro por escrito dos acontecimentos tidos como históricos. Isso se dava em um contexto no qual predominava a “ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita”<sup>179</sup>, o que levava a prevalência de documentos escritos em detrimento de outros vestígios do passado. Essa dicotomia se expressava, por exemplo, na oposição “hegeliana entre povos históricos e povos sem escrita”<sup>180</sup>, a partir da qual se defendia que os povos, sem um sistema de escrita, não teriam uma história propriamente dita, sendo essa, portanto, uma das principais evidências de sua suposta inferioridade. Por outro lado, é preciso levar em consideração que o triunfo da escrita sobre a oralidade significava, em última instância, o triunfo do mundo urbano em relação ao mundo rural, de um mundo que surgia a despeito de outro que estaria condenado a desaparecer. O historiador situava-se, pois, na fronteira entre esses dois mundos, uma vez que buscava recolher nos escombros do passado a matéria-prima de seu *métier*.

<sup>177</sup> RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **RIC**, t. 70, pp. 165-349, 1956, p. 185.

<sup>178</sup> CÂMARA, José Aurélio. Um cronista do Ceará antigo. **RIC**, t. 79, pp. 321-324, 1965, p. 321.

<sup>179</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 104.

<sup>180</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 149.

Por mais generoso e obviamente utilíssimo que possa parecer esse empenho, não é possível deixar de comprovar que a *escritura* que utiliza aparece quando declina o esplendor da *oralidade* das comunicações rurais, quando a memória viva das canções e narrações da área rural está sendo destruída pelas pautas educativas que as cidades impõem, pelos produtos substitutivos que põem em circulação, pela extensão dos circuitos letrados que propugnam. Nesse sentido, a *escritura* dos letrados é uma sepultura onde é para sempre imobilizada, fixada e detida a produção oral<sup>181</sup>. (Grifos do autor)

Assim, pode-se dizer que a história teve entre as suas condições de possibilidade, num primeiro momento, esse triunfo da escrita sobre a oralidade. Isso porque, como assinala Jacques Le Goff, a “história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama ‘fontes’”<sup>182</sup>, privilegiando, inicialmente, exatamente os documentos escritos, que davam conta da vida dos grandes homens e dos acontecimentos considerados dignos de serem lembrados:

[...] Durante muito tempo, os historiadores pensaram que os verdadeiros documentos históricos eram os que esclareciam a parte da história dos homens digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados), a história política e institucional [...] <sup>183</sup>.

Para além dos documentos escritos, fundamentais para o nascimento da história enquanto ciência, não será inoportuno lembrar que também os resultados da pesquisa histórica “se enunciam, pois, na forma de um ‘saber redigido’”<sup>184</sup>. Desse modo, o discurso histórico passa a evocar aquilo que Roland Barthes chama de *efeito de real*<sup>185</sup>, ou seja, a narrativa passa a ser compreendida ela própria como sendo o real sobre o qual se refere.

Dito isso, vale destacar que João Brígido não estava alheio aos procedimentos e as práticas que norteavam a pesquisa histórica em seu tempo, sobretudo no que diziam respeito aos protocolos estabelecidos por uma história documentada. Ao tratar de suas fontes, por exemplo, ele chega a dizer: “socorrendo-nos á *uma tradição que no paiz inspira tão pouca confiança*; não nos é dado ja agora apresentar de sua historia um quadro animado das *verdadeiras* cores de cada situação” (Grifos nossos). Mais adiante, diz ele novamente:

<sup>181</sup> RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. 1ª ed. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 81.

<sup>182</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 107.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>184</sup> RÜSEN, Jörn. *Apud* MALERBA, Jurandir. Ciência e arte na escritura histórica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 25.

<sup>185</sup> BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3ª ed. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

[...] *A tradição, que nos vem de uma tal fonte, não merecendo inteira confiança*, nos previne contra algumas notícias e no curso dos nossos trabalhos nos leva muitas vezes a tocar com escrupulo em certos assumptos, ou a occuparmo-nos delles somente quanto aos factos mais capitaes [...]<sup>186</sup>. (Grifos nossos)

Ainda que seu trabalho tenha sido bastante criticado em função da ausência de documentos escritos, considerados, à época, como os únicos verdadeiramente confiáveis e, portanto, os únicos capazes de ratificar toda e qualquer pesquisa que se pretendesse histórica, João Brígido não deixou de ter seus esforços, na tentativa de organização dos fatos passados, reconhecidos por seus pares, como atesta a sua inserção no IHGB. Na opinião de Capistrano de Abreu, em carta enviada ao Barão de Studart, no dia 31 de agosto de 1921: “Da primeira geração de historiadores do Ceará, anteriores ao cólera, resta hoje inutilizado o velho João Brígido, *sem escola, sem método, muitas vêzes mal ou não documentado, mas superior em intuição ao Théberge, Pompeu e Araripe*”<sup>187</sup> (Grifos nossos). Esse juízo favorável a João Brígido em relação aos seus contemporâneos não seria, no entanto, compartilhado por José Honório Rodrigues, para quem, nem João Brígido nem Théberge “apresentavam o mesmo valor ou a mesma contribuição” que Pompeu e Araripe<sup>188</sup>.

Seja como for, em *Apontamentos para a história do Cariri*, João Brígido procurou estabelecer as origens da população daquela região, sua evolução social e sua organização política ao longo dos dois últimos séculos, notadamente do período que ia do início da colonização portuguesa às primeiras décadas do século XIX, privilegiando em sua narrativa aqueles fatos que julgava serem capitais. Dentre esses fatos, considerados notáveis pelo autor e dignos de apreciação por parte da história, estavam as agitações políticas que marcaram a região do Cariri nas primeiras décadas do século XIX, a saber: a Revolução Pernambucana (1817), a Independência do Brasil (1822), a Confederação do Equador (1824) e a Revolta de Pinto Madeira (1831). Em todos esses acontecimentos o Cariri figurara ativamente, tornando-se palco de rivalidades locais e disputas entre diferentes facções políticas.

Esses eventos dariam prova, portanto, do caráter combativo do povo cearense em prol da causa da liberdade. Ao tratar da emancipação política do Brasil, João Brígido chega a dizer, inclusive, que “os dias da independencia foraõ os tempos heroicos do Ceará”<sup>189</sup>. É claro

<sup>186</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 177, 19 de fevereiro de 1859, p. 2.

<sup>187</sup> ABREU, Capistrano de. *Apud* CÂMARA, José Aurélio. Um cronista do Ceará antigo. **RIC**, t. 79, pp. 321-324, 1965, p. 322.

<sup>188</sup> RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **RIC**, t. 70, pp. 165-349, 1956, p. 185.

<sup>189</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 193, 2 de julho de 1859, p. 3.

que, para ele, o povo que merecia as honras por esses “tempos heroicos”, era tão somente aquele que tomara parte nessas contendas ao lado dos liberais. Isso fica bastante evidente, por exemplo, quando o autor aborda as agitações ocorridas no sul do Ceará na ocasião do juramento das bases da Constituição portuguesa, proclamada em 14 de abril de 1821.

Estes acontecimentos, de que, sem compreender, era testemunha *uma população bruta e acostumada ao massacre e á violência*, tinham lhe escaldado a imaginação. Ella tinha o mais torpe sentimento do que pretendião os reformistas e soffria de extravagantes apreensões, que mais e mais estimulavão seo *fanatismo*, a medida que a palavra constituição ia chegando ás cabanas. O que era ella, ignorava o vulgo; mas, em sua perigosa curiosidade, uns a reputavão uma innovação da forma do governo em prejuizo do rei, e por tanto uma impiedade, um attentado contra a religião, segundo a afinidade que eles vião entre Deos e o rei; outros reputavão-na uma tentativa contra a liberdade dos pobres, que desião se meditava captivar; e outros finalmente a tomavão por uma entidade toda corpórea, a quem attribuião uma perversidade de horripilar! [...] <sup>190</sup>. (Grifos nossos)

A narrativa de João Brígido, sobre a participação da população mais pobre em tais movimentações políticas, sintetiza bem como as elites brasileiras enxergavam o próprio povo. Essa produção de um imaginário, extremamente negativo e até depreciativo, em relação aos mais pobres deu-se, fundamentalmente, a partir de uma visão de mundo distorcida pelos preconceitos de classe e de raça, que se expressavam nas próprias palavras utilizadas para descrever essa parcela da população, tida como bruta, fanática, ignorante e rude.

Neste *estado de perigosa fermentação politica*, não faltavão pessoas, que, tendo todo ascendente sobre esses *espíritos inquietos*, se aprasião de confirmalos em *seos erros e grosseiras superstições*. A população da serra de S. Pedro e suas immediações era, entre todas, a mais *fanatica e pervertida*: levava seo zelo pela religião até receiar, que os habitantes da villa, indo á matriz, levassem intenções de ultrajar as imagens dos santos. *Esses homens feroses e embrutecidos tremião de colera* á noticia de qualquer solemnidade, armavão se á ligeira e invadião o templo, aos gritos de – Viva Nossa senhora da Penha! Era preciso toda humilhação e prudencia para se escapar a seos furores, e tal era ja o medo destes chamados Cerca-igrejas, tão frequentes e inopinadas as suas aparições, que as familias receiavão concorrer aos actos religiosos. Um unico homem temião estes fanaticos, era o capitão-mor Filgueiras <sup>191</sup>. (Grifos nossos)

Assim, pode-se observar que para João Brígido e para as elites liberais das quais ele era um dos porta-vozes naquele momento, a participação popular como protagonista em decisões políticas não podia ser tolerada, visto que representaria uma possibilidade real de instauração da desordem e um risco iminente de convulsões sociais. Tratava-se, ao fim e ao

<sup>190</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 188, 21 de maio de 1859, p. 2.

<sup>191</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 189, 28 de maio de 1859, p. 1.

cabo, de garantir a manutenção de uma sociedade extremamente hierarquizada, na qual os mais pobres deviam obediência às classes dominantes. É o que se verifica no relato de João Brígido sobre os eventos ocorridos quando da eleição para deputados à constituinte de Lisboa:

A junta eleitoral, a camara, o ouvidor José Joaquim Correia da Costa Pereira do Lago, com todos os officiaes da ouvidoria, alguns officiaes de milicias e ordenanças, muitas *peçoas gradadas* [grauídas?] do Icó, Lavras e Riacho-do-sangue, vindas expressamente para assistirem a festa, *todas vestidas de galla e formando um prestito numeroso e brilhante*, concorrerão a matriz, às 8 horas do dia. A missa festiva ia celebrar-se e já bem tranquillos estavam os numerosos assistentes, *quando um grito de terror se ouviu: “os cabras!”* Uma multidão innumeravel de habitantes do campo, *sujos, mal vestidos ou cobertos de trapos, armados de parnahibas espingardas e cacetes* se precipitavão sobre a multidão inerme e desapercibida! *Trasião o furor pintado na phisionomia, vociferavão imprecações horribeis e gesticulavam como possessos, ameaçando e acommentendo os assistentes*, cobardes de pasmo e horror. As familias se presipitavão em procura das avenidas, para fugirem, e houve uma scena de indisivel confusão. Um só homem ousou resistir, foi o sargento-mor José Victoriano Maciel, homem valente mesmo contra a surpresa, que tirando da espada lançou-se ao encontro da multidão, gritando para que se contivesse. Uma terrivel cacetada lhe foi desfeixada, e, quando quiz accometer com a espada, soffreo um tiro e cahio gravemente ferido. Filgueiras, que, receiando *o furor da populaça*, tinha vindo guarnecer a villa, e nesse momento achava-se no lugar do conflicto, bramindo de colera e desespero por se ver contrariado, sahio da igreja e gritou a multidão que procurava assenhorear-se das portas. Que ascendente, que prestigio não tinha esse homem sobre o povo! *Os desordeiros, quaes escravos submissos*, nem lhe ousarão responder, cabeça baixa, olhos no chão, desfilarão em morno scilencio e deixarão a matriz: então Filgueiras, com a espada nua, *arrebanhou a multidão*, mostrou-lhe o caminho de suas habitações, e seguiu-a na retaguarda, té que passou o rio e tomou o caminho da serra S. Pedro!<sup>192</sup> (Grifos nossos)

É curioso notar, em sua narrativa, como João Brígido se refere aos diferentes extratos da sociedade envolvidos em tais episódios. Enquanto os ricos e poderosos da região, alinhados com o chamado partido da reforma, são descritos como a gente grauída, desfilarão ordeiramente, em trajes de gala. Os mais pobres são representados como uma multidão maltrapilha, formada por aqueles a quem se convencionou chamar de *cabras*<sup>193</sup>: “sujos, mal

<sup>192</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 189, 28 de maio de 1859, pp. 1-2.

<sup>193</sup> Em estudo sobre a invenção do conceito de *cabra*, notadamente na região do Cariri Cearense, Ana Sara Cortez Irffi explica que a alcunha tratava-se de uma “identificação negativa”, empregada para designar uma “categoria social” específica, utilizada pela elite senhorial local e pelas autoridades provinciais com o intuito de classificar e, por vezes, de criminalizar a população mais pobre, fosse ela formada por homens livres, libertos ou escravizados. De acordo com a historiadora, tal conceito era carregado de “sentidos racial e de classe”, uma vez que definia a “mestiçagem como uma marca” característica do *cabra* e era atribuído “a pessoas cuja posição social era inferior” a daqueles que assim as nomeava. É preciso lembrar, portanto, que o ato de nomear algo ou alguém é sempre um ato de poder, uma violenta demonstração de superioridade hierárquica em relação ao outro. Desse modo, o conceito de *cabra* deve ser compreendido como “Uma categorização de fora para dentro, ou de cima para baixo” e que, de certa maneira, acaba por nos dizer muito mais sobre as visões de mundo das classes dominantes oitocentistas do que sobre os próprios sujeitos que buscavam estigmatizar. IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra do Cariri cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2015, p. 17.

vestidos ou cobertos de trapos”, com fisionomias e gestos violentos que beiravam o animalesco. Esses homens seriam incapazes de agir segundo seus próprios interesses, sendo manipulados, como “escravos submissos”, por terceiros, representados nesse caso pela figura do capitão-mor José Pereira Filgueiras, líder político local e antigo aliado dos liberais.

Ao retomar a história recente do Cariri a partir desses conflitos, que decerto ainda estavam acesos na memória de sua população, João Brígido endossava os discursos em torno da necessidade de criação de uma província na região. Ao fazê-lo, acabava por reproduzir e perpetuar os mesmos preconceitos e temores verificados anteriormente, sobretudo no que diziam respeito ao conceito de *cabra*, empregado para caracterizar a parcela da população mais pobre, considerada rude e fanática<sup>194</sup>. Por outro lado, ao elencar os personagens que teriam se destacado positivamente nos eventos atinentes à história do Cariri, João Brígido privilegiava aqueles que demonstravam afinidades com as ideias liberais, como era o caso, por exemplo, de José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Bárbara de Alencar, dentre outros que tomaram parte na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador (1824). Desse modo, podem-se perceber certos usos do passado em proveito dos interesses e das disputas da época na qual o autor estava inserido, o que ocorrerá também, de certa maneira, com a mobilização de outros saberes como a geografia e a estatística, sobre as quais trataremos mais detidamente a seguir.

## 2.2 Um ensaio estatístico como um inventário da província

Em 1863 foi publicado pela Tipografia de Belarmino de Matos, à época, uma das maiores e mais importantes tipografias da cidade de São Luís, na província do Maranhão, um extenso trabalho intitulado *Ensaio estatístico da província do Ceará*, de autoria de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Em função da grande quantidade de tabelas, informações e dados arrolados ao longo do texto, o livro acabou dividido em dois tomos: o primeiro contendo 839 páginas e o segundo, publicado no ano seguinte pela mesma tipografia, 330 páginas.

Embora dedicasse a última parte do segundo tomo a um resumo cronológico da história do Ceará, a rigor não se tratava de um livro de história propriamente dito, mas de um estudo que buscava inventariar os aspectos físicos, políticos e econômicos do Ceará, a fim de

---

<sup>194</sup> IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O *cabra* do Cariri cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2015, p. 124.

subsidiar “as ações da elite dirigente na província”<sup>195</sup>. Nesse sentido, o trabalho era resultado de um contrato firmado entre o autor e o governo provincial, segundo a resolução nº 705 de 9 de agosto de 1855, que autorizava o governo a mandar formar a estatística da província<sup>196</sup>. A esse respeito, escreve Pompeu: “Em 1855 contractei com exm. snr. conselheiro Vicente Pires da Motta, então presidente da provincia, um Ensaio sobre a estatistica da provincia”<sup>197</sup>. De acordo com o referido contrato, assinado em 14 de setembro daquele ano, a publicação dos resultados da pesquisa deveria ocorrer no prazo de três anos, podendo, no entanto, ser prorrogado este prazo, mediante justificativa para tal e conforme julgasse conveniente o governo da província. O autor se comprometia a apresentar, todos os anos, relatórios com os resultados parciais da pesquisa. Como pagamento pela realização do empreendimento, Pompeu receberia dos cofres provinciais a quantia de três contos de réis.

Porém, o trabalho que, segundo os termos do contrato, deveria levar três anos para ser produzido e publicado<sup>198</sup>, demorou mais que o dobro do tempo previsto inicialmente para ficar efetivamente pronto. Isso se deu, segundo seu autor, em função das dificuldades para se conseguir, junto às repartições do governo, os documentos necessários para a sua realização:

Um das condições do contracto era que o governo me forneceria por via das diversas repartições e authoridades todos os dados que requisitasse, para por esses documentos officiaes organizar o meu trabalho. Formulei para isso modelos de mappas, e instrucções com uma serie de quisitos bem explicados, e depois de impressos, dirigi-os á todas as authoridades, já por mim, já por via da presidencia, que por tres vezes repetiu a remessa. Não obstante esses pedidos, e as recommendações do governo, não me foi possível obter resposta nem a vigesima parte dos quisitos. Á excepção das repartições da capital, alfandega, thesouraria geral e provincial, secretaria da presidencia e policia, commandantes do meio batalhão, do corpo de policia, do capitão do porto, e de algumas camaras, delegados

<sup>195</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado. PUC – SP, 2001, p. 55.

<sup>196</sup> “Aos quatorze dias do mez de setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco, na sala do Palacio do Governo, onde se achava o Exm. Sr. Dr Vicente Pires da Motta, presidente da provincia, compareceu o Dr Thomaz Pompêo de Souza Brazil, offerecendo-se para formar a estatistica da provincia, autorizada pela rezolução provincial numero setecentos e cinco de nove de agosto do corrente anno, e sendo aceito seo oferecimento, mandou o mesmo Exm. Sr prezidente lavrar este termo obrigando-se o contratante a confeccionar a dita estatistica [...]” Termo do contracto feito com o Dr. Thomaz Pompêo de Souza Brazil para formar a estatistica da provincia do Ceará [n.p.] anexo de 27 de julho de 1857 ao Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3º vice-presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1857, por occasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1857.

<sup>197</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997, p. V.

<sup>198</sup> “(4) A condição 3ª do contracto diz: ‘O empresario será obrigado a apresentar esse trabalho dentro de tres annos, salvo havendo motivo, á vista do qual o governo da provincia poderá prorrogar mais o tempo, que julgar conveniente’”. Jornal O Cearense, nº 1146, 3 de agosto de 1858, p. 2.

e parochos que me forneceram algumas informações, nem uma outra autoridade quis ou pode faze-lo<sup>199</sup>.

Quando o prazo inicial, para a publicação do trabalho, estava prestes a expirar, o governo da província por meio do então presidente, João Silveira de Souza, enviou a Pompeu um ofício, datado de 11 de maio de 1858, no qual lhe cobrava mais informações a respeito do andamento do ensaio estatístico: “Remetta me Vm. até o fim do corrente mez um relatorio circunstanciado sobre o ensaio estatístico, de que se acha Vm. encarregado, tudo na forma da condição 4<sup>a</sup> do sobredito contracto”<sup>200</sup>. Em resposta, Pompeu escreve, em 11 de junho de 1858, o seguinte ofício:

Fortaleza 11 de junho de 1858.

Illmo. e Exm. Sr.

Passo as mãos de V. Ex a memoria junta, na qual achará V. Ex o relatorio sobre o Ensaio Estatístico á meo cargo, e uma noticia estatistica da provincia sob sua relação physica, politica e industrial. Esta segunda parte tem por fim, não só satisfazer os pedidos que V. Ex me fez ao fim do anno passado, que então deixei de satisfazer por falta de informações, como dar uma ideia das investigações que tenho feito para o Ensaio Estatístico.

O pouco tempo do ultimo officio de V. Ex. exigindo este relatorio á esta data, meos incomodos de saúde, e diversas occupações, não me permittirão, nem ler uma segunda vez esse trabalho. Os mappas especialmente, que me levárão noites inteiras, e que mandei passar á limpo por diversas pessoas, devem ter sahido com enganos, e erros inevitaveis em trabalhos dessa ordem.

Eu não os pude bem conferir, nem rever.

Queira por tanto V. Ex. desculpar os defeitos que encontrar, resultantes, tanto de minha insufficiencia, como das causas acima apontadas.

Devo declarar á V. Ex., que com quanto pelo contracto tenha direito a receber da thesouraria um conto de reis no primeiro anno, outro no segundo, e o terceiro no fim; com tudo só procurei, e recebi o do primeiro anno para soccorrer certas despesas que tinha á fazer com informações, copias, impressões &.

*Peço no meo relatorio prorogação do praso, como permite o contracto, pelos justos motivos, que nelle declaro; se porem V. Ex. não quizer conceder essa prorrogação, digne-se resolver o que entender; por que eu sò peço o que julgo de justiça, se me dever.*

Eu não pedi, e nem solicitei essa commissão; assim como nem outra lucrativa; accitei a por deferencia, e á instancias de um dos antecessores de V. Ex.; e como costume desempenhar com lealdade e consciencia aquillo do que me encarrego, tanto quanto permittem minhas forças, não tenho poupado trabalho de minha parte para satisfazel-o, não está porem em minhas mãos fazel o até agora por cauza independentes de minha vontade.

*Intendo que trabalhos dessa ordem, mesmo imperfeitos, devem ser publicados como ensaios para obter-se por este modo a correcção de deffeitos, ou omissões, espalhando-se pelas pessoas mais habilitadas da provincia. Foi o que eu já fiz com as duas memorias anteriores, publicando-as a minha custa.*

<sup>199</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997, pp. V-VI.

<sup>200</sup> “(3) A condição 4<sup>a</sup> diz: ‘Todos os annos antes da reunião da d’Assemblea Provincial o empresario dará contados trabalhos que tiver aprontado, e exporá em um relatorio o estado de todo ensaio indicando os embaraços que encontrar, e propondo os meios que puderem remove-los’”. Jornal O Cearense, nº 1146, 3 de agosto de 1858, p. 2.



*Não parece porem rasoavel que essas despesas corraõ por minha conta; por que do contrario absorverião a quantia que tenho de receber, (se der conta da estatistica) e nada ficará pelo meo trabalho: alem de que nem sei se effectuarei a obra, ou se ainda acabada será recebida.*

*Por tanto peço á V. Ex. a impressão desta memoria, e que me communique alguns exemplares para distribuil-os por pessoas que possão corrigir ou rectificar alguns erros ou omissões.*

Deos guarde à V. Ex. – Illm. e Exm Sr. Dr. João Silveira de Souza, presidente da provincia.

O Encarregado da Estatistica

Thomaz Pompeo de Souza Brazil<sup>201</sup>. (Grifos nossos)

Além das notícias, solicitadas pelo presidente da província, sobre o andamento do ensaio estatístico, Pompeu envia-lhe, junto de seu ofício, um relatório e uma memória a qual lhe pedia encarecidamente que fosse impressa com os recursos dos cofres provinciais, visto que ele já havia mandado imprimir as duas memórias anteriores com recursos de seu próprio bolso. Por fim, o autor solicitava à presidência uma prorrogação no prazo final para a entrega do ensaio. No *Relatório do Presidente de Província* daquele ano, constam informações sobre as intenções da presidência em atender ao pedido de prorrogação feito pelo autor:

*Sera submettida á vossa apreciação a memoria estatistica de que já em outra parte vos falei, apresentada neste anno pelo Dr. Thomaz Pompêo de Sousa Brasil, na fôrma de seu contracto. Finda-se em outubro proximo o prazo estipulado para a confecção completa e diffinitiva desse trabalho; mas o referido Dr. além de outras medidas que requisita a bem de sua execução, como vereis, pede-me prorrogação do praso do mesmo, á vista das difficuldades com que tem lutado para leval-o ao fim; attenderei ao seu pedido, como fôr justo<sup>202</sup>. (Grifos nossos)*

Contudo, não tendo sido suficiente uma primeira prorrogação de seis meses para a conclusão do trabalho, uma segunda prorrogação, por igual período, foi concedida logo em seguida. Essa demora, por parte do autor, em concluir o trabalho, acabava gerando certa apreensão na presidência, como se pode ler no *Relatório do Presidente da Província* de 1859:

Em outubro do anno passado, findou o prazo de 3 annos, dentro do qual o encarregado deste trabalho, devia apresental-o concluido na fôrma do seo contracto celebrado com o governo provincial em 14 de setembro de 1855.

Todavia isso não pôde effectuar-se por motivos atendeveis, que me forão expostos pelo mesmo encarregado em officio no qual me pediu uma prorrogação do dito praso por mais seis meses, que lhe foi concedida; e ainda dentro dessa prorrogação não tendo elle podido concluir o seu trabalho, concedi-lhe nova prorrogação por outros seis mezes em officio datado de [espaço em branco] do mez findo.

*Estou entretanto recioso de que ainda nesse novo praso não se obtenha o referido trabalho, alias de grande interesse para a provincia se fôr bem executado, e cujas*

<sup>201</sup> Jornal O Cearense, nº 1146, 3 de agosto de 1858, p. 2.

<sup>202</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1858, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1858, p. 31.

difficultades algumas das quaes mencionei em meo passado relatorio cumpre remover-se.

Não será possível de uma vez conseguir-se uma estatística exacta e completa, principalmente em todos os assumptos e especies sobre que versa, a de que trato, mas é em todo caso incontestavel, que mesmo uma noticia, mais ou menos aproximada da realidade em semelhantes materias, será já de grande vantagem, e poderá ir sendo aperfeiçoada com o tempo.

Chamo a vossa attenção para as medidas sollicitadas pelo encarregado deste trabalho a que me referi no meu citado relatorio, e que convém tomar-se tanto quanto fôrem compatíveis com os recursos dos nossos cofres.

Naõ me foi ainda entregue neste anno a memoria que o mesmo encarregado da estatística deve apresentar para ser submettida ao vosso conhecimento; logo que o seja ser-vos-ha enviada<sup>203</sup>. (Grifos nossos)

Vale lembrar, que foi nesse mesmo ano, mais precisamente na data de 4 de fevereiro de 1859, que a Comissão Científica de Exploração chegou ao Ceará para iniciar seus trabalhos. Esse fato importa, entre outros motivos, na medida em que, segundo Manoel Fernandes de Sousa Neto, a presença da comissão em terras cearenses contribuiu ainda mais para o atraso na conclusão do ensaio de Pompeu, uma vez que o autor passou a “utilizar como fontes os membros da comissão”<sup>204</sup>, o que, de certa maneira, acabou por condicionar o término de seu trabalho aos resultados das pesquisas da comissão. Por outro lado, pode-se dizer que o contato de Pompeu com os integrantes da expedição lhe possibilitou ter acesso a uma série de informações importantes, sem as quais ele talvez não tivesse conseguido concluir seu trabalho, pelo menos, não da forma como o conhecemos.

Em outras palavras, aquele que escreveu o *Ensaio* informou e teve acesso às informações levantadas pelos homens da Comissão Científica. É evidente, conseguiu mais de uns que de outros, mas presumimos que foi por intermédio deles que obteve a possibilidade de fazer o que não conseguiu sozinho – coletar as informações de que necessitava, só possíveis com pesquisa feita *in loco*. Desprovido de interlocutores com os quais pudesse discutir suas ideias, foi nos homens da Comissão que encontrou seus melhores pares. E a interlocução é uma das características da escrita de Pompeu, posto que ele cita suas fontes e discute com elas [...]<sup>205</sup>.

Ainda no que concerne às dificuldades de acesso às informações das repartições públicas, Pompeu solicitou à presidência da província, a fim de remediá-las, entre outras medidas, a remuneração de agentes locais em cada freguesia ou distrito para que se levantasse “os dados positivos sobre varios assumptos que não estão ao alcance do encarregado como o

<sup>203</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1859, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1859, p. 32.

<sup>204</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 91.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 94.

recenseamento completo da população, o mapa da riqueza publica &c”<sup>206</sup>. Outra demanda do autor à presidência, que vale a pena mencionar, dizia respeito à necessidade do auxílio de um amanuense, que ficaria responsável, dentre outras coisas, por organizar e arquivar os documentos, tarefas essas com as quais o encarregado do ensaio não podia se ocupar, visto que a ele caberia à análise e à interpretação dos dados coletados:

Outra medida que reclama o encarregado, e que me parece de conveniencia, é a criação de um amanuense incumbido de ter a seu cargo o archivo dos documentos estatísticos, e de tirar a limpo os mappas, relatorios, escripturas, registros extrahir documentos das repartições, trabalho este que não pode ser feito pelo encarregado, a quem incumbe a tarefa de dedusir as formulas geraes dos dados elementares, que lhe são fornecidas<sup>207</sup>.

Em meados de 1862, mesmo considerando que os dados obtidos ainda estavam incompletos, Pompeu resolve dar por concluído seu trabalho e o entrega finalmente a presidência da província. Junto do manuscrito original, envia uma carta ao então presidente, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, na qual expõe novamente algumas das muitas dificuldades enfrentadas por ele ao longo dos seis anos em que esteve ocupado com a pesquisa. Além daquelas dificuldades já mencionadas anteriormente, escreve Pompeu:

[...] Depois de insano trabalho, e despesa que tinha feito, e de ter colhido uma somma consideravel de observações uteis sobre o estado phísico, moral e estatístico da provincia julguei preferivel concluir esse ensaio com esses mesmos incompletos elementos que pude obter.

[...] Desde o fim do anno passado que se acha concluido esse trabalho; porem a diffículdade de passar a limpo não foi um dos menores embaraços com que lutei até hoje, distribuindo os quadernos por diversos copistas e tendo de emendar muitas vezes copias concluidas, mas erradas<sup>208</sup>.

A despeito de todos esses contratemplos, que teriam contribuído sobremaneira para o atraso na conclusão dos trabalhos, e ainda que se valesse de muitas informações incompletas, o estudo foi recebido pela presidência da província com grande entusiasmo:

[...] *Estatística já a temos tão perfeita como se podéra (sic) desejar*, attentas as diffículdades com que se luta em nosso paiz para levar ao fim uma empresa similhante.

*Incumbido desse trabalho, o Dr. Thomaz Pompêu de Souza Brasil fez mais do que era obrigado por força do seu contracto. Foi desse parecer a commissão de tres membros que nomeei para o devido exame.*

<sup>206</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, presidente d’esta provincia, no dia 1º de julho de 1860, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Brazileira de Paiva e Companhia, 1860, p. 31.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> Jornal O Cearense, nº 1520, 24 de junho de 1862, p. 2.

Dentro em seis mezes a contar de 29 de Agosto teremos impressa a estatística pelo preço de 2:802\$000 rs, na forma do contracto celebrado com o mesmo Dr. Pompeu, mediante as mais vantajosas condições que se podiam obter. Publicada a obra no Maranhão, resulta a vantagem de serem as provas corrigidas com presteza pelo auctor.

Convem notar que reduzi a 500 o número de 1:000 exemplares fixado no contracto. Ficou assim diminuida sem inconveniente algum a despesa da publicação [...] <sup>209</sup>. (Grifos nossos)

A impressão do ensaio estatístico não se deu, todavia, sem um último percalço: diante da quantidade de páginas que o trabalho demandava, surgiu, por parte da tipografia, a necessidade de publicá-lo em dois tomos, o que acabou por elevar os custos da publicação em relação àqueles previamente estipulados, em um novo contrato firmado com o autor, a 29 de agosto de 1862. A maneira como o governo lidou com a situação, no entanto, nos dá uma dimensão do tamanho do interesse que este tinha em ver a obra finalmente publicada:

[...] A obra já se acha impressa e o governo de posse dos exemplares.  
Por contracto de 29 de Agosto de 1862, o autor se tinha obrigado a mandar imprimil-a por 2:802\$000.  
Esta quantia, porém, fôra fixada no pressuposto de que o manuscrito daria apenas para um volume em 4º, como se vê da clausula 2ª do dito contracto; mas verificando-se pelo decurso da impressão que a obra veria a abranger dous volumes, um de 835 paginas e outro de 330, e que por tanto o custo excederia de muito a quantia orçada, requereo o dito Dr. a rescisão do contracto; ao que deferi, convencido da justiça que assentava o requerimento, depois de ter ouvido ao procurador fiscal e ao inspector da thesouraria provincial.  
*Em consequencia da rescisão ficou a província obrigada a pagar todas as despesas com a impressão, á vista das contas apresentadas pelo proprietario da typographia [...] <sup>210</sup>. (Grifos nossos)*

Vê-se, por esse episódio, que o governo da província não mediu esforços, tampouco economizou recursos, para levar adiante a publicação do ensaio estatístico, ainda que para esse fim, tenha tido ele que assumir sozinho os custos relativos à sua impressão. Resta saber, afinal, que vantagens esperavam obter as autoridades provinciais quando estivessem de posse de tal estudo? De que maneira as informações coligidas pelo autor serviriam aos interesses da administração provincial e das elites dirigentes? Nesse sentido, vale a pena analisar mais um trecho do *Relatório do Presidente da Província* de 1864:

[...] Congratulo-me com vosco pela realização de um trabalho de tanto alcance.

<sup>209</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente d'esta provincia, no dia 1º de outubro de 1862, por ocasião da instalação da mesma Assembléa. Ceará, Typ. de B. de Mattos, 1863, p. 17.

<sup>210</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Laffayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864. Ceará, Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 31.

Um vasto quadro das riquezas naturaes da provincia, das propriedades de seu sólo, das forças de sua agricultura, commercio e industria, dos seus recursos financeiros, do estado da instrucção publica, com o recenseamento da população, com as divisões ecclesiastica, judiciaria e administrativa; em fim *um inventario minucioso* de tudo que a natureza e a industria obraram na superfície da provincia, *acompanhado de um estudo profundo das causas e relações dos factos*, é o melhor e o mais seguro auxiliar da administração no desempenho dos seus mais difficeis deveres.

Este grande auxiliar, hoje o possui a provincia do Ceará, graças a sabia resolução d'esta assembléa e aos esforços e indefeso trabalho do seu illustre autor.

*O ensaio estatístico da provincia do Ceará*, apesar de imperfeições inevitaveis pela falta de dados e esclarecimentos seguros e completos, é *um monumento que faz honra as letras de seu autor, e que pôde, sem desvantagem da comparação figurar dignamente ao lado das obras d'este genero emprehendidas nos paizes mais adiantados*<sup>211</sup>. (Grifos nossos)

Para entender a importância dada, por parte das autoridades provinciais, ao estudo produzido por Pompeu, talvez seja necessário compreender, antes, a própria relevância atribuída à estatística naquele contexto: isso se deve, em grande medida, ao fato desta ter se afirmado como uma ciência, autoproclamada como um registro objetivo do real, pautada, fundamentalmente, na racionalidade “incontestável” dos números, o que, em tese, lhe conferia, a um só tempo, maior grau de confiabilidade, credibilidade e legitimidade. Assim, o número converteu-se, tal como a escrita, em um importante instrumento de poder, fundamental a toda e qualquer conquista que se empreendesse sobre determinado território.

Não se tratava, no entanto, de viabilizar apenas a conquista e a expansão territorial: os registros escritos e os dados quantitativos serviam, sobretudo, à própria manutenção do poder exercido pelas metrópoles nos espaços conquistados, uma vez que os transformavam em objetos de um conjunto de saberes, que buscava conhecê-los, decifrá-los, registrá-los, em suma, submetê-los ao domínio colonial. Em importante estudo acerca da colonização no Sudeste Asiático, ao analisar estas e outras questões, Benedict Anderson observa que:

Poucas coisas mostram mais claramente essa gramática do que três instituições de poder, as quais, embora inventadas antes de meados do século XIX, modificaram a sua forma e função quando as zonas colonizadas ingressaram na era da reprodução mecânica. Essas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado<sup>212</sup>.

<sup>211</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Laffayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864. Ceará, Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, pp. 31-32.

<sup>212</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 227.

Guardadas as devidas particularidades de cada processo histórico, é impossível ignorar a importância do censo, do mapa, do museu, bem como da estatística, na conformação dos Estados Nacionais recém-independentes nas Américas. No caso do Brasil, por exemplo, embora a fundação do Museu Nacional tenha se dado ainda no período colonial, por iniciativa de d. João VI, mediante decreto de 6 de julho de 1808, foi só na segunda metade do século XIX que “o estabelecimento” se estruturou “segundo os moldes dos grandes centros europeus”<sup>213</sup>. Entre 1870 e 1930, tanto o Museu Nacional, quanto o Museu Paulista e o Museu Paraense de História Natural “desempenharam importante papel como estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das assim chamadas ciências naturais”<sup>214</sup>.

Enquanto os museus se dedicavam “à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais”<sup>215</sup>, configurando-se, ao mesmo tempo, como imensos repositórios, a serviço de uma pretensa memória nacional, que compreendiam fundamentalmente o espólio resultante da pilhagem colonial<sup>216</sup>, o mapa representava, por sua

<sup>213</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras. 1993, p. 92.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>216</sup> “Não é nenhum segredo que milhões de objetos, nunca destinados a ser expostos nas paredes brancas de museus, foram saqueados no mundo inteiro por diferentes agentes imperiais. Não é nenhum segredo que muitos deles foram cuidadosamente tratados, preservados e são expostos até hoje em museus ocidentais como objetos de arte preciosos. Ao mesmo tempo, não é nenhum segredo que milhões de pessoas, despojadas da maior parte de seu mundo material, incluindo ferramentas, ornamentos e outros artefatos, continuam a procurar um lugar onde possam estar novamente em casa e reconstruir um mundo habitável. Esses dois movimentos, à primeira vista sem conexão, de migração forçada de pessoas e artefatos, bem como a separação entre um e outro, são tão antigos quanto a invenção do ‘novo mundo’. As pessoas e os artefatos tornaram-se objetos de observação e estudo, de apropriação indevida e cuidados, de encargo e controle por dois conjuntos aparentemente não relacionados de disciplinas e instituições, cada qual com seus pesquisadores e especialistas. Na verdade, porém, os movimentos estão ligados entre si [...]” AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024, pp. 16-17. Nesse mesmo sentido, em um belíssimo texto, intitulado *A melancolia dos objetos*, Durval Muniz de Albuquerque Júnior explica, entre outras coisas, que: “A rapina imperialista e colonial que deu origem a grande parte dos acervos dos principais museus europeus, dos quais o Museu Britânico é o modelo exemplar, esteve, na maioria dos casos, amparada por saberes e pela atuação de cientistas e especialistas dos países daquele continente. Como monumento à superioridade e à centralidade da racionalidade, da técnica, da ciência e da civilização Ocidental e europeia, os acervos dessas instituições e, portanto, o patrimônio histórico e cultural dessas nações, se constituíram sob a legitimidade e a validação daqueles saberes e especialistas considerados como centrais no desenvolvimento do conhecimento da natureza, das sociedades e das culturas humanas [...] A melancolia que esses objetos passam a emitir se deve a esse processo de desenraizamento, de deslocamento de que foram objeto. Os especialistas das ciências ocidentais tiveram uma enorme responsabilidade nesse processo de alienação dos objetos, artefatos, monumentos e documentos de seus lugares e culturas de origem. Em nome do progresso da ciência, dos conhecimentos sobre o passado e as culturas humanas, inúmeras matérias e formas de expressão foram arrancadas de seus contextos geográficos e culturais, naturais e humanos, para se tornar objeto de dadas formas de conhecimento no Ocidente” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural*. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 137-163, pp. 145-147. Para aprofundar ainda mais essa temática, cf: VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023. LAFONT, Anne. **A arte dos mundos negros: história, teoria, crítica**. 1ª ed. Trad. Rita Paschoalin, Leo Gonçalves, Vivian Braga Santos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

vez, a materialização imagética do espaço geográfico da nação, através da qual se buscava internalizar um sentimento de pertencimento a uma dada *comunidade imaginada*<sup>217</sup>. Nesse sentido, é bastante significativo o fato de que o primeiro atlas do Brasil, destinado à instrução pública (em especial dos alunos do Colégio Pedro II), tenha sido publicado, em 1868, durante a Guerra do Paraguai. “Além da finalidade pedagógica, [o atlas] buscava explicitamente, seguindo práticas de outros países, utilizar a geografia para promover o patriotismo”<sup>218</sup>.

De autoria de Cândido Mendes de Almeida<sup>219</sup>, o *Atlas do Império do Brasil* era composto por um conjunto de mapas referentes a cada uma das províncias do Império, dos dados das suas respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias, bem como de quadros estatísticos e de plantas topográficas de algumas capitais<sup>220</sup>. Some-se a tudo isso “uma grande revisão histórica (documental) das fronteiras nacionais e provinciais”<sup>221</sup>. Em um contexto marcado por inúmeras contendas acerca das definições dos limites territoriais (internos e externos), tanto o discurso cartográfico, quanto o discurso historiográfico representavam, cada um à sua maneira, importantes auxiliares na resolução de litígios diplomáticos. Desse modo, a obra de Cândido Mendes chegou a ser “utilizada inclusive pelo Barão de Rio Branco” nas negociações que levaram “a consolidação dos limites do país”<sup>222</sup>.

<sup>217</sup> Segundo definição proposta por Benedict Anderson, toda nação é “uma comunidade política imaginada”, isto é, “imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Nesse sentido, segundo o autor, o que caracteriza uma *comunidade imaginada* é o fato de que mesmo na menor das nações, seus membros “jamais conhecerão, encontrarão ou nem se quer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Essa comunhão de valores, de tradições, de uma religião, uma língua, uma história e uma cultura comuns constituiria a ideia de comunidade e se daria “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. Assim, “imagina-se a nação limitada”, pois independente da extensão territorial e do tamanho de sua população, toda nação “possui fronteiras finitas [...] para além das quais existem outras nações” e “imagina-se soberana” uma vez que “as nações sonham em ser livres [...] a garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano” ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 32-34.

<sup>218</sup> CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coor.). **A construção nacional (1830-1889)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 83-129, p. 87.

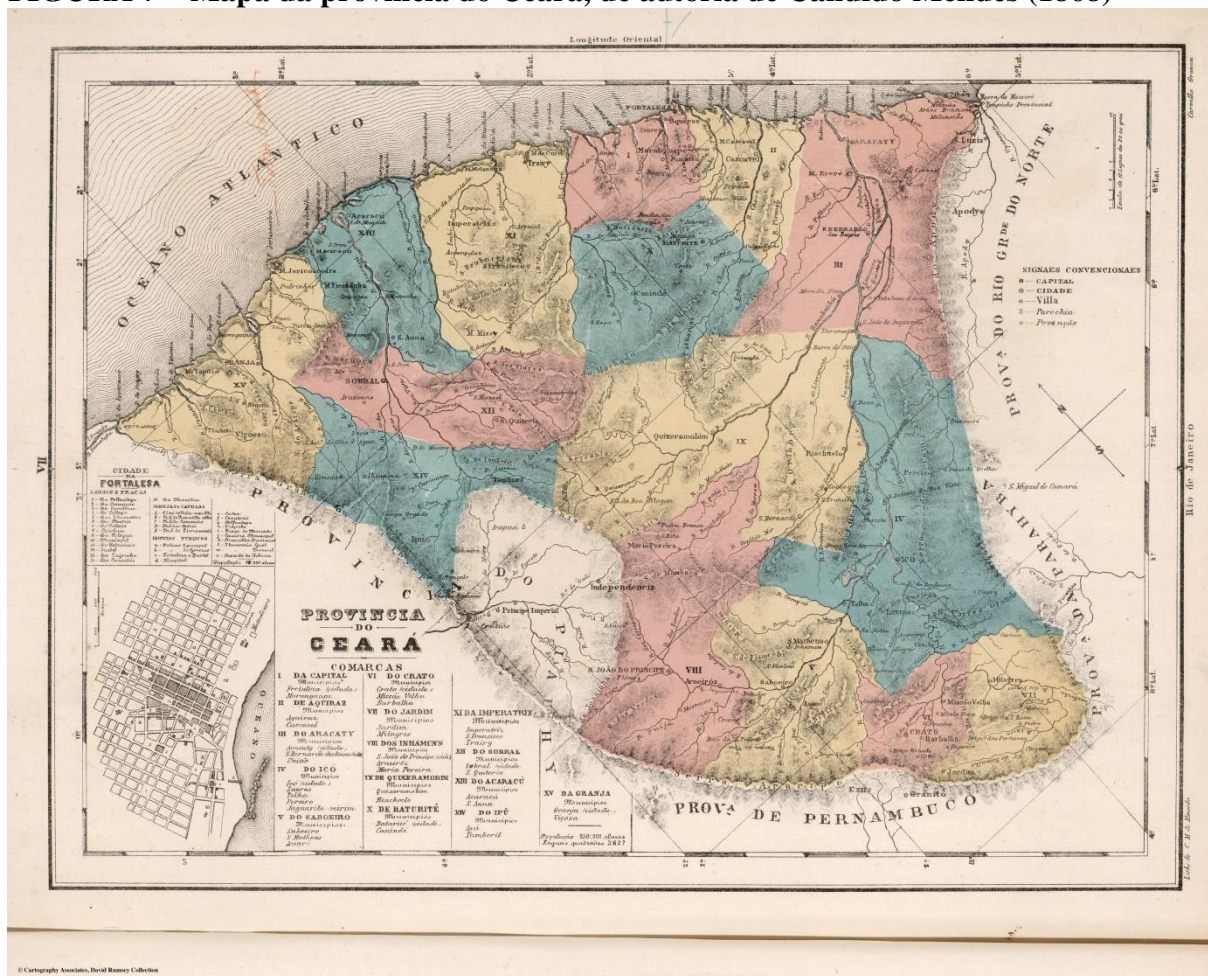
<sup>219</sup> Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) foi jurista, professor de geografia e de história no Liceu de São Luís, além de jornalista e político, tendo ocupado os cargos de deputado geral, em cinco legislaturas, e de senador do Império do Brasil, pela província do Maranhão, entre os anos de 1871 e 1881.

<sup>220</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org). **Atlas do Império do Brasil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas... Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

<sup>221</sup> SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. V. 1. Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006, p. 219.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 226.

**FIGURA 7 – Mapa da província do Ceará, de autoria de Candido Mendes (1868)**



Fonte: David Rumsey Map Collection. Cartography Associates.

Além de tornar conhecidos os territórios que faziam parte do Império brasileiro, as autoridades administrativas buscaram, ao mesmo tempo, coletar informações sobre suas populações. Uma primeira tentativa de se produzir um censo geral deu-se ainda no ano de 1852. Porém, a iniciativa governamental enfrentou forte reação popular, entre outros motivos, em razão de boatos que diziam que “as medidas do Governo Imperial intentavam escravizar os homens pobres livres, e reescravizar escravos libertos”<sup>223</sup>. Diante desse cenário de desconfiança generalizada, que resultou em uma série de revoltas em várias províncias, “a execução dos regulamentos para a organização do censo geral do Império e para o registro dos nascimentos e óbitos”<sup>224</sup> acabou sendo suspensa. Desse modo, o primeiro censo só veio a ser realizado, efetivamente, em 1872, ou seja, vinte anos depois.

<sup>223</sup> SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. V. 1. Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006, p. 150.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 161.



A demanda por estatísticas ensejou a criação, em 16 de julho de 1854, da Sociedade Estatística do Brasil, cujas atividades se iniciaram em sessão inaugural aos 22 de março de 1855. Vale destacar, que a criação de uma sociedade, voltada exclusivamente para a estatística brasileira, deu-se por iniciativa dos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), a mesma que fora responsável pela criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em ambos os casos, os empreendimentos se deram sob a proteção e os auspícios de sua majestade, o imperador.

Contudo, apesar do interesse e do apoio de d. Pedro II, “o país seguiu sem estatísticas. Restava as ações isoladas, de governos e de particulares, tirando o máximo das mínimas estatísticas amalhadas aqui e ali, aos trancos e barrancos”<sup>225</sup>. Foi nesse contexto, portanto, com inúmeras dificuldades a vencer, que as autoridades provinciais se empenharam na produção de suas próprias estatísticas. Segundo o pesquisador Nelson de Castro Senra:

[...] Alguns governos provinciais, com suas estruturas funcionais tentavam elaborá-las, mas acabavam esbarrando na escassez e no despreparo dos funcionários. Outros governos provinciais terceirizavam a atividade de elaboração das estatísticas, contratando pessoas várias, supostamente competentes e preparadas, para esse fim; assinavam contrato e recebiam autoridade para acessar quaisquer registros administrativos porventura existentes, o que nunca era simples, dado vários fatores, por exemplo, o ciúme com que esses registros eram tratados e guardados por seus responsáveis, as formas variáveis de arquivamento, em muitos lugares, dentre outros. Esses contratados tinham alguma idéia ou algum plano, ora mais ora menos elaborado, de como produzir e organizar as estatísticas, passando das inscrições de primeira ordem, como nos registros, para inscrições de segunda ordem, em sucessivas agregações; alcançados os resultados incumbiam-se de analisá-los, quando não faziam mesmo simples descrições [...]<sup>226</sup>.

Assim, pode-se perceber que, para as autoridades governamentais, a produção de estatísticas, ainda que imperfeitas, representava, de certa maneira, a única forma de se conseguir coligir os dados e as informações necessárias ao pleno exercício do poder:

[...] *conhecer os territórios e as populações, suas riquezas e seus recursos, todos e tudo trazidas do distante, sob métodos intensos, através das estatísticas, postas em tabelas, em gráficos, em cartogramas, como suas linguagens de representação. Por tudo isso, consegue-se conhecer os diversos e variados mundos, permitindo pensá-los e governá-los. Governar, valerá marcar, é controlar, monitorar, fiscalizar, ordenar; vigia-se, regula-se, disciplina-se; norteiam-se as condutas. Para tanto é preciso informação e conhecimento, é preciso saber*<sup>227</sup>. (Grifos nossos)

<sup>225</sup> SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. V. 1. Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, p. 188.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 35.

É claro que para concretizar esse projeto de governabilidade, com o máximo de eficiência possível, não bastava dispor somente de estatísticas. Era preciso, antes, avançar em várias áreas do conhecimento, articulando diferentes campos de saber. Desse modo,

*Estatística, geografia e história andavam associadas. Mapas e atlas, expressões geográficas por excelência, tomavam, naturalmente, as histórias e as estatísticas nas suas elaborações. Depois, [de] elaborados, mapas e atlas cuidavam de apresentar as histórias e as estatísticas invocadas e utilizadas<sup>228</sup>. (Grifos nossos)*

Em seu ensaio estatístico, conquanto tenha se valido de outras áreas do conhecimento, como história e geografia, Pompeu fez questão de especificar, em sua introdução, as particularidades atinentes à estatística, isto é, aquilo que era próprio ao seu campo de investigação, em suma, o que lhe distinguia das demais ciências:

A estatística não é uma sciencia encyclopedica fora do alcance da intelligência humana; está hoje bem definida, e sua linha de demarcação bem traçada, seus pontos de contacto com as mais sciencias bem conhecidos. Ella é considerada, não a sciencia que descreve paizes, porque esse trabalho respeita á geographia; não a que relata a maneira por que elles se constituíram, e as phases por que passaram, pois que é isso do alcance da historia; não a que indaga como a riqueza é, e deve ser produzida, repartida, e consumida no interesse da sociedade, o que é da competencia da economia politica; mas a sciencia, que se occupa do exame das leis segundo as quaes se verificam os diversos phenomenos da existencia social<sup>229</sup>. (Grifos nossos)

Não obstante esse esforço em favor da definição das fronteiras disciplinares, em curso no século XIX, através de procedimentos de autoafirmação, adotados por cada uma dessas ciências, na prática o que ainda se observava era uma prevalência daquilo que o próprio autor chamava de “pontos de contacto”. Nesse sentido, o principal ponto de convergência entre esses diferentes saberes seria, portanto, sua utilidade prática, que se dava, fundamentalmente, em função de certa visão pragmática acerca do conhecimento. “Ao coser, no tecido de uma mesma obra, informações ecléticas, o homem que elabora o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* tem em mente muito mais do que apenas coletar dados”<sup>230</sup>. Assim como a elite dirigente, da qual fazia parte, Pompeu buscava, com seu estudo,

<sup>228</sup> SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. V. 1. Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, p. 216.

<sup>229</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997, p. IX.

<sup>230</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 87.

[...] algo que muito poucos possuíam naquele tempo: a possibilidade de relacionar clima com políticas sanitárias, relevo com construção de ferrovias, vias de circulação com transferência de braços para outras regiões, educação com disciplinamento do trabalho para uma indústria têxtil insipiente<sup>231</sup>.

Para compreender melhor a relação de Pompeu com o poder, tanto no âmbito da província quanto do império, além de seus interesses pessoais no que dizia respeito à política e à economia, se faz necessário, antes, compreender alguns aspectos de sua trajetória de vida. Nascido na freguesia de Santa Quitéria, na província do Ceará, a 6 de junho de 1818, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil era membro “de uma família aristocrática decadente”, de modo que, “suas opções recaíram sobre a possibilidade de ascender, por intermédio de uma formação intelectual sólida, à condição de membro da burocracia do Estado e da elite política”<sup>232</sup>.

Entre os anos de 1834 e 1836, Pompeu teve aulas com um tio em Sobral. No ano seguinte, partiu para Recife, onde cursou, entre 1837 e 1839, aulas preparatórias, que lhe possibilitaram ingressar tanto na Faculdade de Direito quanto no Seminário de Olinda. Em 1841, ordenou-se padre e, dois anos depois, em 1843, bacharelou-se em direito. Ao retornar para o Ceará, logo passou a compor os quadros da burocracia provincial, ocupando, já em 1845, o cargo de professor titular de história e de geografia no, recém-criado, Liceu do Ceará (instituição essa que ajudou a fundar e da qual foi o primeiro diretor). Posteriormente, assumiu também a direção da Instrução Pública e Particular da Província, o que lhe permitiu estabelecer “uma série de alianças para a construção de seu projeto político”<sup>233</sup>.

No que concerne à sua produção intelectual, pode-se dizer que Pompeu foi, segundo Raimundo Jucier Sousa Assis, “o principal cientista da classe senhorial do Ceará”<sup>234</sup>. Entre suas publicações, destacam-se: *Compendio elementar de geografia geral e especial do Brasil*, publicado em 1851, utilizado pelo Colégio Pedro II, bem como pelos Seminários e Liceus do Império, *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*, publicado em 1859, *Ensaio estatístico da província do Ceará* (1863-1864) e *Memória sobre o clima e secas do Ceará* (1877).

Esses trabalhos renderam a Pompeu o reconhecimento de seus pares, o que contribuiu para sua inserção como sócio correspondente no IHGB, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e em outras instituições literárias de seu

<sup>231</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 86.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>234</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 100.

tempo. O vínculo a tais círculos letrados conferia a seus membros, além de prestígio intelectual, legitimidade e autoridade a seus discursos técnico-científicos.

Paralelamente a todas essas atividades, Pompeu desempenhou também um importante papel na imprensa local, sobretudo, como editor-chefe do jornal *O Cearense*, principal órgão de divulgação das ideias liberais na província. Nessa mesma época, deu início a sua carreira na política, tendo sido eleito para a Assembleia Geral em 1845. Com as mortes de José Martiniano de Alencar, em 1860, e de Miguel Fernandes Vieira, em 1862, não só assumiu a direção do Partido Liberal no Ceará, como foi indicado ao Senado do Império, cargos esses nos quais permaneceu até 1877, quando veio a falecer.

Vale mencionar ainda, que Pompeu buscou empregar tanto o seu conhecimento científico quanto a sua influência política para interferir nos rumos da economia cearense.

Entre os *tramites de poder* de Thomaz Pompeu, *que ligavam política com ciência*, estiveram àqueles marcados por sua dedicação ao esquadramento comprobatório-estatístico do que se produzia e dos braços que se tinha no Ceará e, principalmente, seu esforço de *construir uma leitura de clima e da seca na região Norte do Brasil*. Sendo que ambas as dedicações eram parte e influência de referenciais teóricos (Humboldt, Jonnés, Maury etc) que tratam de *como “melhorar o clima” e “aumentar a produção”*. *A seca e o clima quente seriam, politicamente, para Thomaz Pompeu, o problema de maior debate e defendido pelo autor como a grande questão de entrave para a “prosperidade” da província*<sup>235</sup>. (Grifos nossos)

Outro empreendimento importante com o qual Pompeu se envolveu dizia respeito aos melhoramentos materiais da província, especialmente, no tocante a modernização do território a partir da construção de estradas de ferro, anunciadas, pela classe senhorial, como a solução para “a problemática da circulação [de mercadorias] no Ceará que surgia com o aumento da produção nos diversos pontos da província”<sup>236</sup>. Em defesa das ferrovias, alegava-se que a precariedade das estradas, que remetiam aos antigos caminhos do período colonial, assim como a lentidão dos transportes, feitos nas costas de animais, em escoar volumes cada vez maiores de produtos, atrapalhava o processo de ampliação da acumulação, o que contribuía, segundo os grandes proprietários da época, para o atraso econômico da província.

Nesse sentido, conforme aponta Raimundo Jucier de Sousa Assis, Pompeu foi um dos principais responsáveis pelo início das discussões acerca da necessidade de se construir ferrovias no Ceará. Essa pauta estava diretamente ligada aos interesses, do senador e de seu

<sup>235</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, pp. 100-101.

<sup>236</sup> Ibidem, 105.

grupo político, em tornar Fortaleza o principal centro exportador da província<sup>237</sup>. Foi com esse intento, portanto, que Pompeu ajudou a fundar entre 1870 e 1872 a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, responsável pela construção, em 1873, da primeira estrada de ferro do Ceará: a estrada de ferro de Baturité-Fortaleza<sup>238</sup>.

A concretização desse projeto ferroviário foi fundamental para consolidar Fortaleza como o centro político, administrativo e econômico da província, o que decerto beneficiou e muito a família de Pompeu e de seus aliados. Muitas dessas alianças, inclusive, eram estabelecidas a partir de uniões matrimoniais. O casamento de sua filha Maria Tereza Pompeu de Souza com Antônio Pinto Nogueira Accioly, por exemplo, selou a formação daquele que se tornaria, entre os anos de 1896 e 1912, o mais poderoso clã familiar do Ceará.

Accioly mandará no Ceará de forma quase absoluta, com sua família, por pelo menos duas décadas. Dois de seus filhos e um genro seu, Francisco Sá, serão senadores da República no início do século XX. Um outro filho seu, Hidelbrando Pompeu Pinto Accioly, será diplomata e ministro das Relações Exteriores. Francisco Sá, enquanto Accioly governava o Ceará, entre 1896 e 1912, em três de quatro gestões como presidente da Província, será por duas vezes ministro. *Neste mesmo período, dois terços da Assembleia Provincial e a maioria dos cargos da máquina estatal da Província será ocupada por membros da família Pompeu-Accioly ou por agregados seus.* A situação era tal que, em 1912, quando Nogueira Accioly foi deposto por uma revolta popular, um de seus filhos era o vice-presidente da província e um de seus genros era o chefe de Polícia<sup>239</sup>. (Grifos nossos)

As alianças políticas permitiam, além de somar fortunas, a perpetuação de privilégios. Talvez seja esse o aspecto mais importante da obra de Pompeu, ou pelo menos aquele que mais nos interessa como problema de pesquisa, a saber: a relação que se pode depreender da produção de conhecimento científico em benefício da manutenção do poder político e econômico. É claro que não se tratava de um caso excepcional. Tratava-se antes de um exemplo bem-sucedido entre tantos outros que marcaram o tecido da política nacional.

Apesar de parecer ser e dizer-se somente estatístico, Pompeu foi um *geógrafo orgânico do poder*. Atuando de modo muito preciso, ofereceu às classes dominantes, no Ceará e no Brasil, mesmo aqueles aos quais se opunha, condições de materializar ações do Estado na província. Por mais que fosse um homem que expedia cartas de sua casa, instituindo alianças com o poder nacionalmente, sua perspectiva

<sup>237</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023, p. 101.

<sup>238</sup> Para uma compreensão das dinâmicas de poder que perpassam o processo de construção das estradas de ferro no Ceará, cf: ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023. No que se refere, especificamente, a Estrada de Ferro de Baturité, cf: REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O Espaço a serviço do Tempo**: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.

<sup>239</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 118-119.

fundamental se baseava em uma atuação competente do Estado a serviço das oligarquias<sup>240</sup>. (Grifo do autor)

Esse projeto político, econômico e intelectual articulado por Pompeu ao longo de sua vida, não só teve continuidade após a sua morte, como chegou até mesmo a ser aperfeiçoado por seu filho homônimo. Tendo sido “educado para o positivismo”, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (filho) “foi mais longe [que seu pai] no que concerne à ação do conhecimento sobre a realidade”<sup>241</sup>. Contribuiu, entre outras coisas, para a fundação da Academia Francesa do Ceará, do Jornal Fraternidade, da Escola Normal, da Faculdade de Direito do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Com a produção de algodão escoando majoritariamente para a capital, depois da construção da estrada de ferro de Baturité-Fortaleza, tornou-se o principal nome no que tange a tentativa de industrialização do Ceará, inaugurando a Fábrica Progresso: a primeira fábrica de tecidos e fiação da província cearense. Além de tudo isso, fundou e presidiu a primeira Associação de Donos de Indústria do Ceará, foi presidente da Associação Comercial e do primeiro banco da província. Colaborou ainda com o processo de “urbanização” e “esquadrinhamento da cidade de Fortaleza, questões [essas] que estavam diretamente ligadas ao controle médico-sanitário das populações de baixa renda, que formariam o exército de reserva para a industrialização incipiente da província”<sup>242</sup>.

Muitos desses empreendimentos, com os quais Pompeu (filho) se ocupou, buscavam utilizar a produção de conhecimento, sobre os diferentes aspectos do território e de sua gente, para “ampliar os domínios da economia capitalista no Ceará”<sup>243</sup>. Desse modo, as pesquisas desenvolvidas anteriormente por seu falecido pai, notadamente aquelas que resultaram no *Ensaio estatístico da província do Ceará*, foram fundamentais para que ele chegasse a produzir os seus próprios estudos. No prefácio de *Estado do Ceará na Exposição de Chicago*, o autor deixa claro qual era a sua principal fonte de informações: “Meu pai – o Senador Pompeu – esfoçara-se em 1861 por *tornar conhecida a então província do Ceará* sobre todas as relações. Como tentativa foi bem sucedido, e o seu *Ensaio Estatístico do Ceará* ainda é *a fonte mais pura onde beber informações*”<sup>244</sup> (Grifos nossos). Nessa perspectiva, Pompeu (filho) contava, entre outras coisas, com o privilégio de ter herdado de seu pai:

<sup>240</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Um geógrafo do poder no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 115.

<sup>241</sup> Ibidem, pp. 123-124.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>243</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. *Revista do arquivo público do Ceará (APEC)*, Fortaleza, n. 01, 2005, pp. 81-94, p. 85.

<sup>244</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Estado do Ceará na Exposição de Chicago*. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 1.

[...] os livros, os ensinamentos familiares, as conversas políticas no interior da casa, as longas páginas de estatísticas que ele guardava, os anúncios dos jornais e documentos da igreja, alguns dos seus amigos, as narrativas positivistas, os esboços de livros que não terminara, além do nome e do sobrenome e das janelas políticas já abertas<sup>245</sup>.

Decerto, que tudo isso contribuiu, em parte, para que Pompeu (filho) pusesse em prática, da forma mais eficiente possível, projetos voltados para a modernização do Ceará, iniciados, em grande medida, a partir dos estudos empreendidos por seu pai. Embasado numa concepção de saber técnico-pragmático, defendia, antes de tudo, um conhecimento produzido “em nome da civilização, com pretensão de transformar a realidade material no presente, de propor transformações diretas planejadas para o futuro, atuações [essas] que caminhassem para o dito progresso”<sup>246</sup>. Em seu discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará, em sessão realizada a 12 de março de 1889, ao discorrer sobre “o modo de compreender as vantagens dos estudos históricos”, Pompeu (filho) aproveitou para tecer “uma crítica à maneira de se fazer história pelos historiadores”<sup>247</sup> de sua época:

Não sou apologista do que entre nós se entende por *historia*, e nem compreendo que para o apresto ordinario da vida, para a lucta que incessantemente o homem trava para subsistir, seja-lhe necessario vergar a memoria ao peso de factos mal delineados pelo affastamento em que estão do presente, de mediocre importancia para seu proceder ordinario. (Grifo do autor)

[...]

Que somma de *utilidade* recolhemos em saber de côr os nomes dos imperadores, tyranos, usurpadores, reis etc., que dirigiram os destinos dos povos antigos e modernos, si não podemos penetrar no modo de sentir, de pensar, de crer, do viver moral e material de taes povos?

[...]

A historia, tal como tem sido escripta, não passa de biographias em torno das quaes se aggrupam acontecimentos politicos ou administrativos de pouca relevancia para o estudo da evolução dos povos.

[...]

*Os estudos historicos valem menos para hygiene intellectual e bem dos povos do que a demographia, por exemplo, cujas revelações são verdadeiros ensinamentos para os Estados e o individuo*<sup>248</sup>. (Grifos nossos)

Dessa maneira, Pompeu (filho) propunha a produção de estudos históricos que contribuíssem para a “construção de um processo modernizante das relações sociais”, sua

<sup>245</sup> ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. A Produção do Pensamento Geográfico no Brasil na Preparação para a Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o território do Ceará (1891-1893). In: **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica**, 2012, Rio de Janeiro. Representações Regionais e Nacionais, 2012, np.

<sup>246</sup> Ibidem, np.

<sup>247</sup> Ibidem, np.

<sup>248</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Thomaz Pompêu na sessão de 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse como socio efetivo. **RIC**, t. 3, pp. 106-117, 1889, pp. 111-112.

crítica voltava-se, fundamentalmente, “a um modelo científico que operava mais na orientação moral das camadas sociais do que na resolução de problemas práticos de subsistência e do desenvolvimento econômico”<sup>249</sup>. Isso não significa, no entanto, que a historiografia oitocentista não tenha contribuído, a sua maneira, com a produção de discursos voltados para manutenção do poder das classes dominantes. Muito pelo contrário: se a geografia e a estatística forneceram os dados, fundamentais às ações dos governos, a história forneceu os argumentos temporais, igualmente necessários à execução de projetos políticos.

### 2.3 Uma história do Ceará como testemunho de amor à pátria

Em 1867 foi publicado, pela tipografia do *Jornal do Recife*, o livro *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, de autoria de Tristão de Alencar Araripe. Em nota, datada de 11 de janeiro de 1868, o jornal *O Cearense* saudava a publicação:

Historia do Ceará – com este titulo o Sr. Dr. Tristão d’Alencar Araripe acaba de publicar um folheto, que agora recebemos, contendo a noticia da descoberta, colonisação, e os primeiros traços da historia d’esta provincia até o seculo passado. O escripto do Sr. Dr. Tristão, que apenas lemos apressadamente, contem factos, e apreciações importantes dos tempos passados, e recommenda-se pela exactidão provada pelos documentos que compulsou. Fazemos votos pela conclusão da obra, que será mais um serviço ás letras prestado pelo illustrado autor, e uma gloria para a nossa pronvincia<sup>250</sup>.

Como mencionado acima, a obra não estava ainda completamente concluída. Isso porque o autor pretendia abarcar, inicialmente, em seu recorte temporal, os eventos atinentes ao início da colonização do Ceará até a primeira metade do século XIX. Não obstante, o livro se encerrava por volta de 1799-1800, restando, no entanto, a promessa de um segundo volume, que deveria dar conta dos acontecimentos relativos aos primeiros cinquenta anos do século XIX, o que na prática nunca veio a acontecer efetivamente. Para a historiadora Ítala Byanca Moraes da Silva, Araripe teria evitado abordar, em sua narrativa, temas polêmicos como a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824), movimentos esses de cunho separatista e republicano, nos quais sua família estivera diretamente envolvida.

Tristão de Alencar Araripe antes de ser um historiador era um político e um funcionário público ligado diretamente ao governo imperial. Qualquer tipo de colocação indevida sobre a Confederação do Equador ou qualquer movimento que

<sup>249</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. **Revista do arquivo público do Ceará (APEC)**, Fortaleza, n. 01, 2005, pp. 81-94, p. 87.

<sup>250</sup> Jornal O Cearense, nº 2538, 11 de janeiro de 1868, p. 1.



incitasse a fragmentação do império poderia resultar na sua expulsão ou exílio desse “campo do poder”<sup>251</sup>.

Seja como for, entre essas primeiras narrativas historiográficas publicadas sobre o passado cearense, o livro de Araripe foi, segundo Almir Leal de Oliveira, o “primeiro trabalho que imprimiu aos documentos uma crítica mais metódica”<sup>252</sup>. Essa abordagem metodológica, adotada pelo autor, no trato com as fontes, ia ao encontro dos parâmetros estabelecidos pelo IHGB ao “lançar as bases de uma historiografia científica”<sup>253</sup> no Brasil. Ainda que sua pesquisa tenha sido realizada quase que concomitantemente às pesquisas de João Brígido, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Pedro Théberge, Araripe foi talvez aquele que melhor sistematizou seu estudo em torno de uma proposta para a história da província do Ceará.

Além de pretender “estabelecer a história definitiva da região”<sup>254</sup>, Araripe buscou direcioná-la a um público bastante específico, qual seja, os sócios do IHGB. Conforme observa Leandro Maciel Silva, o autor “não tinha como objetivo principal destinar o livro ao público cearense, sua história foi um esforço em organizar os tantos documentos esquecidos e mal preservados da província e anunciá-los à historiografia notadamente vinculada ao IHGB”<sup>255</sup>. Ao proceder dessa maneira, demonstrava seu interesse em tornar-se mais um membro daquela prestigiosa instituição. Embora já fizesse parte do aparelho burocrático do Estado, faltava ainda a Araripe integrar-se ao círculo de letrados que formavam o seletto instituto. Em países de passado colonial, como no caso do Brasil, a “letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder”<sup>256</sup>. Foi com esse intento, provavelmente, que Araripe remeteu um exemplar de seu livro a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo<sup>257</sup>, à época, um dos mais influentes

<sup>251</sup> SILVA, Ítala Byanca Moraes de. **Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006, pp. 80-81.

<sup>252</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 56.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> SILVA, Leandro Maciel. **Tristão de Alencar Araripe e a história da província do Ceará**: contribuição à história nacional. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p. 28.

<sup>256</sup> RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. 1ª ed. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 72.

<sup>257</sup> Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918) formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1858). Foi membro, entre outras instituições, do IHGB, da Sociedade de Geografia do Brasil e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Professor de História do Colégio Pedro II (1861-1864). Presidente das províncias de São Paulo (1864), Ceará (1865-1866), Rio Grande do Sul (1867-1868) e Bahia (1878-1879). Deputado geral por São Paulo nas legislaturas (1867-1868) e (1878-1879). Ministro dos Negócios do Império (1880-1881). Membro do Conselho do Imperador. Foi agraciado com a Comenda Imperial Ordem da Rosa (1867) e com o título nobiliárquico de Barão (1877). Como intelectual, foi autor de muitas obras de relevo, dentre as quais, cabe mencionar, o segundo Atlas do Brasil, fruto de mais de quarenta anos de pesquisas e a Carta Física do Brasil, que lhe rendeu a medalha de honra do Júri da Exposição Universal da Filadélfia (1876).

sócios do IHGB. Em carta enviada a Araripe, no dia 4 de janeiro de 1868, Homem de Melo registrou, com certo entusiasmo, suas impressões a respeito do escrito:

Illm. Sr. Dr. Tristão de Alencar Araripe.

Não ha muito tempo, lendo eu os Annaes da Provincia de São-Pedro pelo Visconde de São-Leopoldo, lamentava, que não possuíssemos sobre cada uma de nossas provincias um trabalho igual, indifferente como somos, á historia de nosso passado.

O seu precioso trabalho sobre o Ceará, cuja 1.<sup>a</sup> parte até 1799 acabo de receber d'aquella provincia, veio provar que o passado d'aquella terra tão notavel não tem sido uma pagina muda para os seus filhos.

Li o seu livro com o maior interesse, e sinto vivo jubilo em saudar um dos mais laboriozos obreiros de nossa historia, que acaba de revelar-se ao paiz.

Já uma vez o disse: são essas monografias, devidas ao espirito de investigação e amor ás couzas patrias, que hão de constituir a nossa historia.

[...] ha porque applaudir-se um trabalho, inspirado por um verdadeiro culto ás couzas de nossa terra, e acuradamente sucado nos documentos guardados em archivos esquecidos, testemunhas de tempos que se foram.

Ha ahi criterio seguro, severidade de investigação para apurar a verdade dos factos, é sobretudo a grande e superior consciencia do historiador para julgar os acontecimentos.

[...]

Cauzou-me tanta satisfação a leitura de seu livro, que eu iria propor-me a mostrar o grande serviço, que elle veio prestar á historia geral do paiz, se no presente dispuzesse de tempo para fazel-o.

E' esse um trabalho historico, administrativo e juridico, em que a legislação colonial apparece exposta com segurança e clareza, no methodo do nunca assaz lembrado João Francisco Lisboa, remontando-se as instituições ás suas origens historicas. Os factos deduzem-se em sua contextura, e apparecem expostos em uma narração cheia de verdade e interesse.

Anciozo aguardo a publicação da 2.<sup>a</sup> parte, que deve ir de 1800 a 1850. Sejam quaes fôrem os obstaculos, que por ventura appareçam para a publicação da mesma, peço-lhe, que os supere, e complete o seu trabalho. Não fique mutilado esse monumento erguido ao renome de sua terra.

Tenho sobre a historia do Ceará varios documentos, que fiz extrahir quando ali me achei e que dezejaria agora enviar-lhe, podendo talvez servir ao seu propozito. Mas não os trouxe para esta provincia; e essa circumstancia me impossibilita de os remetter agora.

Quando teremos o prazer de ler o resto de sua tão precioza obra?

Digne-se de aceitar as minhas ardentes felicitações pelo serviço que acaba de prestar ás nossas letras, e que o conceitua um dos mais abundantes e conscienciosos cultores de nossa historia.

Com a maior consideração, de V. S. Irmão de letras e patricio respeitador. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

Porto Alegre, 4 de janeiro de 1868<sup>258</sup>.

Em um contexto em que o mercado de livros ainda era bastante insipiente, além de custear as próprias publicações, quando não se conseguia o patrocínio de algum mecenas, cabia ao autor enviar, ao seu círculo de amigos, os poucos exemplares que conseguia mandar imprimir. Essa rede de contatos permitia que as obras circulassem, fossem lidas e comentadas pelos pares. Nesse sentido, o elogio de Homem de Melo ao trabalho de Araripe significava,

<sup>258</sup> MELO, F. I. M. H. de (Barão Homem de Melo). Juízo crítico sobre a 'História do Ceará'. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1896.

em última instância, a possibilidade de uma indicação para compor os quadros do IHGB, visto que estamos falando de uma sociedade extremamente marcada pelas relações pessoais e pelas trocas de favores. “De maneira mais ampla, a prática do favor está no centro da existência de homens livres numa sociedade estamental e escravista como a brasileira do século XIX”<sup>259</sup>.

Ainda sobre esse assunto, Manoel Fernandes de Sousa Neto complementa:

A moeda em voga era o favor; pelo favor trocado tudo se conseguia, tudo se comprava e, conseqüentemente, estavam fora do mercado político aqueles que não podiam oferecer em troca nenhuma quantia de favor. Mesmo assim, o favorecimento grassava a vida de ricos e pobres e fazia parte de suas histórias como elo determinante de convivência<sup>260</sup>.

Não obstante, de acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, a partir de 1849, “os critérios de admissão, ainda que não deixassem de considerar as relações sociais e pessoais, passaram a se pautar por parâmetros mais objetivos, ligados ao trabalho em uma das áreas de atuação do Instituto”<sup>261</sup>. Esses trabalhos eram submetidos à apreciação de uma comissão subsidiária. Verificada a relevância do estudo, emitia-se um parecer, que deveria ser aprovado pela comissão de admissão de sócios. No caso de Araripe, a proposta de admissão, com o livro em anexo, foi apresentada em sessão realizada no dia 8 de outubro de 1869<sup>262</sup>. A comissão subsidiária de trabalhos históricos emitiu, em 1º de julho de 1870, o parecer favorável à admissão de Tristão de Alencar Araripe como sócio correspondente do IGHB:

A comissão subsidiaria de trabalhos historicos examinou com a devida attenção o 1º volume da Historia do Ceará, escripta pelo Sr. desembargador Tristão de Alencar Araripe, e por elle offerecida ao Instituto. Contém o referido volume dados preciosos e interessantes sobre o descobrimento e povoação d’essa provincia, assim como a narração dos sucessos que n’ella tiveram lugar durante largo periodo dos tempos coloniaes. A segunda parte d’esse importante escripto, que infelizmente não viu ainda a luz da publicidade, deve comprehender a historia circunstanciada dos acontecimentos e lutas politicas de que foi theatro o Ceará desde o começo d’este seculo até o anno de 1850. O autor promette igualmente publicar com o 2º volume os documentos ineditos que o guiaram em seu trabalho, e que elle conseguiu desenterrar dos archivos de sua provincia natal depois de muitos annos de laboriosas pesquisas. Entende a commissão que o volume com que o Sr. Alencar Araripe enriqueceu a bibliotheca do Institutuo é titulo sufficiente para que esta associação o receba em seu gremio.

Sala das sessões, em 1º de julho de 1870.

J.M. da Silva Paranhos Junior.

<sup>259</sup> RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 129.

<sup>260</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 25.

<sup>261</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 10.

<sup>262</sup> Actas das sessões em 1869. 12ª sessão em 8 de outubro de 1869. **RIHGB**, t. 32, parte 2, pp. 279-280, 1869.

Dr. João Ribeiro de Almeida<sup>263</sup>.

A aprovação do referido parecer, pela comissão de admissão de sócios, deu-se em sessão realizada no dia 21 de outubro de 1870<sup>264</sup>. O reconhecimento diante de seus pares e do próprio d. Pedro II – que, como era de costume, estava presente na sessão – não só chancelou o empreendimento historiográfico de Tristão de Alencar Araripe, como “lhe abriu as portas do campo cultural e político na cidade do Rio de Janeiro”<sup>265</sup>. Para o historiador Hugo Hruby, esse foi um período bastante significativo na trajetória de Araripe, uma vez que marcou a sua consagração como jurista, político e homem de letras<sup>266</sup>.

Em 1874, Araripe foi agraciado, pelo poder monárquico, “com o oficialato da Ordem da Rosa” e “com o título do Conselho”<sup>267</sup>, honrarias essas que, por certo, representavam, à época, símbolos de distinção social e prestígio intelectual perante às autoridades imperiais<sup>268</sup>. No que se refere ao IHGB, propriamente, a atuação de Araripe foi mais efetiva a partir de 1877, quando passou a integrar a Comissão de Estatutos e Redação da Revista (1877-1878), a Comissão de Fundos e Orçamento (1879) e a Comissão de Admissão de Sócios (1880). Além de fazer parte de todas essas comissões e de compor a Mesa diretora do instituto em várias ocasiões, também contribuiu com diversos trabalhos publicados nas páginas de sua revista, entre os quais podemos destacar: *Notícias sobre a maioridade* (1881)<sup>269</sup>, *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão* (1885)<sup>270</sup> e *Indicações sobre a História Nacional* (1895)<sup>271</sup>. A *Revista do IHGB* foi, durante muito tempo, o principal

<sup>263</sup> Parecer da comissão subsidiária de trabalhos históricos. Sessão em 12 de agosto de 1870. **RIHGB**, t. 33, parte 2, pp. 406-407, 1870.

<sup>264</sup> Parecer da comissão de admissão de sócios. Sessão em 21 de outubro de 1870. **RIHGB**, t. 33, parte 2, p. 393, 1870.

<sup>265</sup> HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p.59.

<sup>266</sup> Um ano antes (1869), Araripe havia sido eleito deputado para representar o Ceará na Assembleia Geral. “No ano em que foi proclamado sócio do IHGB [1870], ocorreram duas nomeações, uma para Desembargador da Relação na Bahia e, logo a seguir, para Desembargador da Relação na Corte” *ibidem*, p. 75.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>268</sup> De acordo com Lília Moritz Schwarcz, “As *mercês honoríficas* eram assim classificadas: 1. Títulos de duque, marquês, conde, visconde e barão. 2. Título de Conselho e os tratamentos de Excelência e Senhoria, quando não anexos a emprego e graduação. 3. Empregos da Casa Imperial: maiores e menores. 4. Condecorações das várias ordens do Império. 5. Graduações militares honorárias” (Grifo da autora) SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, pp. 172-173.

<sup>269</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Notícias sobre a maioridade. **RIHGB**, t. 44, parte 2, pp. 167-268, 1881.

<sup>270</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. **RIHGB**, t. 48, parte 1, pp. 235-588, 1885.

<sup>271</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **RIHGB**, t. 57, parte 2, pp. 259-290, 1895.

veículo de divulgação científica do Brasil, uma vez que “compilava e transmitia o conhecimento que resultava das pesquisas e observações sobre o país”<sup>272</sup>.

De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães, os trabalhos submetidos à *Revista do IHGB* passavam, “inicialmente, pelo crivo das comissões de História, de Geografia e de Etnografia, [...] incumbidas de examinar o respectivo mérito acadêmico e a conveniência da sua divulgação”. As comissões costumavam levar em consideração “o ineditismo, a qualidade das fontes compulsadas e o estilo do autor”<sup>273</sup>, ainda que não deixassem de atentar para os “fatores políticos na avaliação do material editado pela *Revista*”<sup>274</sup>. Nesse sentido, a autora assinala ainda, que o instituto repudiava, “sistematicamente, a divulgação de todo e qualquer tipo de contribuição, que pudesse implicar no *questionamento das instituições monárquicas*, sob a alegação de uma possível *parcialidade dos autores*”<sup>275</sup>. (Grifos nossos)

Situação no mínimo embaraçosa, sobretudo em se tratando de alguém cujo passado familiar ia, justamente, de encontro aos preceitos que sustentavam a monarquia. Para Araripe restava decerto muitos dilemas: como defender a memória da família Alencar sem recordar suas lutas contra a Coroa portuguesa? Como recordá-las sem se indispor com o imperador? Como ser imparcial, enquanto historiador, quando sua própria família protagonizara importantes acontecimentos históricos? A solução encontrada por Araripe, para essas e outras questões, parece ter se dado por meio da conciliação entre o passado e o presente. No prefácio de *História da província do Ceará*, por exemplo, escrito em Recife a 11 de novembro de 1862, o autor inicia seu texto com a seguinte demonstração de reverência à pátria: “*Intentei escrever a historia do Ceará, uma das esperançosas províncias do imperio brasileiro, para dar testemunho de amor ao solo patrio*”<sup>276</sup>. (Grifos nossos)

Essa não era, no entanto, uma atitude incomum entre os historiadores da época, muito pelo contrário, “para os intelectuais do século XIX, a escrita da história tinha relação intrínseca com a questão nacional”<sup>277</sup>. Dessa forma, ao oferecer ao IHGB uma narrativa sobre a província do Ceará, devidamente documentada, conforme os procedimentos adotados pela

<sup>272</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 164.

<sup>273</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ª ed. Vitória (Es): Editora Milfontes, v. 1, pp. 31-53, 2017, p. 40.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>276</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, p. III.

<sup>277</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 55.

instituição, Araripe buscava se afirmar, segundo o elogio de Homem de Melo, como um dos mais laboriosos obreiros de nossa história<sup>278</sup>. Por outro lado, é curioso notar ainda no mesmo prefácio, além do testemunho de amor à pátria, outros motivos que teriam levado Araripe a escrever *História da província do Ceará*. Sobre essa questão recorda o autor:

Quando cursava as aulas preparatorias, tive em mãos um compendio da Historia do Brazil, no qual, tratando-se da proclamação da independencia nas provincias do Piaui e Maranhão, dizia-se, que os *Cearenses, como horda de vandalos, haviam invadido essas duas provincias, commetendo tropelias e latrocinios*. (Grifo do autor) No verdor dos annos essas expressões fizeram-me grave impressão, *magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão patrio*. (Grifo nosso) Desconhecedor dos factos, não podia comtudo crer na realidade de expressões, que por similhante fórma infamavam o nome cearense. Tomei então o propozito de oportunamente estudar os factos ocorridos por ocasião da independencia em minha provincia, e quando ali no exercicio de um cargo de judicatura passei os annos de 1847 a 1850, *procurei revolver os documentos contemporaneos*. Vi quão *desnaturada estava a narração de um facto recente*, e quão mal apreciado havia sido um importante serviço prestado por homens briozos, que não se contentaram com aceitar na terra natal a idéa grandioza da independencia nacional, mas que, impondo-se um espontâneo sacrificio, haviam eficazmente concorrido para que essa idéa se tornasse uma realidade em mais duas provincias do imperio. E o sacrificio com desinteressado arrojo feito pelos Cearenses, socorrendo seos irmãos vizinhos, era desconhecido! O exercito de mais de seis mil homens, organizado no curto espaço de dous mezes, era alcunhado de horda de Vandalos! O denodo, com que se bateram em prol de justa causa, era taxado de tropelias, e latrocinios!<sup>279</sup>. (Grifos nossos)

Assim, de acordo com o próprio Araripe, o impulso para estudar os fatos referentes à participação do Ceará na independência do Brasil, teria se dado logo após ele ter lido em um compêndio de história do Brasil que os cearenses, como uma horda de vândalos, haviam invadido as províncias do Piauí e do Maranhão e cometido uma série de crimes. Essa versão dos fatos teria causado em Araripe grave impressão, magoando-o o coração juvenil, que já sentia o amor pelo torrão pátrio. É importante observar, contudo, que ao evocar o sentimento patriótico, o autor não se referia apenas à nação, suas palavras diziam respeito, sobretudo, ao vínculo com o torrão natal, ou seja, com a província do Ceará. Isso porque, segundo Bernardo Ricupero, “o nascente patriotismo americano aparece principalmente em nível regional”<sup>280</sup>. Desse modo, Araripe buscou demonstrar, com suas pesquisas, que o tal compêndio, não só deturpara o real papel desempenhado pelas tropas cearenses na

<sup>278</sup> MELO, F. I. M. H. de (Barão Homem de Melo). Juízo crítico sobre a ‘História do Ceará’. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1896.

<sup>279</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, pp. VII-VIII.

<sup>280</sup> RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 31.

consolidação da independência nacional, como injuriava, com acusações infundadas, uma província inteira. Dizendo-se munido de documentos “autênticos”, o autor pretendia contradizer e desacreditar os fatos narrados pelos detratores de sua terra e de sua gente. Anos depois ele voltaria a recorrer à autoridade “indiscutível” dos documentos. Dessa vez, para defender a memória de sua família:

[...] e quando já d’esse trabalho me não lembrava, vejo repetida a injustiça das apreciações erroneas pela insciencia dos factos. Desta vez os nomes de meo pai, o finado tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e de meo tio, o falecido senador José Martiniano de Alencar, são mencionados.

Não pude ser indiferente á maneira, porque, em artigo ultimamente publicado no *Diario de Pernambuco*, fala-se n’esses dous nomes, cuja memoria me deve merecer tanto amor, e veneração: julguei dever tirar do silencio as notas, que escrevi relativas aos acontecimentos politicos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independencia, e da confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escripto, aguardando ocazião de o rever e corrigir, si os tempos permitirem<sup>281</sup>.

Essas notas, mencionadas por Araripe, foram reunidas e publicadas nas páginas do próprio *Diário de Pernambuco*, entre 21 de novembro de 1862 e 10 de fevereiro de 1863, na sessão “Litteratura”, sob o título *História do Ceará*. Curiosamente, tratava-se exatamente do material correspondente a segunda parte de *História da província do Ceará* (1867), mas que não chegou a ser publicado em livro. Na apresentação dos textos, o autor explicava:

Tendo prometido a publicação das notas que tinha sobre as historia do Ceará, hoje começo essa publicação nas columnas do *Diario de Pernambuco*: o que faço com o intuito de dar-lhes depois mais desenvolvimento, corriji-las, e então publicar em um volume não só a parte que agora [inelegível].correspondente aos factos da proclamação da independencia e confederação do Equador, como tambem a parte relativa aos suscessos anteriores; e posteriores até a guerra civil de Pinto Madeira.

Na exposição dos acontecimentos, receberei com prazer qualquer reclamação, ou rectificação das pessoas, que scientes dos factos, e conhecedores dos caracteres, se interessem pelas cousas da terra natal, e tiverem complascencia de dirigir-se a mim.

O que publico foi escripto em 1849: e no presente momento não tenho espaço para rever documentos e consultar os factos; vae como então escrevi<sup>282</sup>.

Em suma, Araripe buscou privilegiar, nesses artigos, os episódios políticos que marcaram a província do Ceará na primeira metade do século XIX, a saber: Revolução Pernambucana (1817), Independência do Brasil (1822), Confederação do Equador (1824) e Revolta de Pinto Madeira (1831). Todos esses episódios foram protagonizados pelos membros da família Alencar, ainda que as ações de seu pai “nos atribulados momentos

<sup>281</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, pp. VIII-IX.

<sup>282</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *História do Ceará*. **Diario de Pernambuco**, nº 269, 21 de novembro de 1862, p. 8.

imediatamente anteriores e posteriores à Independência em 1822” tenham sido destacadas<sup>283</sup>. Com isso, Araripe pretendia produzir uma memória heroica para seu falecido pai, ressaltando “a sua firmeza e resignação diante do despotismo real, o caráter decidido, a resolução pronta e perseverante como chefe da expedição ao Piauí e [ao] Maranhão”, o que lhe garantiria, nas palavras do autor, “como [o] principal promotor da Independência nacional”<sup>284</sup>.

Ainda no que se refere a essa questão, Araripe elencou, no prefácio de *História da província do Ceará*, dois dos principais objetivos que teriam motivado o seu estudo:

1º mostrar, que os Cearenses, aceitando com entusiasmo a idéa da independencia nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas provincias essa independencia fosse proclamada; 2º mostrar, que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves, e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções rectas, e acrisolado amor de seu paiz em todos os actos publicos, em que tomaram parte<sup>285</sup>.

Pode-se observar na argumentação de Araripe, em defesa de seus conterrâneos cearenses e de seus familiares, uma ênfase no caráter patriótico de suas ações, sobretudo, no que tange a luta em favor da independência nacional. Segundo o autor, tanto seu pai quanto seu tio, em todos os atos públicos em que tomaram parte, foram sempre guiados por intenções retas e acrisolado amor ao país. A história seria, nesse sentido, a maneira pela qual Araripe buscava fazer-lhes justiça:

Ao ver a memoria de duas pessoas a mim tão caras exposta a inexactos commentarios, pareceu-me falta de consideração a suas venerandas cinzas calar-me, e deixar correr sem protesto narrações adulteradas. Indicando os successos apresento documentos contemporaneos: julgue cada um por si; e com a verdade respeitarei o juizo dos homens sinceros<sup>286</sup>.

Diante do tribunal da história e de um júri formado por “homens sinceros”, Araripe advogava em favor da “absolvição” de sua gente, apelando “ao juízo dos próprios contemporâneos”. Ao fazê-lo, conferia aos leitores o poder de julgar os fatos históricos por ele narrados, sobre os quais deveriam emitir, “à luz de determinados valores, princípios e critérios”<sup>287</sup>, um veredito. De posse de um “leque difuso de valores da civilização ocidental”,

<sup>283</sup> HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p.71.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>285</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, p. IX.

<sup>286</sup> Ibidem, p. X.

<sup>287</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 135.



os homens de letras, julgavam sujeitos e episódios do passado “para exemplarmente incluí-los ou excluí-los da grande História do Brasil”<sup>288</sup>. Essa imbrincada relação entre os procedimentos da história e do direito, longe de ser algo excepcional, era antes parte fundamental do processo de profissionalização do ofício de historiador no século XIX.

[...] Provas, testemunhos, indícios integravam a atividade do historiador, como também, a organização das controvérsias na arena da linguagem (escritas plurais), a instrução do processo, a formalização de acusações e a definição do julgamento (veredito). Esse entendimento estava articulado ao objetivo maior do trabalho dos estudiosos do passado. O grande livro de História, que seria escrito no futuro, funcionaria como o longo processo que conteria a sentença do tribunal da posteridade. Para isso, julgamentos parciais de historiadores e [de] leitores subsidiariam o processo, condenando ou absolvendo sujeitos e episódios<sup>289</sup>.

O “julgamento” de sujeitos e de episódios pautava-se, via de regra, em juízos morais, isto é, costumava-se levar em consideração “valores políticos (patriotas fiéis ao regime) e religiosos (devotos católicos tementes a Deus)”<sup>290</sup>. Talvez por essa razão, Araripe tenha dado tanta ênfase às motivações patrióticas de seu pai e de seu tio, quando tratou dos eventos políticos nos quais ambos tomaram parte. Buscava, certamente, não só absolvê-los das acusações que lhes foram imputadas por seus adversários políticos, mas torná-los, quem sabe, heróis nacionais. Em um período em que predominava a história exemplar, “a figura do herói e do grande homem” converteu-se no principal “fio condutor da narrativa histórica”<sup>291</sup>.

A esse respeito, vale atentar para o que diz João Alfredo de Sousa Montenegro:

Eles [os heróis e os grandes homens] se constituem *modelos de comportamento* pelo *prestígio moral* que desfrutavam, pela aura do *patriotismo* que os cerca, em meio à *exaltação da pátria como entidade digna dos maiores sacrifícios*. É um *serviço à pátria* exaltá-los, daí resultando inúmeros benefícios para os cidadãos<sup>292</sup>. (Grifos nossos)

Tanto a concepção de herói quanto a de grande homem não se aplicava somente aos sujeitos que teriam se sacrificado em benefício da pátria nos campos de batalhas<sup>293</sup>. De

<sup>288</sup> HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p. 25.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>291</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, p. 130.

<sup>292</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 22.

<sup>293</sup> “Assim, progressivamente laicizado, humanizado, civilizado, o grande homem contrapunha-se ao herói guerreiro e passava a ser definido por suas qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade” OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema

acordo com Montenegro, ambas as qualificações estendiam-se igualmente a “cientistas, inventores [e] industriais”<sup>294</sup>. A escrita da história servia, entre outras coisas, como uma forma de prestar homenagens a esses filhos ilustres da nação, para que suas ações não caíssem no esquecimento e se perpetuassem como exemplos a serem seguidos pelos demais cidadãos.

Nesse sentido, Manoel Luiz Salgado Guimarães nos lembra que “a história tinha uma função esclarecedora”, segundo a qual, “deveria apontar caminhos”, especialmente, para os indivíduos que se ocupavam da política, “a fim de que esses pudessem governar melhor”<sup>295</sup>. Significa dizer, portanto, conforme Arno Wehling, que “O conhecimento histórico [...] deveria ser aplicado ao aperfeiçoamento da realidade social”. No que se refere ao IHGB, por exemplo, “Os instrumentos para isso eram os próprios estudos monográficos sobre a história brasileira e as *monografias biográficas*, que tinham declaradamente cunho pedagógico, em especial para o exercício de funções públicas”<sup>296</sup>. (Grifo nosso)

Como bem observou Maria da Glória de Oliveira, em sua tese de doutoramento, a publicação de escritos biográficos, na revista do IHGB, foi bastante recorrente, sobretudo, nos primeiros decênios após a sua fundação. “Para os fundadores do IHGB”, explica a autora, “traçar vidas de brasileiros distintos era tarefa integrante do projeto historiográfico que ambicionava *salvar da voragem do tempo* não somente os fatos memoráveis, mas os nomes e feitos dos que serviram à nação”<sup>297</sup> (Grifo da autora). Assim, pode-se perceber que os textos publicados por Araripe no *Diário de Pernambuco* não fugiam a essa lógica, mesmo que, de alguma maneira, a exaltação do passado familiar tenha ficado restrita às páginas do jornal.

---

historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009, p. 13.

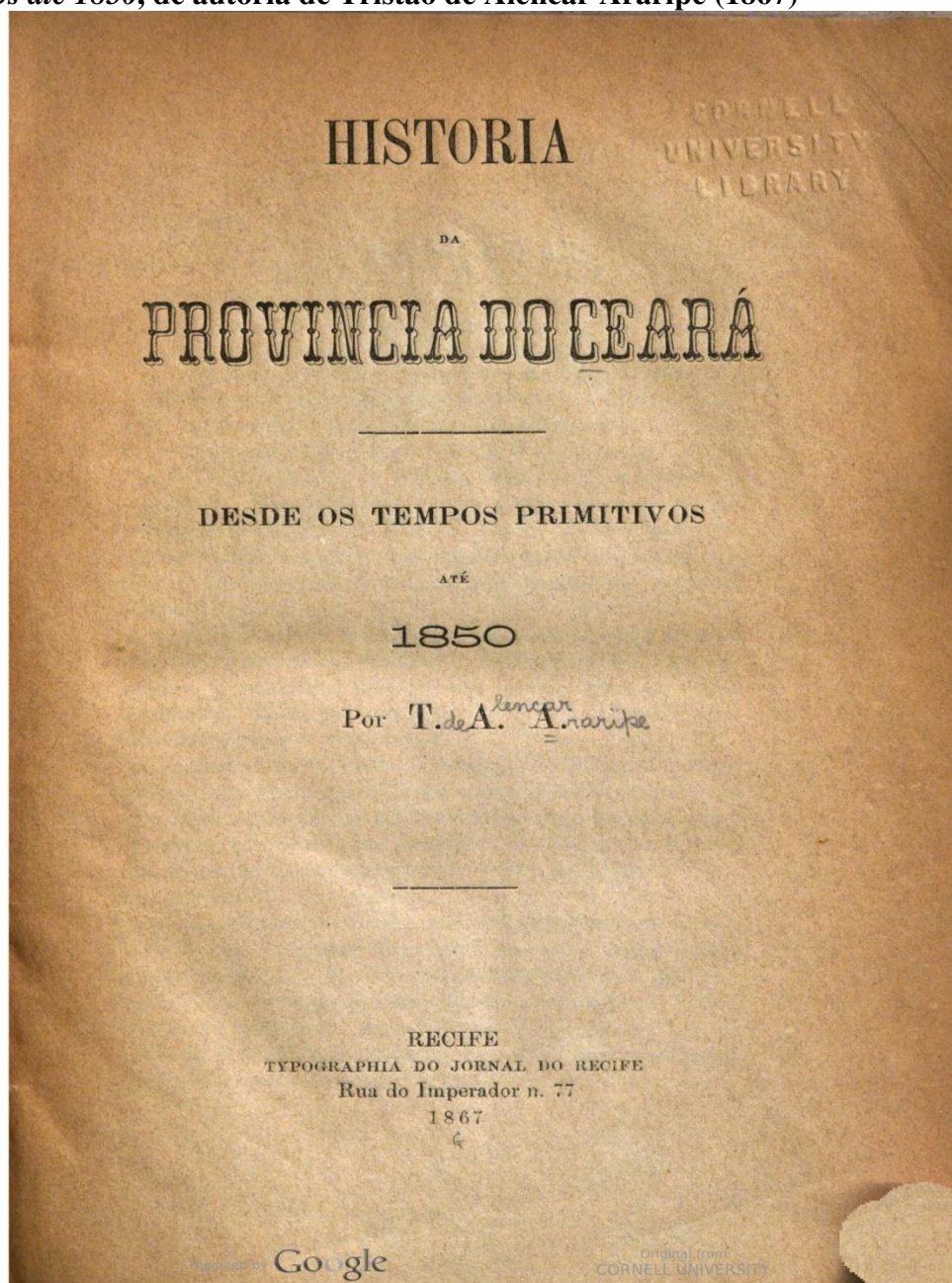
<sup>294</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 22.

<sup>295</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, pp. 73-122.

<sup>296</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 43.

<sup>297</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009, p. 24.

**FIGURA 8 – Folha de rosto da 1ª edição de *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, de autoria de Tristão de Alencar Araripe (1867)**



**Fonte:** HathiTrust Digital Library. Araripe, T. A. 1848-1911. *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1867.

Antes de dar por encerrada esta seção, não podemos deixar de tecer algumas considerações, que julgamos pertinentes, acerca da vida do autor de *História da província do Ceará*. Nascido em Icó, a 7 de outubro de 1821, numa família que era, à época, umas das mais influentes do Ceará, Tristão de Alencar Araripe era filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e de Ana Tristão Araripe, neto de Bárbara de Alencar, sobrinho de José Martiniano Pereira de Alencar (o senador Alencar) e, por conseguinte, primo do

romancista José de Alencar. A família era descendente direta dos primeiros bandeirantes que desbravaram a região do Cariri e que, posteriormente, fundaram a cidade de Exu, em Pernambuco, no ano de 1709. Através da criação de gado, do cultivo de algodão e de cana-de-açúcar “a família começou a adquirir propriedades no interior de Pernambuco e estendeu seus domínios até o Ceará”<sup>298</sup>. Instalados no Cariri, “região na qual negros, indígenas, pardos, mamelucos e brancos eram deixados à própria sorte, em meio a enorme instabilidade e violência [...] a família se firmou como uma [importante] liderança política [local]”<sup>299</sup>.

Como já mencionado, anteriormente, os Alencar estiveram diretamente envolvidos nos principais movimentos políticos ocorridos no Ceará, na primeira metade do século XIX, a saber: na Revolução Pernambucana (1817), nas lutas durante o processo de independência do Brasil (1822), na Confederação do Equador (1824) e na Revolta de Pinto Madeira (1831). A participação nesses eventos, notadamente em dezessete e vinte quatro, contou, inclusive, com a liderança da própria matriarca da família:

[...] aos 57 anos, com a pele marcada pelo sol, ela fazia o que nenhuma mulher branca, rica e poderosa havia feito até então: iria para *front*, ao lado dos filhos, familiares e tantos outros combatentes, todos homens. Engrossaria as fileiras, mas não só: lideraria o Crato na luta contra o autoritarismo da Coroa Portuguesa. Sua bandeira era liberal e republicana. Inimiga declarada do rei, Bárbara sabia que o crime de lesa-majestade poderia ser punido com pena de morte, infâmia da família e confisco dos bens [...] <sup>300</sup>.

Com a derrota em dezessete, vários membros da família foram presos, entre eles Bárbara de Alencar e seus filhos: Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar. Além da prisão, das humilhações e torturas sofridas no cárcere, a família teve todos os seus bens confiscados pela Coroa portuguesa. Após três longos anos, um evento político, do outro lado do Atlântico, possibilitou aos Alencar o direito à liberdade: tratava-se da Revolução do Porto, que teve início no dia 24 de agosto de 1820. De viés liberal, a revolução exigiu a instalação das Cortes Constituintes, com o intuito, entre outras coisas, de “garantir diretos individuais além de maior controle sobre a monarquia. Pressionado, em 17 de novembro de 1820, d. João VI decreta a anistia dos presos políticos no território brasileiro”<sup>301</sup>.

Quatro anos depois, a família Alencar voltaria a se envolver em novas agitações políticas. Isso porque eclodiria em Pernambuco mais um movimento de caráter liberal e

<sup>298</sup> PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: STARLING, Heloisa M; PELLEGRINO, Antonia (orgs). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, pp. 64-65.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>300</sup> Ibidem, pp. 67-68.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 76.

republicano que reverberaria novamente na região do Cariri. Estamos nos referindo, é claro, a Confederação do Equador<sup>302</sup>. O estopim para mais essa insurreição deu-se após d. Pedro I dissolver a Assembleia Constituinte, em 1823, e outorgar a primeira Carta do Império brasileiro, a 25 de março de 1824. Essa medida, considerada demasiadamente autoritária, ensejou, quase que imediatamente, uma forte reação entre as várias lideranças políticas nas províncias. No Ceará, o movimento foi encabeçado mais uma vez pela família Alencar:

[...] Quando d. Pedro outorga a Constituição, os pernambucanos resolvem não aceita-la. Em 28 de abril de 1824, os revolucionários ocupam Fortaleza e Tristão é eleito Presidente Temporário do Ceará, proclamando mais uma vez a República. O movimento se alastra de Pernambuco, vai parar no Piauí, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, Sergipe, na Paraíba e, claro, de volta ao Ceará – onde, em 26 de agosto de 1824, é criada a Confederação do Equador<sup>303</sup>.

Contudo, uma vez mais, a revolta não terá êxito. Em 12 de setembro de 1824, Recife é bombardeada pela Armada Imperial Brasileira e vários confederados são presos. No início de 1825, após um julgamento sumário, onze revolucionários são condenados à morte, entre eles, Frei Caneca: o líder da insurreição. “Debelado o movimento, Tristão tem duas alternativas: exilar-se no exterior ou morrer lutando. Escolhe a última. Tomba em combate, em 30 de outubro de 1825, tendo o cadáver mutilado” pelas tropas leais ao imperador. Além de Tristão, também foram assassinados: Carlos José dos Santos (irmão), Leonel Pereira de Alencar (tio) e mais dez membros da família Alencar, perseguidos e mortos durante a repressão à Confederação do Equador<sup>304</sup>.

Quando desses acontecimentos, Araripe contava apenas quatro anos de idade, de modo que teve que aprender a lidar tanto com a ausência de seu pai quanto com o luto perene de sua mãe. Pode-se imaginar, portanto, as marcas profundas que esses eventos deixaram em sua memória, além, é claro, da influência que certamente tiveram nos rumos de sua trajetória política e intelectual. Sobre o aspecto familiar, Leandro Maciel Silva nos diz que:

Afora a memória da morte do seu pai, Tristão de Alencar ainda convivera com o luto de sua mãe, que assumiu o nome de Ana *Triste* Araripe depois da morte do tenente-coronel Tristão Gonçalves. Essa mulher foi além de parceira de Tristão Gonçalves uma colaboradora ativa nas revoluções de 1817 e 1824, participando e realizando diversas reuniões, por vezes secretas ou abertas. Ela foi mensageira de muitas

<sup>302</sup> Para uma compreensão mais aprofundada, tanto da Revolução Pernambucana (1817) quanto da Confederação do Equador (1824), cf: MELLO, Evaldo Cabral. **A outra independência**: Pernambuco, 1817-1824. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

<sup>303</sup> PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: STARLING, Heloisa M; PELLEGRINO, Antonia (orgs). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 78.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 79.

informações sigilosas, mantendo-as em segredo pelo resto da vida<sup>305</sup>. (Grifo do autor)

No que se refere a sua formação intelectual, pode-se dizer que Tristão de Alencar Araripe seguiu o percurso familiar, isso porque, além de manter relações comerciais com Pernambuco, a família Alencar costumava enviar seus filhos para estudar em Olinda e Recife: prática essa, aliás, muito comum entre os membros da elite cratense. Essa proximidade com Pernambuco favorecia o trânsito de ideias liberais, republicanas e, por vezes, separatistas na região do Cariri. Após ter cursado o preparatório em Recife, Araripe ingressou, em 1841, na Faculdade de Direito de Olinda, onde permaneceu por dois anos. Em 1845, concluiu o curso na Faculdade de Direito de São Paulo, retornando para a província do Ceará no ano seguinte.

Em Fortaleza, fundou junto de Frederico Augusto Pamplona, em 1846, o periódico *O Cearense*, importante veículo de divulgação das ideias do Partido Liberal na província. Como era de praxe, os servidores do Estado costumavam ser cooptados entre os egressos das faculdades de direito<sup>306</sup>. Desse modo, não demorou muito para que Araripe se somasse aos quadros da burocracia estatal, ocupando, já em 1847, o cargo de chefe interino da polícia da província. Nesse mesmo ano, foi designado juiz municipal de órfãos do termo da comarca da vila de Aquiraz, uma das mais antigas do Ceará. Foi durante esse período, inclusive, que Araripe teve acesso à documentação da Câmara de Aquiraz, fundamental para a elaboração de *História da província do Ceará*. Eleito deputado provincial, no biênio de 1849 a 1850, chegou a ocupar a presidência da Assembleia Legislativa, dando início a uma longa trajetória como político e burocrata<sup>307</sup>.

<sup>305</sup> SILVA, Leandro Maciel. **Tristão de Alencar Araripe e a história da província do Ceará**: contribuição à história nacional. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p. 21.

<sup>306</sup> Conforme assinala Ilmar de Mattos: “além de centros formadores de dirigentes políticos, [as faculdades de direito] eram também geradoras de agentes da administração imperial” MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 187.

<sup>307</sup> Foi eleito deputado à Assembleia Geral em quatro legislaturas (1869 a 1872; 1872 a 1875; 1877 e 1886 a 1889). Além disso, foi presidente da província do Rio Grande do Sul (1876 a 1877) e da província do Pará (1885 a 1886). Entre os cargos públicos que ocupou ao longo da vida, vale mencionar: juiz de direito de Bragança na província do Pará (1853); chefe de polícia na província do Espírito Santo (1856); chefe de polícia na província de Pernambuco (1859); juiz especial do comércio em Pernambuco (1861); vice-presidente da província de Pernambuco (1868); desembargador da relação da Bahia (1870); desembargador da relação do Rio de Janeiro (1871); desembargador da relação de São Paulo (1873); desembargador da relação do Rio de Janeiro (1874); membro do Conselho de Estado (1885); ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1886); membro da primeira turma de ministros do Supremo Tribunal Federal (1890); ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no segundo Ministério do Governo Provisório (1891); ministro do Interior. Aposentou-se mediante decreto de 25 de janeiro de 1892.

Ainda que, historicamente, sua família fosse mais alinhada com as ideias liberais<sup>308</sup>, – basta lembrar que seu tio, o senador Alencar, era a principal liderança do Partido Liberal no Ceará –, Araripe rompeu com esse partido em 1859<sup>309</sup>. A partir de então, seria eleito e nomeado pelo Partido Conservador. Vale salientar, todavia, que esse deslocamento de um partido para outro, longe de ser algo raro de acontecer, era antes uma prática bastante comum entre os políticos da época. O que não tinha a ver, necessariamente, com uma mudança de perspectiva ideológica, muito pelo contrário, tratava-se, na maioria das vezes, de uma atitude pragmática, que pode ser compreendida como um movimento de rearranjo político e partidário em face de determinadas circunstâncias, nas quais o que estava em jogo era a acomodação dos diferentes interesses dos membros dessas elites dirigentes<sup>310</sup>.

Essas contradições resultavam, em grande medida, de um processo de adequação à realidade nacional de teorias políticas e sociais importadas da Europa e dos Estados Unidos. Tomando como exemplo o liberalismo, Emília Viotti da Costa explica que ao chegar ao poder o grande desafio dos liberais sempre foi transformar a teoria em prática. Conforme aponta a autora, “Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder”<sup>311</sup>. No caso brasileiro, em função de suas particularidades históricas, essa questão ficava ainda mais evidente:

No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo [em] que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio. As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus

<sup>308</sup> Como explica Emília Viotti da Costa: “Inicialmente, as ideias liberais foram uma arma nas lutas das elites coloniais contra Portugal. Nessa primeira etapa, os liberais eram revolucionários em termos de política e conservadores em relação às questões sociais” COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pp. 134-135.

<sup>309</sup> De acordo com Guilherme Studart, o rompimento com o Partido Liberal se deu em função de desentendimentos com Antonio Vicente do Nascimento Feitosa. STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto: Tristão de Alencar Araripe. **RIC**, t. 22, pp. 403-409, 1908.

<sup>310</sup> Embora tanto o Partido Liberal quanto o Partido Conservador fossem monarquistas, é preciso não incorrer no erro de julgá-los como se fossem duas faces da mesma moeda, desconsiderando, dessa maneira, as diferenças programáticas entre ambos. Em sua análise sobre os partidos políticos imperiais, notadamente no que dizia respeito à composição e à ideologia, José Murilo de Carvalho chama atenção para o fato de que “A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias” CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p. 219.

<sup>311</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 133.

pretendiam destruir. Encontrar uma maneira de lidar com essa contradição (entre liberalismo, de um lado, e escravidão e patronagem, do outro) foi o maior desafio que os liberais brasileiros tiveram de enfrentar. No decorrer do século XIX, o discurso e a prática liberais revelaram constantemente essa tensão<sup>312</sup>.

Essas mesmas incongruências, também se verificariam no processo de conformação da historiografia brasileira no oitocentos. Isso porque, segundo observa Nilo Odalia, malgrado os historiadores brasileiros, desse período, fossem demasiadamente “submissos e dependentes das teorias importadas da Europa”, entre elas: “positivismo, spencerismo, teorias raciais etc”, esses mesmos historiadores buscaram adaptar essas teorias a realidade social e histórica do país<sup>313</sup>. Sobre as ambivalências do modelo historiográfico de Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, João Alfredo de Sousa Montenegro afirma que:

[...] o modelo historiográfico de Tristão de Alencar Araripe expõe uma concepção de homem haurida nas fontes de um Liberalismo que combina ideias progressistas com a salvaguarda da moderação, ensejando a recepção de diretrizes conservadoras nascidas provavelmente da incapacidade epistemológica de administrar os confrontos sociais, ou de fazer uma leitura mais segura da realidade social<sup>314</sup>.

Como se pode ver, o projeto historiográfico de Araripe não se dissociava de suas convicções políticas, muito pelo contrário, de acordo com Almir Leal de Oliveira, sua “perspectiva historiográfica [...] estava profundamente articulada com os critérios valorativos de sua defesa do projeto político liberal nacional”<sup>315</sup>. Essa relação entre a escrita da história e a política não era, de maneira nenhuma, algo excepcional, isso porque, como ressalta Manoel Luiz Salgado Guimarães, “questões políticas norteavam a interpretação da história e instrumentalizavam a história para fins políticos”<sup>316</sup>. Se a motivação inicial de Araripe para a escrita de *História da província do Ceará* teria se dado no intento de defender o seu torrão natal, assim como a memória de sua família, de acusações caluniosas, a publicação do livro atendia a outros interesses do autor: além do desejo por reconhecimento intelectual, a partir de sua inserção no IGHB, Araripe acreditava que seu livro contribuiria para a construção de uma história nacional e, por conseguinte, para a própria consolidação do Estado-nação. Isso

<sup>312</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pp. 133-134.

<sup>313</sup> ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp. 15-16.

<sup>314</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 80.

<sup>315</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)**. São Paulo: Tese de Doutorado. PUC – SP, 2001, p. 58.

<sup>316</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 257.



explicaria, de certa maneira, a omissão em seu livro de temas sensíveis à unidade do império, notadamente daqueles protagonizados por sua família na primeira metade do século XIX.

## 2.4 Um esboço histórico sobre a província do Ceará

Dois anos após a publicação do livro de Tristão de Alencar Araripe, foi publicado, em Fortaleza, pela Tipografia Brasileira, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de autoria de Pedro Théberge. Embora tenha concluído o manuscrito em 1862, Théberge não teve tempo de publicá-lo, uma vez que veio a falecer, em 1864, vítima da cólera. Desse modo, a publicação do livro só foi possível graças aos esforços de seu filho Henrique Théberge:

[...] fiz um appello á patriótica sociedade cearense e á illustre Assembléa Legislativa, sendo attendido por uma e outra. Ahi vái, pois, o Esboço tal como meu pai o deixou escripto. Não me julgando assás habilitado para fazer-lhe modificações ou correccões, offereço-o ao publico tal qual o encontrei<sup>317</sup>.

Ao publicar o livro de seu falecido pai, Henrique Théberge buscava, além de prestar-lhe uma homenagem póstuma, contribuir para gravar-lhe o nome na memória do Ceará e dos cearenses, como um dos pioneiros nos estudos acerca do passado dessa província. Durante quase duas décadas, Pedro Théberge percorreria os quatro cantos do Ceará a fim de reunir informações e documentos que fossem capazes de auxiliá-lo no desenvolvimento de suas pesquisas. Afora o *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, dividido em três tomos, publicados respetivamente em 1869, 1875 e 1895, Théberge também foi responsável pela elaboração de uma das primeiras cartas corográficas da província do Ceará de que se tem notícia (ver figura 9). Em relatório de 1º de outubro de 1862, ao tratar da compilação das leis provinciais, organizada por José Liberato Barroso, e da publicação da estatística da província, a cargo de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o presidente em exercício, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, chamava atenção para a necessidade de se ter também uma carta corográfica da província: “Parece-me escusado encarecer-vos a necessidade que sentimos de uma carta corographica. Consta-me que o Dr. Pedro Theberge organizára um trabalho dessa natureza, que debalde fiz procurar nos archivos publicos”<sup>318</sup>.

<sup>317</sup> THÉBERGE, Henrique. Ao leitor. In: THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001, p. VIII.

<sup>318</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente d'esta provincia, no dia 1º de outubro de 1862, por occasião da instalação da mesma Assembléa. Ceará, Typ. de B. de Mattos, 1863, p. 17.

**FIGURA 9 – Carta corográfica da província do Ceará, de Pedro Théberge (1862)**



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Os resultados das pesquisas de Théberge, empreendidas em diferentes áreas do conhecimento, tais como: história, botânica e cartografia, contribuíram igualmente para as pesquisas de Pompeu e de Brígido, com os quais costumava compartilhar diversas informações. Em seu *Apontamentos para a história do Cariri*, João Brígido chega a afirmar:

“Devemos ao zello incançavel do Sr. Dr. Theberg preciosas noticias sobre este ponto de nossas antiguidades: elle encontrou sobre os velhos registros do senado do Icó muitos apontamentos, de que nos serviremos neste artigo”<sup>319</sup>. Já Pompeu, no seu *Ensaio estatístico da província do Ceará*, cita por várias vezes Théberge, especialmente na seção referente à geologia. No tocante as cartas da província, por exemplo, diz Pompeu:

Na falta de observações exactas e na difficuldade de escolher entre as cinco cartas da provincia (Paulet, 2 de Conrado, visconde de Villiers, e dr. Theberge), porque as reputo pouco exactas, consideravelmente discordes entre si, não só quanto á situação astronomica como quanto á relativa a logares, sigo a geral do coronel Conrado para as posições astronomicas e para o mais a do dr. Theberge, que parece ter aperfeiçoado as duas de Paulet e Conrado. A carta do dr. Theberge incontestavelmente tem merito de representar approximadamente a provincia não só pelo lado physico, como pelo politico, pois traz as divisões mais recentes<sup>320</sup>.

Assim como ocorrera com João Brígido e com Araripe, os textos de Théberge, que compõem o *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, antes de serem reunidos e publicados em livro, foram veiculados no *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1859 e 1860. No ano seguinte, foi publicada, nesse mesmo jornal, outra série de textos, intitulada *Duas palavras sobre as secas do Ceará*. Em 1862, Théberge vê publicado, na *Revista do IHGB*, vários extratos de documentos coligidos por ele nos arquivos do Icó, Aracati, Fortaleza, entre outros<sup>321</sup>. Logo após esses documentos, segue um breve artigo, intitulado *Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá*<sup>322</sup>, de sua autoria, no qual narrava os últimos momentos de vida do tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. A respeito desse personagem escreve Théberge:

Foi um bello character, um homem de convicção, e sem dúvida o que fez o mais interessante papel n'esta malfadada republica. *O padre soube lançar o irmão, lançar n'elle toda a responsabilidade, e ficar nos bastidores* na companhia de Filgueiras que guiava e dominava, sem mostrar de fóra nem a ponta das orelhas. Filgueiras

<sup>319</sup> SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 180, 12 de março de 1859, p. 2.

<sup>320</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997, p. 5.

<sup>321</sup> THEBERGE, Pedro. Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do juiz. Dita dobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre as antiguidades do Cariri. Colligidos pelo Dr. Theberge. **RIHGB**, t. 25, pp. 62-125, 1862. De acordo com Hugo Hruby, e conforme pudemos verificar, “Esses documentos e tantos outros do Ceará foram remetidos ao Instituto por Manuel Ferreira Lagos e estão relacionados em: Manuscritos oferecidos ao Instituto durante as sessões ao ano de 1861. **RIHGB**, t. 24, p. 829, 830 e 852, 1861 e Manuscritos oferecidos ao Instituto durante o ano de 1862. **RIHGB**, t. 25, p. 758, 1862” HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012, nota 359, p.110.

<sup>322</sup> THEBERGE, Pedro. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. **RIHGB**, t. 25, pp. 121-125, 1862.

morreu como bôbo, que sempre foi, e Tristão como um herói, vítima das suas convicções e do machiavelismo do padre seu irmão, que sempre soube comprometter os outros em seu proveito próprio<sup>323</sup>. (Grifos nossos)

Se por um lado, a narrativa de Théberge se referia à figura de Tristão Gonçalves de forma bastante elogiosa, o chamando, inclusive, de herói. Por outro, tratava José Martiniano de Alencar como o verdadeiro culpado pelo infortúnio do irmão, já que ele teria sido, segundo Théberge, o mentor e o responsável pela proclamação da república do Equador. No prefácio de *História da província do Ceará*, escrito em 1862, Araripe fez questão de refutar essa versão dos fatos, na qual seu pai teria sido manipulado por seu tio.

*Estou certo, que não ouvirei mais dizer, que o tenente-coronel Tristão Gonçalves foi por seu irmão induzido a adoptar idéias, cujo alcance não comprehendia, e que por esse irmão foi sacrificado. Si quem isso escreveu pudesse ter consciencia da grave injuria, que a ambos irrogou, por certo não houvera escripto tão flagrante aleivozia. O chefe da confederação do Equador no Ceará tinha bastante elevação de animo para comprehender o seu destino, e a situação politica das couzas do seu paiz. O movimento da confederação do Equador foi filho da convicção, em que estavam os Cearenses, de que a independencia nacional perigava, e cumpria sustentá-la a despeito de quaesquer sacrificios: a estes não se recusaram. E se o tenente-coronel Tristão Gonçalves esforçadamente se pôz á frente do movimento republicano, não foi certamente por sugestão extranha. Seu irmão desejava ver o imperio independente e unido; temia, que o movimento, dando a independencia, trouxesse a desunião; e só levado de razões fortes decidio-se a acompanhar o amigo pelo sangue e pelos sentimentos no lance arriscado, a que ambos se julgavam xamados pelo dever de cidadãos. Irmãos modelos na amizade, jamais um deles sacrificaria o outro*<sup>324</sup>. (Grifos nossos)

Como já foi dito, anteriormente, o prefácio de *História da província do Ceará* foi escrito em 1862, ou seja, na mesma época em que o texto de Théberge foi publicado na *Revista do IHGB*. Porém, é pouco provável que Théberge tenha tido acesso a esse texto de Araripe, uma vez que, ao que tudo indica, ele não foi publicado em jornal e o livro, no qual se encontra, só foi publicado em 1867, isto é, três anos após a morte de Théberge. Isso não significa que o autor de *Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá* tenha saído ileso dessa contenda. A resposta a Théberge veio da pena ferina de outro membro da família Alencar: o romancista e político, José de Alencar. Em artigo intitulado *A Revista do Instituto Histórico*, publicado no *Correio Mercantil*, a 7 de junho de 1862, Alencar se dizia pasmo após ter lido o texto de Théberge, por tratar-se, segundo ele, de “uma diatribe, como só na parte anonyma da imprensa diaria e ao fogo das paixões costumão por vezes surdir á tona

<sup>323</sup> THEBERGE, Pedro. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. **RIHGB**, t. 25, pp. 121-125, 1862, p. 124.

<sup>324</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da província do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, pp. X-XI.

da publicidade”. O texto de Alencar oscila entre a defesa ferrenha da memória de seu pai (José Martiniano de Alencar) e de seu tio (Tristão Gonçalves de Alencar Araripe), “dous nomes respeitáveis”, de acordo com o autor, e no ataque pessoal a figura de Théberge que, segundo Alencar, se arvorava em ser cronista de um país que mal conhecia, “prestando ouvido credulo aos échos de injurias posthumas, inspiradas em resentimentos politicos, e talvez em odios gratuitos”<sup>325</sup>.

Alencar questiona, entre outras coisas, o valor historiográfico do texto de Théberge, classificando-o como uma “injuria atroz, atirada sem provas, sem documento, sem a autoridade de um só testemunho coevo”. Essa ausência de elementos comprobatórios, apontada por Alencar, no texto de Théberge, desqualificaria “sua maneira de historiar”, já que o autor não teria se dado “ao trabalho de adduzir uma só prova, nem mencionar a fonte de onde colheu os dados”. Além das críticas direcionadas ao método de Théberge, Alencar deu bastante ênfase, em sua réplica, ao fato de Théberge ser estrangeiro, ao dizer, por exemplo, que seu texto tratava-se de “uma injuria [escrita] em portuguez inintelligivel”. Ademais, aproveitou o ensejo para criticar o IHGB e sua revista, a qual “julgava repositório e archivo de documentos para a historia patria”, pela publicação do referido texto de Théberge:

Eis um chronista que ignora a lingua e a legislação do paiz, cuja historia pretende tratar! O que mais me admira, porém, não é o arrojo de quem trava da penna para escrever do que não entende; é, sim, ver uma associação como o Instituto Historico acolher na sua revista e cobrir com a sua autoridade um escripto d’esta ordem; um escripto indigno de figurar em jornal de polemica, quanto mais em publicação scientifica<sup>326</sup>.

A resposta de Théberge, às críticas de Alencar, foi publicada no *Diário de Pernambuco*, na edição de 10 de novembro de 1862. Sua defesa é precedida pela reprodução de duas cartas. A primeira, datada de 18 de agosto de 1862, foi enviada por Théberge a João Brígido, cobrando-lhe explicações sobre a publicação na *Revista do IHGB* de um trecho de uma carta sua, enviada, há alguns anos, ao amigo, na qual tratava da vida política de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e de seu irmão José Martiniano de Alencar. Théberge diz não saber como essa carta foi parar nas páginas da *Revista do IHGB*, já que jamais teria autorizado a sua publicação, por tratar-se, segundo ele, do “resultado de uma expansão íntima, na qual não se medem os termos, sobretudo quando a narrativa é feita ao correr da penna, mais com

<sup>325</sup> ALENCAR, José de. A Revista do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: **Correio Mercantil**, nº 156, 7 de junho de 1862, p. 1.

<sup>326</sup> Ibidem.



vistas a verificar factos, do que de apurar e limar a dicção”<sup>327</sup>. Pode-se perceber, portanto, que, nesse primeiro momento, a preocupação de Théberge foi provar para José de Alencar que a publicação de *Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá* se deu sem o seu conhecimento e, por conseguinte, sem a sua autorização. Daí porque recorre a Brígido:

Esta publicação traiçoeira valeu-me da parte do Sr. conselheiro Jozé de Alencar uma terrível descomponenda, inserida nos periodicos do Rio, á qual é-me necessario responder com toda a energia, afim de repellir as insinuações offensivas e injurias que me dirige esse senhor. Tenho bastante fé em V.S. para repellir a idéa de ser o autor de semelhante traição; e por isto me dirijo á V. S. para saber porque arte se deu esta publicação<sup>328</sup>.

A segunda carta, anexada ao texto de Théberge, foi escrita por João Brígido, no dia 19 de agosto de 1862. Nela tem-se finalmente a elucidação do imbróglio:

[...] Quando V. S. á pedido meu, enviou-me do Icó um extracto do que ha de algum interesse nos livros antigos da camara d'aquella cidade, trabalho summamente pesado, que emprehendeu para servir-me, fez-lhe no fim algumas notas ou addições.; e uma d'ellas mais longa implicava, em relação ao tenente-coronel Tristão, e ao senador Alencar alguns factos, que á seu ver não tinham sido por mim bem moralizados, quando tracei a biographia do vigario Antonio Manoel de Souza. Sobre estes assumptos entretinhamos uma correspondencia já de muito tempo.

Este trabalho feito todo ao correr da pena, só podia servir-me para consultar, já porque havia n'elle falta de correcção, havia borrões, interlinhas, emendas etc.; e já porque, fallando em confiança, V. S. me fazia revelações que não convinha divulgar pela imprensa.

Deu-se porém um facto que veio pôr no domínio do publico este escripto, que nós ambos quizeramos que não fôsse conhecido, senão de alguns amigos. Quando estive n'esta cidade a commissão scientifica, entreguei aos Srs. Drs. membros d'ella, parte dos rnanuscriptos que possuo, concedendo-lhes que extrahissem algumas copias. Esqueci-me, porém, de previnil-os de que era reservada a ultima parte do seu extracto, que entre outros rnanuscriptos lhes entreguei; e um ou outro a fez copiar. Ao menos é isto o que devo suppôr, porque essa unica vez sahio o seu extracto da minha gaveta.

Parece que nem eu, nem V. S. devemos ser responsáveis pela publicação d'este escripto, pois que V. S. m'o deu em confiança; e de minha parte consentindo que se extrahisse copia d'elle. convinha sômente em que um amigo podesse consultal-o, como eu, dando ás suas informações o valor que quizesse.

Convém dizer-lhe ainda, que este extracto nem se quer vinha assignado, conhecendo que havia sido feito por V.S., porque estava escripto de sua letra. Ainda conservo o autographo. Houve pois de minha parte um descuido sim, nunca porém uma falta voluntaria.

Póde fazer d'esta o uso que lhe parecer.

De V. S. amigo e criado obrigado.

João Brígido<sup>329</sup>. (Grifos nossos)

<sup>327</sup> THEBERGE, Pedro. O Dr. Theberge e o conselheiro José de Alencar. **Diário de Pernambuco**, nº 259, 10 de novembro de 1862, p. 1. Vale ressaltar que tanto o texto de Alencar quanto o de Théberge foram reunidos e publicados como apensos ao tomo II do Esboço histórico sobre a província do Ceará, pp. 196-210.

<sup>328</sup> Ibidem.

<sup>329</sup> THEBERGE, Pedro. O Dr. Theberge e o conselheiro José de Alencar. **Diário de Pernambuco**, nº 259, 10 de novembro de 1862, p. 1.

Ao anexar essas duas cartas junto a sua resposta a Alencar, Théberge pretendia fornecer as provas de que não houvera de sua parte nenhum consentimento quanto à publicação de seu texto na *Revista do IHGB*. Diante de tais documentos, julgava ser quase desnecessário dar maiores explicações a Alencar. Ainda assim o fez, segundo ele, em retribuição aos membros do IHGB, pelo apreço que demonstraram por seu escrito, o aceitando e o inserindo, como documento histórico, no seu conceituado periódico<sup>330</sup>.

Restava ainda a Théberge se defender das acusações e ofensas proferidas por Alencar contra ele, em razão do conteúdo de seu texto. Para isso, transcreveu documentos assinados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, no contexto da Confederação do Equador, que confirmariam suas afirmações, especialmente aquelas que davam conta de dois assaltos praticados pelos confederados, em 1824, sob a liderança do tenente-coronel, contra barcos ingleses, no porto de Aracati. Além desses documentos, Théberge menciona, com certo exagero, o testemunho de “dous ou tres mil homens que acompanharam o presidente Tristão na sua expedição contra o Aracaty, e uma geração inteira, que viram, presenciaram e referem o facto sem a menor discrepancia”. Contudo, apesar desses fatos narrados e devidamente documentados, Théberge afirmava ter convicção de que Tristão Gonçalves de Alencar Araripe só agiu dessa forma para adquirir fundos para o pagamento das tropas, jamais para seu uso particular. Por essa razão, não obstante, a flagrante arbitrariedade de tais atos, continuava a considerá-lo um homem de bem, de convicção forte, um herói que sacrificou a própria vida em prol de seus companheiros e da malfadada República do Equador<sup>331</sup>.

Sobre as ações de José Martiniano de Alencar, notadamente, no tocante a um saque, que teria sido ordenado por ele, em Icó, contra a casa de um comerciante, de nome José Pinto Coelho, Théberge volta a evocar supostos testemunhos, tanto de soldados do exército republicano, quanto de “todos os habitantes do Icó, que ainda vivem em grande numero”, entre eles, cita o sobrinho e a viúva de José Pinto, que teriam lhe informado “minuciosamente de todas as particularidades d’esto triste acontecimento”. Ainda sobre esse assunto, Théberge faz alusão a uma passagem do texto *Algumas datas para a história do Cariri*, publicado por João Brígido, em 1858, nas páginas d’*O Araripe*, em que o autor também se referira ao mesmo saque, e questiona: “Então elle se entendeu comigo para forjar esta historia?”<sup>332</sup>.

Se de um lado, Alencar desqualificou a narrativa de Théberge, afirmando que ele não conhecia a língua e a legislação do país cuja história pretendia escrever. Do outro,

---

<sup>330</sup> THEBERGE, Pedro. O Dr. Theberge e o conselheiro José de Alencar. **Diário de Pernambuco**, nº 259, 10 de novembro de 1862, p. 1.

<sup>331</sup> Ibidem.

<sup>332</sup> Ibidem.

Théberge pareceu sugerir que Alencar era estrangeiro à própria terra, referindo-se ao fato de ele viver há muitos anos no Rio de Janeiro, e nada saber sobre a sua província natal:

Ora os ditos de tantas pessoas insuspeitas cahirão por terra diante dos ditos sentenciosos do Sr. conselheiro, *que nunca veio, supponho eu, ao Icó, nem no centro da provincia*; do Sr. conselheiro que tem todo interesse de encobrir os erros de seu pai; do Sr. conselheiro *que parece ignorar completamente os factos mais triviaes da historia da provincia*, que o escolheu para seu mandatario no parlamento brasileiro?<sup>333</sup> (Grifos nossos)

A ironia presente no texto de Alencar, também perpassa o texto de Théberge, que o encerra da seguinte maneira: “faço votos para que ache este portuguez intelligivel”. No prefácio de seu *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, escrito na mesma época dessa arenga entre ambos, Théberge retoma a questão sem, no entanto, citar o nome de Alencar:

Tenho sofrido renhida guerra de pessoas que como personagens publicas hão praticado acções que não queriam vêr publicadas em tempo algum; mas pouco apreço á ella dei porque, como tenho consciencia de haver escripto sem paixão nem preconceito: sem odio nem affecto: e sem me deixar levar por opiniões polilicas, que, como estrangeiro, não partilho com a mesma intensidade que os nacionaes, espero que as pessoas imparciaes reconhecerão que me hei exforçado por apreciar os factos em seu justo valor, e que, se algumas vezes errei, foi levado pela maior boa-fé<sup>334</sup>.

Nascido em 1811, em Marcé, na França, Pedro Franklin Théberge bacharelou-se em Letras em 1832 e doutorou-se em Medicina em 1837, ambos pela Universidade de Paris. Mudou-se para Recife ainda no ano de 1837, lá vivendo até 1845, quando então seguiu com a família para a cidade de Icó, no Ceará, onde, entre outras atividades, exerceu a profissão de médico até o ano de sua morte, em 1864. Icó era, por essa época,

[...] o maior empório comercial e social do centro da Província. Tinha uns seis mil habitantes, muitos dêles comerciantes, portugêses ou descendentes dêstes, que supriam o interior e os sertões das Províncias vizinhas com mercadorias europeias, vindas de Pernambuco por mar ou por terra. Em troca recebiam os produtos locais que enviavam para o Aracatí em carros de bois ou para o Recife no lombo de centenas de cavalgaduras. Três ruas principais – a mais larga e mais importante –, cortadas por outras menores, constituíam o quadro urbano. Quatro igrejas, uma cadeia e um mercado atendiam à Religião, à Ordem e ao Ventre da cidade. Meia duzia de sobrados revestidos de azulejos, plantados no meio do casario chato e pesadão, envaidecia os icóenses e pasmava os simplórios sertanejos<sup>335</sup>.

<sup>333</sup> THEBERGE, Pedro. O Dr. Theberge e o conselheiro José de Alencar. **Diário de Pernambuco**, nº 259, 10 de novembro de 1862, p. 1.

<sup>334</sup> THÉBERGE, Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001, p. XII.

<sup>335</sup> BRAGA, Renato. Os fundadores: Henrique Théberge. **RACL**, nº 27, pp. 225-229, 1956, pp. 225-226.



Em Icó, além de exercer a medicina, Théberge dedicou-se ativamente aos melhoramentos urbanos, compondo, em 1859, a Comissão de Obras da Casa de Câmara e Cadeia do Icó, na qual foi o autor de um risco neoclássico para o edifício (ver figura 10). Entre 1858 e 1860, projetou e construiu, também com traço neoclássico, o Teatro da Ribeira dos Icós, o primeiro do Ceará. Foi igualmente responsável pela construção de um cemitério para a cidade, localizado ao lado da Igreja do Monte. Ademais, foi o idealizador e fundador de uma companhia de transportes, a Empresa União Cearense, que ligava o Icó ao Aracati, com o objetivo de facilitar o transporte dos mais variados gêneros.

Homem de vasta erudição, Théberge foi, nas palavras de Renato Braga, “a maior figura cultural do interior do Ceará”<sup>336</sup>. Sua casa costumava ser o principal ponto de encontro e sociabilidade da elite local, onde se podia ouvir boa música e se entreter em longas conversações:

A casa dos Théberge, moldada no estilo da pequena burguesia francesa, destoava da simplicidade da vida doméstica icóense. À noite, em vez do rosário lusitano, fazia-se música. Ao piano, a dona da casa, Elisa Soulier, hábil musicista, acompanhada ao violoncelo por Simplicio Delfino Montezuma, que afora o magistério, dedicava-se por vocação à Música, vindo a ser um dos grandes compositores cearenses.

A essas reuniões compareciam os principais homens da terra. Vinham de chinelas e meias, com um timão de chita vermelha por cima da camisa e das ceroulas, com cartolas altas e lustrosas, como os viu, por êsse tempo, o Barão de Capanema. Os mais pimpões vestiam rudaque, traziam sapatos de entrada baixa e a indefectível cartola. Raras senhoras apareciam nessas tertúlias, com largos vestidos de sarja ou veludo, pescoço enforcado de cordões de ouro e colares, dedos pesados de memórias.

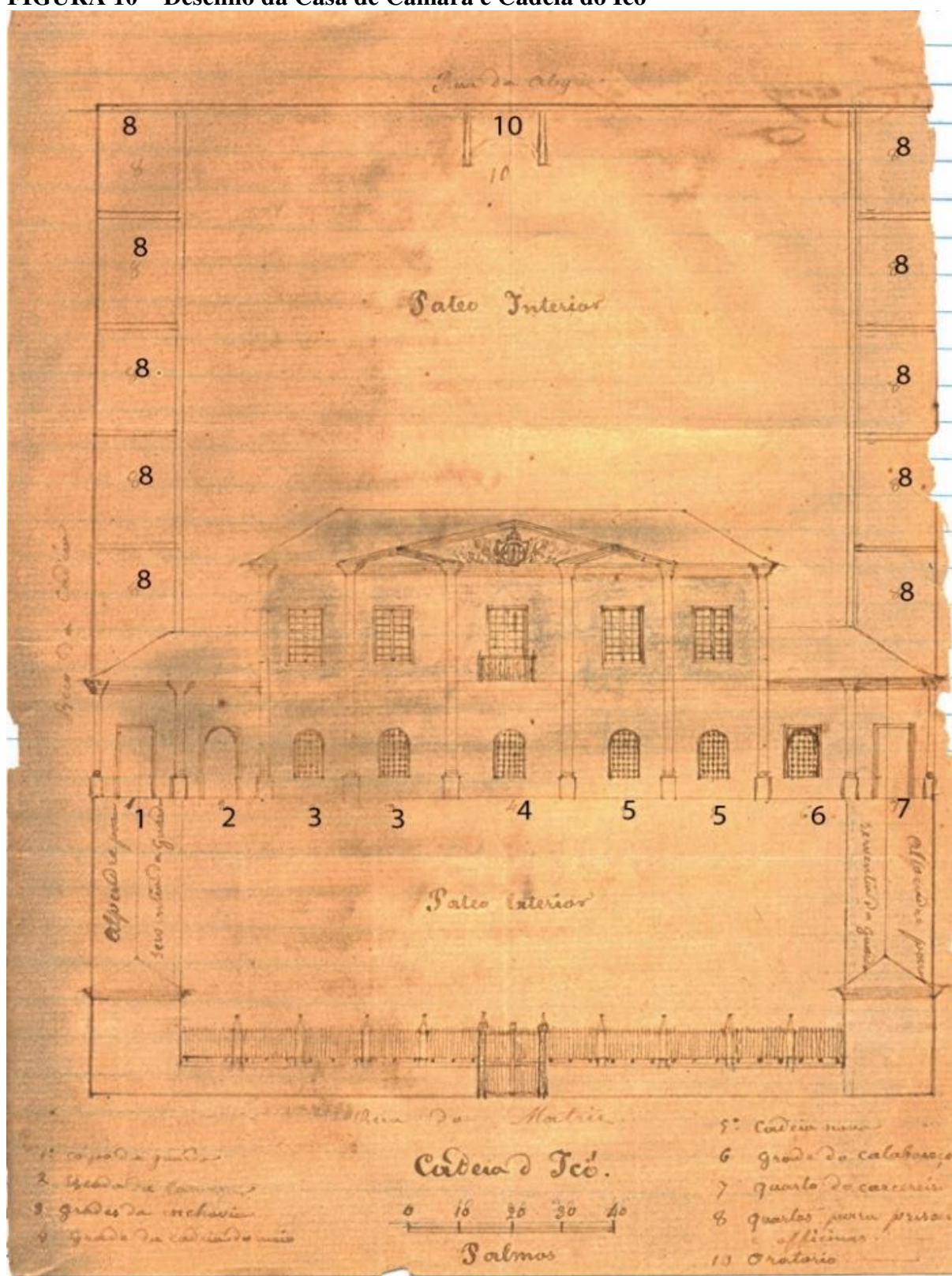
Nos intervalos da audição musical versavam-se os mais variados assuntos, inclusive os políticos, pelos quais o chefe da casa tinha um pendor especial<sup>337</sup>.

Esse ambiente de efervescência cultural foi profundamente afetado por uma epidemia de cólera, que teve início no Icó, no ano de 1862, se alastrando, posteriormente, por outras localidades do Ceará. No enfrentamento a doença, a cidade contava apenas com dois médicos, sendo eles: os doutores Pedro Théberge e Rufino Antunes de Alencar. Diante dessa situação de calamidade pública, Théberge chegou, inclusive, a utilizar o Teatro da Ribeira dos Icós como hospital para acolher os enfermos. De acordo com informações da época, cerca de 1/3 da população do Icó sucumbiu à doença, tendo sido, portanto, a segunda mais afetada no Ceará, só atrás de Maranguape. Entre as milhares de vítimas da cólera na província, consta o nome do próprio doutor Pedro Théberge, que veio a falecer no dia 8 de maio de 1864.

<sup>336</sup> BRAGA, Renato. Os fundadores: Henrique Théberge. **RACL**, nº 27, pp. 225-229, 1956, p. 226.

<sup>337</sup> Ibidem, pp. 226-227.

FIGURA 10 – Desenho da Casa de Câmara e Cadeia do Icó<sup>338</sup>



Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará

<sup>338</sup> De autoria de Pedro Théberge. Legenda: 1) Corpo de guarda. 2) Escada da Câmara. 3) Grades da Enxovia. 4) Grades da Cadeia do Meio. 5) Cadeia Nova. 6) Grade do Calabouço. 7) Quarto do Carcereiro. 8) Quartos para prisões e oficinas. 10) Oratório.

Para além dos melhoramentos urbanos no Icó e dos serviços médicos prestados à população, durante a epidemia de cólera, Théberge foi um dos primeiros intelectuais, no Ceará, a se ocupar com a elaboração de uma narrativa historiográfica para a província. Para concretizar esse intento, percorreria, durante anos, os parques arquivos que existiam, à época, no Ceará, nos quais passou a garimpar e compilar documentos. Esse empreendimento de pesquisa foi fundamental para a escrita de *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*:

Este trabalho principiou por ser *uma chronologia dos acontecimentos mais importantes da provincia*; mas, como para dar execução á esta lista chronologica me fosse *necessario consultar documentos, fui ajuntando grande numero d'elles*, e gostando cada vez mais de augmental-os, ao passo que os adquiria, áfim de me pôr (em meu proveito proprio) melhor á par da historia do paiz em que habitava; e, *quando me vi de pósse de tantas peças preciosas, entendi que não devia deixar que ellas se perdessem ou fossem destruidas pela acção roêdora do tempo, e em consequencia do pouco apreço que geralmente se dá aos papéis velhos nos archivos das Camaras, Matrizes, Cartorios e demais repartições publicas*; organizei-os por suas datas successivas, e *acabei por ensaiar uma especie de memorias historicas, que não sei porque erro baptizei com o titulo pomposo de « Esboço historico d'esta provincia do Ceará. »*<sup>339</sup> (Grifos nossos)

Esse tipo de relato, feito por Théberge, sobre a negligência com que se tratavam os documentos nos arquivos das câmaras, matrizes, cartórios e demais repartições públicas, era bastante recorrente nas narrativas historiográficas desse período. Em geral, as queixas se davam em torno das dificuldades para se conseguir ter acesso aos documentos, fosse pela escassez de arquivos, nos interiores do país, ou pelo estado em que os papéis velhos costumavam se encontrar. Esses obstáculos, durante o processo de pesquisa, decerto, tornavam o ofício do historiador bem mais complexo, ainda que, por outro lado, acabassem também por valorizar ainda mais o labor daqueles que se dedicavam à tarefa de escrever a história. Nesse sentido, Maria da Glória de Oliveira observa que, ao longo do século XIX, “a figura do historiador adquiriria fortes traços de heroicidade em razão das dificuldades atribuídas ao empreendimento de investigação e elaboração da história”<sup>340</sup>. Assim sendo, quanto maior fosse “a peregrinação em busca dos rastros do passado” e o esforço “para submeter todos [esses] rastros a uma ordenação narrativa”, maiores seriam “as qualificações do ‘verdadeiro’ historiador”<sup>341</sup>. Daí o porquê da autoridade e do prestígio que os historiadores passaram a desfrutar junto às autoridades imperiais na conformação do Estado nacional.

<sup>339</sup> THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001, p. XI.

<sup>340</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009, p. 175.

<sup>341</sup> Ibidem.

Em contrapartida ao reconhecimento que costumavam receber pela realização de seus trabalhos, frequentemente, tratados como serviços prestados ao Estado, não era raro que esses mesmos trabalhos fossem dedicados à figura do imperador. Em *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, por exemplo, Théberge escreveu a seguinte dedicatória para d. Pedro II: “Á sua magestade o imperador do Brasil, o senhor D. Pedro segundo, *protector incansavel das letras e das artes*”<sup>342</sup>. (Grifos nossos). Esse epíteto, atribuído ao monarca brasileiro, visava, entre outras coisas, sublinhar as qualidades que caracterizavam a imagem de um soberano culto e esclarecido, protetor das letras e das artes, conforme o modelo europeu. Segundo Lilia Moritz Schwarcz: “o monarca formava a sua corte ao mesmo tempo [em] que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem”<sup>343</sup>. Isso explicaria, em alguma medida, o IHGB ter se colocado, desde a sua criação, “debaixo da immediata protecção de S.M.I o senhor D. Pedro II”<sup>344</sup>. A tutela do imperador, explica Lucia Maria Paschoal Guimarães, “viabilizou a abertura de diversas frentes de trabalho, sobretudo, no que se refere à coleta de fontes nas províncias e no exterior. Entre outras medidas, destaca-se o envio de missões de pesquisadores brasileiros aos arquivos do Velho Mundo”<sup>345</sup>.

Além da subvenção do Estado, que chegou a representar, a partir de 1843, 75% da receita total do instituto, o IHGB passou a funcionar, na data de 15 de dezembro de 1849, nas dependências do Paço Imperial, sede do governo, no Rio de Janeiro. Desse dia em diante, o imperador se tornaria um frequentador assíduo das reuniões da agremiação, passando a exercer, inclusive, “um poder direto de influência ao propor temas, estabelecer prêmios e apoio financeiro para garantir a expansão das atividades empreendidas”<sup>346</sup>. A esse respeito, o historiador Temístocles Cezar propõe a seguinte reflexão:

No Brasil, a história nacional foi erigida sob o manto monárquico e dele há dificuldade de afastamento como se a Nação e seu acólito estrutural, o Estado, organizassem todo o regime de possibilidades historiográficas disponíveis à representação da história. No século XIX, foram fixados temas, perspectivas, cronologias, fontes, maneiras de olhar para o passado, que se constituíram, muitas

<sup>342</sup> THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001, np.

<sup>343</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998, 128.

<sup>344</sup> RIHGB, t.1, 1839, np.

<sup>345</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. 1ª ed. Vitória (Es): Editora Milfontes, v. 1, pp. 31-53, 2017, p. 36.

<sup>346</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 78.

vezes à revelia dos atores sociais, na visão unificadora e simplificadora de que se tem um passado em comum, mesmo que se desconfie da existência de descontinuidades inauditas que formariam uma história viva, abortada, em última instância e paradoxalmente, pela historiografia<sup>347</sup>.

O IHGB foi, portanto, o principal instrumento utilizado pelo poder monárquico na produção e difusão do projeto de escrita de uma história nacional. Responsável por levar adiante esse intento, o instituto estabeleceu as diretrizes, as normas e os procedimentos que deveriam ser seguidos pelos historiadores das diferentes províncias do Império brasileiro. Com efeito, buscava-se, através da definição de um passado e da delimitação de um espaço geográfico comuns ao conjunto da população brasileira, forjar um sentimento de pertencimento a um todo nacional, a fim de que se pudesse superar a dispersão das partes regionais, uma herança do período colonial, vista como ameaça a unidade do império. Não obstante, como observado por Temístocles Cezar, essa história dita nacional, na verdade, costumava privilegiar os interesses do Estado e de suas elites dirigentes em detrimento de outros atores sociais. Esse modelo historiográfico, diga-se de passagem, profundamente excludente, seria replicado nas províncias por meio de iniciativas individuais e, posteriormente, por intermédio de instituições congêneres ao IHGB.

No Ceará, como vimos ao longo deste capítulo, as primeiras narrativas que se debruçaram sobre o passado da província foram escritas e publicadas entre as décadas de 1850 e 1860. Embora tenham buscado organizar seus temas de acordo com o que era preconizado pelo IHGB, notadamente no tocante ao processo de colonização do território, tomado como marco inicial para a história nacional, essas narrativas estavam, em sua maioria, profundamente marcadas pelos interesses locais. Ademais, os textos evidenciavam, ao contrário do que pretendia o IHGB, um passado demasiadamente conflitivo, marcado por uma série de revoltas contra a Coroa portuguesa e contra o Império brasileiro. Na tentativa de superar as particularidades regionais, que haviam ficado ainda mais evidentes durante o conturbado período regencial, o IHGB buscou fomentar narrativas que não abordassem “tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações”<sup>348</sup>. Para isso, fazia-se necessário investir na conformação de uma *identidade nacional* com o intuito de garantir a consolidação da jovem nação. Restava, no entanto, ao IHGB um dilema: quais papéis seriam reservados para os povos indígenas e para os povos africanos nesse processo?

<sup>347</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, p. 18.

<sup>348</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 28.

### CAPÍTULO 3 – O PROBLEMA DA *IDENTIDADE*: ENTRE O *FATO* E A *FICÇÃO*

A identidade é uma construção social, uma ficção necessária para a manutenção da ordem social.

Jean Baudrillard em *O sistema dos objetos*, 2008.

As demandas por identidades nacionais surgiram, ao longo do século XIX, no contexto de formação dos Estados nacionais modernos. A partir de então, cada nova nação, que emergia no cenário mundial, buscava, num passado longínquo, as raízes genealógicas que explicariam as suas existências enquanto entidades políticas e sociais historicamente constituídas. Nesse sentido, de acordo com Benedict Anderson, toda nação é uma *comunidade imaginada*, na qual seus membros “jamais conhecerão, encontrarão ou nem se quer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”<sup>349</sup>. Essa comunhão (de valores, tradições, religião, língua, história e cultura) se daria, segundo Anderson, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”<sup>350</sup>. Não obstante, pode-se dizer que esses elementos, compartilhados por determinados grupos humanos, como indícios naturais de identidades nacionais, são antes produtos de um complexo conjunto de operações discursivas, das quais fazem parte: a história, a literatura, a arquitetura, as artes plásticas, dentre outras.

Como pensar essa relação (entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história) em países de passado colonial? Como forjar uma identidade nacional diante de tanta (a)diversidade (cultural, social e étnica)? No caso do Brasil, por exemplo, “a questão nacional emerge com vigor num quadro de identidade problemática. A ruptura com os laços tradicionais de dominação (os coloniais) implicava a construção de um novo Estado”<sup>351</sup>. Ocorre que, durante esse processo (de invenção<sup>352</sup> da nação e do Estado), muitos foram

<sup>349</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>351</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas Sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 8, v. 4, pp. 166-176. 1991, p. 168.

<sup>352</sup> Pensamos o conceito de invenção segundo a definição de Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “invenção como a atividade básica do homem, como a atividade através da qual produz cultura, ou seja, como a atividade de significação do mundo, como a atividade de invenção de um mundo a sua imagem e semelhança, estamos nos referindo à atividade de dotação de sentido, de significação, de conceituação da natureza e de todos os eventos e formas que compõem o mundo para os homens, que constituem aquilo que percebem e nomeiam como sendo o

àqueles deixados de lado, à margem da ordem e do progresso, de sorte que, essa “consciência nacional que se apresenta, em seus primórdios, como o apanágio de uns poucos privilegiados”<sup>353</sup>, definirá tanto as representações do passado nacional quanto os rumos que a nova nação irá seguir no curso de sua história. Neste capítulo buscamos traçar, portanto, um panorama de como a questão da identidade nacional emergiu entre os intelectuais do IHGB, tornando-se objeto de renhidas disputas entre literatos e historiadores. Além disso, também foi de nosso interesse, analisar os desdobramentos dessa mesma questão no âmbito do Ceará.

### 3.1 Como cumpre escrever a história do Brasil

A história do Brasil começou a ser organizada, efetivamente, a partir dos processos de independência nacional e de construção do Estado-nação brasileiro. Isso porque, até 1822, não existia um Estado brasileiro, tampouco existia uma nação brasileira ou uma brasilidade, isto é, uma identidade nacional. O território brasileiro pertencia ao Império português e a história escrita sobre o Brasil, até então, era parte da história de Portugal. Assim sendo, foi só após a independência do Brasil, em 1822, que se fez necessário tecer uma “nova” história para a jovem nação. A autonomia política em relação a Portugal evidenciava que “a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro”<sup>354</sup>. Nesse sentido, a criação do IHGB, em 1838, pelos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), viabilizou “pensar a história brasileira de forma sistematizada”<sup>355</sup>, uma vez que, segundo Lilia Moritz Schwarcz, “até então, existiriam basicamente iniciativas isoladas, pouco preocupadas com a sistematização e [a] construção de uma teoria da história nacional”<sup>356</sup>.

Inspirado no Instituto Histórico de Paris (fundado em 1834), o IHGB pretendia, a um só tempo, “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então

---

real, a realidade” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 26.

<sup>353</sup> ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 47.

<sup>354</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 25.

<sup>355</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 6.

<sup>356</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo. Companhia das Letras, 1993, p. 175.

dispersos”<sup>357</sup>. Daí resulta, no nosso entender, um dos principais problemas desse empreendimento historiográfico: os responsáveis pela missão de escrever a história nacional, não só pertenciam, em sua maioria, à *classe senhorial*, como, geralmente, “ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado”<sup>358</sup>. Esse fato, conforme explica Manoel Luiz Salgado Guimarães, “desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporrá na discussão da questão nacional”<sup>359</sup>. Significa dizer, por outras palavras, que aqueles que se autoproclamaram responsáveis pela escrita da história nacional, privilegiaram, em suas narrativas, versões do passado que ratificavam o triunfo da colonização portuguesa, ou seja, uma história dos vencedores, por assim dizer, da qual eles mesmos eram, afinal, os herdeiros.

Foi na busca por estabelecer um *mote* para a escrita da história nacional que o IHGB ofereceu, já no ano de 1840, uma medalha de ouro, no valor de duzentos mil réis<sup>360</sup>, como prêmio para quem apresentasse ao instituto o melhor plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizado de uma forma que nele se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária<sup>361</sup>. Apenas dois trabalhos foram inscritos no concurso: um primeiro, intitulado *Memória sobre o melhor plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, de autoria de Henrique Júlio Wallenstein, que sugeria que a maneira mais acertada para se escrever a história nacional era narrar os acontecimentos em décadas, com foco na história política, enquanto a “história civil, eclesiástica e literária deveria ser exposta no final das décadas, em separado, servindo de observação ao texto”<sup>362</sup> e um segundo, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, de autoria do botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, para quem a construção da história nacional deveria se assentar na mescla das três raças: “de côr de cobro ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”<sup>363</sup>. De acordo com José Honório Rodrigues, “Martius é o primeiro a chamar atenção sobre a importância da contribuição das três raças na história brasileira”<sup>364</sup>, o que, na

<sup>357</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo. Companhia das Letras, 1993, p. 129.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>359</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 5.

<sup>360</sup> A ideia do concurso deve-se ao cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), secretário do IHGB, que ofereceu por sua conta um prêmio de cem mil réis para quem apresentasse ao Instituto um plano para escrever a história antiga e moderna do Brasil, a ideia agradou tanto os membros do instituto, que estes resolveram acrescentar mais cem mil réis ao prêmio inicial, totalizando, assim, um montante de duzentos mil réis.

<sup>361</sup> Prêmios propostos pelo Instituto na segunda sessão publica anniversaria. **RIHGB**, t. 2, 1840, p. 642.

<sup>362</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História da América**. n. 42, pp. 433- 458, 1956, p. 438.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 442.

<sup>364</sup> Ibidem, pp. 438-439.



visão de José Carlos Reis, inaugura as bases do que virá a ser chamado por Florestan Fernandes, em crítica as proposições de Gilberto Freyre, de *mito da democracia racial*.

Para os membros da comissão avaliadora, formada por Francisco Freire Alemão, Monsenhor Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos, em parecer de 20 de maio de 1847, o trabalho de von Martius satisfazia exuberantemente ao programa do instituto, devendo, portanto, ser ele o premiado<sup>365</sup>. Em desfavor de Wallenstein observou-se o seguinte:

Parece á comissão que o autor d'esta memória [Wallenstein] não comprehendeu bem o pensamento de vosso programma, porquanto as vistas d'este Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das materias, e isto por um methodo puramente ficticio ou artificial, que poderá ser commodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no *genero philosophico*, como se deve exigir actualmente<sup>366</sup>. (Grifo dos autores)

Esse parecer negativo, por parte da comissão avaliadora do IHGB, ao trabalho de Wallenstein, evidenciava a necessidade sentida, entre os membros da instituição, de superar as narrativas meramente cronológicas, consideradas ultrapassadas, uma vez que apenas localizavam os fatos no passado, sem, no entanto, oferecer-lhes maiores explicações. Essa premissa baseava-se fundamentalmente, segundo Karoline Viana Teixeira, numa

[...] concepção de história tanto filosófica quanto pragmática. Filosófica por não se contentar em fazer a crônica de pequenos ou grandes acontecimentos, devassando os movimentos profundos da história a partir de uma visão de unidade de um povo. E pragmática na medida em que *o passado serviria de referência e inspiração para as questões do presente*. Uma escrita que, portanto, *deveria fornecer ao leitor sentido e finalidade, guiada pelo sentimento de pátria [...]*<sup>367</sup>. (Grifos nossos)

Nesse sentido, o texto de von Martius oferecia, na visão da comissão avaliadora, uma alternativa mais apropriada para o projeto de escrita da história nacional proposto pelo IHGB, na medida em que fazia recomendações não só em relação ao seu conteúdo, mas sobretudo no tocante a forma como essa narrativa deveria ser escrita. Para Martius, além de considerar a participação de europeus, indígenas e africanos na configuração da nação brasileira, era preciso ainda conhecer detalhadamente a vastidão de seu território, as particularidades da natureza e os usos e costumes de suas gentes, a fim de integrar as partes provinciais, com todas as suas “analogias e disparidades”, a um todo nacional, socialmente

<sup>365</sup> Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. **RIHGB**, t. 9, pp. 265-292, 1847, p. 287.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 279.

<sup>367</sup> TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço**: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2017, p. 63.

coeso e economicamente próspero. Essa questão era particularmente importante visto que, se bem-sucedida, contribuiria sobremaneira para a difusão de uma *retórica da nacionalidade*<sup>368</sup>.

Por fim devo ainda juntar *uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente (sic) do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo.* Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de *despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, tôdas as virtudes cívicas.* [...] Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: êstes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; *cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por sábia organização entre tôdas as províncias, relações recíprocas.* [...] *deve o historiador patriótico aproveitar tôda e qualquer ocasião a fim de mostrar que tôdas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente (sic), que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas.* Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo [em] que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e [a] grandeza do país. *Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra*<sup>369</sup>. (Grifos nossos)

Para se alcançar tais propósitos, Martius recomendava ainda que a história do Brasil devesse ser escrita em um estilo popular, a fim de que pudesse tocar o coração tanto quanto a inteligência. Logo, não poderia utilizar uma linguagem empolada, sobrecarregada de erudição e de citações estéreis. O autor de tal obra deveria imprimir-lhe todo o seu amor, todo o zelo patriótico<sup>370</sup>. Esse apelo reiterado à unidade nacional e ao patriotismo dos brasileiros, por parte de von Martius, embora possa soar um tanto exagerado, tinha uma razão de ser, uma vez que o seu texto fora escrito sob os ecos das revoltas que marcaram o período regencial e ameaçaram fragmentar o Império.

Se a união das províncias, a despeito das especificidades regionais, era fundamental para a manutenção do Estado nacional. A criação de uma nação e de uma identidade nacional eram as condições sem as quais ele [o Estado] sequer poderia existir. Essa era, no entanto, uma tarefa bem mais complexa. Isso porque, enquanto a junção das três raças

<sup>368</sup> Por retórica da nacionalidade, Temístocles Cezar entende “um conjunto de estratégias discursivas que, malgrado a natureza dispersiva de seus elementos constituintes, foi utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum e, consequentemente, igual origem e identidade” CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, p. 20.

<sup>369</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História da América**. n. 42, pp. 433- 458, 1956, pp. 456-457.

<sup>370</sup> Ibidem, pp. 457-458.

deveria ser o *mote* para a escrita da história nacional, na visão de von Martius. A presença de indígenas e de africanos na sociedade brasileira constituiria, no entender de muitos<sup>371</sup>, um verdadeiro empecilho à formação da nação e, por conseguinte, da identidade nacional. Essa visão negativa acerca da mestiçagem remetia ao fato de que “Pessoas de sangue mestiço eram geralmente vistas com desconfiança, aversão e desdém, em virtude da crença equivocada de que ‘o sangue de cor’ (*sic*) contaminara o ‘sangue branco’”<sup>372</sup>, provocando, segundo acreditava-se à época, a degeneração dos indivíduos mestiços. Embora não deixasse de ser adepto dessa tese, von Martius estava entre aqueles que tinham uma visão “positiva” da miscigenação. Para ele, a mestiçagem ao invés de ser um problema, seria antes uma solução:

Jamais nos será permitido duvidar que *a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica*. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira *essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado*<sup>373</sup>. (Grifos nossos)

Vê-se que, para von Martius, a miscigenação seria benéfica para o Brasil, uma vez que contribuiria, no espaço de algumas décadas, para o embranquecimento da população<sup>374</sup>. Ainda que considerasse a participação de indígenas e de africanos no processo de formação da nação brasileira, ele defendia que o sangue português, como um poderoso rio, deveria prevalecer sobre os demais. Esse era, portanto, o prognóstico mais otimista possível para uma nação mestiça que, em última análise, pretendia dar continuidade aos ideais civilizatórios de seu antigo colonizador. Para José Carlos Reis:

<sup>371</sup> Essa é uma questão particularmente interessante para compreender a historiografia brasileira no século XIX, já que de acordo com Nilo Odalia, os historiadores brasileiros “se dilaceram na dicotomia de, ao mesmo tempo, terem de atender às imposições teóricas que condenavam o Brasil a um triste destino, e contribuírem para que a profecia altamente negativa de homens como Lapouge, Gobineau, Buckle etc. Não se realizasse” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp. 15-16.

<sup>372</sup> BOXER, Charles R. **A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia da Letras, 2007, p. 53.

<sup>373</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História da América**. n. 42, pp. 433- 458, 1956, p. 443.

<sup>374</sup> Para Renato Ortiz: “O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das ‘raças inferiores’” ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 21. De acordo com Tatiana Lotierzo: “a confiança no embranquecimento [da população brasileira] é preservada no primeiro Oitocentos e assume novas formas argumentativas em meio aos debates sobre o fim da escravidão no império português e às inúmeras menções a um projeto de introdução de imigrantes europeus no país” LOTIERZO, Tatiana. **Contornos do (in)visível: racismo e estética na pintura brasileira (1850-1940)**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023, p. 108.

[...] o Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores<sup>375</sup>.

Essa questão estará no cerne das discussões a respeito da escrita da história nacional. Uma das principais controvérsias entre os intelectuais do IHGB se deu justamente em torno do papel dos povos indígenas no processo de formação da nação brasileira e da identidade nacional. Enquanto nomes, ligados ao romantismo, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Domingos José Gonçalves de Magalhães defendiam que o indígena seria o legítimo representante da nação, Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos mais empenhados historiadores daquela agremiação, se opunha veementemente a tal ideia. Em seu livro *História Geral do Brasil*, publicado em dois tomos, respectivamente em 1854 e 1857, Varnhagen se referia ao homem tupi de forma bastante depreciativa, termos como “egoísta”, “bárbaro”, “ardiloso”, “dissimulado” e “desleal”<sup>376</sup> evidenciavam a sua aversão à ideia de que os povos indígenas pudessem ter dado alguma contribuição à identidade nacional.

Não obstante, as objeções de Varnhagen, os indianistas desfrutavam de muito prestígio dentro do IHGB, isso porque, segundo Lilia Moritz Schwarcz, esse movimento buscava dar autonomia a literatura nacional, que deveria ser representada pela figura do indígena, visto como o grande símbolo unificador da nação. Foi com esse intento, portanto, que Gonçalves de Magalhães publicou, em 1856, o poema épico *A Confederação dos Tamoios*, que havia contado, inclusive, com o patrocínio do próprio imperador d. Pedro II.

Retornando de certa forma ao modelo do “bom selvagem” de Rousseau, Magalhães construía, sob encomenda, o que deveria ser o maior épico nacional centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e gestos de sacrifício. Tentando fundir a “excentricidade romântica com a pesquisa histórica”, esse autor acreditava ser possível superar as especificidades regionais para se chegar a um mito nacional de fundação<sup>377</sup>.

O que mais incomodava Varnhagen era, muito provavelmente, essa heroicização dos indígenas em detrimento dos portugueses, já que, segundo Schwarcz, “o livro [de

<sup>375</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 31.

<sup>376</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Apud* CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, p. 144.

<sup>377</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998, p. 132.

Magalhães] apresentava uma trama em que se opunham os colonizadores portugueses vilões aos indígenas naturais e determinados”<sup>378</sup>. Em carta enviada ao imperador, datada de 14 de julho de 1857, Varnhagen explicava seu posicionamento em *História Geral do Brasil*: “busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações”<sup>379</sup>. Para o autor, tratava-se, portanto, de contrapor a herança civilizatória dos europeus à barbárie dos indígenas. Essas visões maniqueístas, de ambas as partes, do processo histórico brasileiro, também eram resultado das disputas, que se estabeleciam entre história e literatura, em torno das diferentes visões acerca do passado:

[...] o debate indianista é também um debate entre os campos nascentes, e ainda pouco delimitados, da literatura e da história. Segundo os historiadores, os literatos se permitiam maiores liberdades, valorizando a imaginação, enquanto eles se ateriam apenas aos fatos reais do passado<sup>380</sup>.

Essa questão é mais complexa do que parece. Primeiro porque no IHGB essa fronteira entre história e literatura era ainda bastante tênue ou pelo menos não era assim tão evidente: por vezes, os literatos escreviam textos históricos, enquanto os historiadores escreviam narrativas literárias (como era o caso, por exemplo, do próprio Varnhagen)<sup>381</sup>. Segundo porque a visão de Varnhagen sobre a contribuição dos indígenas para a formação da nação não era exatamente a mesma quando o assunto era a formação da literatura nacional.

Na censura aos românticos indianistas brasileiros, o peso atribuído ao suposto processo civilizatório pode gerar a impressão de que Varnhagen desejasse simplesmente excluir a cultura indígena dos elementos formadores da literatura nacional. Contudo, não é tão simples assim. Ele ao menos reconheceu que “os indígenas tinham um gênero de poesia que lhes servia para o canto” e que eram “grandes oradores”. Não por outra razão, “os missionários jesuítas, conhecendo estas tendências, trataram de empregar a música e a poesia como meios de catequese”. Em consequência, “daí proveio o primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil”. Isso é muito e pouco, pouco e muito. Muito porque, de modo geral, não se espera de Varnhagen sensibilidade em relação aos índios (nem aos jesuítas!), no entanto, em uma lógica da diferença, é pouco. Pouco, porque tal como fez em relação às origens dos tupis, ele deslocou o valor cultural do nativo para outra ordem do tempo: para um primórdio do qual parte um legado – discursos esparsos que

<sup>378</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, p. 132.

<sup>379</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Apud* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 18.

<sup>380</sup> RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 141.

<sup>381</sup> Como observa Temístocles Cezar: “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero a outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual” CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, pp. 73-94, jan./jun. 2003, p. 74.

escaparam do círculo religioso, que atravessaram os séculos até sua recepção por Varnhagen, que os converteu não em essência da nação, mas simplesmente em passado – o que, em uma lógica perversa, é muito<sup>382</sup>.

Mas e do outro lado da contenda? O que pensavam, afinal, os românticos em relação às opiniões de Varnhagen? Em texto intitulado *Os indígenas do Brasil perante a história*, publicado na *Revista do IHGB*, em 1860, Gonçalves de Magalhães tece algumas considerações sobre como a questão indígena fora tratada por Varnhagen em *História Geral do Brasil*. Embora elogie o livro e os esforços de seu autor na busca incansável por documentos antigos, o que, segundo Magalhães, o credenciava como “o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portugueses”, sua crítica se dirige justamente ao posicionamento de Varnhagen no tocante a colonização. Para Magalhães, quando o assunto era os povos indígenas, Varnhagen se comportava como um verdadeiro “panegyrista da civilização”<sup>383</sup>. Já no início de seu texto, Magalhães questiona a validade dos documentos produzidos sobre os indígenas pelos agentes da colonização, a postura dos historiadores diante de tais documentos e a própria ideia de imparcialidade, tão cara aos historiadores desse período:

Quando no estudo da historia, religião, usos e costumes de um povo vencido e subjugado outros documentos não temos além das chronicas e relações dos conquistadores, sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus actos com apparencias de justiça, e a denegrir as suas victimas com imputações de todos os generos; engano fôra si cuidassemos achar a verdade e os factos expostos com sincera imparcialidade, e devidamente interpretados<sup>384</sup>.

Essa questão, colocada por Magalhães, importa, na medida em que, de acordo Arno Wehling, Varnhagen não fazia mais “do que endossar as atitudes e os juízos oficiais que recolhia na documentação”<sup>385</sup>. Vale salientar, todavia, que esse era um comportamento comum entre a maioria dos historiadores brasileiros ao longo do século XIX. Para Nilo Odalia, a historiografia brasileira se constituiu a partir de certa “dependência teórica” e de certo “servilismo metodológico”<sup>386</sup> em relação às imposições epistêmicas da Europa.

<sup>382</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018, pp. 105-106.

<sup>383</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a historia. **RIHGB**, t. 23, pp. 3-66, 1860, p. 9.

<sup>384</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>385</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 166.

<sup>386</sup> ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

Apesar das críticas de Varnhagen, e certamente a despeito de sua vontade, entre as décadas de 1850 e 1860, “o Brasil conheceu a consagração do romantismo, cuja manifestação considerada a mais ‘genuinamente nacional’, o indianismo, teve nele o momento de maior prestígio, alcançando, além da poesia e do romance, a música e a pintura”<sup>387</sup>. Não obstante, Varnhagen não foi o único a criticar *A Confederação dos Tamoios*. Ainda que por outros motivos, José de Alencar, que viria a se tornar o maior nome do romantismo brasileiro, sem, no entanto, está vinculado aos indianistas do IHGB, foi outro que fez duras críticas ao livro de Magalhães. As críticas de Alencar se deram ao longo de cinco cartas, publicadas, sob o pseudônimo de Ig, no *Diário do Rio de Janeiro*, entre 18 de junho e 15 de agosto de 1856. Nesse mesmo ano, as cartas foram reunidas e publicadas em livro, intitulado *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*<sup>388</sup>.

Para Alencar, o poema de Magalhães não estava à altura do assunto que pretendia tratar. Isso porque, segundo o romancista cearense, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto da forma, o texto de Magalhães estaria muito aquém do que se esperava de uma verdadeira epopeia nacional. Por outro lado, o autor julgava que o gênero romance seria mais adequado do que a epopeia para a composição de um épico romântico centrado na figura do indígena<sup>389</sup>. Nesse sentido, vale recordar que, no ano seguinte à publicação de *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, Alencar publicou o romance *O Guarani*, que pode ser lido como uma contraposição ao livro de Magalhães.

A crítica de Alencar a *Confederação dos Tamoios* desencadeou uma polêmica que envolveu, inclusive, o próprio d. Pedro II, patrocinador/entusiasta da obra além de amigo de seu autor. Em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, a 6 de agosto de 1856, sob o pseudônimo de Outro amigo do poeta, o imperador saiu em defesa de Magalhães e de seu livro. Anos mais tarde, em carta, datada de 25 de março de 1860, enviada ao Conselheiro Saraiva, dizia o monarca: “Quanto a ele [José de Alencar], ou se entra no grupo, ou se está fora”<sup>390</sup>. Assim, pode-se perceber que a postura de Alencar diante de um grupo tão seletivo e consolidado, como era o caso dos indianistas do IHGB (com status de literatura oficial de Estado, inclusive), era menos reverente do que certamente esperava o imperador, uma vez que

<sup>387</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998, p. 136.

<sup>388</sup> Enquanto no *Diário do Rio de Janeiro* foram publicadas cinco cartas, no livro consta um total de oito.

<sup>389</sup> ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.

<sup>390</sup> Carta de d. Pedro II enviada ao Conselheiro Saraiva na data de 25 de março de 1860. *Apud* SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998, p. 134.

o jovem escritor cearense buscava se afirmar enquanto literato a partir da crítica e do enfrentamento a seus pares românticos, pois, afinal, “era assim que o intelectual se fazia atuante”. Com efeito, “o espaço literário no século XIX havia assumido a condição de arena privilegiada, adequada para todo e qualquer tipo de crítica”<sup>391</sup>.

Para além dessas disputas, que caracterizavam a atividade intelectual, durante o século XIX, a questão indígena despontava como objeto privilegiado dos diferentes campos de saber que constituíam os estudos produzidos pelo IHGB. De acordo com Kaori Kodama:

O interesse pelo passado indígena levaria os sócios da instituição a criarem uma seção de Arqueologia e Etnografia indígena, na qual seriam depositados os trabalhos referentes aos índios, formando o conjunto de temáticas que chamaremos aqui de uma etnografia do IHGB. Campo cuja especificidade emergia na medida em que se desenvolvia a produção de conhecimento histórico da instituição, a etnografia dissolvia em seu interior inúmeras imagens sobrepostas, incluindo aquelas que se criavam através do indianismo<sup>392</sup>.

Essa centralidade dos povos indígenas, nos estudos do IHGB, deu-se, no entanto, em detrimento dos povos africanos. “Ao se apagarem as nações africanas, impedia-se que o entendimento da etnografia no Brasil da primeira metade do século XIX se estendesse a elas”<sup>393</sup>. Tratava-se, portanto, de uma opção política em favor do indígena como símbolo do passado nacional, ou seja, a “construção do ‘índio brasileiro’ e do símbolo da nacionalidade não recairia sobre as ‘nações’ do presente, e sim, sobre as do passado: os Tupi, quase desaparecidos e ‘assimilados’ pelo processo de colonização”<sup>394</sup>. No caso africano, essa ausência de estudos, entre os intelectuais do IHGB, era parte de um projeto mais amplo de exclusão social dessas populações, o que se refletia na própria conformação da identidade nacional. Enquanto o indígena figuraria apenas no passado, como mito de origem da nação, o africano se quer seria lembrado<sup>395</sup>. Em ambos os casos, o que se evidencia é a impossibilidade da existência, seja no passado ou no presente, como resultado da negação de direitos fundamentais e de acesso à cidadania. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, “a Nação

<sup>391</sup> SILVA FILHO, A. L. M e; RAMOS, F. R. L; RIOS, K. S. Apresentação. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2011, p. 10.

<sup>392</sup> KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História, 2005, p. 19.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>394</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>395</sup> De um modo geral, durante o século XIX, os africanos e os afro-brasileiros só foram objetos de estudo de teorias raciais, eugenistas, darwinistas, dentre outras, preocupadas com a miscigenação e com o embranquecimento da população brasileira.



brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção”<sup>396</sup>.

A compreensão do presente – e, por conseguinte, de quem somos, enquanto nação, – envolve, necessariamente, a compreensão desse passado que não passa, isto é, de um passado que insiste em permanecer a nossa frente como um indício indelével da violência que nos constituiu historicamente. Para isso, faz-se necessário questionar os mecanismos que produziram, a partir de determinadas visões de mundo, dadas representações do passado, responsáveis, dentre outras coisas, por uma concepção excludente de história e de identidade nacional. Nesse sentido, é preciso lembrar que “a identidade nacional é uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva fixa”, sendo construída, portanto, a partir de “determinadas relações” que “estabelecem o ambiente que torna possível pensá-la”, isso se dá “por intermédio de várias operações ideológicas”, através das quais, “homens e mulheres, em situações muito diversas, passam a acreditar que estão unidos numa mesma comunidade, a nação”<sup>397</sup>. Vale salientar, todavia, que esse processo é atravessado por contradições, tensões e violência, ainda que estas sejam silenciadas e ocultadas sob a aparência da conciliação. Como exemplo do que estamos falando, veremos a seguir como a questão indígena foi abordada pela literatura e pela história ao se debruçaram sobre o passado do Ceará.

### 3.2 A questão indígena no Ceará: entre o mito fundador e a tese do desaparecimento

Em 1865, na cidade do Rio de Janeiro, José de Alencar publicou *Iracema*, romance que viria a se tornar, com o tempo, um símbolo por excelência da identidade nacional. Curiosamente, o livro era dedicado à terra natal de seu autor: o Ceará.

*O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez dêsse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio das recordações vivazes de uma imaginação virgem. Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rêde, entre os murmúros do vento que crepita na areia ou farfalha nas palmas dos coqueiros.*

*Para lá, pois, que é o berço seu, o envio.*

Mais assim mandado por *um filho ausente*, para muitos entranho, esquecido talvez dos poucos amigos e só lembrado pela incessante desafeição, *qual sorte será a do livro?*

Que lhe falte hospitalidade não há temer. As auras de nossos campos parecem tão impregnadas dessa virtude primitiva, que nenhuma raça habita aí, que não a inspire

<sup>396</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 7.

<sup>397</sup> RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 26.

com o hálito vital. *Receio, sim, que o livro seja recebido como estrangeiro e hóspede na terra dos meus*<sup>398</sup>. (Grifos nossos)

Ao evocar esses elementos que caracterizariam a paisagem do Ceará, cenário onde a narrativa transcorre, Alencar evidenciava um patriotismo cearense, bastante difuso, à época, entre os intelectuais do Ceará, e que se dava, em certa medida, a despeito de um pretenso patriotismo nacional. Essa ambivalência aparente, contudo, se dava apenas em parte, já que, de alguma maneira, em geral, buscava-se a valorização de um passado nacional a partir da contribuição do Ceará. Alencar oferecia, com seu livro, portanto, um mito de origem para o Ceará, mas que, em certo sentido, servia também para o Brasil e para a América, de um modo geral, uma vez que a premissa do romance *Iracema*, o encontro entre o europeu e o indígena, era a alegoria perfeita para o processo de colonização do Novo Mundo.

A publicação de *Iracema* se deu, no entanto, num momento em que no Ceará vários intelectuais buscavam elaborar narrativas para o passado da província. Embora se tratasse de um texto ficcional, com uma concepção de cariz mitológico, a narrativa de Alencar se fundamentava, segundo o próprio autor, em uma pesquisa histórica. “Alencar não se cansou de afirmar que a sua fabulação vinha dos fatos”. Talvez por esse motivo tenha iniciado seu livro com um “argumento histórico”, que pretendia situar no tempo e no espaço a sua ficção. Além disso, o autor recorreu, ao longo de todo o texto, a um conjunto de notas explicativas, “evidenciando as fontes de pesquisa e”, por conseguinte, “a legitimidade da ficção”<sup>399</sup>. Assim, conforme explica Francisco Régis Lopes Ramos,

A documentação era a base da imaginação. Sem fontes, não era possível fazer a trama. Mas a trama não era simplesmente a disposição dos fatos descobertos, porque seria necessário formar imagens. Imagens literárias que, para além dos documentos, fossem capazes de atrair a alma do leitor<sup>400</sup>.

Nessa disputa pelo passado, a literatura tinha a seu favor, para além dos documentos, a capacidade de produzir imagens que apelavam diretamente à alma do leitor. Para Alencar, isso só seria possível através do romance, “única escrita capaz de juntar os fragmentos e compor a verdadeira imagem do passado, exatamente porque a ficção sabia como e por que imaginar, com critérios confiáveis e comoventes”<sup>401</sup>. Não bastava, portanto,

<sup>398</sup> ALENCAR, José de. **Iracema**. Lenda do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1985, p. 46.

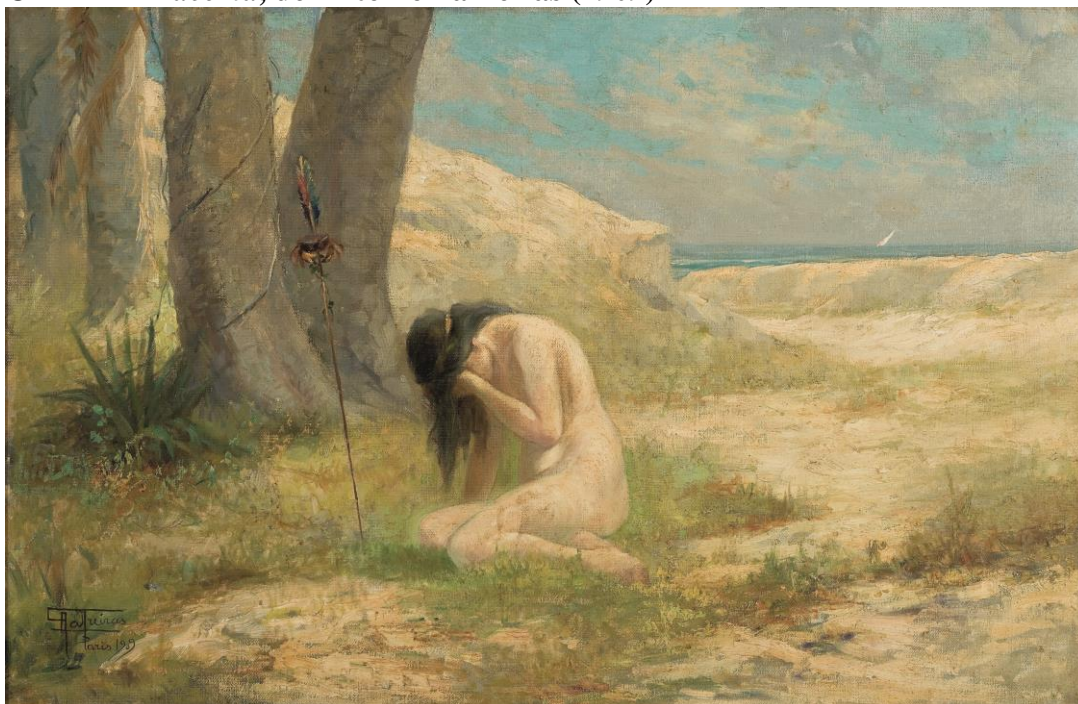
<sup>399</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography. Ouro Preto, v. 8, n. 18, pp. 160-177, 2015, p. 166.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 163.

ser confiável, era preciso, antes de tudo, comover. Para isso, o recurso utilizado pelo autor: a morte de uma das personagens principais da narrativa (bastante recorrente na literatura indianista, inclusive<sup>402</sup>), remetia para o sacrifício dos povos indígenas, necessário, segundo essa ótica, para que, em seu lugar, uma nova nação pudesse crescer. Não por acaso, o livro de Alencar começa pelo fim (de Iracema), com Martim Soares Moreno e seu filho Moacir partindo em verdes mares a bordo de uma jangada, o que por outro lado representava também o começo (do Ceará e do cearense). Assim, vê-se que, em Alencar, o problema da mestiçagem, pelo menos entre brancos e indígenas, “está domesticado, sendo incorporado à ideologia da Conciliação como ideal para a superação de conflitos entre campos antagônicos”<sup>403</sup>. Não obstante, na alternativa apresentada pelo romance de Alencar, Iracema pertence ao passado, o que demonstra, de certa maneira, uma opção do autor pelo triunfo e a continuidade da civilização europeia em detrimento dos povos indígenas.

**FIGURA 11 – *Iracema*, de Antônio Parreiras (1909)**



**Fonte:** Museu de Artes de São Paulo (MASP)

<sup>402</sup> “[...] antes de *O guarani* e *Iracema*, o autor que é o maior rival de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, já havia tratado do tema do sacrifício do índio em sua peça, ‘Cobé’, de 1850, mas sem chegar às mesmas conclusões do romancista cearense. A solução do drama já indica, todavia, uma maneira extrema, imaginada por alguns intelectuais, de como resolver metaforicamente o problema daqueles que não têm lugar definido na sociedade brasileira: a autoimolação. Na peça, o escravo Cobé, por amor a sua senhora, mata o homem ao qual ela está prometida e depois se suicida, deixando-a livre para ir atrás de seu amado. Não é difícil notar o ponto de contato maior entre ‘Cobé’, *O guarani* e *Iracema*: a devoção escrava do(a) índio(a) pelo(a) senhor(a)” RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 174.

<sup>403</sup> Ibidem, p. 172.

É importante assinalar, que a narrativa de Alencar não ficou restrita às páginas de seu livro, tampouco Iracema permaneceu no passado. Isso porque, ao longo dos anos, a história da *virgem dos lábios de mel* inspirou uma série de produções imagéticas, por sinal, das mais variadas<sup>404</sup>, que contribuíram para fixá-la ainda mais no imaginário nacional. A tela de Antônio Parreiras, por exemplo, pintada em 1909, retrata a cena final do romance, na qual a personagem aparece desolada, em meio à paisagem do Ceará, após ter sido abandonada pelo conquistador europeu. Desse modo, o pintor materializava em imagem àquilo que o escritor propusera em palavras, a saber: a questão do mito fundador.

Nesse sentido, o mito teria a função de evocar o passado. Através da imagem de Iracema, ele seria constantemente atualizado. Daí porque a personagem de Alencar está presente, ainda hoje, no espaço da cidade, monumentalizada, em diferentes lugares<sup>405</sup>.

**FIGURA 12 – Conjunto de esculturas que representam o momento da partida da família de Iracema, do artista José Corbiniano Lins (1965)**



**Fonte:** Portal G1 CE. Foto: Fabiane de Paula.

<sup>404</sup> “Do livro lançado em 1865, a personagem se espalhou entre outras linguagens artísticas. No cinema, a Índia ganhou o filme *Iracema* (1919), de Vittorio Capellaro. Depois disso, a personagem protagonizou também *Iracema* (1949), *Iracema, a Virgem dos Lábios de Mel* (1979). Nos quadrinhos, apareceu em *Edição Maravilhosa*, nº 31 em 1954, de André LeBlanc, sendo homenageada posteriormente com o título *Iracema* em *Quadrinhos* (2009), de Oscar D’Ambrosio (adaptação) e João (ilustração). Até nos jogos eletrônicos a virgem dos lábios de mel ganhou homenagens. É a heroína em *Iracema – O Game* (2005), de Anderson Guedes, e *Iracema Aventura* (2006), de Odair Gaspar” ABREU, Paulo Renato. Do imaginário popular às estátuas: a permanência da Índia de Alencar. **Jornal O Povo**. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/iracema150anos/>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>405</sup> Em Fortaleza há pelo menos três monumentos dedicados à Iracema, localizados nos bairros do Mucuripe, Iracema e Messejana.

No monumento acima, criado pelo artista pernambucano José Corbiniano Lins, instalado no bairro do Mucuripe, na capital cearense, inaugurado, em 1965, em comemoração ao centenário de publicação da obra de José de Alencar, em plena vigência da ditadura militar brasileira, vê-se representada mais uma vez a cena derradeira do romance. Assim, tem-se que “entre uma imagem e outra, entre uma matéria e outra (pedra e tinta), entre placidez e maleficência, entre morte e vida, uma mitologia foi forjada”<sup>406</sup>.

A persistência do mito fundador dá a ver a força do passado em se fazer presente, visto que é dessa maneira que ele sobrevive entre nós e, mais do que isso, que ele nos espreita. Essa presença constante também evidencia as diferentes formas através das quais o poder se materializa. Diante de tais imagens e de certos sentidos produzidos em torno do passado, é impossível não lembrar os ensinamentos de Walter Benjamin, quando diz que “Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie”<sup>407</sup>.

O romance de Alencar foi publicado na mesma época em que estava em pauta, no Ceará, a questão do suposto desaparecimento dos povos indígenas. Em 1863, o então presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, declarava, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, não haver mais índios aldeados ou bravos no Ceará. De acordo com esse documento, dos indígenas que habitaram o território cearense, uma parte fora destruída, outra emigrara para províncias vizinhas, enquanto seus descendentes, que aqui permaneceram, achavam-se completamente misturados ao restante da população. Por esse motivo, “Os respectivos patrimônios territoriais foram mandados incorporar à fazenda por ordem imperial, respeitando-se a posse de alguns índios”<sup>408</sup>. A província do Ceará foi, segundo Hugo Hruby, a primeira “do Império a negar a existência de índios inidentificáveis nas aldeias” com o claro intuito de “se apoderar das suas terras”<sup>409</sup>.

Em *História da província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, ao tratar da expropriação de terras indígenas, durante o processo de colonização, Tristão de Alencar Araripe defende, através de argumentos jurídicos, a legalidade de tais procedimentos:

<sup>406</sup> BRAÚNA, Dércio. **Tentações de sapateiro**: o cerco da história na operação ficcional de José Saramago ou de como um “historiador falhado” disse não a uma “história acreditada” e fez pensar uma “história nova”. Fortaleza: Editora do autor, 2023, p. 18.

<sup>407</sup> BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 13.

<sup>408</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente d’esta provincia, no dia 1º de outubro de 1862, por ocasião da instalação da mesma Assembléa. Ceará, Typ. de B. de Mattos, 1863, p. 20.

<sup>409</sup> HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p. 42.

A nova raça, que avassalava o território brasileiro, não procedia contra a justiça, ocupando, e apropriando terras incultas e desaproveitadas; porque a propriedade simplesmente fundada na posse, e ocupação, e não legitimada pelos característicos da habitação permanente e cultura efetiva, não podia, segundo as regras do direito civil e do direito das gentes, obstar, que o homem civilizado se apoderasse d'essas terras, e as beneficiasse, adquirindo assim um título estavel e seguro de propriedade<sup>410</sup>.

Ao se posicionar dessa maneira, Araripe acabava por endossar a expropriação dos territórios indígenas, não só no passado como também no presente. Tanto o relatório do presidente de província quanto os argumentos do historiador iam ao encontro dos interesses da *classe senhorial* cearense, especialmente, no que dizia respeito à ampliação de suas possessões fundiárias. Através dos cargos que ocupavam na administração pública da província, esses potentados locais intensificavam a legalização da espoliação das terras indígenas. “A alegação era a mesma da burocracia estatal: abandono das aldeias por parte dos índios e a mistura com os civilizados”<sup>411</sup>. Vê-se, portanto, que a tese da extinção dos povos indígenas no Ceará não se deu por acaso. Embora não fosse exatamente uma novidade, visto que, “desde os tempos coloniais, os poderes instituídos já anunciavam o desaparecimento dos índios por ação da catequese e da civilização”, o relatório de 1863 pode ser considerado um marco fundamental para a consolidação da tese do desaparecimento. Segundo Ticiania de Oliveira Antunes, três fatores teriam ajudado a cristalizar a importância desse documento:

[...] O primeiro, de ordem mais abrangente, está ligado ao projeto ideológico e político de consolidação do Império brasileiro: a construção do estado nacional. O segundo, de ordem mais específica, mas também em decorrência do primeiro, tem relação com a mudança na perspectiva fundiária, ou seja, com o objetivo de centralizar o imenso Império, tornou-se uma das metas do governo controlar e regularizar a situação fundiária no Brasil. Com este intuito foi aprovada a Lei de Terras em 1850, onde a principal consequência foi tornar a terra um bem capital, só adquirido por intermédio contratual. Por último, de ordem mais específica, diz respeito à situação econômica do Ceará, que conheceu o boom da sua produção algodoeira e de seu desenvolvimento material no momento em que se tornou um dos principais exportadores do produto para o mercado externo, já que o líder mundial, os Estados Unidos, sofriam com a Guerra de Secessão entre os anos de 1861 a 1865<sup>412</sup>.

A inserção do Ceará, como núcleo agroexportador, na economia capitalista de mercado, ensejou um crescimento significativo das demandas por terras cultiváveis, através das quais as elites agrárias esperavam promover, a todo custo, o aumento da produtividade e,

<sup>410</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, pp. 78-79.

<sup>411</sup> ANTUNES, Ticiania de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**. Porto Alegre, vol. 4, n. 10, pp. 8-27, 2012, p. 18.

<sup>412</sup> Ibidem, pp. 18-19.

por conseguinte, dos lucros com as exportações para a Europa, em especial, para a Inglaterra. Foi nesse contexto, portanto, de desenvolvimento econômico, que as investidas contra as terras indígenas se intensificaram no Ceará. Para isso, a atuação intelectual foi de fundamental importância, na medida em que os estudos e os discursos científicos da época contribuiriam para negar a existência de povos indígenas no Ceará. No relatório de 1863, por exemplo, Figueiredo Junior chega a afirmar que as informações sobre a extinção dos aldeamentos na província foram fornecidas, em ofício de 21 de julho de 1862, pelo diligente autor da estatística. Embora não cite nenhum nome, acreditamos que ele estivesse se referindo a Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, que, nessa mesma época, estava prestes a publicar o seu *Ensaio estatístico da província do Ceará*.

Em seu estudo, Pompeu se refere a essa questão quando trata dos terrenos incultos da província. Segundo definição do autor, “terras incultas e devolutas são aquellas que *não foram ainda occupadas ou possuidas por ninguém*, ou que tendo-o sido *foram abandonadas*, e como taes aproveitadas na forma da lei de 18 de setembro de 1850”<sup>413</sup> (Grifos nossos). Essa interpretação da Lei de Terras<sup>414</sup>, mencionada por Pompeu, era completamente desfavorável aos povos indígenas, pois, a partir da concepção vigente que entendia a terra como um bem capital, o uso coletivo da terra passou a ser preterido como indicativo de propriedade.

Com a emancipação política e a inserção do Brasil no liberalismo iniciou-se um processo de transformação na concepção acerca da terra e de seus usos: a terra passou a ser vista como bem capital, uma propriedade com valor de mercado. Dessa forma o regime de posse coletiva que regia os aldeamentos tornou-se um descompasso na prática política e jurídica, surgindo assim as tensões e os conflitos em torno da questão fundiária. Para se possuir uma terra era preciso adquirir, por vias cartoriais, um título. Essa obrigatoriedade dificultou e muito a comprovação dessas posses comunais e também a regularização das terras pertencentes aos pobres<sup>415</sup>. (Grifos nossos)

Como as elites não conseguiam ignorar o fato de que a lei de 1850, contraditoriamente, reconhecia o direito dos povos indígenas à posse ancestral da terra, enquanto vivessem nela. Passaram a ignorar a existência desses sujeitos sob os argumentos de extinção e de assimilação. Somado a isso, as incursões violentas às terras indígenas, empreendidas por grupos armados formados por jagunços, obrigavam esses povos, quando

<sup>413</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997, p. 557.

<sup>414</sup> [...] “O aviso nº 172 de 21 de outubro de 1850 manda incorporar aos proprios nacionaes as terras dos indios, que já não vivem aldeados, as quaes se devem considerar devolutas, e como taes aproveitadas na forma da lei de 18 de setembro de 1850 [...]” *ibidem*, p. 558.

<sup>415</sup> ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**. Porto Alegre, vol. 4, n. 10, pp. 8-27, 2012, p. 16.



não podiam mais resistir aos ataques, a se deslocarem para outras regiões, o que acabava por resultar, segundo estabelecia a lei, no abandono das terras, que passavam, com isso, a condição de devolutas, sendo incorporadas, num primeiro momento, à fazenda imperial.

Em *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, Pedro Théberge também reitera a tese do desaparecimento dos povos indígenas. Depois de elencar, segundo seus usos e costumes, as diferentes etnias que habitavam o Ceará na época da colonização, diz ele:

Estas foram as tribus mais conhecidas e cujos nomes encontrei nos diversos documentos que consultei. *Todas ellas desapareceram completamente*, ou pela *perseguição dos invasores*, ou pelos *efeitos de nossa civilização* que não convinha á sua natureza, ou enfim pelas *molestias epidemicas que lhes trouxemos da Europa*, como a bexiga, o sarampo, e outras que os decimou repetidas vezes<sup>416</sup>. (Grifos nossos)

É fato que a colonização promoveu um verdadeiro genocídio das populações indígenas, não só no Ceará e no Brasil, mas em todo o Novo Mundo, tanto através das armas quanto das doenças. No caso do Ceará, por exemplo, esse processo se intensificou entre os séculos XVII e XVIII, naquela que ficou conhecida como a Guerra dos Bárbaros<sup>417</sup>. Não obstante, ao afirmar que todas as etnias que habitavam o Ceará desapareceram, durante o período colonial, Théberge acabava contribuindo para o processo de invisibilização das populações remanescentes. Negar a existência dos povos indígenas significava, no fim das contas, negar a própria possibilidade de que esses sujeitos exercessem os seus direitos.

Na trama urdida por Alencar, em *Iracema*, o colonizador Martim Soares Moreno é eleito o “verdadeiro fundador” do Ceará, que, por esse motivo, “deve honrar sua memória como a de um varão prestante”<sup>418</sup>. Mais do que fundador do Ceará, Martim é o pai do “primeiro cearense”<sup>419</sup>. Como se sabe, a questão das origens não se restringia à ficção. Em *História da província do Ceará*, ao se referir a Martim Soares Moreno, Araripe usa

<sup>416</sup> THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001, p. 7.

<sup>417</sup> “A Guerra dos Bárbaros, iniciada no que chamamos aqui as Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679), marcou o destino da América portuguesa e das civilizações indígenas que resistiam a sua expansão. Na verdade, mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência. Estes conflitos envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do *sertão norte*, o atual Nordeste interior do Brasil, que compreende a grande extensão de terras semi-áridas do leste do Maranhão até o norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco), englobando parte do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco” PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil*. (1650-1720). São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002, p. 13. (Grifo do autor)

<sup>418</sup> ALENCAR, José de. *Iracema*. Lenda do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1985, p. 50.

<sup>419</sup> Ibidem, p. 187.



praticamente as mesmas palavras que seu primo: “o verdadeiro fundador do Ceará, que deve honra a memória d’esse varão prestante como lançador da primeira pedra da grandeza futura do nosso torrão cearense”<sup>420</sup>. A opção, tanto na história quanto na ficção, pela figura do colonizador, como o fundador do Ceará, é bastante emblemática, na medida em que não deve ser dissociada da forma como a questão indígena vinha sendo tratada pelos intelectuais brasileiros. No caso de Alencar e Araripe, segundo Francisco Régis Lopes Ramos:

Mesmo reconhecendo que o Brasil precisava civilizar-se, a relação dos escritos de Alencar e Araripe com a colonização portuguesa era ambígua. Em certos momentos, elogiavam, em outros quase chegavam a dizer que foi um mal necessário e, quando criticavam o massacre sofrido pelos índios, entendiam que foi mesmo um mal desnecessário<sup>421</sup>.

A ambiguidade não se dava, no entanto, apenas em relação à colonização portuguesa, mas também no que dizia respeito aos povos indígenas, ora vistos como símbolos da nação, ora como obstáculos ao avanço da civilização. O que determinava o papel que o indígena desempenharia na história era, na maioria das vezes, o nível de interação e colaboração com os portugueses. Quanto mais resistiam à colonização mais eram considerados bárbaros e incivilizados. Se a violência dos colonizadores foi, por vezes, desaprovada pelos letrados, a resistência indígena também foi vista como mera insubmissão.

Nesse processo de instituição das origens e dos personagens que deveriam figurar na história do Ceará, Alencar e Araripe também chegam a defender, em uníssono, a origem cearense do indígena Antônio Felipe Camarão<sup>422</sup>. No argumento histórico de *Iracema*, escreve Alencar, “Há *uma questão histórica* relativa a êste assunto: falo da *pátria do Camarão*, que um escritor pernambucano quis pôr em dúvida, *tirando a glória ao Ceará para dar a sua província*”<sup>423</sup> (Grifos nossos). Dois anos depois, em *História da província do Ceará*, Araripe retoma esse assunto: “Convém aqui falar de *uma questão histórica*. O *heróe da guerra olandeza* Antonio Felipe Camarão foi sempre *reconhecido por natural da serra da Ibiapaba*; todavia, *ultimamente duvidou-se d’essa naturalidade afim de transferil-a do Ceará para*

<sup>420</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, p. 87.

<sup>421</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 35.

<sup>422</sup> Nascido, por volta de 1591, na Aldeia Velha de Igapó, na capitania do Rio Grande (atual Rio Grande do Norte). Antônio Felipe Camarão é o nome cristão de Poti, indígena da etnia Potiguar, catequizado pelos jesuítas, que se notabilizou na defesa do território da América portuguesa, notadamente no episódio da expulsão dos holandeses do Brasil. Pelos serviços prestados em diversas batalhas, Felipe Camarão recebeu várias honrarias, ao longo da vida, entre elas, o brasão das armas com a patente de Capitão-mor dos índios, concedido, em 1633, pelo rei Filipe II da Espanha (Filipe I de Portugal). Tanto o nome de Felipe Camarão quanto o de sua esposa e companheira de batalhas, Clara Camarão, foram escritos no Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria.

<sup>423</sup> ALENCAR, José de. **Iracema**. Lenda do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1985, p. 50.

*Pernambuco*”<sup>424</sup> (Grifos nossos). A disputa pelo passado era, ao mesmo tempo, uma disputa pelos personagens. Mas não qualquer personagem. “Era uma questão de honra acreditar que o Ceará fora o berço de Camarão, índio que, conforme se imaginava, tornou-se um homem civilizado e, além disso, ajudou a expulsar os holandeses do Brasil”<sup>425</sup>.

**FIGURA 13 – Estudo para “Batalha dos Guararapes”: Felipe Camarão, de Victor Meirelles de Lima (1874-1878)**



**Fonte:** Museu Victor Meirelles.

Essa disputa em torno do local de nascimento de Felipe Camarão mobilizou diferentes intelectuais da época a tomarem parte no debate. Através de “diversas linhas de argumentação e apropriação de diferentes documentos, basicamente relatos e crônicas produzidas no período colonial”, esses intelectuais buscavam “provar o pertencimento de Felipe Camarão a uma dada província”<sup>426</sup>. Mas por que razão Felipe Camarão se tornou objeto de tantas disputas? De acordo com a historiadora Armelle Enders, para compreender

<sup>424</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, p. 95.

<sup>425</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 8, n. 18, pp. 160-177, 2015, p. 165.

<sup>426</sup> COSTA, Bruno Balbino Aires da. A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 26, pp. 1-15, 2019, p. 2.

essa questão é preciso compreender antes a importância que a guerra contra os holandeses passou a ter para a historiografia brasileira do século XIX.

Nesse episódio, com efeito, convergem todos os ingredientes do romance nacional que se tenta escrever. E o primeiro a se prestar perfeitamente à leitura protonacional aplicada ao período anterior à independência. *Contra o "invasor" estrangeiro, o sentimento comum da pátria mobiliza as "três raças" e as incita ao heroísmo*. Essa moral é resumida pela primeira batalha dos Guararapes, em que se distinguiram as figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias<sup>427</sup>. (Grifos nossos)

Para Armelle Enders, Felipe Camarão se converteu, por força do indianismo, no principal beneficiado do episódio que marcou a expulsão dos holandeses do Brasil, visto a posteriori como um dos eventos fundadores da identidade nacional, uma vez que contou com a participação de representantes das “três raças” formadoras da nação. Foi nesse contexto, portanto, que Felipe Camarão passou a ser considerado uma verdadeira unanimidade entre os intelectuais brasileiros. “Os autores indianistas” viam “nele a confirmação dos fundamentos de suas convicções”, enquanto os “autores hostis ao culto da herança ameríndia, como Varnhagen”, percebiam “nele a prova de que o bárbaro” era “corrigível”<sup>428</sup>. Isso explicaria as disputas entre as províncias de Pernambuco, Ceará e, posteriormente, Rio Grande do Norte pela naturalidade de Felipe Camarão. “Reivindicar a naturalidade desses heróis era uma estratégia intelectual, pois evidenciaria a primazia e a centralidade de uma determinada província na memória histórica da nação”<sup>429</sup>.

Em meio a essas disputas em torno dos heróis do passado, a questão indígena despontou como objeto privilegiado de diferentes interesses: históricos, políticos e econômicos<sup>430</sup>. Se por um lado, a temática indígena foi fundamental na formação de uma literatura que se pretendia verdadeiramente nacional, com seus mitos de origem e proposições acerca da identidade nacional. Por outro, contribuiu igualmente para a consolidação do IHGB como a principal instituição cultural e intelectual brasileira no século XIX, na medida em que ensejou inúmeras pesquisas em diferentes campos de saber, entre eles o da história. Isso se verifica, por exemplo, na prevalência dos estudos sobre os povos indígenas entre os intelectuais daquela instituição. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, “Trabalhos e

<sup>427</sup> ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, pp. 41-62, 2000, p. 48.

<sup>428</sup> Ibidem.

<sup>429</sup> COSTA, Bruno Albino Aires da. A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 26, pp. 1-15, 2019, p. 3.

<sup>430</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 144.

fontes relativos à questão indígena” ocuparam “indiscutivelmente o maior espaço” na sua revista, “abordando os diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua, assim como” as “diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho”<sup>431</sup>. Esse interesse expressivo, no entanto, não se refletia em ações governamentais em favor dos povos indígenas. Muito pelo contrário. Esses documentos eram o resultado daquilo que Michel de Certeau nomeou por *escrita conquistadora*<sup>432</sup>. Através dela, “Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob a condição de se calarem para sempre”<sup>433</sup>.

### 3.3 Da invisibilidade social do negro no Ceará ao discurso do pioneirismo na abolição

Se o indígena ocupou um papel central, ainda que de maneira exótica e mítica, nos estudos que se dedicavam ao passado nacional, o mesmo não se pode dizer do negro. A despeito da proposta de von Martius, no que tange a mescla das três raças, em geral, os negros foram deliberadamente excluídos dos trabalhos produzidos sobre o processo de formação da nação. A ausência do negro na escrita da história nacional evidencia, por sua vez, a presença de um projeto ideológico baseado em critérios exclusivamente raciais. “No Brasil, a ideia de raça invariavelmente serviu à inferiorização e exclusão do negro, fosse ele escravo ou livre”<sup>434</sup>. No caso do Ceará, especificamente, isso fica ainda mais evidente, uma vez que a historiografia local buscou minimizar a presença negra na província.

Durante muito tempo sustentou-se a tese de que no Ceará não havia negros. Isso porque, em relação ao restante do Brasil, o número de africanos escravizados na província foi bastante reduzido. Segundo Joaquim Catunda, um dos membros fundadores do Instituto do Ceará, “as condições agrícolas [...] nunca solicitaram grande número de braços negros”<sup>435</sup>. Essa ideia se baseava, fundamentalmente, no fato da ocupação do Ceará ter se dado através da

<sup>431</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988, p. 20.

<sup>432</sup> “o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a escrita conquistadora. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um corte entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental. A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica” CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020, p. 11.

<sup>433</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>434</sup> PIMENTA, João Paulo. **Formação da nação brasileira**. São Paulo: Contexto, 2024, p. 175.

<sup>435</sup> CATUNDA *apud* OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001, p. 119.

pecuária extensiva, que não demandava grandes planteis de escravizados, como ocorria, por exemplo, com as grandes lavouras agrícolas. De acordo com Eurípides Funes e Frank Ribard:

Desde o processo da ocupação colonial, uma configuração social, diferenciada das sociedades do engenho, foi-se desenhando no Ceará, exigindo pouca mão de obra cativa, contando desde o início com a força de trabalho do nativo e um estilo de vida que não foge ao padrão encontrado em outras regiões tidas como economicamente periféricas<sup>436</sup>.

Ainda assim, segundo os mesmos historiadores, a evidência de “mão de obra escravizada no Ceará se fez presente em todos os campos de trabalho, seja no espaço rural ou urbano, marcada pela existência de escravarias pequenas, de um a cinco escravizados”<sup>437</sup>. Essas particularidades, do modelo escravagista cearense, contribuíram para a difusão de discursos que buscavam negar a herança africana na formação social do Ceará. Nesse sentido, outro aspecto importante, que deve ser levado em consideração, diz respeito ao “impacto do tráfico interprovincial, em particular depois da década de 1860”, visto que se configuraria como um dos principais responsáveis pelo “declínio da escravidão no Ceará”<sup>438</sup>.

Com a proibição do tráfico atlântico no Brasil, em 1850, em virtude da Lei Eusébio de Queirós, “aconteceu o reajustamento das práticas escravistas, que tiveram, no comércio interno meio de continuar sobrevivendo”<sup>439</sup>. Esse processo foi agravado pela grande seca de 1877-1879, que intensificou ainda mais o tráfico interprovincial. “No redesenho da segunda metade do século XIX, o Ceará é lugar de saída de mão-de-obra escrava para o sudeste, em particular para a zona cafeeicultora e, em menor escala, para o Norte do país”<sup>440</sup>. A queda acentuada do número de cativos na província acabou sendo usada como um indício da ausência de negros no Ceará. Essa ideia perversa reduzia ser negro à condição de escravizado.

Enquanto as primeiras narrativas historiográficas, publicadas entre os anos de 1859 e 1869, deram pouca atenção à questão da escravidão no Ceará, o que demonstra que o tema ainda não ensejava debates mais profundos entre os intelectuais cearenses, nas narrativas publicadas, posteriormente, com a retomada da produção intelectual, após a seca de 1877-1879, é possível notar uma maior incidência de temáticas ligadas à escravidão.

<sup>436</sup> RIBARD, Frank; FUNES, Eurípides A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”. In: FUNES, Eurípides A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (orgs.). **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 19.

<sup>437</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>439</sup> FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catimna minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirú”**: o Ceará no tráfico interprovincial (1850 -1881). Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2005, p. 54.

<sup>440</sup> Ibidem, p. 55

Para além do argumento quantitativo, que visava diminuir a importância da presença da escravidão na sociedade local, outra marca desta historiografia é a representação de um escravismo brando, que permaneceu por um bom tempo no imaginário cearense<sup>441</sup>. Contudo, basta uma leitura atenta dos jornais da época para perceber que tal ideia não se sustenta. A presença, nesses periódicos, de anúncios que ofereciam recompensas pela captura de fugitivos era bastante recorrente, como se pode lê, por exemplo, n' *O Cearense* de 1849:

Fugio do abaixo assignado um cabra de nome Damiaão, baixo, *sem naris, pès cheios de bixo*, e largos adiante, *com signaes de xicote assim nas costas como nas nadegas*; *fugio no dia dez do corrente sem motivo algum*; leva camisa de algodão da terra, e humas seroulas vêlhas; o abaixo assignado como seo senhor pagará a quem o trazer à sua satisfação.

Ceará 17 de Junho de 1849.

O Padre Antonio de Castro Silva<sup>442</sup>. (Grifos nossos)

As descrições dos corpos dos fugitivos visavam facilitar a identificação e a captura destes. Hoje, são elas que nos permitem perceber o quanto esses corpos eram maltratados. No caso citado acima, vê-se que a condição física do escravizado, de nome Damião, era completamente degradante: sem nariz, os pés repletos de bichos, enquanto as costas e nádegas traziam os sinais do chicote. Na maioria dos anúncios, têm-se a descrição de corpos mutilados, sem dedos, sem dentes, cegos de um olho, mancos de uma das pernas, corcundas e com inúmeras cicatrizes espalhadas por todo o corpo. Essas marcas eram resultado tanto de jornadas exorbitantes de trabalho, que podiam chegar a dezoito horas por dia, quanto dos castigos infligidos às carnes e às mentes. Para os senhores, essa seria uma condição natural, suportável, que não configuraria por si só um motivo para fugas. Entretanto, a recorrência de anúncios, que ofereciam recompensas pela captura de fugitivos, mostra que a fuga era um recurso bastante utilizado, pelos escravizados, no enfrentamento aos maus-tratos e às péssimas condições de vida a que eram submetidos<sup>443</sup>. Quando estive no Ceará, por

<sup>441</sup> RIBARD, Frank; FUNES, Eurípedes A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”. In: FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (orgs.). **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 20.

<sup>442</sup> Jornal O Cearense, nº 247, 25 de junho de 1849.

<sup>443</sup> A ideia de uma escravidão “mais branda” também foi difundida sobre o Brasil, de modo geral, sobretudo, em comparação à condição dos escravizados do Sul dos Estados Unidos. Para Lilia Moritz Schwarcz, no entanto, os escravizados no Brasil não só enfrentaram condições de trabalhos e castigos mais severos, como também estabeleceram maior resistência ao sistema escravocrata. “Por aqui – e contrariando a ladainha que descreve um sistema menos severo – escravizados e escravizadas reagiram mais, mataram seus senhores e feitores, se aquilombaram, suicidaram-se, abortaram, fugiram, promoveram insurreições de todo tipo e revoltas dos mais diferentes formatos. Também negociaram seu lugar e condição, lutando para conseguir horas de lazer, recriar seus costumes em terras estranhas, cultuar seus deuses e realizar suas práticas, cuidar de suas lavouras, e tratarem de preservar suas famílias e filhos” SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 29.

exemplo, Francisco Freire Alemão tomou nota, em seu diário de viagem, de cenas de extrema violência e crueldade, praticadas por senhoras locais contra jovens escravizadas:

*14 de setembro: Logo de manhã se nos apresenta aqui uma parda cativa de outra filha do boticário e casada, e mora aqui perto de nós: esta mulher é uma fera; surra por prazer, martiriza as escravas, parece que já matou uma com martírios (a irmã falecida). A mãe da mocinha de quem há pouco falamos era outra fera, essa queimava as escravas metendo-lhes tições acesos pelo rosto e pelo corpo; isto tem já provado cenas desagradáveis, mas não há emenda. Já na capital havia outra destas feras que martirizou uma negrinha, no quintal, para o qual botava o fundo da casa em que morávamos, parecia que metia na boca da rapariga uma mordaca e dava-lhe pancadas todos os dias à hora certa; era uma festa em casa, vindo os filhos pequenos, meninos e meninas, rodearam a padecente, darem-lhe também pancadas. [f. 49] Esta cena durava tempo, as pancadas eram compassadas e intermediadas de ralhos da fera e de risadas das crianças. Isto me incomodou sobremaneira, porque do meu quarto se ouviam as pancadas, gritos e risadas, e os gemidos da paciente: muitas vezes descia para sala, outras tinha vontade de avisar a polícia, mas não o fazia por não ter a certeza de que haveria castigo (alguma coisa haveria depois)<sup>444</sup>. (Grifos nossos)*

As cenas descritas por Freire Alemão, em seu diário de viagem, apesar do incômodo que parecem ter causado no naturalista, não eram cenas incomuns, fora da rotina de sevícias estabelecidas dentro da ordem escravocrata, ao contrário, essas cenas constituíam o cerne das relações hierárquicas entre senhores e escravizados. Através do relato de Alemão, pode-se perceber, inclusive, como as próprias crianças brancas eram estimuladas a participarem dos atos de tortura contra os escravizados. Nesse sentido, como é possível afirmar que relações mediadas por tamanha violência, de alguma maneira, possam ter sido mais brandas? Tal concepção, assim como a negação da existência de negros no Ceará, constituiu outra forma de violência, aparentemente mais sutil, tendo em vista o caráter simbólico, mas não menos eficiente, uma vez que resultou na estigmatização, na invisibilização e na exclusão social dessa parcela da população cearense.

Na segunda metade do século XIX, o Ceará viveu um contexto de efervescência intelectual, bastante significativo, com a atuação da autônoma “Mocidade Cearense”. Tratava-se, pois, do “grupo que participou das campanhas em prol do racionalismo filosófico e do movimento abolicionista, entre as décadas de 1870 e 1880, com a Academia Francesa, Sociedade Libertadora Cearense, Centro Abolicionista e Clube Literário. Boa parte fundou também o Instituto do Ceará, a Academia Cearense e o Centro Literário”<sup>445</sup>. Entre os jovens intelectuais, vinculados a essas agremiações, podemos citar: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil

<sup>444</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, pp. 71-72.

<sup>445</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 41-72, 2002, p. 45.

(filho), Capistrano de Abreu, Guilherme Studart, Tristão de Alencar Araripe Júnior, Paulino Nogueira e Antônio Bezerra de Menezes. A maioria desses intelectuais era oriunda das famílias mais abastadas da província do Ceará e desfrutavam de uma maneira ou de outra de privilégios advindos do poder econômico e político. Isso não impediu essa geração de questionar “veementemente setores mais tradicionais da sociedade local como a Igreja Católica”<sup>446</sup>, conforme fez a Academia Francesa, entre os anos de 1873 e 1875, nem de lutar pela abolição da escravidão, através da Sociedade Libertadora Cearense, fundada em 1880.

Influenciados pelas ideias de Buckle, Spencer, Taine, Conte, Darwim, Littré, dentre outros, os intelectuais cearenses buscaram, através do cientificismo, do evolucionismo, do determinismo climático e do positivismo, interferir no meio social, no qual estavam inseridos, a fim de transformá-lo. Não se tratava, no entanto, de uma transformação da estrutura social, na qual ocupavam lugares privilegiados, mas de apontar os caminhos para a superação, segundo acreditavam, à época, do “atraso” material e moral “herdado” da escravidão, tendo sempre como ideal as realizações e o progresso da sociedade branca europeia. Desse modo, passou a vicejar a ideia, a partir de uma interpretação evolucionista da sociedade, de que a superação da seca de 1877-1879 representava a adaptação do povo cearense diante de uma natureza hostil e das adversidades impostas por ela. “Tal adaptação era apresentada pelos letrados de Fortaleza estando relacionada à miscigenação das ‘raças’, branca e indígena principalmente, que teria contribuído para a formação física e moral de um tipo humano diferenciado”<sup>447</sup>. Enquanto autores europeus, como Agassiz e Gobineau, consideravam a miscigenação um fator negativo, uma vez que contribuiria para a degeneração da raça branca, os intelectuais cearenses buscaram adaptar essas teorias para a realidade local.

Nessa perspectiva, a seca foi vista como uma etapa na evolução social do Ceará e o cearense como o tipo biológico ideal para realizá-la a partir da abolição da escravidão na província. Essa relação entre superação da seca e abolição da escravidão passou a ser difundida como traços que caracterizariam a identidade cearense. Segundo João Brígido: “quando sobreveio a calamidade de 1877, 1878 e 1879, *capaz de exterminar todo outro povo que não fôsse o do Ceará, espécie de Anteu da fábula que caindo, se revigorava ao contacto da terra*”<sup>448</sup> (Grifo nosso). No contexto das comemorações pela abolição da escravidão no Ceará, João Brígido publicou, na *Gazeta do Norte*, um texto no qual estabelecia essa relação.

<sup>446</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 41-72, 2002, p. 47.

<sup>447</sup> FONSECA, Jamily Marciano. As ideias científicas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, pp. 12-28, 2014, p. 20.

<sup>448</sup> CARVALHO, Jäder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969, p. 535.



No Ceará, por um destino, que não se desmentiu jámais, toda calamidade foi sempre um passo á frente. A seca de 1792 foi seguida do plantio do algodão e da fundação do commercio directo; a de 1825 deu incremento á cultura da cana; a de 1815 fez desenvolver-se a açudagem da província; a de 1877-1879 finalmente acabou com os captivos; a prova de que não ha mal, que a vontade humana não supére, e os infortunios de um povo quasi sempre lhe despertam uma faculdade, que dormitava<sup>449</sup>.

Na concepção de João Brígido, compartilhada por vários intelectuais da época, diante dos rigores da natureza, a população cearense “lutaria pela sobrevivência e encontraria condições de inovar a sociedade e produzir melhoramentos que a tornasse civilizada”<sup>450</sup>. Nesse aspecto, o Ceará despontava como um exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil. Na mesma edição da *Gazeta do Norte*, João Lopes<sup>451</sup> também exaltava a realização do Ceará:

A patria brasileira attinge hoje um novo estadio no caminho encetado para a civilização. A terra Cearense realiza o facto mais decisivo de sua evolução, marca o ponto culminante da historia nacional.

A eliminação do escravo na terra de José d'Alencar é um acontecimento tao grande em sua manifestação pura e simples, quanto complexo em suas ultiores consequências.

[...]

A libertação dos escravos n'esta provincia significa a extinção do escravo no paiz. O Ceará arrasta facilmente o norte por homogeneidade psychica; o sul pela fatalidade mathematica das leis da força<sup>452</sup>. (Grifos nossos)

No texto de João Lopes é possível perceber que a abolição da escravidão não era vista como um mecanismo para a inserção dos negros na sociedade, mas como a oportunidade de apagar os traços africanos da população do Ceará e, por conseguinte, de todo o Brasil:

É o sol que doira hoje as pompas das nossas festas que levará presa de seus raios muita esperança e muita luz para as regiões ainda empretecidas pelo esclavagismo bárbaro, envenenado, que nos atrophia as energias d'alma.

Justo orgulho devem sentir os libertadores cearenses ao escrever a phrase final d'este curto capitulo da historia do Brazil.

Nenhuma porção da familia brasileira fez mais pela patria e pela humanidade.

Foram elles quem completou (sic) a obra da independencia politica do paiz, foram elles quem organizou (sic) a verdadeira jornada para o progresso.

<sup>449</sup> Jornal Gazeta do Norte, nº 64, 25 de março de 1884, p. 2.

<sup>450</sup> FONSECA, Jamily Marciano. As ideias cientificistas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, pp. 12-28, 2014, p. 26.

<sup>451</sup> “deputado da província em 1854, professor e jornalista, iniciou os estudos em Direito na Faculdade de Recife, mas logo teve de retornar à terra natal devido às dificuldades financeiras, contribuiu com a fundação da sociedade Phoenix Estudantil, participou da Academia Francesa, foi redator dos jornais *Fraternidade*, *Gazeta do Norte*, *Cearense*, colaborou no *Libertador*, foi um dos fundadores do Clube Literário, tendo colaborado em seu órgão, a revista *A Quinzena*, bem como no jornal *O Domingo*, no *Estado do Ceará*, n'A *República* e em outros periódicos de várias cidades do Brasil” Ibidem, p. 24.

<sup>452</sup> Jornal Gazeta do Norte, nº 64, 25 de março de 1884, p. 2.

*Quando, amanhã, o sangue caucasico, atrahido pela abolição, tiver trazido seiva sadia ao nosso solo e os milagres do trabalho livre tiverem dignificado o lugar do Brazil nas grandes officinas da industria moderna, o nome cearense fulgirá deslumbrante na memoria das gerações para as quaes estamos preparando uma patria livre.*

É quanto basta como recompensa para um povo tão excepcionalmente forte e digno<sup>453</sup>. (Grifos nossos)

Como observa Jamily Marciano Fonseca, João Lopes defendia “a entrada de trabalhadores europeus no país e no Ceará após a libertação dos escravos, cuja mão de obra, branca e livre, traria a nutrição que ‘ajudaria’ o país e a província a se modernizarem, inserindo-os no mundo ‘civilizado’”. Na visão de João Lopes, não bastava abolir a escravidão, era preciso estimular o trabalho livre a partir da imigração europeia.

Assim, o autor dispensou a mão de obra liberta e compartilhou a ideia que foi posta em prática após a abolição: os imigrantes europeus além de contribuir para o progresso da nação, se misturariam ao povo, embranquecendo-o; e o lugar do Ceará nesse processo seria o de ter preparado um Brasil livre, ao ser a primeira província a se libertar da escravatura<sup>454</sup>.

Essa interpretação que se fez da abolição da escravidão, na província do Ceará, buscava enfatizar o protagonismo dos cearenses na luta em favor da causa da liberdade. Isso porque, segundo alguns intelectuais, a abolição da escravidão seria a prova cabal da singularidade do povo cearense, na medida em que demonstrava, com essa atitude, o quanto estava apto à evolução moral e ao progresso material. Desse modo, a abolição entrou para o rol dos “feitos heroicos do Ceará”<sup>455</sup> e passou a figurar entre os temas fundadores da identidade cearense. A historiografia produzida, a partir de então, teve um papel fundamental na conformação de um sentimento de contraste em relação ao restante do Brasil, por ser o Ceará “uma terra de homens livres, uma vez que a libertação dos trabalhadores escravos não havia ocorrido em outros locais do império”<sup>456</sup>.

O início do movimento abolicionista no Ceará se deu, efetivamente, em 8 de dezembro de 1880, com a criação da Sociedade Cearense Libertadora. Em 1 de janeiro de 1881, foi criado o jornal *Libertador*, órgão dedicado a divulgação das ideias abolicionistas na

<sup>453</sup> Jornal Gazeta do Norte, nº 64, 25 de março de 1884, p. 2.

<sup>454</sup> FONSECA, Jamily Marciano. As ideias cientificistas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, pp. 12-28, 2014, p. 24.

<sup>455</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 41-72, 2002, p. 52.

<sup>456</sup> FONSECA, Jamily Marciano. As ideias cientificistas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, pp. 12-28, 2014, p. 25.

província. Segundo Camila de Sousa Freire, os abolicionistas cearenses passaram de uma atuação mais radical num primeiro momento para uma postura mais conservadora ao final.

Inicialmente os abolicionistas se declaravam radicais, organizando greves e facilitando fugas de escravos. Posteriormente, passaram a utilizar a propaganda para convencer os senhores a libertarem seus escravos, buscaram meios de comprar alforrias e defenderam que os escravos da província fossem libertados sem desordem ou revoltas<sup>457</sup>.

Conforme explica a autora, entre 1880 e 1884, os abolicionistas cearenses foram adaptando suas práticas e discursos de acordo com a conjuntura e o desenrolar do movimento<sup>458</sup>. Uma das primeiras ações organizadas pela Sociedade Cearense Libertadora em parceria com os jangadeiros, responsáveis por transportar os cativos da praia até os navios, foi uma paralisação no porto de Fortaleza, que ficou conhecida como greve dos jangadeiros e se tornou um marco fundamental na luta pela abolição da escravidão no Ceará. Nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, os jangadeiros, liderados pelo prático-mor da Barra Francisco José do Nascimento (futuro Dragão do Mar), se recusaram a embarcar os cativos que seriam vendidos para outras províncias. Ladeados por uma multidão, que se encontrava reunida na praia, teriam gritado em alto e bom som: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”<sup>459</sup>.

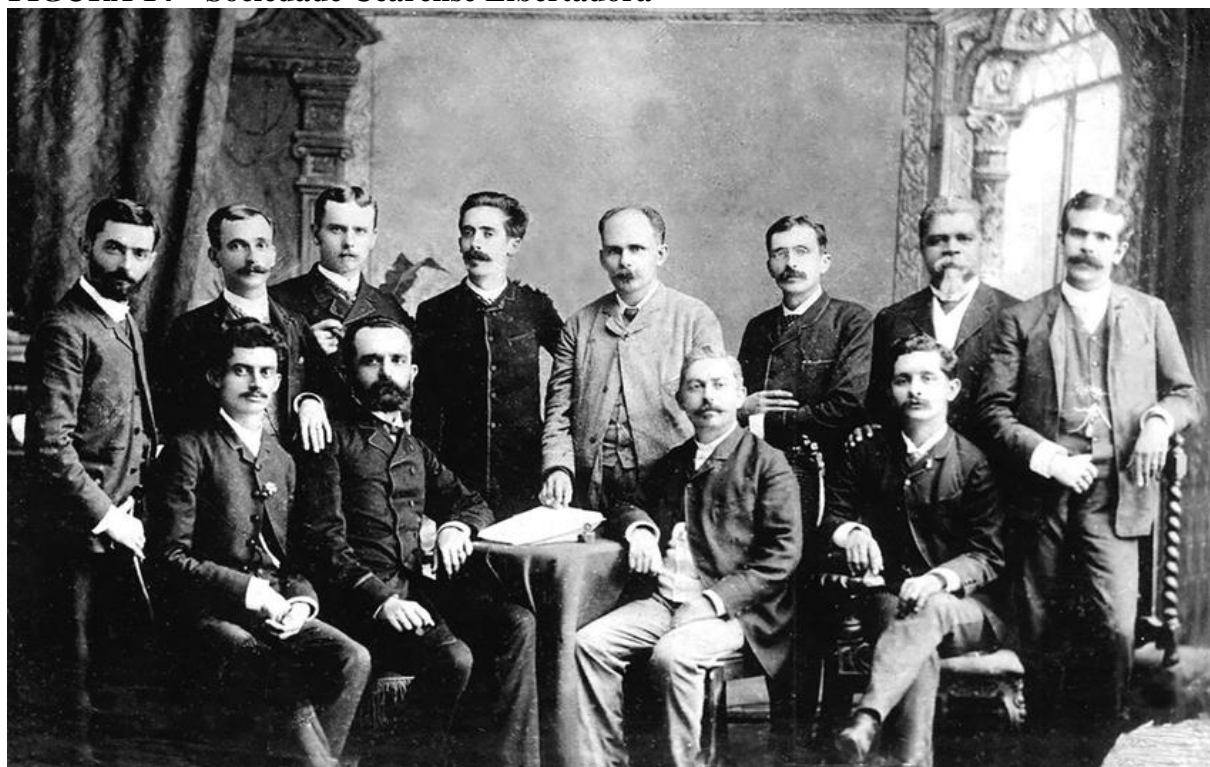
---

<sup>457</sup> FREIRE, Camila de Sousa. **O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956)**. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018, pp. 60-61.

<sup>458</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>459</sup> Jornal Libertador, nº 3, 7 de fevereiro de 1881, p. 1.

**FIGURA 14 – Sociedade Cearense Libertadora**<sup>460</sup>



Fonte: Arquivo Nirez

Após a greve dos jangadeiros, os membros da Sociedade Cearense Libertadora intensificaram suas ações, promovendo fugas e furtos de cativos. Contudo, com o passar do tempo, as estratégias foram se modificando e os abolicionistas cearenses “passaram a utilizar a propaganda para convencer a população a libertar seus escravos”, além de buscar meios para comprar alforrias<sup>461</sup>. Embora fosse um movimento formado majoritariamente por membros da elite local, o empreendimento abolicionista contou com ampla mobilização social, como se viu, por exemplo, no episódio da greve dos jangadeiros. Nesse sentido, vale salientar que a luta por liberdade, no Ceará, não começou com a criação da Sociedade Cearense Libertadora, tampouco foi protagonizada pelo movimento abolicionista cearense. Ainda que este tenha sido importante para pressionar as autoridades, seu caráter era, segundo José Hilário Ferreira Sobrinho, muito mais reformista do que abolicionista, uma vez que não visava, “de fato, a libertação dos escravos, mas a simples substituição desses por trabalhadores livres”<sup>462</sup>.

<sup>460</sup> Na imagem estão alguns dos membros da Sociedade Cearense Libertadora. Em pé: Isaac Correia do Amaral, Papi Junior, William John Ayres, Abel Garcia, João Cordeiro, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Alfredo Salgado. Sentados: Manoel de Oliveira Paiva, João Lopes Ferreira Filho, José Correia do Amaral e Antônio Dias Martins.

<sup>461</sup> FREIRE, Camila de Sousa. **O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956)**. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018, p. 69.

<sup>462</sup> FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “Catimtna minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirú”: o Ceará no tráfico interprovincial (1850 -1881).

Diferentemente do que se costuma pensar, a abolição da escravidão no Ceará não se deu de uma hora para outra, muito pelo contrário, foi o resultado, lento e gradual, de uma série de eventos que culminaram, no dia 25 de março de 1884, na declaração de libertação de todos os escravizados da província. O pioneirismo do Ceará foi amplamente elogiado por importantes intelectuais da época. O cearense Capistrano de Abreu, por exemplo, sugeria que com a abolição da escravidão, o Ceará retribuíra o Brasil pelos socorros públicos enviados durante a seca de 1877-1879. “O Brasil, há sete anos, deu ao Ceará o pão do corpo; é agora o Ceará que dá ao Brasil o pão do espírito”<sup>463</sup>. Assim como Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco também saudou o feito cearense lembrando o sofrimento causado pela seca:

Não há, no nosso passado, desde a Independência, uma data nacional igual à que a Província do Ceará vai criar. *A imensa luz acesa no Norte há de destruir as trevas do Sul*. Não há quem possa impedir a marcha dessa *claridade*. Os brasileiros hão de reconhecer no cearense o precursor da transformação nacional [...] Deus te salve, ó Ceará, *esplêndido farol dos argonautas das novas liberdades!* Quanta glória, ó terra predestinada: ser a primeira entre as vinte irmãs; *a Fenix imortal da seca*, vítima augusta da incapacidade governamental, da cobardia da política e da atrós ganância dos traficantes. Como és belo, ó Ceará!<sup>464</sup> (Grifos nossos)

Nas palavras de Joaquim Nabuco, o Ceará, como uma Fênix imortal que renascia das cinzas da seca, estaria predestinado a ser a primeira, entre todas as províncias do Brasil, a abolir a escravidão. Seu exemplo, como uma imensa luz acesa, destruiria as trevas do sul escravocrata. Essa imagem do Ceará, sintetizada na expressão “Terra da Luz”, cunhada por José do Patrocínio, no contexto da abolição da escravidão em Fortaleza, perdura até os dias de hoje. “Será, pois, dentro em poucos dias a ‘Princesa do Norte’, a primeira capital livre do Império, e então se poderá dizer, repetindo a frase da imprensa da Corte: – ‘O Ceará é a Terra da Luz!’”<sup>465</sup>. São inúmeros os textos publicados antes, durante e depois da abolição da escravidão no Ceará. Em todos eles exaltava-se o pioneirismo da província e o exemplo que o povo cearense dava para o restante do Brasil. Em nenhum deles, entretanto, menciona-se a luta dos próprios escravizados na busca por liberdade, dignidade e melhores condições de vida. Com a exceção de Dragão do Mar, um homem negro e livre, a memória em torno da

---

Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2005, p. 156.

<sup>463</sup> OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Cronologia da abolição no Ceará. **RIC**, tomo especial, 1º centenário da abolição dos escravos no Ceará, pp. 143-162, 1984, p. 161.

<sup>464</sup> Ibidem, pp. 161-162.

<sup>465</sup> Ibidem, p. 158.

abolição da escravidão no Ceará buscou dar ênfase a benevolência abolicionista da elite branca. Dessa forma, “o escravo não foi enxergado como sujeito”<sup>466</sup> de sua própria história.

**FIGURA 15 – *Fortaleza Liberta*, de José Irineu de Souza (1883)**



Fonte: Wikipédia

A pintura acima, intitulada *Fortaleza Liberta*, foi realizada pelo pintor cearense José Irineu de Souza, em 1883. Nela, o artista retrata o momento da abolição da escravidão, em Fortaleza, na data de 24 de maio de 1883. Na imagem, pode-se perceber que a maioria das pessoas presentes, no momento histórico, é branca. Como nos ensina Lilia Moritz Schwarcz, imagens são produzidas “a partir da eleição – intencional ou não – do que se pretende lembrar e do que se quer esquecer e até mesmo esconder”<sup>467</sup>. A ausência de mais pessoas negras na composição da tela, não parece ter se dado por acaso, visto que a imagem reproduzia *ipsis litteris* o discurso hegemônico. “Muitas nações se pensam e se definem a partir de aquarelas, óleos, telas e fotos icônicas, que cumprem também a função de resumir desejos e projeções de

<sup>466</sup> FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank. Apresentação. In: FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (orgs.). **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 11.

<sup>467</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024, p. 27.

certos setores dominantes da sociedade”<sup>468</sup>. O discurso do pioneirismo da abolição projetava para o futuro, portanto, um desejo de protagonismo branco. “É assim que a nação se constrói imaginando tempos e populações homogêneas e pretensamente universais”<sup>469</sup>.

---

<sup>468</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024, p. 27.

<sup>469</sup> Ibidem, p. 28.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: *POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA HISTORIOGRAFIA*

[...] é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira que esse possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos. O caminho passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do em comum.

Achille Mbembe em *Crítica da razão negra*, 2014.

Esta pesquisa lidou, em seu escopo, com o passado. O que, em se tratando de um texto de história, não chega a ser necessariamente uma novidade, já que ele é a matéria-prima do ofício do historiador. Contudo, lidamos com uma dupla dimensão do passado, isto é, buscamos entender: como, em um dado momento, um determinado grupo de intelectuais se propôs a elaborar as primeiras narrativas historiográficas para a província do Ceará. Logo, esta pesquisa tratou, fundamentalmente, dos sentidos que foram sendo atribuídos, por esses intelectuais, para o passado do Ceará.

Não foi nossa intenção, no entanto, pensar essa questão sem levar em consideração as relações de poder que atravessam esse privilégio, que poucos têm, que é escrever a história. No século XIX, essa questão era ainda mais evidente, uma vez que a maioria esmagadora da população brasileira não sabia ler tampouco sabia escrever. Salve raras exceções, só os filhos da elite tinham acesso à educação. Essa realidade não era muito diferente em outras partes do mundo. Como lembra Eric Hobsbawm, até meados do século XIX, as pessoas viviam majoritariamente no campo e eram em sua grande maioria analfabetas<sup>470</sup>.

Nesse sentido, pode-se dizer que esta pesquisa buscou situar-se, teórico-metodologicamente, no fecundo campo da história da historiografia, que no Brasil tem se dedicado, desde a segunda metade do século XX, “à investigação das condições de possibilidade da reflexão histórica” e das “relações dos seres humanos com os passados, presentes e futuros”<sup>471</sup>. Se, como afirma Irene Vallejo, citando Steven Pinker, “a história é escrita menos pelos vencedores do que pelos abastados, *uma pequena fração da humanidade*

<sup>470</sup> HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 35ª ed. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

<sup>471</sup> RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional**. Tese de Doutorado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto – Programa de Pós-Graduação em História, 2019, p. 8.



*que dispõe do tempo, do ócio e da educação indispensáveis para poder refletir*”<sup>472</sup> (Grifos nossos), uma pesquisa que se debruce sobre a escrita da história, como foi o caso desta, não pode abrir mão de sua *dimensão social*. Até porque, no nosso entender, ao contrário do que diz a citação, os vencedores costumam ser também, na maioria das vezes, os mais abastados.

Da mesma maneira, não será possível ignorar que esses intelectuais do século XIX estavam, em sua maioria, a serviço do Estado-nação, comprometidos com suas pautas ideológicas. Sob o argumento do *progresso* e da *civilização*, contribuíram para a formulação daquilo que Immanuel Wallerstein chama de *retórica do poder*<sup>473</sup>. Nesse sentido, buscamos destacar que a formação dos Estados nacionais foi atravessada por um longo processo de violências, tanto no que se refere à construção quanto no tocante à manutenção. Nos países de passado colonial, como é o caso do Brasil, por exemplo, esses processos foram ainda mais complexos, uma vez que a formação territorial, isto é, a apropriação do território, deveu-se, em grande medida, à expropriação de terras, ao genocídio das populações indígenas, ao emprego da mão de obra escravizada e, em grande medida, “à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-nação”<sup>474</sup>.

A leitura que Peter Linebaugh e Marcus Rediker fazem da “história oculta do proletariado atlântico nos séculos XVII e XVIII” nos ajudou a pensar como os processos de resistência à violência, praticada pelo Estado monárquico e depois pelo Estado nacional, foram, durante muito tempo, negligenciados pela história oficial. Significa dizer, portanto, que a história não só ratificou a colonização, a formação dos Estados nacionais e a ascensão do capitalismo, como legitimou uma série de violências praticadas durante esses processos.

Assim, esta pesquisa buscou entender, inicialmente, como o Ceará se constituiu historicamente, ao longo do século XVIII, a partir da colonização de seu território e das guerras de extermínio empreendidas contra as suas populações originárias. O período colonial constituiu, com efeito, o recorte por excelências das pesquisas historiográficas, na segunda metade do século XIX. Isso porque se fazia necessário buscar as origens do Estado nacional brasileiro. No caso da província do Ceará podemos tomar como exemplo o livro *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*. Já na sua introdução, Tristão de Alencar Araripe anota a seguinte proposição: “Historiando nossos sucessos, pagamos à patria

<sup>472</sup> VALLEJO, Irene. **O infinito em um junco**: a invenção dos livros no mundo antigo. 1ª ed. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022, p. 399.

<sup>473</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>474</sup> LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 15.

tributo de cidadão”<sup>475</sup>. Convém questionar, todavia, a que sucessos Tristão de Alencar Araripe se referia naquele momento. Uma leitura mais atenta do livro e uma análise do contexto histórico, em questão, nos leva a inferir que se tratava dos sucessos da colonização.

A defesa da colonização aparece em vários momentos do livro, Tristão de Alencar Araripe chega a afirmar que “a fraqueza do indígena cedêo ao valor e á intelllignencia dos forasteiros, que das plagas occidentaes da Europa vierão fundar um grande estado no vasto solo brazilico”<sup>476</sup>. Defender a colonização significava, em última instância, defender o projeto civilizatório europeu, do qual o Império brasileiro se via como herdeiro e no dever de continuá-lo. Nesse sentido é que Tristão defendia a legalidade da colonização, ao afirmar que “os aborígenes possuidores do solo, não tinham ideia da propriedade que a civilização desenvolve”<sup>477</sup>. Essas considerações depreciativas acerca dos povos indígenas não eram exclusividade da obra de Tristão de Alencar Araripe, eram antes um lugar-comum na historiografia brasileira do século XIX. As premissas defendidas pelo autor iam ao encontro de um dado projeto de escrita da história nacional, profundamente *excludente*, para retomar a expressão utilizada por Manoel Luiz Salgado Guimarães. Ainda que a literatura indianista tenha tensionado com a historiografia o lugar do indígena na concepção de um passado para a nação, a partir de seus mitos de origem. Em geral, os historiadores brasileiros preferiram contar o passado do país privilegiando a contribuição dos europeus em detrimento dos povos indígenas e dos povos africanos, que acabariam à margem da história e da sociedade.

Como pensar a identidade nacional diante de tais fatos? Para os intelectuais do século XIX, esse problema era tratado de outro modo, a saber: como pensar a identidade nacional com uma população formada majoritariamente por indígenas e por africanos libertos e/ou escravizados? Numa concepção orientada pelo conceito de raça, em que etnias não europeias eram vistas como inferiores e em que a mestiçagem era tratada como indício de degeneração do elemento branco, o futuro do povo brasileiro não parecia lá muito promissor. A solução imaginada, por muitos intelectuais e políticos da época, passava necessariamente pela abolição da escravidão e pela inserção de imigrantes europeus que realizariam o trabalho livre e promoveriam, no espaço de alguns anos, o branqueamento da população brasileira.

Nosso percurso investigativo se deu, portanto, na busca por compreender como a historiografia que emergiu no Ceará, na segunda metade do século XIX, lidou com estas questões. Como vimos, ao longo do trabalho, a maior parte dos responsáveis por escrever a

---

<sup>475</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867, p. 3.

<sup>476</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>477</sup> Ibidem, p. 78.

história do Brasil, no século XIX, era oriunda daquela fração da sociedade que Ilmar de Mattos chama de *classe senhorial*<sup>478</sup>. Desse modo, fez-se necessário pensar o desenvolvimento econômico e social do Ceará, ao longo do século XVIII e XIX, e suas implicações na formação de uma elite intelectual. A centralização político-administrativa de Fortaleza, como núcleo principal da província do Ceará, o acúmulo de riquezas provenientes da produção e exportação agrícola, os melhoramentos urbanos, a criação de instituições de ensino secundário, de agremiações científico-literárias, de jornais, o acesso a livros importados da Europa, tudo isso possibilitou o incremento da atividade intelectual na província.

Na análise das primeiras narrativas historiográficas publicadas no Ceará, entre 1859 e 1869, pudemos observar, entre outras coisas, um esforço daqueles intelectuais em estabelecer os marcos históricos que caracterizariam o passado cearense. Enquanto João Brígido optou por escrever uma história do Cariri, conferindo tempo a um espaço que se queria autônomo em relação ao restante do Ceará, dando ênfase, no entanto, ao papel de uma elite liberal em detrimento da população mais pobre. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil produziu um inventário das especificidades da província, pensando a produção de um conhecimento técnico, voltado, exclusivamente, para a manutenção do desenvolvimento material cearense. Para Tristão de Alencar Araripe, estudar o passado de sua terra natal seria um testemunho de amor à pátria. Nesse sentido, buscou conciliar os conflitos do passado, nos quais sua família tomara parte diretamente. Ao fazê-lo, deixava claro a sua adesão ao projeto de unidade nacional posto em prática pelo Império brasileiro a partir do Segundo Reinado. Pedro Théberge, por sua vez, preocupou-se em elencar as principais etnias que viviam no Ceará, antes e durante a colonização, dando ênfase às particularidades e aos costumes de cada povo. Contudo, seu trabalho não deixou de seguir a visão teleológica vigente, na qual o fim do desenvolvimento histórico resultaria necessariamente no triunfo da civilização.

Em todos esses trabalhos se evidenciam questões relativas à definição dos métodos de pesquisa, a busca por documentos nos escassos arquivos da província e as disputas em torno das diferentes versões para determinados fatos do passado do Ceará, como

---

<sup>478</sup> Sobre o uso do conceito de *classe senhorial* Ilmar de Mattos esclarece que “quando operamos com o conceito de classe senhorial estamos operando com uma categoria histórica, e não com uma mera classificação que leva em consideração o lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com uma outra classe fundamental [...] Assim, a natureza da classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus, conforme nos ensina E. P Thompson” MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 16.

foi possível perceber, por exemplo, na querela envolvendo Pedro Théberge e José de Alencar. Esses empreendimentos de pesquisa não se deram, portanto, de forma despreziosa ou desinteressada, muito pelo contrário. Buscava-se, entre outras coisas, reconhecimento e prestígio intelectual, sobretudo, a partir da chancela dos pares, o que possibilitaria ingressar em instituições científico-literárias como era o caso do IHGB. O vínculo institucional conferia a seus membros certa distinção em relação ao restante da sociedade brasileira, além da expectativa de glória e status social, na medida em que a agremiação era a principal instituição científica e cultural do país, durante todo o século XIX, e estava, desde a sua fundação, sob a imediata proteção de sua majestade o imperador do Brasil. Pensar a escrita da história do Ceará dentro dessas estruturas de poder, para, quem sabe, assim compreender suas motivações e implicações, tanto do ponto de vista político e econômico quanto do ponto de vista social e cultural, foi dever desta pesquisa, uma vez que “reconstituir esses cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana”<sup>479</sup>.

Nestas considerações finais, buscamos apresentar alguns elementos presentes ao longo do relatório de pesquisa. Como se pode perceber, não foi nossa intenção retomar as discussões na ordem em que elas aparecem nos capítulos, tampouco aprofundá-las, mas antes imbricá-las umas com as outras, na busca por estabelecer relações e, quem sabe, sentidos. Buscamos pensar a escrita da história do Ceará como parte do mundo em que estava inserida, não como atividade abstrata, mas como prática de vida, pois como assinala Jörn Rüsen, “o conhecimento histórico torna-se uma parte da vida prática, de efetiva orientação da atividade e do sofrimento humanos no curso do tempo”<sup>480</sup>. Assim, nossas reflexões sobre o passado do Ceará buscaram, antes de tudo, confrontá-lo nas suas contradições. Para isso, foi preciso, como ensina Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo”<sup>481</sup>.

Esperamos, com esta pesquisa, portanto, ter contribuído, de alguma maneira, para a produção de um conhecimento crítico acerca da história [e] da historiografia, comprometido, fundamentalmente, com a justiça social e com a superação desse passado que insiste em não passar. De nossa parte, podemos dizer que essa jornada nos trouxe muitos aprendizados. Entre outras coisas, aprendemos que se faz necessário, tanto na pesquisa quanto

<sup>479</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 97.

<sup>480</sup> RÜSEN, Jörn. Retórica e estética da história: Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 93.

<sup>481</sup> BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 13.

na vida, aguçar o olhar para ver muito além das aparências, o que implica, antes de tudo, desconfiar sempre de verdades estabelecidas.

## FONTES

### *Livros*

ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da (org.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empresa Typographica Nacional do Diario, 1856.

ALENCAR, José de. **Iracema**. Lenda do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org). **Atlas do Imperio do Brazil**: comprehendendo as respectivas divisões administrativas... Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Historia da provincia do Ceará desde tempos primitivos até 1850**. Recife: typographia do Jornal do Recife, 1867.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Valdemar de Alcântara, 1997.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893.

CARVALHO, Jäder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB – ETENE, 1985, p. 396.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001.

### *Revistas*

ABREU, João Capistrano de. Sobre uma História do Ceará. **RIC**, t. 13, pp. 22-33, 1899.

ABREU, Capistrano de. *Apud* CÂMARA, José Aurélio. Um cronista do Ceará antigo. **RIC**, t. 79, pp. 321-324, 1965.

Actas das sessões em 1869. 12ª sessão em 8 de outubro de 1869. **RIHGB**, t. 32, parte 2, pp. 279-280, 1869.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Noticias sobre a maioridade. **RIHGB**, t. 44, parte 2, pp. 167-268, 1881.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedição do Ceará em auxilio do Piauí e Maranhão. **RIHGB**, t. 48, parte 1, pp. 235-588, 1885.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. **RIHGB**, t. 57, parte 2, pp. 259-290, 1895.

BRAGA, Renato. Os fundadores: Henrique Théberge. **RACL**, nº 27, pp. 225-229, 1956.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Thomaz Pompêu na sessão de 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse como socio efetivo. **RIC**, t. 3, pp. 106-117, 1889.

CÂMARA, José Aurélio. Um cronista do Ceará antigo. **RIC**, t. 79, pp. 321-324, 1965.

Estatutos do Instituto do Ceará. **RIC**, Fortaleza, t. 1, pp. 9-11, 1887.

Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. **RIHGB**, t. 9, pp. 265-292, 1847.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indigenas do Brasil perante a historia. **RIHGB**, t. 23, pp. 3-66, 1860.

Manuscritos oferecidos ao Instituto durante as sessões ao ano de 1861. **RIHGB**, t. 24, p. 829, 830 e 852, 1861

Manuscritos oferecidos ao Instituto durante o ano de 1862. **RIHGB**, t. 25, p. 758, 1862.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História da América**. n 42, pp. 433- 458, 1956.

MELO, F. I. M. H. de (Barão Homem de Melo). Juízo crítico sobre a 'História do Ceará'. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1896.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A primeira vila da província: notas para a História do Ceará. **RIC**, t. 1, pp. 103-203, 1887.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Cronologia da abolição no Ceará. **RIC**, tomo especial, 1º centenário da abolição dos escravos no Ceará, pp. 143-162, 1984.

Parecer da comissão de admissão de socios. Sessão em 21 de outubro de 1870. **RIHGB**, t. 33, parte 2, p. 393, 1870.

Parecer da comissão subsidiaria de trabalhos historicos. Sessão em 12 de agosto de 1870. **RIHGB**, t. 33, parte 2, pp. 406-407, 1870.

Premios propostos pelo Instituto na segunda sessão publica anniversaria. **RIHGB**, t. 2, 1840.

**RIHGB**, t.1, 1839.

RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **RIC**, t. 70, pp. 165-349, 1956.

STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto: Tristão de Alencar Araripe. **RIC**, t. 22, pp. 403-409, 1908.

THEBERGE, Pedro. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. **RIHGB**, t. 25, pp. 121-125, 1862.

THEBERGE, Pedro. Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre as antiguidades do Cariri. Colligidos pelo Dr. Theberge. **RIHGB**, t. 25, pp. 62-125, 1862.

### *Jornais*

Jornal Gazeta do Norte, nº 64, 25 de março de 1884.

Jornal Libertador, nº 3, 7 de fevereiro de 1881.

Jornal O Araripe, nº 1, 7 de julho de 1855.

Jornal O Araripe, nº 2, 14 de julho de 1855.

Jornal O Araripe, nº 57, 16 de agosto de 1856.

Jornal O Cearense, nº 247, 25 de junho de 1849.

Jornal O Cearense, nº 1146, 3 de agosto de 1858.

Jornal O Cearense, nº 1520, 24 de junho de 1862.

Jornal O Cearense, nº 2538, 11 de janeiro de 1868.

ALENCAR, José de. A Revista do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: **Correio Mercantil**, nº 156, 7 de junho de 1862.

SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 177, 19 de fevereiro de 1859.

SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 188, 21 de maio de 1859.

SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 189, 28 de maio de 1859.

SANTOS, João Brígido dos. Apontamentos para história do Cariri. Crato: **O Araripe**, nº 193, 2 de julho de 1859.

THEBERGE, Pedro. O Dr. Theberge e o conselheiro José de Alencar. **Diário de Pernambuco**, nº 259, 10 de novembro de 1862.



*Relatórios dos Presidentes de Província do Ceará*

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1858, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1858.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1859, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1859.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, presidente d'esta provincia, no dia 1º de julho de 1860, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Brasileira de Paiva e Companhia, 1860.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente d'esta provincia, no dia 1º de outubro de 1862, por ocasião da instalação da mesma Assembléa. Ceará, Typ. de B. de Mattos, 1863.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Laffayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864. Ceará, Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864.

Termo do contracto feito com o Dr. Thomaz Pompêo de Souza Brazil para formar a estatistica da provincia do Ceará [n.p.] anexo de 27 de julho de 1857 ao Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3º vice-presidente da mesma provincia, no dia 1º de julho de 1857, por ocasião da abertura da sessão ordinaria. Ceará, Typ. Cearense, 1857.

*Outros*

Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro.

Relatório da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Ignacio Corrêa de Vasconcelos, em 11 de maio de 1846, caixa 34, APEC, folhas 1-2.

## REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de passados**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “**O morto vestido para um ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural**: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, pp. 137-163, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história). 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Entre vagões e locomotivas: a questão regional na história do Brasil independente. **Araucaria**. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, Madri, v. 51, pp. 241-261, 2022.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottmam. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**. Porto Alegre, vol. 4, n. 10, pp. 8-27, 2012.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria. In: MELO, Francisco Dênis; SILVEIRA, Edvanir Maia da (org.). **Nas trilhas do Sertão**: escritos de cultura e política do Ceará. Vol. 7. Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, pp. 251-268, 2022.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Trad. Andréa Doré. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. A Produção do Pensamento Geográfico no Brasil na Preparação para a Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o território do Ceará (1891 - 1893). In: **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica**, 2012, Rio de Janeiro. Representações Regionais e Nacionais, 2012.

AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**: desaprender o imperialismo. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória (1735-1751). V. 1. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBIER, Frédéric. **A Europa de Gutenberg**: o livro e a invenção da modernidade Ocidental (séculos XIII-XVI). Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3ª ed. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. Trad. Flávia Vilas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. 5ª ed. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BERGER, John. **Modos de ver**. Trad. Hugo Mader. São Paulo: Fósforo, 2022.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coor.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 131-177, 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª ed. Trad. Myrian Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Cláudia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOXER, Charles R. **A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BRAÚNA, Dércio. **A assombração da história**: história, literatura e pensamento pós-colonial. Fortaleza: Deleatur, 2015.

BRAÚNA, Dércio. **Tentações de sapateiro**: o cerco da história na operação ficcional de José Saramago ou de como um “historiador falhado” disse não a uma “história acreditada” e fez pensar uma “história nova”. Fortaleza: Editora do autor, 2023.

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Rio Jaguaribe, das entradas aos Açudes**: a guerra como fundamento da formação territorial do Ceará. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 41-72, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial/ **Teatro de sombras**: a política imperial. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 19-35, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 83-129, 2012.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, pp. 73-94, jan./jun. 2003.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHAVES, José Olivenor Souza. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Coleção Fortaleza: história e cotidiano**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 49-74, 2002.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos**: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial. São Paulo: Annablume, 1997.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 26, pp. 1-15, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAHER, Andrea. **A oralidade perdida**: ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

DEL PRIORI, Mary. **História da gente brasileira**: vol. 2: Império. São Paulo: LeYa, 2016.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**. 1ª ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, pp. 41-62, 2000.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catimtna minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirú”**: o Ceará no tráfico interprovincial (1850 -1881). Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

FONSECA, Jamily Marciano. As ideias científicas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, pp. 12-28, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

FREIRE, Camila de Sousa. **O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956)**. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

FREIRE, Camila de Sousa; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 3, setembro-dezembro, pp. 440-463, 2018.

FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank. Apresentação. In: FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (org.). **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Programa Editorial da Casa de José de Alencar, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano

Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ª ed. Vitória (Es): Editora Milfontes, v. 1, pp. 31-53, 2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss; Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. 1ª ed. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6ª ed. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 35ª ed. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 14ª ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra do Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Trad. Verônica Galindez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Vilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

LAFONT, Anne. **A arte dos mundos negros: história, teoria, crítica**. 1ª ed. Trad. Rita Paschoalin, Leo Gonçalves, Vivian Braga Santos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOTIERZO, Tatiana. **Contornos do (in)visível**: racismo e estética na pintura brasileira (1850-1940). 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. (In) **Projeto História**. Revista do PEPGH e do Departamento de História da PUC, São Paulo: EDUC, 1981.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, pp. 111-153, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1ª ed. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas Sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 8, v. 4, pp. 166-176. 1991.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)**. São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de. NEVES, Frederico de Castro. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, pp. 15-40, 2002.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. **Revista do arquivo público do Ceará (APEC)**, Fortaleza, n. 01, pp. 81-94, 2005.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Siará grande no século XVIII. In: VIANA JÚNIOR, Mario Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, pp. 12-34, 2011.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado Nacional no Ceará: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Bianca Morais da (org.). **Cultura, política e identidade: Ceará em perspectiva. II**. Fortaleza: Iphan, pp. 15-40, 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: STARLING, Heloisa M; PELLEGRINO, Antonia (org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

PIMENTA, João Paulo. **Formação da nação brasileira**. São Paulo: Contexto, 2024.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1960-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993.

PONTES, Lana M. V. de; ALBUQUERQUE, Emanuel L. S; MEDEIROS, Cleyber N de. **A questão dos limites municipais do Estado do Ceará**. 1º vol. Fortaleza: IPECE, 2012.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil. (1650-1720)**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. 1ª ed. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 8, n. 18, pp. 160-177, 2015.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O Espaço a serviço do Tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.



REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

RIBARD, Frank; FUNES, Eurípedes A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”. In: FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (org.). **História de negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIOS, Renato de Mesquita. A cultura política de João Brígido dos Santos: política, maçonaria e imprensa (1859-1919). **Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**. Fortaleza, v. 2, n. 3, pp. 101-124, 2014.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional**. Tese de Doutorado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto – Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

RÜSEN, Jörn. Retórica e estética da história: Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da linguagem, 2009.

SILVA FILHO, A. L. M e; RAMOS, F. R. L; RIOS, K. S. Apresentação. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2011.

SENNER, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. V. 1. Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006.

SILVA, Ítala Byanca Morais de. **Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, Leandro Maciel. **Tristão de Alencar Araripe e a história da província do Ceará: contribuição à história nacional**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

SILVA, Leandro Maciel. **Oásis do Sertão: a paisagem do Cariri cearense (séc. XIX-XX)**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995.

TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da História**. Trad. Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VALLEJO, Irene. **O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo**. 1ª ed. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 2ª ed. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.